

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA PÓS GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

ANNA VITORIA CUIMACHOWICZ VIEIRA

**MULHERES À PARTE: A TRAJETÓRIA DAS JORNALISTAS QUE SAEM DA
PROFISSÃO NO BRASIL (2012-2017)**

PONTA GROSSA
2021

ANNA VITÓRIA CUIMACHOWICZ VIEIRA

**MULHERES À PARTE: A TRAJETÓRIA DAS JORNALISTAS QUE SAEM DA
PROFISSÃO NO BRASIL (2012-2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Jornalismo do Departamento de Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa para obtenção do título de Mestre em Jornalismo. Área de Concentração: Processos Jornalísticos

Orientador: Dr. Felipe Simão Pontes

PONTA GROSSA
2021

V658 Vieira, Anna Vitoria Cuimachowicz
Mulheres à parte: a trajetória das jornalistas que saem da profissão no Brasil (2012-2017) / Anna Vitoria Cuimachowicz Vieira. Ponta Grossa, 2021. 241 f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo - Área de Concentração: Processos Jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Simão Pontes.

1. Mulheres jornalistas. 2. Trajetórias profissionais. 3. Feminismo. 4. Jornalismo. I. Pontes, Felipe Simão. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Processos Jornalísticos. III.T.

CDD: 079.81

TERMO DE APROVAÇÃO

ANNA VITÓRIA CUIMACHOWICZ VIEIRA

**MULHERES À PARTE: A TRAJETÓRIA DAS JORNALISTAS QUE SAEM DA
PROFISSÃO NO BRASIL (2012-2017)**

Ponta Grossa, 16 de dezembro de 2021



Prof. Dr. Felipe Simão Pontes
Doutor em Sociologia Política
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Prof. Dra. Cintia Xavier
Doutora em Comunicação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dra. Dione Oliveira Moura
Doutora em Ciências da Informação
Universidade de Brasília

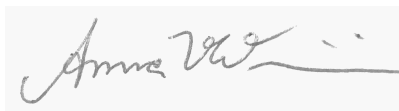
TERMO DE RESPONSABILIDADE

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO COM A ORIGINALIDADE CIENTÍFICO-INTELLECTUAL

Responsabilizo-me pela redação do trabalho de Projeto de Pesquisa, sob título **MULHERES À PARTE**: A trajetória das jornalistas que saem da profissão no país, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não) e que não sejam de minha exclusiva autoria estão citados entre aspas e está identificada a fonte e a página de que foram extraídas (se transcrito literalmente) ou somente indicadas fonte e ano (se utilizada a idéia do autor citado), conforme normas e padrões ABNT vigentes.

Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizado legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 26 de novembro de 2021.



Anna Vitória Cuimachowicz Vieira/Assinatura
Número R.A.: 3100118005018

À minha mãe, Alessandra Mara Cuimachowicz.
Ao meu amigo e orientador, Felipe Simão Pontes, por não desistir deste trabalho.
Às ativistas, pesquisadoras e jornalistas cujo apoio tornou possível esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Minha mãe insistiu para que eu não começasse meus agradecimentos por ela, porque julga que a demora em minha entrega deve-se a nossa vida nada convencional. Acontece que sou o que sou, estudo o que estudo, vivo como vivo pois tive esse exemplo feminista sempre ao meu lado. Fui criada por uma mulher forte, que eu não sei como não tem medo de nada e nenhuma dúvida de que, mesmo com muitas dificuldades, a vida vai fluir. Nossa vida sempre se resumiu a enfrentar correntezas, algo que preciso contextualizar, até mesmo para que vocês compreendam o tom que adotei neste trabalho.

Minha mãe sempre foi contra a instituição do casamento, e por muito tempo eu não compreendi. É claro que acreditamos que as relações podem ser uma fonte de amor, e principalmente uma rede de apoio, mas ela sempre bateu o pé e me apresentou motivos pelos quais ela estava decidida a encarar as insanidades do patriarcado de frente, e, melhor - sozinha. Apenas após entrar em contato com a literatura feminista eu entendi o que escutei por toda minha vida, de repente todas as declarações de minha mãe eram claras como água. Fui eu quem, em um movimento contrário, apresentei a ela tais teóricas e ela me disse - como eu criei uma filha tão inteligente? Pois bem, devo essa “inteligencia” que ela me atribuiu a uma criação essencialmente feminista, mesmo que de forma inconsciente.

Agora parto para a pessoa que, segundo minha mãe, deveria ser a primeira e única a quem eu deveria agradecer neste espaço (risos). Ao meu orientador Felipe Simão Pontes, não sei se você compreende o seu papel nessa entrega. Você insistiu como ninguém para que este trabalho fosse finalizado, você me apresentou a temática que, juntos abordamos e da qual tenho muito orgulho. Sou muito grata de, em um ambiente acadêmico, ter encontrado alguém tão generoso e compreensivo. A sua sensibilidade, toda minha gratidão.

Gostaria também de agradecer às mulheres jornalistas que, gentilmente, cederam tempo e entrega durante as entrevistas, um dos principais pilares deste trabalho. Agradeço a vida e a luta de cada uma.

Aos professores do Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, de maneira especial a Paula Melani Rocha, por, junto de meu orientador Felipe Simão Pontes, preparar um conteúdo tão preciso na disciplina de Jornalismo e Gênero, disciplina que com certeza mudou minha maneira de vivenciar o mundo.

Por fim gostaria de agradecer nesta reta final ao apoio que tive de minha amiga e pesquisadora Rafaelly Nascimento, obrigada por estar presente, compreender quando eu precisei de espaço e por ter tanta elegância em me incentivar. Rafinha, você é gigante, como

pessoa e como pesquisadora e quero que você tenha certeza disso. Agradeço ainda ao trecho de abertura, da música Praise God - de Kanye West, em que o cantor traz uma fala de sua mãe, Donda West: *“Even if you are not ready for the day. It cannot always be night”*, frase que me guiou durante o período final da entrega deste trabalho.

*That she wrote
Speech to the Young
Speech to the Progress-Toward
Say to them
Say to the down-keepers, the Sun-slappers
The self-soilers, the harmony-hushers
Even if you are not ready for the day
It cannot always be night*

- Donda West

RESUMO

O presente trabalho busca identificar trajetórias profissionais das mulheres que saíram do jornalismo feito na mídia no Brasil. Tem como base o *web survey* sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros de 2012 a 2017 (PONTES; MICK, 2018), que obteve 1.233 respostas de todos os estados, do Distrito Federal e de fora do país. O estudo de trajetórias identifica as mudanças estruturais que incidiram sobre a profissão, principalmente diante da complexa crise política, econômica e social do país no período. Cinco anos depois, identifica-se um egresso das mulheres jornalistas que trabalham na mídia, principalmente das que atingem a faixa etária dos 30 anos (28 a 37 anos em sua maioria). Dados da pesquisa demonstram que 86 das 280 mulheres entrevistadas estavam fora do jornalismo em 2017, já excetuando as aposentadas. Sendo assim, o esforço de análise é direcionado à identificação dos fatores que causam essa saída, e como eles incidem sobre a trajetória profissional dessas jornalistas. Para tal, são analisados os dados sociodemográficos, de renda, carga horária e desemprego da pesquisa quantitativa. Como uma segunda etapa de análise, selecionam-se perfis dentre as 86 entrevistadas, para realização de entrevista semi-estruturada. O objetivo é compreender quantitativamente e qualitativamente o que essas jornalistas partilham sobre a realidade da categoria e a estrutura patriarcal que circunscreve a profissão. Para fundamentar este estudo, parte-se de um referencial teórico feminista, dos estudos de jornalismo e da sociologia das profissões.

Palavras chave: Mulheres Jornalistas. Jornalismo. Trajetórias Profissionais. Feminismo.

ABSTRACT

The present work seeks to identify the professional trajectories of women who left the journalism made in the media in Brazil. It is based on the web survey on professional trajectories of Brazilian journalists from 2012 to 2017 (PONTES, MICK, 2018), which obtained 1,233 responses from all states, from the Federal District and from abroad. The study of trajectories identifies the structural changes that affected the profession, especially in view of the complex political, economic and social crisis of the country in the period. Five years later, an egress of women journalists working in the media is identified, especially those who reach the age of 30 (mostly 28-37 years). Data from the survey showed that 86 of the 280 women interviewed were out of journalism in 2017, with the exception of retirees. Thus, the analysis effort is directed to identifying the factors that cause this exit, and how they focus on the professional trajectory of these journalists. For this, the sociodemographic, income, hourly and unemployment data of the quantitative research are analyzed. And, as a second stage of analysis, profiles are selected from among the 86 interviewees, for semi-structured interview. The objective is to understand quantitatively and qualitatively what these journalists share about the reality of the category and the patriarchal structure that circumscribes the profession. To base this study, it is based on a feminist theoretical reference, studies of journalism and the sociology of professions .

Keywords: Women journalists. Journalism. Professional Trajectories. Feminism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - Informações sobre mulheres pretas fora do jornalismo na pesquisa de Trajetórias Profissionais.....	83
FIGURA 1 - Mulheres negras são a base da hierarquia social.....	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CONTRATO SEXUAL, FEMINIZAÇÃO E CRISE DO JORNALISMO	21
1.1 O CONTRATO SEXUAL, A DUPLA JORNADA E O TRABALHO DA PROFISSIONAL JORNALISTA.....	21
1.2 PERSPECTIVAS DE PATRIARCADO E GÊNERO	28
1.3 MULHERES JORNALISTAS - UMA REVISÃO CONCEITUAL.....	35
1.4 DINÂMICAS ECONÔMICAS E INIQUIDADES.....	42
1.5 PROFISSÃO E CRISE	52
2 TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE PROFISSIONAIS JORNALISTAS BRASILEIROS	59
2.1 TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DOS JORNALISTAS NA PESQUISA BRASILEIRA.....	63
2.2 UM ESTUDO QUANTITATIVO DAS MULHERES QUE SAÍRAM DO JORNALISMO.....	71
3 COMPLEXIFICAÇÃO DAS VIVÊNCIAS SOB A ÓTICA DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO EM UM AMBIENTE PRECARIZADO....	75
3.1 ENTREVISTA COMO TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL.....	76
3.2 O PERFIL DA MULHER PRETA QUE SAI DO JORNALISMO A PARTIR DA <i>WEB SURVEY</i> SOBRE TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE JORNALISTAS BRASILEIROS DE 2012 A 2017.....	80
3.3 COMPREENDER FALAS: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	139
APÊNDICE A - MINIBIOGRAFIAS DAS 86 JORNALISTAS QUE SAÍRAM DO JORNALISMO	149
APÊNDICE B - ENTREVISTAS	197

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca entender porque as mulheres saem do jornalismo no Brasil. O esforço de análise é direcionado à identificação desses fatores, e como eles incidem na vida destas mulheres, lapidando suas trajetórias profissionais. Atrela-se o olhar a fatores sociais, históricos, de gênero e de mercado a fim de conectar essas estruturas à produção de dados sobre esse fenômeno.

Simone de Beauvoir (2009) disse que “É pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separava do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta”. Demarca-se que a condição da mulher inserida em um contexto de trabalho remunerado emerge já na Revolução Industrial, e que ao longo da história ela acumulou inúmeros papéis sociais. Permanece, desde esse primeiro momento, as questões de dupla jornada feminina, as diferenças salariais e as situações de assédio que impactam na permanência precária ou na saída de mulheres de suas respectivas profissões. Estas questões estão estruturalmente presentes no processo de consolidação do capitalismo e são salientadas na sociedade neoliberal. A exploração sobre as mulheres integra o processo de mais-valia, da acumulação de riquezas, da exploração de mão de obra, em escalada aos limiares da precarização da condição humana (RUBIN, 2017; FEDERICI, 2019).

Engels (1984) defendeu que para o sistema econômico completar-se em um circuito operante era preciso conectar as esferas familiares, de Estado e por último da propriedade privada. Em sua concepção materialista, “o fator decisivo na história é, em última, a produção e a reprodução da vida imediata. De um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie”. Na exemplificação desse ciclo, visualiza-se ainda explicações sobre as condições da civilização, e como estruturas tão antigas ainda imperam nas configurações atuais, principalmente na condição das mulheres nesse processo (RUBIN, 2017).

Estima-se ainda que estes modelos que instrumentalizam por anos a conexão entre - vida familiar, trabalho, prestação de serviços domésticos, realizados pela mulher na manutenção da rotina financeira da família - vem se alterando. Principalmente ao se considerar arranjos recentes determinados pelo atual modelo capitalista de mercado, e suas conexões entre união civil, escolaridade e modelos familiares, perceber uma equalização do acesso à educação entre homens e mulheres, que, por sua vez, provém de um traço sistêmico

do capitalismo que estima ser meritocrático (e mais ainda no caso liberal), dando uma falsa sensação nas igualdades de gênero (MILANOVIC, 2020).

É notável que tanto homens quanto mulheres, diante da conjectura de relacionamentos e discernimentos para escolhas de uma vida social, preferam unir-se a seus “iguais”. É concebido que as mulheres, em geral, possuem um nível de escolaridade que, em grau de formação, supera o dos homens. Para ilustrar essa diferença utilizando contextos históricos, podemos observar que:

Compare os padrões de aproximação entre pessoas que iam se casar nos Estados Unidos dos anos 1950 com os do século XXI. No período posterior à Segunda Guerra Mundial, os homens tendiam a se casar com mulheres do mesmo status social que eles, mas quanto mais rico fosse o marido, menos provável era que a esposa viesse a trabalhar e ter o próprio rendimento. Hoje em dia, os homens mais ricos e bem formados tendem a se casar com as mulheres mais ricas e bem formadas (MILANOVIC, 2020, p. 29).

Identificar esses padrões nas falas é um norte interpretativo para entrelaçar tendências explicativas nos resultados das entrevistas. As entrevistas em profundidade foram realizadas em plataformas de conferência online, devido ao contexto de pandemia enfrentado em 2020, e foram amparados por duas investigações empíricas que permeiam o objeto desta pesquisa: O Perfil do Jornalista Brasileiro - Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012 e a pesquisa de Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros. A primeira apresenta os resultados quantitativos de enquete com 2.731 profissionais jornalistas (amostra retirada de um universo de 4216 respostas válidas), realizada de setembro a novembro de 2012. Identifica que a categoria era majoritariamente feminina (64%), branca (72%) e jovem (59% têm até 30 anos), com salários inferiores a cinco salários mínimos e 45% trabalhando acima das 8 horas por dia (quando a Lei prevê 5 horas) (MICK; LIMA, 2013).

A pesquisa Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros, realizada de novembro a dezembro de 2017, parte da base de dados do Perfil do Jornalista Brasileiro. Em um novo *web survey*, dirigido aos 4216 respondentes da pesquisa Perfil, obteve-se a resposta de 1233 jornalistas, com participação advinda de todos os estados, do Distrito Federal e do exterior. Nessa pesquisa, a intenção não foi amostral, mas analisar trajetórias dos indivíduos diante das transformações que acometeram o Brasil e a profissão no período de 2012 a 2017. Dentre os principais dados da pesquisa, está o aumento do número de jornalistas que saíram do jornalismo dentre os entrevistados (de 22% em 2012 para 38% em 2017), o impacto negativo maior sobre os jornalistas que trabalham na mídia (em comparação a assessores de imprensa e docentes), e dentre estes, a saída significativa de mulheres da profissão - o que resultou na

inversão da maioria feminina para masculina dentre os jornalistas da mídia respondentes (PONTES; MICK, 2018).

Com apoio nesses dados, emerge o problema desta pesquisa: por que as mulheres jornalistas saem da profissão no Brasil? Para investigar esse problema estabelece-se como objetivo geral demarcar possíveis fatores que impedem as mulheres de continuar no jornalismo ou estimulam sua saída precoce. Como objetivos específicos, almeja-se observar quais as circunstâncias sociais e históricas, principalmente conectadas às estruturas patriarcais, interferem nas trajetórias profissionais das jornalistas brasileiras; e entender como as características contemporâneas da profissão e sua crise afetam as jornalistas.

Estes objetivos são trabalhados partindo de pressupostos: 1) a dupla jornada, que acomete as mulheres, fazendo com que elas trabalhem 7,5 horas a mais que os homens por semana (IPEA, 2018), além das atribuições históricas à mulher, como cuidar da casa e dos filhos, o que remete às dificuldades de conciliação com os estudos e a carreira profissional. 2) As mulheres são maioria nas universidades (INEP, 2018), representando 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação. Logo, elas compõem a maioria de recém-formadas. Segundo dados da pesquisa Perfil do Jornalista, a maioria da categoria é formada por mulheres brancas, jovens e altamente qualificadas. Uma prática comum das empresas de comunicação é a de contratar recém-formados considerando o custo-benefício deste perfil. Uma vez que a profissional almeja a busca por melhores remunerações conforme o avanço na carreira, há um processo de saída devido ao reduzido número de vagas nos postos que pagam melhor aliado à pressão dos profissionais recém-formados.

O referencial teórico que apoia a contextualização da pesquisa encontra suporte em autoras como Rubin (2017) que evidencia a existência de um sistema de sexo-gênero. A autora compreende, a partir de uma leitura crítica sobre Engels (1984), que a estrutura familiar possibilita o engendramento deste sistema. Por sua vez, Lerner (2019) e Federici (2019) contribuem para a reflexão sobre o patriarcado. Outra autora importante para esta pesquisa é Pateman (1993), para quem o contrato social é estruturado pelo contrato sexual. Monique Wittig (1980) e Naomi Wolf (1992) contribuem para o entendimento e análise das pressões da sociedade sobre os corpos femininos. Utiliza-se ainda a perspectiva de Itaboraí (2016) quanto aos arranjos familiares e as mudanças presentes na ascensão das mulheres no mercado de trabalho brasileiro possibilitadas pela educação. Saffioti (1992) auxilia na interpretação das organizações sociais brasileiras e as aflições sofridas pelas mulheres na estrutura de diferenças de classe alinhavadas ao patriarcado.

Em conexão com essa abordagem, apoia-se aqui nos estudos sociológicos sobre as

jornalistas brasileiras realizadas por Rocha (2004) e Leite (2015). As autoras explicam o processo de feminização da categoria com o apoio teórico crítico dos estudos de gênero na amplitude do ser jornalista, em questões como a divisão sexual do trabalho e a estrutura sexista que enfrentaram e enfrentam nas redações.

Rocha (2004) analisa em sua tese a participação feminina no jornalismo profissional, no estado de São Paulo, de 1986 a 2001. Ela ilustra como o processo de feminização do jornalismo é demarcado pelo surgimento dos cursos superiores, associações e sindicatos. O recorte de Rocha permeia o seminário sobre informatização realizado em 1981 pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo até a Primeira Conferência Latino-Americana de Mulheres Jornalistas, que aconteceu em 2001, promovida pela Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ).

Sua tese revela, a partir de relatos, vivências de jornalistas que se enquadram em três categorias: as carreiras que seguem o modelo feminino; aquelas que seguem o modelo masculino; e novos campos de atuação no mercado de trabalho. Assim, analisam-se as motivações “da mulher na carreira do jornalismo, sua trajetória profissional e como as jornalistas estabelecem suas relações profissionais e familiares” (ROCHA, 2004, p. 215). Movimentos de investigação que possibilitam ampla compreensão sobre a carreira de mulheres de diferentes gerações, e as mudanças estruturais que elas enfrentaram - de rearranjos familiares e do Jornalismo.

Leite (2015) articula, utilizando as lentes da sociologia das profissões, um guia que conecta as diferenças de gênero e geração com o objetivo de compreender os discursos profissionais dessa carreira em constante transformação. Neste sentido, a atuação de cada geração também foi um fator de análise. “As distinções entre gerações foram utilizadas nesta pesquisa como estratégia metodológica de análise dos discursos por definirem percepções diferenciadas sobre a carreira profissional” (LEITE, 2015, p. 15).

Essas articulações, implementadas pelas duas pesquisadoras, demonstram como tensões de fora da profissão influenciam nos caminhos que essas mulheres jornalistas seguem. O que reforça os pressupostos trabalhados por esta pesquisa: que o contrato sexual, refletido no avanço da idade das respondentes - com o conseqüente aumento no número de casadas ou em união estável e demais atribuições de arranjos familiares - interfere na permanência na carreira; e que os limites estruturantes da profissão de jornalistas - com a feminização e juvenilização da categoria, número reduzido de postos de trabalho com remunerações atrativas, valorização dos homens para postos de hierarquia superior e a crise do mercado jornalístico - afetam particularmente as mulheres estudadas.

Como amparo metodológico, opta-se pela triangulação de métodos. Nas Ciências Sociais, a triangulação emerge como forma de “amenizar problemas de credibilidade em pesquisas” (AZEVEDO; OLIVEIRA; GONZALEZ, 2013. p. 10). O conceito de triangulação, segundo Zappellini e Feuerschütte (2015), consiste na combinação de métodos qualitativos e quantitativos de coleta, como a entrevista e o questionário para circundar o máximo de evidências que comprovem os pressupostos da pesquisa. Assim, essa articulação consolida uma estratégia de produção de dados, que assegura diversos elementos quanto a determinado fenômeno.

Assim como manifesto por Rocha (2004) e Leite (2015), as condições de trabalho guardam estreita relação com a história das mulheres jornalistas. Do ponto de vista histórico, grandes mulheres foram protagonistas no jornalismo mundial no fim do século XIX - tempo em que a atividade era amplamente dominada por homens. Nellie Bly foi mundialmente reconhecida aos 23 anos, quando concordou em se disfarçar para investigar abusos em uma instituição para doentes mentais (*asylum*) - material posteriormente publicado com o título “*Ten days in the Madhouse*”. Ida Tarbell, jovem jornalista do início do século XX, revelou os interesses escusos de Rockfeller, tendo até hoje sua publicação exibida na biblioteca pública de Nova York (TARBELL, 1904). Com características de vanguarda, essas jornalistas refletiam a angústia de muitas mulheres da época - a emancipação feminina ao casamento. Essas mulheres redesenharam as expectativas que circundam a profissão, indo contra as probabilidades femininas na sociedade dos Estados Unidos do final do século XIX e início do século XX.

No Brasil de 1931 a 1961, Pagu sentiu na pele as angústias de ser uma mulher à frente de seu tempo. O jornalismo de Patrícia Galvão marca a política, as artes e as letras no Brasil. Seus escritos em colunas sociais, passando pela produção operária e sindical, até longos períodos de prisão política reverberam as consequências de uma mulher ocupar um lugar majoritariamente masculino (JACKSON, 2011).

No Brasil, o ingresso de mulheres nas redações impressas ocorre na primeira metade do século XX de forma tímida, acentuando-se na segunda metade, sobretudo a partir da década de 1980. No processo de feminização das redações, segundo Rocha e Vieira (2014), a participação feminina é maior na cobertura de *soft news* ou em editoriais pontuais consideradas menos "sérias", como cultura, cidades, cotidiano, geral e nacional. As mudanças no protagonismo da mulher no jornalismo se acentuam no final do século XX e início do XXI, consolidando sua presença majoritária na categoria a no último levantamento amostral sobre a categoria, com base na pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (MICK; LIMA, 2013).

As lentes teóricas e a contextualização histórica possibilitam organizar a pesquisa em três eixos metodológicos de análise: o contrato sexual, a feminização da profissão e a crise do jornalismo. Sob esses eixos, compreende-se as singularidades das trajetórias de jornalistas, o modo como elas organizam suas identidades laborais e suas carreiras. Em específico, para entender como elas interpretam os fatores que as expulsam do jornalismo.

Interpelado a esses eixos, demonstrando decisões metodológicas em cada capítulo desta dissertação, projeta-se um referencial teórico alinhado a estratégias metodológicas que possibilitam respostas aos objetivos manifestos. Bastin (2016) trabalha com o cruzamento de dados sobre as carreiras para demonstrar como os caminhos traçados inicialmente por cada profissional possuem aspectos de definição quanto a seus próximos passos, sendo um apoio essencial na explicação dos resultados empíricos e para estruturação das entrevistas. Em Bourdieu (1983), busca-se orientar questões pontuais quanto a fatores marginalizantes das esferas de trabalho, com interpretações quanto a preferência ao masculino sob o feminino no âmbito das oportunidades profissionais e das apropriações que compõem os campos de atuação jornalística. Demarca-se também como as condições de vida são influenciadas pelo trabalho, sua inserção no corpo e na vida pessoal, o que remete a Arendt (2000) a fim de identificar e contextualizar estas condições adaptadas à prática do jornalismo.

Figaro (2014), por sua vez, destaca a triangulação de métodos como vantajosa para pesquisas similares a que esta dissertação propõe. A autora reforça as articulações da primeira fase de sua pesquisa - com uso de método quantitativo, cujo instrumento foi um questionário fechado (múltipla escolha) -, e a segunda fase, que utilizou métodos qualitativos. Nestas duas frentes metodológicas, ela visualizou a mobilização de diferentes instrumentos de pesquisa: a entrevista face a face com o roteiro de perguntas abertas; grupo de discussão, com o roteiro dos temas mais polêmicos encontrados na aplicação dos instrumentos anteriores (FIGARO, 2014). Por fim, circunscrita ao aparato qualitativo, a entrevista foi instrumentalizada pela pesquisadora, conectando os enunciadores/enunciatório ao restante da pesquisa, capturando a “interação entre os participantes” (BARBOUR et al apud FIGARO, 2014).

Para trabalhar os objetivos desta pesquisa, propõe-se uma triangulação de métodos, na qual o campo quantitativo da pesquisa é constituído pelos resultados de entrevistas via questionário online realizadas na pesquisa de Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros e Perfil do Jornalista Brasileiro. Posteriormente, com base no reconhecimento de perfis das respondentes, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com jornalistas que participaram das pesquisas empíricas. Permeando esses dois movimentos, realiza-se uma revisão bibliográfica e documental apoiada na perspectiva de gênero, conectando os eixos que

circundam a pesquisa - contrato sexual, feminização e crise no Jornalismo. A pesquisa baseia-se, portanto, em uma análise qualitativa e interpretativa que emerge dessas entrevistas, reconstruindo as trajetórias das jornalistas, com a intenção de devolver os números à história das entrevistadas.

Uma das características da entrevista semi-estruturada está na utilização de um roteiro pré-elaborado, deixando assim uma abertura para que a conversa também ocorra naturalmente. De acordo com Manzini (2003), ela é pensada a partir de dois eixos: a formulação de perguntas que seriam básicas para o tema a ser investigado e o estabelecimento de teorias e pressupostos que se relacionam ao tema da questão em pauta.

Das 91 mulheres que saíram do jornalismo, as que compõem esta pesquisa totalizam um corpus de 86 mulheres, tendo em vista que foram excluídas as respostas das que nunca trabalharam como jornalistas e também as que se aposentaram. Sociodemograficamente, temos variáveis pertinentes de análise: 66 das mulheres que integram este corpus são brancas (76,7%), 14 pardas (16,3%) e 6 pretas (7%); poucas se mudaram no território brasileiro, no entanto oito delas estavam fora do Brasil; 16 mulheres voltaram a estudar; 16 estavam desempregadas; e 54 destas mulheres trabalhavam em outra profissão (62,8%), primordialmente em áreas que se apropriam de competências do Jornalismo; 63 têm menos de 35 anos de idade (73,2%); e 37 estão na região Sudeste, a que mais possui profissionais na mídia (43%).

Com o apoio das respostas das 86 mulheres que saíram da mídia, obtidas via os resultados de survey sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros de 2012 a 2017, verificamos as marcas que o jornalismo aferiu a estas mulheres, quais posições no campo foram atreladas a elas. Buscou-se selecionar entrevistadas que se enquadram nos seguintes critérios: estado civil, faixa etária (de 27 a 35 anos), qualificação acadêmica (pós-graduação), salário (inferior a 5 mínimos), e situação laboral em 2017 (desempregada; estudante; e em outra atividade laboral). Após esforço de contato junto a essas profissionais, esta dissertação traz a análise de quatro entrevistas qualitativas.

Essas entrevistas estão apoiadas no levantamento exploratório bibliográfico, que contextualiza a partir de fatores históricos, o aumento de mulheres inseridas na profissão, sua entrada no mercado de trabalho, as precariedades impostas a sua permanência no campo e os fatores que marginalizam estas profissionais no campo. Neste sentido, existe um esforço perante essas entrevistas semi-estruturadas em contextualizar os dados, observando como o trabalho é inserido na relação vida privada e pública, e nos modos de subjetivação das mulheres.

Na presente dissertação projetam-se as articulações necessárias para a compreensão dos motivos que levam a saída das jornalistas brasileiras do campo. Os capítulos são estruturados articulando questões de Gênero, Economia Política e carreira a fim de contextualizar a triangulação metodológica aplicada na pesquisa. Assim, apresenta-se o conteúdo dos capítulos na seguinte estruturação.

1) Contrato Sexual, Feminização e Crise no Jornalismo - capítulo que busca delimitar as características da profissão, a crise do jornalismo e o profissional precariado e as inserções do Patriarcado nestas dinâmicas;

2) Trajetórias Profissionais das Jornalistas Brasileiras (2012 - 2017), capítulo sobre as trajetórias das jornalistas profissionais brasileiras. Nele apresentam-se os dados do *web survey* sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros entre 2012 a 2017 - com explicações sobre como se obteve os números apresentados, definição de recortes que orientam todo o trabalho, e evidencia as principais informações que temos na atualidade sobre a temática;

3) Complexificação das vivências sob a ótica das desigualdades de gênero em um ambiente precarizado, em que são apresentadas as quatro entrevistadas, dispostas as estratégias de coleta e análise das informações prestadas por elas, feita uma breve discussão sobre as condições das mulheres pretas no jornalismo e discutida as situações de precarização e a estrutura patriarcal que reforçaram as saídas das entrevistadas do jornalismo.

1 CONTRATO SEXUAL, FEMINIZAÇÃO E CRISE DO JORNALISMO

1.1 O CONTRATO SEXUAL, A DUPLA JORNADA E O TRABALHO DA PROFISSIONAL JORNALISTA

Carole Pateman (1993) relaciona a noção de contrato sexual aos contratos dos trabalhadores com seus patrões capitalistas. “Os capitalistas podem explorar os trabalhadores e os maridos podem explorar as esposas porque trabalhadores e esposas constituem-se em subordinados através dos contratos de trabalho e do casamento”. A partir desse raciocínio, a autora estrutura uma crítica aos teóricos contratualistas clássicos, objetivando uma explicação quanto à dominação sexual nas estruturas da política moderna, utilizando como pano de fundo o contrato sexual, que determina a dominação dos homens sobre as mulheres. Locke e Rousseau, são, por exemplo, criticados por não incluir a mulher na explicitação do Pacto original - fundamento político necessário para elucidar como o indivíduo caminha de um estado primitivo para se integrar à sociedade civil. A autora relaciona o pacto original a um teor sexual, em denúncia contra as determinações da teoria clássica do contratualismo, revelando um tipo de dominação que determina a posição social dos homens em detrimento a das mulheres, fator ignorado pelos conceitos clássicos do contratualismo.

Neste contexto, Pateman ainda insinua como o conceito de patriarcado é descendente da ordem natural de sujeição, ou seja, embrenhado no “antigo mundo de direito paterno que precedeu o mundo civil do contrato” (PATEMAN, 1993,p. 26), nos emprestando uma importante lente para a compreensão das articulações que sustentam a estrutura do mundo atual. Diferentes grupos e instituições sociais, fundamentados em forças normatizadas do patriarcado, dominam as estruturas desigualmente, operacionalizando o viver pela lógica da diferenciação de atribuições sexuais.

Pateman (1976, p. 23) também critica as atribuições femininas quanto à esfera pública e privada. Ela revista a participação da mulher nas instâncias democráticas para revelar as estruturas dicotômicas em que estas estão inseridas - chamadas dominação e subordinação civis no contexto patriarcal: [...] permitindo que os indivíduos se submetam voluntariamente ao Estado e à legislação civil: a liberdade transforma-se em obediência e em troca recebe-se proteção.

Na dominação e subordinação civil circunscrita no patriarcado, os capitalistas exploram o indivíduo, os maridos podem explorar as esposas, e o que os legitima as relações de domínio é o contrato. A maternidade, por exemplo, é inserida neste contexto como algo

intrínseco aos desejos femininos, como uma ponte que permite uma feminização forçada, compulsória, desde a infância - voltando a atenção da mulher para o desejo pela concretização da maternidade. Friedan (1971) demonstra as atribuições binárias impostas a partir da diferença, onde determinados fatores cabiam às mulheres e as demais esferas participativas correspondiam aos homens. Neste sentido que surge o “problema sem nome”, partilhado por inúmeras mulheres. O problema consistia em um vazio, uma inquietude. Em uma das entrevistas, Friedan (1971) recebeu a seguinte descrição:

Por vezes uma mulher dizia-me que a sensação tornava-se tão opressiva que ela saía de casa e punha-se a caminhar a esmo pelas ruas. Ou então desatava a chorar. Ou então as crianças contavam uma anedota e ela não ria simplesmente porque nem a ouvira. Conversei com mulheres que haviam passado anos em sofás de analistas, procurando «ajustar-se ao papel feminino», tentando resolver bloqueios para «sentir-se realizada como esposa e mãe». Mas o olhar e o tom desesperado dessas vozes eram o mesmo tom e olhar de outras mulheres que estavam certas de não ter problema algum, embora sentissem aquele mesmo estranho desespero. Uma mãe de quatro filhos, que deixara a universidade aos dezenove anos para casar, disse-me: ‘Experimentei tudo o que se espera das mulheres — hobbies, jardinagem, preparação de conservas, contacto social com os vizinhos, participação em comités, chás de Pais e Mestres. Sei fazer tudo isso e até gosto, mas nada me dá algo para pensar. Nada me diz quem eu sou. Nunca tive ambições de seguir uma carreira. Só queria casar e ter quatro filhos. Adoro as crianças, Bob e minha casa. Não tenho problemas que valha mencionar. Mas vivo desesperada. Começo a achar que não tenho personalidade. Sou uma copeira, babá, arrumadeira, a pessoa requisitada para qualquer coisa. Mas quem sou eu?’ (FRIEDAN, 1971, p.13).

As que terminavam a universidade e sonhavam ser algo mais do que esposas eram as que mais sofriam. “Uma significativa maioria [...] acusava a educação recebida de induzi-las a lutar por - direitos - mais tarde, de fazê-las sonhar com carreiras [...] acusavam o colégio de levá-las a sentir que não bastava ser dona de casa e mãe de família”, para em seguida perceber que o que restava era isso. Neste enredo, surgem neuroses que Freud não previu, “acompanhados de sintomas físicos, ansiedade e mecanismos de defesa iguais aos causados pelo recalque sexual” (FRIEDAN, 1971, p.19). E assim, o sentimento de aprisionamento crescia:

É fácil descobrir os detalhes concretos que aprisionam a dona de casa, as contínuas exigências feitas ao seu tempo. Mas as cadeias que a prendem existem somente em seu espírito. São feitas de idéias errôneas e fatos mal interpretados, verdades incompletas e escolhas irreais. Não são fáceis de perceber, nem fáceis de romper (FRIEDAN, 1971, p.19)

O problema sem nome ainda permanece para as mulheres, imersas em dúvidas, principalmente quanto a representações sociais e que papéis lhes cabe. E desse sentimento

deve emergir a força, principalmente quanto a não se ignorar a voz e a intuição feminina, e respeitar seus trajetos e desejos. Majoritariamente brancas, com alta qualificação acadêmica e profissão definida, os jornalistas se assemelham ao perfil trabalhado por Friedan (1971), ainda que a conjuntura de constituição familiar e posição da mulher difiram temporal e culturalmente.

Ainda que observado pelo viés econômico, Milanovic (2020) enfatiza algumas das mudanças estruturais que pautaram o modelo capitalista atual no amplo cenário mundial. Um dos pontos levantados pelo autor consiste no conceito de homogamia: ricos se casando entre si. A busca por parceiros da mesma camada social, e a evolução destes padrões de escolha, são enfatizadas nos padrões de aproximação: após a Segunda Guerra Mundial, era comum que os casamentos fossem realizados por dois membros da mesma classe social, ainda que a mulher não tivesse acesso à esfera do trabalho. Atualmente, vemos que elas são ainda mais instruídas em um nível de escolaridade concreto do que seus parceiros.

Butler (2018, p. 58) indicou em seu raciocínio, como subversão da identidade feminina são atribuídas a construções reguladoras que determinam coerências às normas do gênero. Assim, assimetrias entre o ‘feminino’ e o ‘masculino’ são agentes das relações de dominação que se enraízam na sociedade. Ela utiliza a noção de Wittig, que indica uma construção performativa do gênero para situar a "auto elaboração dos mecanismos especulares que virtualmente determinaram o campo da ontologia na tradição filosófica ocidental". Com isso ela argumenta a criação de uma linguagem que subordina construtos de identidade, relacionando-os a interesses e perspectivas próprias do ‘ser mulher’. A maternidade neste gancho impositivo pode ser interpretada como fator que impele mulheres a repensar suas trajetórias e escolhas profissionais. Sob esse aspecto, dimensões da vida feminina são anuladas por fatores tradicionalistas (LERNER, 1986), a partir de sua capacidade reprodutiva.

A explicação tradicional concentra-se na capacidade reprodutiva de mulheres e vê na maternidade o principal objetivo na vida da mulher, deduz-se que eles são classificados como desvios para aquelas mulheres que não são mães. A função materna das mulheres é entendida como uma necessidade para as espécies, uma vez que a sociedades não teria sobrevivido até hoje a menos que a maioria dos as mulheres dedicassem a maior parte de sua vida adulta a ter e cuidar de crianças. Portanto, a divisão sexual do trabalho é baseada em diferenças biológicas, é funcional e justo. (LERNER, 1986, p. 11).

O sistema de dominação patriarcal consolida-se também por fundamentos das ciências, distorcendo a criação discursiva e aderindo noções de poder a atos e papéis atribuídos (no sentido de dominação) ao masculino. Ademais, as mulheres são enquadradas

em uma variedade de apagamentos sociais: intelectualmente, nas estratificações de mercado, culpabilização e remediação de suas características a partir de análises sexistas que munem os argumentos tradicionalistas verificadas por Lerner (1986).

Relembrando o raciocínio de Butler (2018), estes valores maternos culturalmente e socialmente aceitos e atribuídos à mulher emergem como uma inscrição em seus corpos, conferindo “um sentido próprio [...] valor inteiramente transposto para um domínio sublimado de valores”.

Institui-se ainda, neste cenário, a figura de uma alma interior dentro de um corpo, significando o corpo como um recinto sagrado, aprisionada nas disciplinas impostas a identidade de gênero, que reitera discursos, fabricações sustentadas por fatores corpóreos, mediando uma heterossexualidade reprodutora.

Relendo Hegel, Butler (2018) estabelece que, permutações quanto a liberdade corporal, sujeita a normas éticas, estabelecem uma relação entre sujeição corporal a formulações de premissas éticas auto impostas. Ela incita que “um certo apego estrutural à sujeição torna-se a condição de subjetivação moral” (p. 40). Partindo da interpretação quanto à origem das estruturas familiares, a chegada na civilização é pautada nos amparos de que uns trabalhem enquanto outros cuidam dos afazeres domésticos, Hegel (2017) explicita como razões econômicas reforçam o aparecimento de um Estado Capitalista moderno, calcado na super produção como ferramenta de poder.

A dominação masculina (BOURDIEU, 1999) visualiza a realidade do mundo social através do conceito de habitus dos agentes que articulam estruturas inseridas em um campo de poder. Esse engendramento é baseado na naturalidade de que se reveste a dominação masculina, sob os domínios do cotidiano, disfarçando-se de ritos que elevam o masculino frente ao feminino. Para o autor a tríplice - família, igreja e escola - operacionalizam as estruturas inconscientes na esfera social, incumbindo uma “moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres” (BOURDIEU, 1999). Segundo Bourdieu essa dominação é institucionalizada em inúmeras esferas da sociedade, tendo o masculino sempre como um plano de fundo que as articula:

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (a começar pelo Estado, estruturado em torno da oposição entre sua ‘mão direita’, masculina, e sua ‘mão esquerda’, feminina, e a Escola, responsável pela

reprodução efetiva de todos os princípios de visão e de divisão fundamentais, e organizada também em torno de oposições homólogas) poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina. (BOURDIEU, 1999, p. 139).

Reforça-se neste cenário, longamente pavimentado na construção da civilização como ela o é hoje, que discursos essencialmente patriarcais são perceptíveis na vida privada e nas trajetórias profissionais femininas, materializadas, inclusive, nas manifestações discursivas. Analisando os primórdios do jornalismo feminino, identificamos a forma com que a voz feminina foi reprimida, tanto no conteúdo quanto nos processos de produção. De acordo com Oliveira e Castro (2006), o discurso feminino imbuído no jornalismo é uma “expressão do sujeito, atrelado a uma memória discursiva que remete à condição de submissão feminina”.

Em contraposição a construção de um feminino quase angelical, existe um arquétipo mais atual que vende a imagem de uma mulher multitarefa. Essa suposta vantagem biológica foi amplamente divulgada nos meios científicos e midiáticos nos anos 90, solidificando uma opinião pública que justifica o trabalho familiar extra realizado pelas mulheres. Ocorre neste contexto a subversão de uma construção realista quanto a identidade feminina. Constrói-se um caráter coletivo de reconhecimento para ir contra as imposições econômicas e sociais que permeiam a vivência das mulheres. Se contrapondo a identidade de subjugada ela se transforma em sobrecarregada:

Por que a formação do sujeito parece ocorrer somente após a aceitação da culpa, de modo que não existe um ‘eu’ que pode atribuir um lugar a si próprio, que pode ser anunciado na fala, sem que antes haja uma autoatribuição de culpa, uma submissão à lei através da aceitação de sua exigência de conformidade? Quem se vira para atender a um chamado não atende a uma exigência para se virar. (BUTLER, 2018, p. 114).

Assim, diante destas construções impostas às mulheres, a mulher jornalista, ainda que maioria de seu campo, se vê imersa em uma instituição do masculino. A dominação as expele, as reduz, fazendo com que elas se sintam inferiores, instaurando uma força invisível que as marca e cansa. Questões como dupla jornada ainda se contrapõe a divisão do trabalho, mostram os dados resultantes da pesquisa sobre o perfil do jornalista brasileiro (BERGAMO; MICK; LIMA, 2012). A discriminação, velada ou não é parte essencial para compreender tendência de juvenilização nas redações, pois mulheres solteiras possuem um perfil mais interessante perante as empresas.

Fernandes (2015) aborda a jornada de mães jornalistas, demonstrando como ocorre a conciliação entre carreira e maternidade. A autora entrevista inúmeras profissionais a fim de

identificar que fatores recaem de forma recorrente sobre elas:

[...] Ao falarem sobre uma possível desistência da maternidade ou da carreira por conta da incompatibilidade das duas condições, apenas uma delas acha que as mulheres tendem a desistir do sonho de ter filhos, e não o contrário. Para as demais, as mulheres, em geral, preferem seguir com o desejo da maternidade. Ademais, a visão a respeito de ser mãe em outras carreiras também varia. Enquanto umas acham que é mais difícil ser mãe-jornalista, independentemente da mídia, outras consideram que é algo inerente às mulheres, não importa onde elas trabalhem. (FERNANDES, 2015, p.11).

Estes dados pintam as desigualdades em que as mulheres estão inseridas. Além destas comparações quantitativas, a mulher é atingida diariamente por forças subjetivas, como a dupla jornada ou a mãe que tem papel de chefe de família. Quando a composição familiar é a soma de uma mulher e um, ou mais de seus descendentes, recaem sobre ela inúmeras pressões sociais. Santana (2009) levanta as imposições e expectativas que a sociedade impõe as mães em um contexto mais geral. “O que a sociedade espera da mulher? Que está a se ver sozinha assuma a responsabilidade de toda a família em todos os sentidos? Espera-se que ela assuma todos os papéis e que dê conta dessa tarefa sozinha?

De acordo com dados do IBGE (2008), o índice de domicílios no Brasil em 2007, que tinha em seu perfil a família monoparental feminina, representava 17,4% em todo o território nacional, ficando atrás apenas das famílias compostas por casal com filhos 48,9%. Dados mais recentes do IPEA (2010), apontam o percentual de 17,34% em 2009 de famílias em condições de monoparentalidade feminina. Na sociedade contemporânea, diversos fatores contribuem para o surgimento do modelo de família monoparental, desde a inseminação artificial a produção independente, adoção, viuvez ou o divórcio, pois a mesma compreende uma pessoa adulta, homem ou mulher responsável por uma ou várias crianças. Aliadas a essas mudanças a dissolução do casamento, separações, divórcios, novas famílias, a mulher assumindo sozinha a chefia da família. Assim, as relações primárias na família concorrem para a interação de seus membros, novas integrações, novos papéis, com efeito, a família no contexto da contemporaneidade alia a família nuclear, as famílias monoparentais. (SANTANA, 2009).

Trazer estes dados para o contexto de pandemia que vivenciamos em 2020 também é extremamente interessante, funcionando como demonstrativos das expectativas que recaem sobre as mulheres dentro do mercado de trabalho. Foi amplamente divulgado na imprensa, ao longo de todo o ano de 2020, casos de mulheres que foram demitidas diante de um contexto de home-office com crianças em casa. Um caso que ganhou notoriedade foi o da executiva norte-americana Dris Wallace que teve como justificativa de sua demissão o fato de não conseguir conter o volume de voz das crianças durante uma reunião de trabalho (Fonte: Revistatpm).

O CEPAL, revela em reportagem que, o Instituto de Pesquisa para Políticas de Mulheres estima ainda que mulheres perderão 10 anos de avanços no mercado de trabalho devido a pandemia, evidenciando que mulheres sem filhos estão muito mais próximas da paridade com os homens no que diz respeito a salários e promoções no mercado de trabalho, mas as mães são fortemente penalizadas quando o assunto é carreira.

O contexto pandêmico propiciou ainda que empresas fechassem milhares de postos de trabalho, modificou o funcionamento de escolas e assim, segundo dados do IBGE disponibilizados pela Infomoney, a participação feminina atingiu o mais baixo patamar em 30 anos, atingindo 46,3% no segundo trimestre de 2020. Os índices não ficavam abaixo de 50% desde 1990, de acordo com os dados revelados.

Um fator interessante quanto a análise de estruturas familiares em dados quantitativos no Brasil, é de que o divórcio foi listado como fator estruturante apenas em 1984, sendo que as informações relativas à família constituem o processo desde 1974. Diante destes dados, reforça-se o pressuposto de que a maternidade assume um papel importante e determinante na equação que exclui as mulheres do jornalismo. Voltando para as estruturas familiares compostas por um homem, uma mulher e seus descendentes ou futuros descendentes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseado em dados estatísticos publicados pela VIX, a idade média das mulheres que se casam subiu de 23 para 27 anos, na comparação entre os anos de 1974 e 2014. Já entre os homens, a diferença foi de 27 para 30 anos, no mesmo período. Ainda de acordo com o IBGE, nas Estatísticas do Registro Civil 2016, foram registrados 1.095.535 casamentos no Brasil, quase 42 mil matrimônios a menos que os registrados na pesquisa anterior.

Além disso, o número de nascimentos teve uma queda expressiva 5,1%, variando de 2.945.344 para 2.793.935. Observando por regiões os dados demonstram que: No Norte, 29,6% dos nascimentos se concentram em mães com idade entre 20 e 24 anos. Já no Nordeste, predomina a mesma idade para as mães. No Centro-Oeste, os nascimentos provenientes de mães de 25 a 34 é de maior expressividade se comparado às outras duas regiões previamente citadas. No Sul e no Sudeste, a maioria das mães têm filhos entre 25 e 29 anos de idade, seguida daquelas com idade entre 20 e 24 e, por fim, daquelas entre 30 e 34 anos de idade.

1.2 PERSPECTIVAS DE PATRIARCADO E GÊNERO

Pateman (1976) explicita, no capítulo *Confusões Patriarcais*, as terminologias imprecisas circunscritas na episteme da palavra Patriarcado. Para Pateman o Patriarcado refere-se a um poder político, utilizado para “organizar” as estruturas sociais a partir do papel central masculino na dinâmica de família. No entanto, a interpretação tradicional “da história do pensamento político moderno é a de que a teoria e os direitos patriarcais estão mortos e enterrados há 300 anos” (PATEMAN, 1976, p. 38). Aguiar (2000) parte da literatura feminista internacional para sintetizar o Patriarcado como “quando existe uma ausência de regulação da esfera privada em situações onde há um notável desequilíbrio de poder dentro dessa instância” (AGUIAR, 2000. s/p).

Voltando o olhar novamente à Pateman (1975), ela explica que, o renascimento do movimento feminista nos anos 60 “reviveu” o termo Patriarcado, principalmente nas esferas acadêmicas. No entanto este é um termo complexo, e que, segundo a própria autora poderia facilmente ser trocado por outros, como *falocracia*. Ela indica ainda que o “patriarcado é um sistema de poder análogo ao escravismo” (AGUIAR, 2000, s/p), pois articula marcas históricas, perpetuando comportamentos de dominação.

Sobre o exercício deste poder político e de dominação, Damatta (2010) aborda a relação destes poderes perante a ótica de público e privado, sustentando a premissa quanto a implementação dessas forças na vida cotidiana brasileira. O autor analisa por uma perspectiva triangular (sempre a partir de três forças – exemplo: casa, rua e trabalho) a “institucionalização ou a autonomização do relacionamento ou do elemento relacional” (DAMATTA, 2010, p. 75). Podemos observar estes fatores pela lente de Benjamin (1940) ao dizer: “Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores” (BENJAMIN, 1940, p. 8).

A manutenção deste sistema, na atualidade é circunscrito na crescente onda conservadora visualizada nos últimos anos - “onde o mundo privado continua sendo preferencialmente o ambiente destinado às mulheres, enquanto o mundo público é destinado aos homens” (MARIANO, 2016, p. 430). Apoiada em construtos filosóficos de Foucault, Butler (2018) repensa: se um corpo é anterior a sua inscrição cultural, existe uma materialidade anterior à significação e a forma e até mesmo aos construtos sociais citados acima - privado x público. O sujeito neste sentido consiste em uma estruturação difusa e ativa, em constante metamorfose devido a seu campo social. Neste espaço criam-se espaços

modeladores que regulam e interpretam a coerência cultural (p. 226).

Estes regimes disciplinares determinam margens, ou seja, pontos de incidência com particularidades específicas. Mariano (2016) demonstra que no Brasil o núcleo familiar possui particularidades, como fatores: econômicos, políticos e culturais que acarretam na diferenciação, criação de fronteiras entre papéis sociais entre os gêneros. Damatta (2010) reflete sobre a organização destas estruturas: “esquemáticamente, diria que, no caso brasileiro há sempre uma superestrutura ideológica e jurídica plenamente coerente e oficial, interpretada por uma infra-estrutura formada pela teia de relações pessoais interpretativas que, na prática, modificam muito os termos do problema” (DAMATTA, 2010, p. 73).

Nestes termos, as interpretações podem inundar a esfera política e econômica, determinando trajetórias pessoais e profissionais (se partirmos das noções de público e privado). No sistema neoliberalista da atualidade as definições de dominação/exploração também podem ser observadas pelas lentes do gênero, principalmente se observarmos a mulher como uma engrenagem para a funcionalidade do sistema capitalista. Engels (1984) observou a estrutura da sociedade e como ela se organiza baseada em laços de parentesco, definindo que a origem da família nos moldes que conhecemos está enraizada na sociedade privada.

Estas delimitações, explicitadas por Engels (1984), que foi fortemente inspirado nas obras de Lewis Henry Morgan: “*Sistemas de consangüinidade e afinidade da família humana*” e “*A sociedade antiga*”, demonstram como as relações de parentesco tornam-se convenientes para a prosperidade de mercado, impulsionado a produção de bens a partir da manutenção possibilitada pela reprodução humana, e as funções que recaem sobre a mulher após a efetivação deste sistema. Rubin (1975) verifica esta opressão às mulheres, analisando a instituição do patriarcado - remontando as estruturas familiares conhecidas e identificando como os sistemas de parentesco distribuem poderes na hierarquia familiar.

Neste sentido, Engels (1984) desenvolve, a partir de uma análise materialista, o engendramento da civilização pela perspectiva da família. O autor classifica as famílias em categorias, sendo elas: famílias consanguíneas; (casamento de irmãos e irmãs, carnais e colaterais, no seio de um grupo) famílias punaluanas; (casamento coletivo de grupos de irmãos e irmãs, carnais e colaterais, no seio de um grupo) famílias sindiásmicas; famílias monogâmicas: (união de um só casal, com coabitação exclusiva dos cônjuges), baseando-se nas estruturações de tribos e mapeando as bases estruturais familiares até sua atualidade.

Nessa linha do tempo Engels demonstra que nem sempre as mulheres foram submissas aos homens. Sociedades matriarcais eram predominantes antes das noções que levariam a

concepção de Estado, implicando em uma transição da família Sindiásmica (estrutura familiar circunscrita entre o selvagismo e a barbárie) para a Monogâmica (tipo de organização familiar na história humana, com características de relacionamento exclusivo por determinado tempo).

Para ele, as expressões de parentesco implicam noções quanto a obrigações recíprocas e bem delineadas, tecendo as funcionalidades da organização social destes povos. Quanto a estas estruturações, Engels (2017) cita Karl Marx:

O mesmo acontece em geral com os sistemas políticos, jurídicos, religiosos e filosóficos. Enquanto a família prossegue vivendo, o sistema de parentesco fossiliza e, enquanto esse continua subsistindo pela força do costume, a família o ultrapassa. [...] podemos concluir, a partir do sistema de parentesco que chegou historicamente até nossos dias, que existiu uma forma de família a ele correspondente, ainda que hoje extinta. (ENGELS, 2017. p. 46)

Explica-se dentro deste contexto como a organização da sociedade não foi estritamente idealizada tendo como plano de fundo uma sociedade monogâmica. Ele engendra um raciocínio que exclui a ideia de que a família era um princípio estacionário, e demonstra a partir da perspectiva de outros autores como “evoluímos de uma condição inferior para uma superior”.

A concepção tradicional conhece apenas a monogamia além da poligamia de um homem e talvez a poliandria de uma mulher, silenciando ao mesmo tempo como convém ao filisteu moralizante, que a prática, de forma tácita mas sem barreiras, passa por cima desses limites impostos pela sociedade oficial. [...] Ultimamente, tornou-se moda negar esse período inicial na vida sexual do homem. (ENGELS 2017, p.49).

Ele entoa que se não partimos da observação histórica, outro exemplo frequentemente aceito é apoiado na nossa condição como mamíferos, onde se encontra toda forma de vida sexual: Buscando por explicações quanto às estruturas matrimoniais, ele entrelaça seus fundamentos ao raciocínio de Westermarck (*The History of Human Marriage*, Londres, 1891), publicação contemporânea as reflexões propostas em “A Origem da Família, da propriedade e do Estado”. Exemplifica-se então que as estruturas de colaboração familiares foram usadas para a saída da animalidade: “substituindo a capacidade de defesa do indivíduo isolado pela união de forças e pela ação da horda” (p. 52).

A partir dessa transição, a mulher que faz parte do imaginário social perpetuado por três mil anos de monogamia é passiva, tolerante, maternal e frígida. Neste sentido, a estruturação do Estado Capitalista Moderno, enraizado nas noções de propriedade privada delimitam a estrutura da sociedade:

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de subsistência, de produtos alimentícios, roupa, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; do outro lado, a produção do próprio homem, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro. Quanto menos desenvolvido é o trabalho, mais restrita é a quantidade dos seus produtos e, por conseqüência, a riqueza da sociedade; com tanto maior força se manifesta a influência dominante dos laços de parentesco sobre o regime social. Contudo, no quadro dessa estrutura da sociedade baseada nos laços de parentesco, a produtividade do trabalho aumenta sem cessar, e, com ela, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza, e a possibilidade de empregar força de trabalho alheia, e com isso, a base dos antagonismos de classe. Os novos elementos sociais, que, no transcurso de gerações, procuram adaptar a velha estrutura da sociedade às novas condições, até que, por fim, a incompatibilidade entre estas e aquelas leva a uma revolução completa. (ENGELS, 1984, p. 27).

Silvia Federici (2004) elucida como o surgimento do capitalismo exigiu um ataque sistemático à liberdade das mulheres. A autora explicita que sem a sujeição das mulheres, atrasando a emancipação feminina em séculos, às confinando aos cuidados da casa e também a questões de reprodução, não conheceríamos o capital e o mundo inserido em um contexto capitalista tal qual o visto hoje.

Apoiando-se na explicação sobre como a servidão é inserida em um contexto de relações interclasses, ela repensa o desenvolvimento do capitalismo a partir de um ponto de vista feminista. A dinâmica que ampara a gênese do capitalismo é estruturada em terrenos de exploração e resistência, partindo disso ela repensa a nova expansão das relações capitalistas em uma escala mundial:

A acumulação primitiva é o termo usado por Marx no tomo I de O capital com a finalidade de caracterizar o processo político no qual se sustenta o desenvolvimento das relações capitalistas. Trata-se de um termo útil na medida em que proporciona um denominador comum que permite conceituar as mudanças produzidas pelo advento do capitalismo nas relações econômicas e sociais. Sua importância está, especialmente, no fato de Marx tratar a acumulação primitiva como um processo fundacional, o que revela as condições estruturais que tornaram possível a sociedade capitalista. Isso nos permite ler o passado como algo que sobrevive no presente, uma consideração essencial para o uso do termo neste trabalho. Porém, minha análise se afasta da de Marx por duas vias distintas. Enquanto Marx examina a acumulação primitiva do ponto de vista do proletariado assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias, eu a examino do ponto de vista das mudanças que introduz na posição social das mulheres na produção da força de trabalho. (FREDERICI, 2004, p. 15 e 16).

Elementos sociais, atribuídos às interações de gênero são responsáveis pelo antagonismo proposto por Saffioti, que difere-se do patriarcado apoiado em um teor

ideológico, opondo este em detrimento da conceituação de “gênero” ou, ao menos, da utilização exclusivista do último:

[...] o uso simultâneo dos conceitos de gênero e de patriarcado, já que um é genérico e o outro específico dos últimos seis ou sete milênios, o primeiro cobrindo toda a história e o segundo qualificando o primeiro ou, por economia, simplesmente a expressão patriarcado mitigado ou, ainda, meramente patriarcado. [...] Nem sequer abstratamente se pode conceber sociedades sem representação do feminino e do masculino. Descobertas recentes sobre a capacidade de aprender dos animais indicam que se pode levantar a hipótese de que os homínidos já fossem capazes de criar cultura. Não se precisa, no entanto, ir tão longe, podendo-se examinar, embora ligeiramente, o processo de diferenciação que está na base da terceira esfera ontológica: o ser social. A esfera ontológica inorgânica constitui condição sine qua non do nascimento da vida. Uma proteína, provavelmente, deu origem à esfera ontológica orgânica. Diferenciações nesta esfera geraram seres sexuados. O sexo, desta forma, pertenceu, originariamente, apenas à esfera ontológica orgânica. À medida que a vida orgânica ia se tornando mais complexa, ia, simultaneamente, surgindo a cultura. Os homínidos desceram das árvores, houve mutações e a cultura foi se desenvolvendo. É pertinente supor-se que, desde o início deste processo, foram sendo construídas as representações do feminino e do masculino. Constituiu-se, assim, o gênero: a diferença sexual, antes apenas existente na esfera ontológica orgânica, passa a ganhar um significado, passa a constituir uma importante referência para a articulação das relações de poder. (SAFFIOTI, 19??, p. 5).

Partindo da sistematização proposta por Rubin Gayle, que identifica dentro de premissas antropológicas como o sistema sexo/gênero não torna inevitável a estrutura que oprime as mulheres, Saffioti (19??) procura identificar que hierarquias definem as relações de poder previstas na sociedade, buscando por um componente que demonstre a superioridade do termo patriarcado no restabelecimento de uma transformação social em favor da igualdade, atribuindo então questões ideológicas ao uso de gênero.

Propor uma desvinculação da ambiguidade inserida no contexto de gênero, permite que duas estruturas, de gênero e patriarcado, insiram-se na compreensão das questões feministas que desnaturalizam desigualdades intrínsecas as estruturas sociais em que as mulheres estão inseridas.

Leite (2015) analisa o conceito de gênero como um componente que permite análises históricas e relacionais das relações entre homens e mulheres. Neste sentido, as análises amparadas pelo conceito de gênero contribuem para uma desnaturalização das desigualdades de gênero. Sobre a sexualidade humana, circunscrita na hierarquia de atividades profissionais, a autora diz que:

[...] a construção da atividade sexual humana como atividade social e, assim, desenvolve a ideia de sistema sexo/gênero. Este sistema, ou ‘aparato social sistemático’, consiste num conjunto de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica, isto é, a matéria-prima (sexo) em produtos da

atividade humana (gênero). (LEITE, 2015, p. 41).

Em termos de Economia Política existe uma problemática que relaciona a mulher como alvo de dominação/exploração no capitalismo-patriarcal, principalmente ao atribuir sua imagem a um pilar essencial para o funcionamento de uma casa dentro do sistema financeiro imposto pelo capitalismo. De acordo com Alves, Nascimento e Queirós (20??) o sistema capitalista patriarcal engloba questões relativas à apropriação da vida e do corpo das mulheres, afetando ainda mais a vida de estratificações sociais, como raça/etnia indispensáveis para entender a exploração das esferas trabalhista, principalmente diante do histórico brasileiro, que ainda normatiza princípios escravocratas.

A herança do colonialismo, e por consequência, do patrimonialismo enraizado neste período, reverbera como plano de fundo para compreendermos “a marginalização da mulher em relação à estrutura familiar na qual ela desempenha funções consideradas naturais” (ALVES, 20??, p. 3):

A família patriarcal cumpre um importante papel ideológico, na difusão do conservadorismo, pois mantêm em sua estrutura os valores conservadores ‘que mascara a prática da violência em suas diversas formas: violência física, psicológica e sexual e maus tratos contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos/os’ (PLATAFORMA FEMINISTA, 2002, p.26). Desde a infância, as crianças passam por uma formação doutrinária da estrutura posta pela sociedade de classe. Desde pequenos meninas e meninos são tratados de forma diferente, esperam-se coisas diferentes de cada um, permitindo-lhes coisas diferentes. Não se instiga as meninas a manejar a lógica e a técnica, assim estas não irão deter o poder sobre esses instrumentos. Desde a infância as mulheres são criadas para serem responsáveis pelas funções 'místicas' da vida, como a maternidade, sendo esta colocada como a realização da mulher por meio do cuidado, do zelo, pelo amor ao dever maternal. (ALVES, 20??, p. 4)

Essa divisão altera, inclusive, a inserção na vida profissional. Diferenciamos aqui no entanto a genericidade de uma atividade profissional perante a real manifestação de privilégios e possibilidades de crescimento de determinado gênero imerso no contexto de uma profissão. Teorizar cientificamente a vivência humana pela perspectiva de gênero permite uma imersão na desnaturalização de aceitações gerais quanto aos papéis atribuídos ao feminino e ao masculino.

A construção social de nossa realidade é permeada por assunções refletidas nas representações sociais, objetivadas por nossa vivência, sendo repassadas de geração em geração. Assim, reproduzimos as estruturas sociais que nos foram repassadas, enraizando ainda mais as definições patriarcais, ou seja, pelo viés do masculino. Como Frederici (2004) complementa na introdução de Calibã e a Bruxa:

Devo acrescentar que Marx nunca poderia ter suposto que o capitalismo preparava o caminho para a libertação humana se tivesse olhado sua história do ponto de vista das mulheres. Essa história ensina que, mesmo quando os homens alcançaram certo grau de liberdade formal, as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão. ‘Mulheres’, então, no contexto deste livro, significa não somente uma história oculta que necessita se fazer visível, mas também uma forma particular de exploração e, portanto, uma perspectiva especial a partir da qual se deve reconsiderar a história das relações capitalistas (FEDERICI, 2004, p. 17).

Do ponto de vista metodológico, utiliza-se as ideias apresentadas por Rodrigues e Menezes (2013) quando discutem como as perspectivas feministas são uma tática defensiva da pluralidade metodológica. Os estudos das relações de poder social na perspectiva feminista possibilitam uma amplitude de estratégias para a compreensão de determinados fenômenos, evitando a manutenção discursiva de apenas um lado de pesquisadores e pesquisados. Amplia-se o olhar sobre as formas com que encara-se o mundo, formulando narrativas plurais quanto à condição feminina nas mais diversas esferas.

Explora-se as interseções que questões de gênero demarcam no conhecimento, demonstrando como as concepções de conhecimento são afetadas subjetivamente por seus delineadores. A produção de conhecimento científico também é articulada na estrutura patriarcal, sendo primordialmente articulada por homens, que por muito tempo cercearam o direito ao conhecimento das mulheres. Neste trabalho, utilizando a visão feminista, aborda-se questões como valores, emoções e interesses de toda uma fatia da sociedade, priorizando as questões sociais e econômicas que afetam estas mulheres.

A sociedade patriarcal limita, em certo ponto, o acesso à informação. Ela carrega a forma de seu conhecimento articulado, implícito, formal, informal relativizando perspectivas pelo ponto de vista masculino. Seus padrões de justificação afetam a avaliação dos atores/atrizes sobre quais reivindicações são significativas ou importantes para determinada parte da sociedade.

Os esquemas de representação funcionais para diferentes papéis de gênero e tornam diferentes tipos de informações importantes. O modelo clássico de se explicitar uma teoria, projetando um único ponto de vista, demonstra um privilégio epistêmico sobre questões fundamentais que circundam a temática, para que assim grupos dominantes projetem suas ambições em grupos subordinados em virtude de seu poder, fazendo com que grupos subordinados se conformem ao modo *operandis* do mundo do dominante. Este exercício de revisão conceitual feminista é aprofundado a seguir a fim de visualizar pelas lentes do feminismo o fenômeno destacado no presente trabalho.

1.3 MULHERES JORNALISTAS - UMA REVISÃO CONCEITUAL

A sociedade patriarcal limita, em certo ponto, o acesso à informação. Ela carrega a forma de seu conhecimento articulado, implícito, formal, informal relativizando perspectivas pelo ponto de vista masculino. Seus padrões de justificação afetam a avaliação dos atores/atrizes sobre quais reivindicações são significativas ou importantes para determinada parte da sociedade.

Os esquemas de representação funcionais para diferentes papéis de gênero e tornam diferentes tipos de informações importantes. O modelo clássico de se explicitar uma teoria, projetando um único ponto de vista, demonstra um privilégio epistêmico sobre questões fundamentais que circundam a temática, para que assim grupos dominantes projetem suas ambições em grupos subordinados em virtude de seu poder, fazendo com que grupos subordinados se conformem ao modo *operandis* do mundo do dominante. Como Biroli (2016) demonstra ao articular as desigualdades sexuais no âmbito do trabalho:

A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é colocada, assim, no cerne das formas de exploração características do sistema patriarcal no mundo capitalista. O trabalho que as mulheres fornecem gratuitamente, como aquele que está envolvido na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, libera os homens para que se engajem no trabalho remunerado. São elas apenas que fornecem esse tipo de trabalho gratuitamente, e sua gratuidade se define numa relação, o casamento. É nele que o trabalho gratuito das mulheres pode ser caracterizado como não produtivo. Os produtos que não têm valor quando decorrem do trabalho da mulher em casa passam, no entanto, a ter valor econômico fora da casa, quando atendem às necessidades de outras pessoas que não o marido (DELPHY, 2013, p.123). Vale observar que isso inclui, para Delphy, a produção dos alimentos, as roupas lavadas, mas também o cuidado com as crianças e as formas de apoio moral e trabalho sexual e reprodutivo que têm sido parte do casamento. Daí a afirmação de que 'se um homem se casa com sua empregada doméstica ou com uma prostituta, o mesmo trabalho e a mesma mulher repentinamente se tornam não remunerados e 'improdutivos' (DELPHY; LEONARD, 2004, p.84). Os efeitos dessa forma de exploração não permanecem, no entanto, nos limites da casa. As 'obrigações familiares' restringem e moldam as ocupações fora de casa, ao mesmo tempo que se tornam um pretexto para ampliar a exploração capitalista do trabalho remunerado das mulheres (DELPHY, 2013, p.51). Essa exploração se daria em dois níveis, um coletivo e um individual. O primeiro consistiria em 'atribuir coletivamente a responsabilidade pelas crianças às mulheres, e liberar coletivamente os homens' dessa mesma responsabilidade (ibidem: 131). É sobre a apropriação coletiva do trabalho das mulheres que se organizaria a exploração individual, isto é, a apropriação do trabalho de uma mulher por seu marido. (BIROLI, 2016, p. 726)

Neste sentido é preciso reconhecer seus privilégios no momento da escrita, evitando com que o mesmo seja feito com uma amplitude de mulheres, evitando generalismos e conclusões precipitadas sobre a vida das mulheres abordadas nesta dissertação. Apoiar-se neste sentido em um amplo material feminista, que auxilia no cuidado com as camadas

minoritárias:

O coração da opressão reside em restrições epistemológicas que são colocadas sobre populações de organismos já marginalizados. Fere-se grupos ainda em diferença e dá poder central e visões normativas de cidadania a quem freqüentemente têm suas credibilidade destruída pelo próprio poder central. Não são apenas vozes marginalizadas não levadas em consideração, mas - quando são ouvidos, o que é apenas uma fração do tempo - sua confiabilidade é diminuída simplesmente porque eles pertencem a um determinado grupo. Corpos marginalizados não experimentam o mesmo tipo de episteme privilegiada que aqueles mais próximos do poder central fazem. A credibilidade é destruída, o testemunho ignorado, e mesmo o conhecimento especializado é descartado como sem sentido e insignificante. Práticas de opressão sistêmica geralmente visam destruir a credibilidade e a palavra de testemunho de boca completamente, negando ao sujeito a habilidade de ser um agente epistêmico. (HIEBERT, 2015 p. 133).

As epistemologias e metodologias feministas contestam as análises exclusivamente masculinas sobre temáticas femininas, amparando as desigualdades de gênero que implicam na invisibilidade de determinadas perspectivas:

O que venho constatando, em termos gerais, é, por um lado, a persistência de fortes preconceitos em relação à perspectiva de gênero e um desconhecimento geral do trabalho da teoria feminista; mas, por outro lado, há uma crescente demanda de parte das jovens gerações – principalmente, de nossas alunas e alunos da graduação – pelos tipos de discussão que a teoria feminista e outras vertentes atuais, como a teoria pós-moderna e a teoria pós colonial, nos trazem. Como explicar essa grande resistência institucional à mudança? Quando, em uma entrevista feita recentemente, comentei para uma das minhas informantes as dificuldades que continuamos tendo para a incorporação mais plena da perspectiva feminista no currículo da sociologia, ela sugeriu que o problema poderia ser de certa forma de natureza mais ampla: o meio acadêmico brasileiro parece se caracterizar por um certo conservadorismo, isto é, se formos compará-lo com a Europa, os Estados Unidos (e talvez mesmo com a Índia e outros países ‘fora do centro’). Tal conservadorismo não se restringe à rejeição das perspectivas feministas: estende-se à resistência a uma variedade de perspectivas ‘novas’ como a dos estudos culturais e a teoria pós-colonial, manifestando-se em um exagerado apego ao trabalho dos clássicos e dificuldades gerais para atualizar currículos que foram desenhados muitas décadas atrás. (ADELMAN, 2003, p. 285).

Contar estas histórias com este amparo auxilia na preservação do que há de singular em cada uma das entrevistadas. Além disso contextualiza-se anos de luta por representatividade, inclusive acadêmica, encarando os complexos desafios para a pluralidade de perspectivas.

A participação feminina, em diversas profissões é demarcada por embates da denominação de papéis impostos pelos arranjos sociais do capitalismo. Neste trecho, busca-se exemplificar as condições que as profissionais mulheres devem “aceitar” para participar da completude do campo jornalístico. Utiliza-se o conceito de campo de Bourdieu (1983), exemplificando que o campo jornalístico é participante do campo do poder, fortemente

atribuído a agentes que possuem altos volumes de capital - ou seja, que se reorganiza à medida que as estruturas econômicas são alteradas.

Bourdieu (1989) visualizou a formação dos campos como uma sistematização entre os conceitos de habitus e capital, inserindo o agente como parte integrante da estrutura de relações. No contexto de sociedade neoliberal em que estamos inseridos, inúmeros fatores compõem a “nova” mais valia que admite a participação de agentes sociais em um determinado campo. Por isso não podemos explicar historicamente a trajetória destas profissionais sem o contexto econômico em que as atrizes sociais em questão estão circunscritas - principalmente diante da expressiva quantidade de mulheres que migraram para novas profissões.

De acordo com Figaro (2018) as trajetórias profissionais femininas são demarcadas pela primeira divisão social do trabalho - uma divisão sexual. Isso, como uma consequência das atribuições de sexo/gênero¹. denominadas às esferas de espaço público e privado:

[...] foi reservado o lugar do espaço privado, da esfera dos filhos e da família; e ao homem, o espaço público, da conquista e da exploração. Esse é um problema que nos remete à história da propriedade privada. Preservar o corpo da mulher do domínio de outros homens é garantir saber quem serão os herdeiros. É assegurar o trato da propriedade enquanto se está fora. A determinação social de tipos de trabalho específicos ao universo feminino também significa atribuir papel de inferioridade à mulher, seu lugar de submissa, apegada a detalhes, exposta às diretivas dos mais fortes. Estabelecer o que serve ou não à mulher é uma ação de poder. Toda a concepção de família em nossa civilização está baseada na reclusão e na submissão da mulher. Essa trajetória de controle e submissão está relacionada à responsabilidade da mulher por gerar a vida. (FIGARO, 2018. p. 573).

Voltando nossa atenção para famosas jornalistas do fim do século XIX, vemos como suas percepções do mundo são negociadas perante aspectos associados ao imaginário masculino, assumindo assim uma postura disruptiva enraizada em preconceitos de gênero.

Ida Tarbell, já mencionada na introdução, ocupava uma posição dual quanto aos direitos das mulheres. Em 1912 a jornalista publicou o livro “The Business of being a Woman” que teve o título criticado pela sufragista Harriet Burton Laidlaw, que disse que o “negócio das mulheres” associava a imagem de haréns e casas de prostituição, fazendo com que as antifeministas recebessem o livro de bom grado (GASPAR, 2011).

Ela julgava que sufragistas e líderes sindicais confiavam erroneamente na força para alcançar seus objetivos e avançar no progresso social. Essa postura era muito comum entre contemporâneas de Ida. As anti-sufragistas acreditavam que as mulheres exerciam o direito de

¹ Dualidade apontada entre as palavras pela autora Gayle Rubin

sufrágio por procuração; devido a sua influência dominante sobre o marido e filhos, seus principais argumentos consistiam de que os “homens da família” certamente defenderiam seus direitos, interpretando este intermédio como adequado para sua representação na esfera política - através de seus maridos.

Mas Ida era solteira, e por vezes afirmou que a repulsa pelo casamento possibilitou que ela seguisse em sua carreira, talvez por associar o casamento a imagem feminino subordinado, como uma castração de sua liberdade individual - contribuindo sem querer para atuação feminina em um campo profissional majoritariamente masculino. Querendo ou não seu discurso foi apropriado por mulheres que não se importavam com os direitos das mulheres.

O processo de feminização do jornalismo é envolto em uma complexa articulação de fatores pessoais - primordialmente enraizado nas estruturas familiares. A presença de filhos, associada ao ciclo de vida das trabalhadoras, à sua posição no grupo familiar - como cônjuge, chefe de família, complemento da renda mensal, são fatores que estão sempre presentes nas decisões das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho. Essa última decisão, certamente, é mais premente para as chefes de família – mães solo ou mães com salário maior do que o do companheiro.

Apesar de no Brasil, atualmente, as mulheres no Jornalismo representarem uma maioria (com base na pesquisa Trajetórias dos Profissionais Jornalistas Brasileiros), verifica-se uma saída significativa do campo dos media quando esta atinge a faixa etária dos trinta anos de idade. De acordo com os dados comparativos coletados em 2017 - ao atingir o meio termo de 28 à 37 anos de idade. Circunscritas nas mudanças estruturais do mercado o presente trabalho podemos ainda visualizar através das entrevistas se para conciliar a vida familiar a uma carreira elas atuam como freelancers ou em profissões ligadas à comunicação, periféricas ao jornalismo, identificando então um outro rumo histórico da participação feminina no campo.

Visualizando estes fatos mundiais e específicos do território brasileiro, utiliza-se a perspectiva de Silva (2010) para ilustrar a crise identitária no Jornalismo, e adicionando um novo tópico - o jornalismo, mesmo com uma maioria de mulheres, é feminino?

Para compreender em um sentido geral as estruturas do Jornalismo, vislumbra-se a indefinição identitária a partir da crise deontológica que permeia o campo. Sua heterogeneidade interioriza estruturas oscilantes:

[...] Esse sentimento de indefinição é compartilhado por outros autores. Em um breve

ensaio, Elizabeth Bird (2009) parece oscilar entre a excitação provocada pelo potencial democratizante das novas tecnologias e a sensação de que o jornalismo tradicional se encontra em um momento de crise. Crise de valores, crise de identidade, crise financeira. (ADGHIRNI, PEREIRA, 2011, p. 5).

Esse processo identitário, em muito reflete na crise do jornalismo, principalmente se visualizarmos a profissão perante as estruturas patriarcais. Existe uma relação de codependência entre o Patriarcado e o Capitalismo, principalmente perante as noções de público e privado, onde:

[...] as funções de reprodução social (vida privada) se tornam função exclusiva das mulheres, ao passo que as tarefas da produção da vida (vida pública) se tornam função dos homens. Ocorre a separação entre o local do trabalho e a casa. Pela simbiose capital-patriarcado, expulsam-se as mulheres do mercado de trabalho no século. (SOUZA, 2015. p. 475).

Ao engendrar novas formas de se relacionar com o mercado, agenda-se uma nova mais valia. Que aceita a participação feminina impondo condições, muitas vezes condições apoiadas na precarização:

[...] mesmo com a divisão sexual do trabalho, o resultado deste era comum, não havendo a separação entre os frutos de acordo com a atuação de cada um, homem ou mulher. Quando a industrialização promove a saída dos homens para o trabalho assalariado, fora de casa, e já que a terra não mais garantia sua subsistência, a renda conseguida pelo homem sustentaria todos, criando-se uma relação de dependência econômica de novo tipo, que reforça ainda mais a opressão sobre as mulheres. (SOUZA, 2015. p. 479).

Instituindo assim características do Patriarcalismo (BARRETO, 2004), definindo estruturas sobre as quais enraízam-se as sociedades contemporâneas. “É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura” (BARRETO, 2004, p. 64). Demonstrando assim, como o patriarcado recebe apoio institucional das subjetividades patriarcais que marcam as gerações por anos, onde, “relacionamentos interpessoais e personalidade, são marcados pela dominação e violência” (BARRETO, 2004, p. 64).

O Jornalismo carrega em si estas marcas. Silva (2010) inicia uma linha de raciocínio neste sentido exemplificando as atribuições sociais ocidentais - homens como fortes e as mulheres, sensíveis. Estes padrões refletem em posições no mercado de trabalho, atribuindo assim a posição de determinado gênero dentro da redação. Além disso, para a manutenção de sua posição dentro deste ambiente, visualiza-se uma necessidade contínua de adequação. Uma

heteronormatividade compulsória (SILVA, 2010, p. 53) pode conformar parâmetros de atuação dentro da profissão, afinal constata-se que o jornalismo é, em essência masculino, e exige-se dele as atribuições que a sociedade espera dos homens - força, praticidade e objetividade.

Mesmo quando na escala hierárquica as mulheres ocupam cargos superiores ao masculino, o que exige-se delas enquadra-se socialmente nas características atreladas ao masculino. No entanto, mesmo quando mulheres chegam nestas posições o mercado às trata de forma diferente. De acordo com Pontes (2017) as mulheres em geral, não somente no campo do Jornalismo, ganharam em média 20% menos do que os homens em 2014:

Dois grandes veículos jornalísticos brasileiros divulgaram, com um misto de críticas e ponderações, os dados do Cadastro Central das Empresas (vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), que apontavam que as mulheres ganharam em média 20% menos do que os homens em 2014 (CAOLI, 2016; MULHERES..., 2016). Outra notícia, de Klein e Guimarães (2015) pelo Valor Econômico, destacou a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), a qual constatou que o salário das mulheres representava 74,5% do dos homens. A notícia publicada no Estado de S. Paulo por Alemi (2016) apresentou os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) com a informação de que as mulheres mais escolarizadas ganhavam menos 32% do que os homens ocupando o mesmo posto de trabalho. (PONTES, 2017, p. 1).

O Jornalismo demonstra, ao noticiar estas questões, indignação diante da inequidade, no entanto parece esquecer que dinamiza desigualdades em seu próprio campo. Em suma, suas estruturas apoiam-se nas seguintes características:

[...] a estruturação da atividade industrial da execução do jornalismo combinam e contrastam com as características estabelecidas pelo perfil das e dos profissionais que nele atuam. Como fenômeno mundial, os jornalistas detêm, na maior parte do mundo, ensino superior completo (com parte significativa de pós-graduados), uma entidade representativa da categoria e escolas de ensino específico e especializado em jornalismo (WEAVER; WILLNAT, 2012). Outra característica marcante em países como Austrália, Espanha e Grã-Bretanha é o processo crescente de feminização da categoria (WEAVER; WILLNAT, 2012, p. 530). No Brasil, nos últimos 20 anos, a feminização é estrutural e, sem dúvida, altera a dinâmica do jornalismo aqui praticado. Rocha (2004) fez um comparativo de dados sobre a proporção de mulheres e homens que trabalharam como jornalistas de 1986 a 2001 e já indicava a inversão da presença de gênero (da masculina para a feminina) na atividade. A pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, de 2012, ratificou essa tendência, demonstrando que dois terços da categoria são de mulheres (MICK; LIMA, 2013), o que torna urgente a discussão do que isso significa e para quais sentidos aponta. (PONTES, 2017, p. 4).

Mas mesmo diante de uma maioria feminina inegável, as mulheres podem ser interpretadas como as atrizes sociais mais precarizadas dentro do campo. Se aprofundarmos nosso olhar diante da crise que acomete a profissão, vemos que, a cada ano, existe uma

crecente juvenilização, e que como as mulheres são maioria, esse fator afetaria sumariamente os salários femininos. Neste sentido, uma vez que a vida seguisse seu curso, onde eventualmente as demandas financeiras são mais altas, como dentro de um casamento com filhos, e caso ocorra a solicitação de um salário mais elevado esse profissional é substituído por uma “nova leva” que aceita condições precárias:

É possível argumentar que o processo de feminização associado ao de juvenilização justificaria os salários mais baixos das mulheres no jornalismo. Oito em cada dez (80%) mulheres de até 30 anos recebem abaixo de cinco salários mínimos (72,5% dos homens), o que comprova que há fundamento na afirmação de que a juvenilização reduz salários e precariza as relações de trabalho. Metade das mulheres entrevistadas em 2012 que trabalhavam na mídia tinha menos de 30 anos e recebia menos de cinco salários mínimos, enquanto um terço dos homens entrevistados estava nessa situação. Portanto, o jovem ganha menos. A tese em favor da justificação dos baixos salários devido à juvenilização confirmaria ainda a distribuição não proporcional de cargos de prestígio e de chefia entre mulheres e homens. (PONTES, 2017, p. 7).

Figaro (2014) exemplifica como estes jovens jornalistas participam da criação de novos dilemas cotidianos, como a precarização - e assim, as “relações de trabalho, esse elo dourado com o jornalismo idealizado vai se desfazendo” (FIGARO, 2014, p. 30):

Vão aparecendo os dilemas do cotidiano, criados pela situação precária de emprego e salário, por ritmo acelerado de trabalho sem as condições necessárias para desenvolvê-lo, além das frustrações desencadeadas pelos embates das relações de poder nas empresas e/ou clientes aos quais prestam serviços. (FIGARO, 2014, p. 30 e 31).

As diferenças no tratamento destes profissionais, que segrega não pelo número, mas sim pelas atribuições atreladas a normatividade, destacando as consequências negativas que permeiam as relações de gênero e polarizando a distribuição de poderes. Assim, reproduz-se a estrutura patriarcal no âmbito do trabalho, impedindo uma reorganização pois o campo do trabalho é sujeito às organizações da sociedade.

Contudo, os homens estão sujeitos a pressões invisíveis que os empurram para cima na hierarquia, independentemente das suas intenções, interesses, motivações, ambições, ou esforço pessoal. Trata-se, segundo Williams (1995), de algo que está institucionalizado. É o conjunto destes vários fatores que faz com que os homens preservem e reproduzam, no local de trabalho, a *ordem do gênero* mais alargada (Connell, 2002), ou seja, que mantenham na organização os privilégios que têm na sociedade, não necessariamente por determinismo individual, mas porque as organizações também correspondem a essa manutenção de estatuto. Em suma, este fenômeno ocorre devido às expectativas de gênero dos trabalhadores, seres sociais, e da organização (Budig, 2002; Williams, 1995). (SANTOS, AMÂNCIO, 2014).

Pela perspectiva de dominadores e dominados, a longevidade dentro da profissão

também é um importante fator a ser analisado. Pois apesar de, até os 30 anos elas serem a grande maioria, depois disso existe uma evasão e o objetivo central deste trabalho é identificar o que as expulsa do Jornalismo. Conforme a idade aumenta, as jornalistas vão perdendo o espaço - seria então o pressuposto da juvenilização concreto. Quais os principais fatores da crise que as exclui do campo. Estas questões são realmente engendradas pela sociedade patriarcal. Como próximo passo de análise, sugere-se a interpretação do profissional precariado, imerso na crise, principalmente da profissional jornalista.

1.4 DINÂMICAS ECONÔMICAS E INIQUIDADES

As dinâmicas econômicas que circunscrevem o jornalismo são sujeitas às razões de mercado. As transformações da globalização contemporânea aderiram neste tecido de novas complexidades e armadilhas da lógica do capital. Harvey (2018) demonstra em seu livro “A loucura da razão econômica” como “a lei do valor internaliza o imperativo de formação do mercado mundial e remodelação das geografias de produção e consumo à imagem e semelhança do capital” (p.131)

O consumo de um novo modelo jornalístico redefiniu os contornos destes profissionais. A multifuncionalidade exigida para o campo de atuação criou vales entre a variedade de profissionais no mercado. Cria-se uma abstração quanto ao perfil do jornalista, onde o novo contexto define quem pode ocupar qualquer lugar que seja em campos de mudam junto de inovações comunicacionais. Desde a invenção do telégrafo vemos como a tecnologia do capital redefine perfis de mercado e perfis profissionais.

A invenção do telégrafo permitiu que preços de fechamento do trigo em Buenos Aires, Chicago e Danzig fossem impressos no dia seguinte, quando se abria o mercado de commodities em Liverpool e Londres. Exigiu grandes investimentos em infraestruturas físicas duradouras, que alteraram a superfície terrestre e facilitaram os fluxos geográficos de mercadorias e capital-dinheiro. Desde a época de Marx inovações e investimentos desse tipo assumiram um lugar de destaque na história tecnológica do capital. (HARVEY, 2018, p. 132).

As mudanças neste mercado mundial possibilitam novas operações de empresas jornalísticas em um ambiente digital, que não torna relevante o papel das diferenças geográficas, nascendo um mercado mundial de oferta de mão de obra freelancer ou de novos modelos de contratação, “forjado pela hipermobilidade do capital-dinheiro, que está se tornando cada vez mais uma realidade proeminente” (p. 132).

No campo do jornalismo manifestam-se iniquidades entre seus agentes, tanto entre as novas dinâmicas de trabalho (como por exemplo, *home office* e posturas empregatícias

flexíveis), quanto ao crescimento de relações de trabalho precarizadas, como vínculos de alta rotatividade, constante instabilidade e múltiplas atividades freelancers (conciliadas ou não com um emprego oficializado), sendo este último apoiado em uma espécie de contrato verbal entre as partes. O trabalhador circunscrito neste cenário é, muitas vezes, desprovido de direitos trabalhistas, sendo deixado à mercê do contratualismo “boca a boca”. Estes dois âmbitos criam uma polarização no mercado de trabalho - entre uma minoria elevada ao status de profissional e uma maioria de precariados - divisão que deixa suas marcas também no Jornalismo.

Muitas profissões dividem fronteiras com o Jornalismo, polarizando constantemente o status da atividade. Bourdieu (1989) fala sobre as delimitações, e também sobre as fronteiras que delimitam atividade e suas solvências:

[...] num estado do campo que se vê poder por toda parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que - sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de < círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma > - é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 1989, p. 7).

Di Bella (2011) explicita como as fronteiras de conhecimento jornalístico influenciam na colocação do profissional no mercado de trabalho, ainda que em seu trabalho observe apenas as fronteiras possíveis entre Jornalismo, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas. Ao identificar as “possibilidades e as condições de cooperação, de conflito e de negociação no âmbito” identifica-se o espaço ocupado por este novo perfil profissional em um novo modelo de mercado de trabalho que vem se transformando desde o desenvolvimento da sociedade da informação” (2011).

Para uma melhor compreensão das transformações e da cronologia do desenvolvimento da sociedade da informação, segundo a construção geopolítica do conceito de Mattelart (2005:45), ela ganha corpo entre os anos de 1960 e 1970, e permanece em expansão nos dias de hoje, com o surgimento de teorias sobre a revolução das comunicações que levaram a promessas de uma nova sociedade que deixou para trás, as entraves da era industrial para dar voz ao desejo de construir uma nova era, registrando uma total ruptura com o passado, onde todos teriam mais acesso à informação e ao avanço tecnológico. Nessa época, o mundo estava estruturado com base nas tecnologias que ignoram fronteiras e se colocam a serviço de empresas globais para edificar uma ‘sociedade do conhecimento’. (DI BELLA, 2011, p. 16).

Mattelart (2001) identifica a sociedade da informação como um termo que altera os

paradigmas tecno-sociais presente na sociedade pós-industrial, redirecionando as formas com que se efetivam atos comunicacionais, constituindo uma sociedade da comunicação que alterou às relações de forças, às continuidades e rupturas de uma promessa e de um projeto de reorganização social com base nas informações.

Ao identificar uma polarização entre os responsáveis pelo dinamismo comunicacional no mundo, percebe-se o estabelecimento de uma lógica liberal que inserida no processo de globalização, institui deficiências nos fluxos comunicacionais:

De inspiração liberal (do livre fluxo de mercadorias), a idéia preconizada é a de que os fluxos de informação e comunicação entre os diversos países do mundo deve ser completamente desregularizado, liberalizado – o que, na prática, como denunciam os teóricos do imperialismo cultural, significa que tais fluxos acabarão por serem ajustados pelo mercado, isto é, pelas forças desiguais dos países que ocupam diferentes posições no plano internacional. (ARAÚJO, 2009, p. 144 - 145).

As estruturas econômicas resultantes destes fluxos criam dinâmicas de vantagem relativa que atraem o capital, e reorganizam a distribuição da influência do setor informacional e de seus profissionais. Essa constante disputa pelo centro do campo influencia diretamente na identidade do profissional jornalista. Ao possuir características que agregam, e podem ser utilizadas em uma amplitude de cenários, Leite (2015) aborda as condições fronteiriças, lembrando que o profissional jornalista não detém “uma *expertise*, isto é, não faz parte das profissões que detém um conhecimento específico”:

O jornalismo não se define como uma carreira que detém o monopólio ou domínio do mercado de trabalho e, como resultado, não possui jurisdição sobre a atividade, não apenas a respeito do exercício da profissão, mas também quanto ao monopólio do saber especializado. Essa dificuldade em assegurar um monopólio para desempenhar certas atividades que outros estariam impedidos de cumprir leva a um questionamento com relação à capacidade da profissão de justificar sua jurisdição diante da competição com outras ocupações. Os profissionais do jornalismo não possuiriam o monopólio de jurisdição, o que abrange o uso legítimo sobre o saber especializado, lembrando-se que a fixação de jurisdição diz respeito ao ato de delegar as tarefas subordinadas e monopolizar as tarefas mais nobres e valorizadas, tanto com profissões fronteiriças, quanto dentro da mesma profissão. (LEITE, 2015, p. 27 e 28).

Leite (2015) reitera também que “atributos ou valores essenciais do jornalismo exaltados no discurso do profissionalismo, destacam-se a liberdade de exercício profissional, a manutenção de um grau de independência profissional, a capacidade de formar opinião, [...] ou traduzir uma opinião pública”.

Standing (2013), ao citar as características do profissional precariado diz que eles possuem confiança mínima com o capital, os diferenciando dos assalariados que contam com

uma quantia fixa ao fim de cada mês. Eles não possuem poder de barganha e não podem competir por garantias em termos de classe. Seu perfil também é peculiar, ele não se encaixa em posições de alto status e também não se encaixa em atividades artesanais de médio status. Em uma concepção marxista eles podem ser observados como desempregados que não tem expectativas de integração social.

Standing (2013) enfatiza ainda que uma das principais características do precariado não tem relação com seus níveis de renda e sim com a constante insegurança que é submetido, tanto pelos contratantes quanto pelo Estado, inviabilizando seu reconhecimento pessoal como cidadão pleno. Essa parcela da população sofre de sobrecarga informacional, conturbando seu estilo de vida principalmente por estar enraizado em um sistema de mercado neoliberal. A exploração é muitas vezes movida pela esperança por uma vaga concreta. Mas na maioria dos casos são assolados por sentimentos de ansiedade e medo, insegurança crônica devido a instabilidade que vive - sujeito a incerteza crônica.

O que resulta dessa realidade, no cenário do Jornalismo, é o aumento de profissionais nestes parâmetros. Esse sujeito está sob o estresse constante do tempo, devendo dedicar uma quantidade de tempo cada vez maior para o trabalho por tarefa, sem segurança ou carreira, dentro de prazos minúsculos que os mantêm exaustos, exercendo multitarefas, refletindo na esfera social como um enfraquecimento da democracia. Lima (2018) observa os indicadores da saúde dos jornalistas, e neste sentido ele observou que “condições externas e próprias do trabalho jornalístico têm relações de causa e consequência com os adoecimentos aqui trabalhados”.

O fator geracional do profissional que entra no mercado de trabalho onde imperam as condições de “desemprego estrutural, em consideráveis baixas dos ganhos salariais e precarização das atividades, vitimando homens, mulheres, crianças, velhos e, sobretudo, os jovens” (CAIRES, 2017?). Lima (2018) também interpreta os dados disponibilizados pelo *web survey* Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros pelas lentes da juvenilização - observando que, “os mais jovens sentem-se mais estressados, pois 63,7% dos que têm menos de 30 anos e 58,1% dos que estão de 31 a 40 anos manifestam essa condição (vale lembrar que 57,2% da categoria como um todo se sente estressada)”.

Evetts (2018) enfoca também as estruturas de mercado baseadas nos vieses ideológicos e construtos de gênero, realizando um levante temporal quanto às ocupações em relação ao conceito de profissionalismo:

O conceito de profissionalização é considerado o processo para alcançar o status de

profissão e tem sido interpretado como o processo para buscar, desenvolver e manter o fechamento do grupo, a fim de manter os próprios interesses profissionais dos profissionais em termos de salário, e poder, bem como a proteção de monopólio da jurisdição ocupacional (Abbott, 1988; Larson, 1977). Esta interpretação foi proeminente no campo nas décadas de 1970 e 1980 e foi associada a uma crítica das profissões como construtos ideológicos (Johnson, 1972). Esta interpretação diminuiu em popularidade recentemente (por exemplo, ver temas de artigos apresentados em conferências internacionais), embora sociólogos interessados em questões de gênero e diferenças continuam a criticar essa ideia de profissão. Esta crítica vê a profissão como uma construção de gênero (histórico) (Davies, 1995; Witz, 1992). Às vezes, no entanto, a profissionalização pode ser vista como um resultado positivo, como um processo que beneficiou grupos ocupacionais dominados por mulheres (por exemplo, obstetrícia) em competição com a dominância médica (Bourgeault et al., 2004). Além disso, o conceito de profissionalização continua a ser importante na análise de novas ocupações emergentes (por exemplo, consultoria de TI, gestão de recursos humanos, psicologia e trabalho de assistência social) talvez buscando status e reconhecimento pela importância do trabalho frequentemente padronizado da educação, formação e qualificação para a prática (Brint, 2001; Ruiz Ben, 2009). (EVETTS, 2018, p. 4).

Apesar da ocupação em casos pontuais, como os citados acima, as iniquidades estruturais de acesso ao mercado de trabalho são levantadas por Petrarca (2007) como muitas. Para a autora, o ingresso ao mercado é circundado por forças do universo social, como ascendências políticas, de partidos, sindicatos “que contribuem para as atribuições e usos que podem ser feitos do diploma”.

As profissões são ocupações que transformam a execução de negociações diárias, constituindo campos de atuação repletos de atores que possuem em comum um *know how* da atividade, na atualidade a precarização coloca profissionais contra profissionais, quando eles operam pela oferta e procura pelo menor preço. Rodrigues (2002) cita a perspectiva de Krause (1988) como um de seus exemplos que tentam encontrar um sentido comum para a compreensão do conceito de profissão, sob a ótica da profissionalização, sintetizando-se parâmetros circunscritos no capitalismo que instituem atividades mediadas pelo Estado (RODRIGUES, 2002, p. 103).

No entanto, o impulso humano é responsável por movimentar estas engrenagens já “ultrapassadas”, então seus agentes a partir de uma racionalidade mínima, instintiva, debate-se por um “objetivo de melhoria de situação”, intrínseco à condição humana. Assim, o neoliberalismo entra como um fator na equação das expectativas do *homo agens*, que objetiva um ramo, uma colocação, uma empresa e operacionaliza o objetivo e prazos de realização. Nesta corrente o caminho do “subjativismo” é o autogoverno do sujeito, que responsabiliza a imersão na sociedade de mercado pela criação do sujeito empresarial (DARDOT, LAVAL, 2017 p. 149).

Arendt (2000) indica que a condição humana é inserida na *Vita Activa*, que atua perante os eixos - labor, trabalho e ação. Assim, constituímos uma engrenagem onde o labor é

impulsionado pela força biológica - do corpo humano, o trabalho corresponde ao artificialismo da existência humana e a ação, que articula a condição humana com as demais esferas da vida. Estas articulações equilibram a gerência do sujeito, a ignorância que também faz parte dos participantes da sociedade de mercado, saindo e entrando incessantemente neste processo.

Ela ainda elabora um pensamento que dinamiza as esferas políticas e sociais circundando-as pela existência da esfera familiar. Nessa dinâmica, a autora vivencia a dificuldade em delimitar as divisões da esfera familiar:

O que nos interessa nesse contexto é a extraordinária dificuldade em compreendermos a divisão decisiva entre as esferas pública e privada, entre a esfera da e a esfera da família e finalmente entre as atividades pertinentes a um mundo comum e aquelas pertinentes à manutenção da vida, divisão na qual se baseava todo o antigo pensamento político, que a via como axiomática e evidente por si mesma. Em nosso entendimento, a linha divisória é inteiramente difusa, porque vemos o corpo de povos e comunidades políticas como uma família cujo os negócios diários devem ser atendidos por uma administração doméstica nacional e gigantesca. (ARENDR, 2000, p. 37).

Diante deste contexto de organização confuso, em que todas as esferas de vivência social acabam se sobrepondo, a profissional jornalista emerge como *freelancer*, ou profissional com habilidades passíveis de se adaptar em outras diversas. A informatização entra como fator normatizante para essa nova postura, possibilitando novas formas de trabalho mas também racionalizando o jornalismo como conhecemos. Recontar a trajetória da profissão, lembrando conceitos de gênero e de classe, terão, muito provavelmente, como fim novos rumos dentro da comunicação, periféricos ao jornalismo. Diante de uma rotina familiar apoiada na dupla jornada feminina, estes modelos de trabalho sem vínculo empregatício, horário pré definido e que exige multi habilidades se solidifica.

Esse fenômeno é tratado por Petrarca (2007) como socialização profissional, mas que pode ser ancorado nos recursos sociais que fazem parte da “entrada e ascensão de profissionais no Jornalismo” (PETRARCA, 2007). Petrarca objetiva então a análise da trajetória profissional social e suas interseções na vida profissional, identificando como as articulações entre identidade, trajetória social e profissional definem a ocupação de cargos no Jornalismo, e como um fator ajusta-se à outro.

A autora demonstra o quão estreita são as relações do Jornalismo com a política, conferindo assim toda uma possibilidade de atuação pelo viés político, sendo ele estatal ou na propagação discursiva. A participação política brasileira é majoritariamente atribuída ao homem. Como vimos anteriormente, ainda se reproduzem contratualistas baseados na questão

de gênero, conferindo ao homem a vivência do espaço público e a mulher e vivência do espaço privado. Um dos indicativos históricos mais relevantes de observação neste sentido é o direito ao voto no código eleitoral de 1932:

No Brasil, a luta das primeiras organizações de mulheres era pela educação e pelo voto, no final do século XIX. Uma das vozes destacadas era a da abolicionista e feminista Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte. E foi neste Estado que elegeu-se a primeira mulher para um mandato político - Alzira Soriano, em 1928, eleita prefeita de Lajes, não pôde terminar seu mandato. A Comissão de Poderes do Senado anulou os votos de todas as mulheres. O movimento decisivo para a conquista do voto pelas brasileiras chegou com Bertha Lutz, liderança dos ideais sufragistas que fundou em 1922 a Federação pelo Progresso Feminino. Na conturbada conjuntura daqueles anos da República Velha, quando a nascente classe operária principiava sua organização e lutas, os intelectuais rompiam com o pensamento tradicional, as classes médias pediam mais representação política e as mulheres queriam votar e serem votadas. A partir do triunfo do movimento revolucionário burguês capitaneado por Vargas, que sepultou a República Velha, criou-se nova conjuntura de avanços, entre eles o que abriu espaço à conquista pelas mulheres do direito ao voto. Este direito foi assegurado às mulheres pelo Decreto 21.076, de 24/02/1932, assinado por Getúlio Vargas. O artigo 2º dizia: 'É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código'. Inicialmente o voto feminino não era obrigatório, conforme o artigo 121: 'Os homens maiores de sessenta anos e as mulheres em qualquer idade podem isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral'. A obrigatoriedade do voto das mulheres surgiu a partir de 1946. (CAMPOS, 2013, p. 1-2).

O estreitamento do campo com a política, e em gerações e gerações de patriarcado, são fatores vinculados à não representatividade. Dados divulgados pelo Legislativo Federal indicam que menos de 10% das cadeiras nas Câmaras de Deputados são ocupadas por mulheres. Os dados refletem a dificuldade ainda vista para os mecanismos institucionais seja efetivo na busca pelos direitos das mulheres. Voltando essa perspectiva para o Jornalismo, mesmo que a maioria de profissionais do cenário seja feminina existe uma diferença entre feminização e feminilização - “[...] o estudo da feminização e da masculinização das profissões é chave para imaginar o desmonte das políticas e micropolíticas de poder que condenam homens e mulheres a determinados tipos de tripalium” (YANNOULAS, 2013, p.24). A feminização apontada por esta dissertação é voltada para compreensão quantitativa, indicando a crescente de mulheres na profissão, mas não demonstrando uma crescente discursiva e identitária que de fato supra as questões de representatividade do cenário, diminuindo inequidades no tratamento dos profissionais.

O campo, visualizado como um composto coletivo de gêneros, acaba por manifestar prioritariamente um. Silva (2010), constata que o jornalismo tem um gênero - o masculino. O desfecho é ainda maior ao constatar que ele também tem raça, classe social, geração e sexualidade, incitando uma hierarquia de privilégios voltadas aos homens cisgêneros,

brancos, de classe média/alta, heterossexuais e jovens. Podemos adotar a perspectiva de Welzer-Lang (2001) quanto ao constructo da sociedade masculina instituída desde a infância, delimitando questões comportamentais, “em nossas sociedades, quando as crianças do sexo masculino deixam, de certo modo, o mundo das mulheres, quando começam a se reagrupar com outros meninos de sua idade, elas atravessam uma fase de homosociabilidade” (WELZER-LANG, 2001).

Este modelo engendra uma “submissão ao modelo e obtenção de privilégios do modelo” (WELZER-LANG, 2001, p. 466), sendo ponto de partida para vários comportamentos hierarquizados nas relações intersexo. A dominação masculina condiciona neste sistema representações e práticas cotidianas, circundando, conforme esta dissertação demonstra, aspectos de mercado. Implementa-se nestes espaços de gênero masculino, podendo interpretar as redações como um destes modelos políticos de gestão comportamental:

Por razões históricas, as lutas dos homens contra a dominação masculina e as lutas para criticar o heterossexismo foram duas realidades sociais dissociadas. Cada paradigma naturalista cria e reproduz seu sistema próprio hierárquico de classificação no qual a homofobia divide, segmenta em oposições binárias, aqueles que parecem se adequar ao perfil do dominante e os outros. Se é homem ou mulher, macho ou hétero (diz-se geralmente ‘normal’), ou outro. (WELZER-LANG, 2001, p. 469).

Em 2012 as iniquidades, quantitativamente, se demonstravam de tal forma:

A maioria das mulheres (66,5%) detém renda de até cinco salários mínimos, percepção financeira que atinge metade dos homens (51,2%). Acima de cinco mínimos, a proporção inverte-se, pois 23,2% das mulheres ganham de cinco a dez mínimos (28,2% dos homens), 7,1% das mulheres de dez a vinte salários mínimos (12,9% dos homens) e 1,6% acima de 20 mínimos (4,9%). Entre os que recebem acima de dez mínimos, a proporção de homens é numericamente superior à de mulheres, inclusive. Em trabalho jornalístico na mídia (nas redações), a proporção reproduz a desigualdade de gênero. São 1.126 entrevistados que afirmaram trabalhar em veículo de comunicação; desses, há 671 mulheres (59,6%) e 455 homens (40,4%). Recebem abaixo de cinco salários mínimos 70,5% das mulheres (55,8% dos homens), 20,5% de cinco a dez mínimos (28,2% dos homens), 6% de dez a vinte mínimos (11,6%), e 1,5% acima de vinte (4,9% dos homens). (PONTES, 2017, p. 7).

Uma evidente demarcação da sociedade patriarcal consiste na diferenciação por atribuições a homens e mulheres, que reforçam estereótipos. Os índices citados acima acabam por reforçar as construções sociais. Biroli (2011) entende, que estereótipos circunscritos no jornalismo refletem como instrumentos para uma ordenação social:

O entendimento do que define os estereótipos, e de como circulam e produzem efeito, pode ser, nesse caso, apenas um desdobramento da compreensão que se tem do funcionamento dos meios de comunicação. Assim, se esses últimos são vistos como

responsáveis por um ambiente comunicativo rico, em que informações e visões de mundo diversas e conflitantes passam a fazer parte da vivência dos indivíduos, eles trabalhariam, em linhas gerais, *contra* a manutenção dos estereótipos. Mas se os meios de comunicação são vistos como instrumentos de uma ordem social desigual, reproduzindo informações e visões homogêneas que confirmam as perspectivas dominantes, eles poderão ser vistos como propagadores privilegiados dos estereótipos. Trabalhariam, nesse caso, *a favor* da reprodução de estereótipos que justificam ou são uma espécie de ‘caldo de cultura’ da própria dominação. (BIROLI, 2011. s/p).

De acordo com Aguiar (2000, p. 1) o pensamento social brasileiro é apoiado pelo “estamento burocrático no contexto de um patrimonialismo patriarcal”. Isso quer dizer que nos estruturamos em uma adaptação do capitalismo, liberalismo e patrimonialismo, tendo em vista que precisamos inserir a família nestes contextos a fim de sustentar o sistema:

[...] refere-se ao fato de que a relação entre família e Estado faz parte da teoria sobre a democracia liberal. No caso brasileiro, a teoria do patriarcado tem servido para a análise das relações de dominação que antecederam a emergência do sistema capitalista. Como relação de poder, teóricos do liberalismo desenvolvem esta perspectiva para discutir formas alternativas de resolução de conflitos e de desenvolvimento do processo decisório na relação entre Estado e Sociedade Civil. A família patriarcal e o modelo de relações políticas derivado da família estão no cerne dessa questão. Ao poder absoluto do rei, argumentam os adversários do patriarcado que todo sujeito adulto não mais necessita ser governado por uma autoridade que se assemelha à do pai de família. Se mesmo nas sociedades que separam o contexto privado do sistema de governo, e o primeiro se sobrepõe ao último, discute-se a noção das relações arbitrárias, como se dá, no contexto privado, a relação entre família e burocracia estatal quando o governo prepondera sobre o privado e o sistema jurídico não está constitucionalmente instituído? (AGUIAR, 2000, p. 4).

Completando que:

[...] o contraste entre a família como instituição privada e o poder estatal exercido pelo soberano apenas se coloca a partir da transformação do feudalismo em capitalismo. Porém, se o patriarcado é o princípio sob o qual o patrimonialismo se forma, é necessário incluir na análise a relação do patrimonialismo com a família, a não ser que a centralização governamental seja de tal forma idealizada que nada existe fora do domínio público. (AGUIAR, 2000, p. 4).

Tendo em vista a alta interação do jornalismo com as camadas do governo, podemos estabelecer uma relação entre as condições de trabalho que recaem sobre essa profissional mulher ao aceitar as regras do jogo. Sob a perspectiva de regras e estratégias de Bourdieu (1990), onde as transações matrimoniais são resultados estratégicos, estruturadas sobre trocas materiais e simbólicas que articulam a estrutura familiar, objetivando que o indivíduo se situe em um ponto de vista objetivista, a mulher jornalista - neste contexto, pode muito bem incorporar o jogo social a fim de se circunscrever perante certas regularidades.

Podemos interpretar então, o matrimônio e o conceito de profissão como estratégicos

às funcionalidades articuladas por Aguiar, onde as relações entre Estado, Sociedade Civil e família articulam politicamente a participação ativa dos sujeitos no contexto econômico liberalista atual. Essas articulações aliadas ao conceito de patriarcado podem ser contextualizadas nas relações entre mulheres e trabalho. Essas articulações aparecem em muitas pesquisas de autoria feminina, indo mais além - estabelecendo relações entre trabalho, remuneração e dupla jornada:

A escola de Florestan Fernandes, na qual incluímos Heleieth Saffioti, faz uso de uma combinação da teoria do patriarcado com a de classes sociais. A fusão dessas duas vertentes analíticas, no entanto, é revista pela literatura feminista internacional. Quando o patriarcado é compreendido como uma dimensão do sistema capitalista, diz-se que o enfoque é dual. Saffioti, da mesma forma que Fernandes, situa o patriarcado como um antecedente do capitalismo, procurando efetuar um enfoque histórico e assim evitar o dualismo. Fernandes, no entanto, aponta para o caráter dúbio do desenrolar histórico do processo brasileiro, quando a burguesia nacional apresenta um desenvolvimento limitado pelo capitalismo global, agindo frequentemente como estamento e não como classe. O conceito de patriarcado tem sido usado na literatura feminista internacional para significar as relações de poder entre homens e mulheres. As mulheres são subordinadas aos homens no sistema patriarcal. A combinação com a teoria marxista ocorre para construir uma base material para essas relações de poder. Nesse ponto, Hartmann (1981, p.1-42) fala da parceria entre o sistema capitalista e o patriarcado, observando, no entanto, que a incorporação das relações de dominação patriarcais no sistema capitalista tem resultado em um casamento infeliz entre feminismo e marxismo, pois as relações econômicas sempre constituem o fator principal de explicação. O objetivo da autora, contudo, é o de explicar as diferenças salariais entre homens e mulheres, observando que os salários masculinos são maiores do que os femininos porque incorporam a subsistência familiar, isto é, a manutenção dos filhos, inclusive a das esposas. Já dos salários femininos são subtraídos esses recursos. Capitalistas-patriarcas adotam essa norma estabelecendo um sistema diferencial de remuneração do trabalho para homens e mulheres. Este sistema de dominação garante o exercício das atividades domésticas pelas mulheres. Silvia Walby (1990) também procura explicar tanto as relações domésticas no casamento quanto as de trabalho remunerado na esfera capitalista com o conceito de patriarcado. Para esta, é o sistema capitalista que produz a cisão entre a residência e as atividades remuneradas originando uma nova situação de dependência para as mulheres. Essa nova forma de arranjo social, aponta Walby (1990), propicia o surgimento de uma também nova modalidade de patriarcado. (AGUIAR, 2000, s/p).

A partir desse raciocínio visualizam-se os construtos do contratualismo sexual, objetivando uma explicação quanto a dominação sexual nas estruturas da política moderna e do mercado de trabalho. Visando estes conceitos perante as noções de patriarcado, vemos que: “Quem quiser ganhar o que está em jogo apropria-se do que está em jogo” (BOURDIEU, 1990). Ou seja, atuar nesse campo, e obedecer as suas regras demanda que o indivíduo submeta-se espontaneamente a suas regularidades.

1.5 PROFISSÃO E CRISE

Exige-se uma faceta dual da mulher jornalista, principalmente a jornalista que subiu na hierarquia da redação. Uma vez que na vida privada exige-se posturas socialmente atribuídas à mulher e, no jornalismo, exigem-se atributos socialmente atribuídos aos homens. Estas questões permeiam o caminho da consolidação profissional, podendo até mesmo ser identificado nas entrevistas atuais - reveladas por esta pesquisa.

A distribuição sexual do trabalho apontada por Birolli (2016), é entendida como um fator que determina a produção do gênero e altera limites democráticos nas sociedades das quais fazem parte. Observando o contexto brasileiro, ela determina que o Brasil acompanha algumas tendências internacionais, como por exemplo a mulher manter mais tempo de ensino formal que os homens, e serem ainda a maior parte dos que terminam o ensino superior:

Com todas as transformações que ocorreram nas últimas décadas, as mulheres continuam a dedicar mais tempo às tarefas domésticas e a ter rendimentos médios menores do que os homens pelo trabalho desempenhado fora de casa. Isso se dá mesmo quando, como acontece no Brasil de hoje, acompanhando tendências verificadas em outras partes do mundo, as mulheres têm mais tempo de ensino formal que os homens e são a maior parte dos indivíduos que completam o ensino superior. A ampliação do acesso à educação e as transformações no padrão ocupacional não permitiram superar as desigualdades entre mulheres e homens nos rendimentos e a maior precariedade das primeiras nas relações de trabalho (A. Araújo e Lombardi, 2013; Bruschini, 2006; Bruschini e Lombardi, 2001; 2002). As relações de trabalho também expõem com clareza os padrões hierárquicos nas relações entre as mulheres, organizados por outras variáveis, entre as quais se destacam classe e raça. Como afirmou Heleieth Saffioti (2013:133), ‘se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada’, o que tem expressão clara no recurso das mulheres mais ricas ao trabalho doméstico mal remunerado e precarizado das mais pobres. Nesse caso, a concentração de renda é um componente incontornável das hierarquias, embora não suspenda os padrões de gênero na responsabilização pelo trabalho doméstico e no acesso a ocupações. O ponto aqui é que as desvantagens que atingem as mulheres não são suficientes para que se faça delas um grupo minimamente homogêneo. Nessa dinâmica, gênero, raça e classe organizam conjuntamente sua vivência. Em outras palavras, o gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe social, nem é acessório relativamente a essas variáveis. (BIROLI, 2016, p. 720)

O acesso ao mercado de trabalho observado por Birolli constitui determinados padrões de exclusão e de marginalização. Ela desenvolve um pensamento partindo da noção de trabalho não remunerado que as mulheres desenvolvem mesmo que empregadas em outro lugar. Não existe uma divisão igualitária do trabalho, “Elas constituem, assim, um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho não remunerado, direcionado a ocupações específicas, relativamente menos remunerado” (p. 721):

O sentido dessa hipótese é que, embora as hierarquias de classe e raça incidam na definição de quem tem acesso aos espaços de poder, a divisão sexual do trabalho e as formas da construção do feminino a ela relacionadas fazem com que as mulheres, por serem mulheres, tenham menores chances de ocupar posições na política institucional e de dar expressão política, no debate público, a perspectivas, necessidades e interesses relacionados a sua posição social. Têm, com isso, menores chances também de influenciar as decisões e a produção das normas que as afetam diretamente. A cidadania das mulheres é, portanto, comprometida pela divisão sexual do trabalho, que em suas formas correntes converge em obstáculos ao acesso a ocupações e recursos, à participação política autônoma e, numa frente menos discutida neste estudo, à autonomia decisória na vida doméstica e íntima (BIROLI, 2016, p. 722).

Ela ainda explicita que, grande parte dos trabalhos acadêmicos que observam a mulher no mercado de trabalho, partem de uma abordagem marxista:

No debate teórico que referenciou as análises sobre gênero e trabalho nas últimas décadas, foi entre as abordagens feministas marxistas que essa aproximação ganhou maior atenção. A posição das mulheres nas relações de trabalho está no cerne das formas de exploração que caracterizam, nelas, a dominação de gênero (ou o patriarcado). Trata-se de um conjunto variado de abordagens, atravessado pelo problema da correlação entre a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas. (BIROLI, 2016. p. 725).

O mercado de trabalho se estruturou “de forma precária e sem respaldo do Estado, com um permanente deslocamento da fronteira agrícola” (BRASIL, 2017). A precariedade nas organizações estruturais do mundo do trabalho foram absolutas até a série de providências trabalhistas que modificaram as relações entre o capital e o trabalho, privado e público: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o salário mínimo e a permissão para a existência das organizações sindicais.

Mesmo com estes direitos conquistados, fenômenos como crises financeiras e crises em determinados setores impulsionam a informalidade na contratação de profissionais. O subemprego, o emprego informal e os contratos informais de trabalho crescem quando existe uma insegurança social quanto a distribuição de renda, estimulando a busca por um complemento salarial. O perfil de profissional que compõe sua renda com trabalho doméstico e ocupações mais vulneráveis e de reduzida exigência de qualificação profissional não são mais os únicos que compõem o cenário informal.

Cada vez mais profissionais graduados são inseridos no contexto de múltiplas jornadas, no entanto a alta flexibilidade do cenário informal e ampla desigualdade sócio econômica insere-se a problemática das desvantagens enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho. Essas questões estão associadas às problemáticas de articulação do trabalho

remunerado com as responsabilidades familiares:

O trabalho doméstico e de cuidados, a esfera da reprodução social, contribui para melhorar as condições de saúde e educação, mas, simultaneamente, geram sobrecarga à mulher. Nesta condição, elas optam por empregos em tempo parcial e mais flexíveis, ou seja, empregos informais e precarizados, tendo em vista que os em tempo integral afetariam o bem-estar dos filhos. Como os dados disponíveis não constituem indicadores capazes de medir as atividades da esfera doméstica, marcada pela desigualdade, as políticas públicas não focalizam a construção da igualdade; deste modo, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho não se deu ao lado de uma reorganização do trabalho de cuidados domésticos, o que pode ocasionar, conforme o contexto em que se dá a vida da mulher, em feminização da pobreza. (BRASIL - CADERNOS DE FORMAÇÃO, 2017, p. 44).

Essa complexidade em muito se assemelha a lógica de precarização de Standing (2013), em que o profissional ao ver seus direitos cerceados volta suas amarguras para quem recebe algum apoio institucional do governo. A lógica da precarização então, no século XIX era medida pelo medo, o medo principalmente burguês de que com os direitos viessem novas responsabilidades que enfraqueceriam a economia, como o direito dos trabalhadores. De acordo com Leone (2013), a segregação feminina no mercado de trabalho salienta precariedades visualizadas na força de trabalho autônoma, ainda que de forma inferior a representatividade masculina neste setor:

As mulheres foram as responsáveis pelo crescimento do trabalho autônomo, porém deve-se destacar que a representatividade do trabalho autônomo na ocupação por conta-própria das mulheres é ainda bem menor que a dos homens (47,4% contra 65,4%, no caso dos homens, em 2006). Deve-se salientar, entretanto, que o trabalho autônomo é muito heterogêneo envolvendo, de um lado, pequenos negócios com base na força de trabalho dos membros da família e, de outro, trabalhadores isolados, muitas vezes assalariados disfarçados por aparente autonomia. (LEONE, 2013, p. 6).

Inserindo a profissional jornalista no conceito neoliberal atual, visualizamos uma atriz social imersa em uma concepção de mercado que atribui um papel central, subjetivando processos e assim refletindo uma realidade cambiante de livre circulação de mercadorias. Nesse cenário nada é estático, e sim um quadro de ações em cadeia, impulsionado por motivações psicológicas e competências específicas apreendidas e apropriadas por campos que conversam - um processo auto regulador que sistematiza novas dinâmicas.

Os impactos do neoliberalismo infiltram-se desde as camadas mais baixas, instalando uma disseminação de ideais e comportamentos que normalizam:

Creemos que a ideia de ‘envolvimento manipulatório’ do capitalismo que as autoras tratam vai além da cooptação de movimentos sociais ou de sindicatos. Tal ideia está ligada também à disseminação dos ideais do capital aos estratos mais baixos da

sociedade, com fins de reprodução dos valores da elite. Aqui é interessante dialogar com o conceito de racionalidade burguesa de Florestan Fernandes, o qual consiste na escolha política das elites nacionais pela consolidação do ‘poder burguês’ através do fortalecimento das estruturas e funções nacionais de sua dominação de classe”, pelo qual, ‘certos interesses’ especificamente de classe podem ser universalizados, impostos por mediação do Estado a toda a comunidade nacional e tratado como se fossem os ‘interesses da nação como um todo. (FERNANDES, 2005, p.301-306).(VAZQUEZ, FALCÃO, 2019. - Ano XXII - nº 43 - p. 371).

Concebe-se esta noção de mercado como um processo de autoformação, que constrói seu próprio sujeito - um sujeito autoconstrutivo, o *homo agens*. O termo citado por Standing (2013) ressignifica as habilidades pensantes do *homo sapiens*, insinuando uma adaptação de suas habilidades, inclusive profissionais, de readaptação econômica, na busca pela sobrevivência.

As mulheres neste sentido, desde a crescente participação econômica advinda dos anos 1960 (LEONE, 2013, p. 4), atuam subordinadas a diretrizes segregativas:

[...] embora muitas vezes isto signifique uma dupla jornada de trabalho, na medida em que elas continuam responsáveis pelos afazeres domésticos. No Brasil, em particular, tem aumentado, principalmente, a participação das mulheres casadas e com filhos. Esse aumento de participação que começou com as mulheres de famílias de melhor nível socioeconômico vem se difundindo para níveis socioeconômicos mais baixos (HOFFMANN; LEONE; 2004). É possível estabelecer uma relação entre o aumento da participação feminina e a queda da renda do trabalho masculino, o que acentua o aumento da participação da mulher na renda familiar (LEONE, 2000). Além disso, a maior participação das mulheres no trabalho extradoméstico vai diminuindo lentamente sua segregação em determinados tipos de ocupação. Entende-se a segregação ocupacional por gênero a sobre-representação das mulheres em determinadas atividades. O gênero constitui um critério para criar espaços de trabalho extradoméstico socialmente diferenciados e hierarquizados (OLIVEIRA; ARIZA, 2001). Assim, o gênero marca, em geral, as oportunidades dos indivíduos no mercado de trabalho, criando restrições às mulheres para ocupar postos de trabalho de maior prestígio social, limitando suas possibilidades de mobilidade e reforçando a disparidade de remunerações entre homens e mulheres. Para ABRAMO (2004), a segregação ocupacional de gênero é uma das expressões mais evidentes da discriminação que está relacionada a construções culturais e sociais que atribuem lugares e valores diferenciados ao trabalho realizado por homens e mulheres na atividade econômica. Devido à segregação ocupacional, as mulheres se concentram em poucos setores econômicos, principalmente no setor de serviços em ocupações pior remuneradas e de menor nível de responsabilidade. A segmentação do mercado de trabalho apresenta expressões diferentes que incidem na qualidade dos empregos. Assim, por exemplo, no que tange ao local de trabalho, os homens trabalham predominantemente em escritórios ou fábricas enquanto entre as mulheres é mais comum o trabalho no próprio domicílio (OLIVEIRA e ARIZA, op. cit). No trabalho extradoméstico é possível distinguir dois tipos de situações conforme o objeto da transação. No mercado de trabalho por conta-alheia o objeto de intercâmbio é o próprio trabalho. No trabalho por conta-própria pode ou não haver intercâmbio. Assim, não há intercâmbio nas atividades de autoconsumo agrícola e autoconstrução que recentemente passaram a ser consideradas atividades econômicas (no passado, eram consideradas trabalho doméstico). No trabalho por conta-própria para a venda, o objeto de intercâmbio não é o trabalho, mas o produto do trabalho seja este um bem produzido ou a prestação de um serviço. A diferença entre trabalho por contra-alheia e conta-própria é na verdade a diferença entre trabalho assalariado e não-assalariado.

Os limites entre trabalho assalariado e não-assalariado são difíceis de estabelecer. Ambos são extremamente heterogêneos e envolvem diversas categorias de trabalhadores. O trabalho assalariado, por um lado, está constituído pelos empregados de estabelecimento e pelo serviço doméstico remunerado e o trabalho não-assalariado, de outro, abarca as categorias dos empregadores, autônomos, não-remunerados, produção no autoconsumo e autoconstrução. No trabalho assalariado distingue-se o emprego formal (com carteira, estatutário e militar) do emprego sem carteira de trabalho. (LEONE, 2013, p. 4 e 5).

Dentro do campo do jornalismo esse profissional operacionaliza seus conhecimentos, atuando como um fio condutor do mecanismo social que propicia um sistema de vivência mediado pelo preço. Essas formulações profissionais são sempre instituídas a partir de um contexto sócio-econômico, colocando o jornalismo sob estas lentes podemos identificar perfis profissionais: um que é quase que um neologismo de proletariado e o segundo que os identifica como classe fragmentada, as identificando por um comportamento coletivo. Inserindo estes dois vieses de análise perante a inserção de mulheres em um campo, vemos ainda mais disparidades.

As disparidades, são em grande parte amparadas a uma perda histórica de direitos:

O avanço do neoliberalismo no contexto de pós-ditaduras militares na América Latina culminou no ‘processo de desmobilização social em torno da garantia das conquistas históricas duramente alcançadas pelos diversos sujeitos sociais no capitalismo tardio da América Latina’ (CISNE; GURGEL, 2008, p.74). Tal processo enfraquece as lutas históricas dos movimentos sociais por políticas públicas de qualidade e que contribuem para a emancipação da mulher, que se vê, portanto, sobrecarregada de encargos familiares e da necessidade de buscar espaços de trabalho. (VAZQUEZ, FALCÃO, 2019. - Ano XXII - nº 43 - p. 371 - 392).

As autoras complementam ainda que:

A agenda neoliberal inclui a mulher no mercado de trabalho, porém trata-se, sobretudo, de trabalhos precarizados e mal pagos. E é exatamente a sobrecarga de trabalho doméstico imbuída às mulheres que faz com que elas acabem aceitando, mais por necessidade que por desejo, empregos secundários. No que tange aos serviços de caráter reprodutivo, as autoras Clara Araújo e Moema Guedes realizaram pesquisa onde pretendiam analisar as percepções das pessoas residentes no estado do Rio de Janeiro sobre tais serviços. (VAZQUEZ, FALCÃO, 2019. - Ano XXII - nº 43 - p. 371 - 392)

A determinação sobre quem participa de determinado mercado é disposta pela situação em que este capital é inserido. Os modos de produção são apoiados 'na apropriação privada dos produtos do trabalho social que o trabalhador reproduz' (SAFFIOTI, 1976, p. 14), reproduzindo o perfil dos que compõem determinado sistema produtivo, apoiando estas noções inclusive na divisão sexual do trabalho:

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais. Lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais. A elaboração social do fator natural sexo, enquanto determinação comum que é, assume, na nova sociedade, uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social. Aparentemente, no entanto, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria sexo feminino que determinam a imperfeição das empíricas das sociedades competitivas. A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher. As barreiras que a sociedade de classes coloca à integração social da mulher, todavia, não apresentam, no processo de seu aparecimento e vigência, muita uniformidade. Na medida em que esses obstáculos são regulados pelas necessidades da ordem imperante na sociedade competitiva e não pela necessidade que porventura tenham as mulheres de se realizar através do trabalho, as oportunidades sociais oferecidas aos contingentes femininos variam em função da fase de desenvolvimento do tipo social em questão ou, em outros termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas. O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. (SAFFIOTTI, 1976, p. 19).

A identidade feminina, é por gerações apoiada em características atribuídas a identidade desta atriz, separações invisíveis que imputam responsabilidades sociais determinantes quanto às suas capacidades de intercessão com a vida familiar e vida profissional/pública. Quando Saffiotti fala sobre a barreira de acesso de mulheres burguesas as esferas produtivas, ela aproxima-se da crítica proposta por Virginia Woolf (2022) em *Um Teto todo seu*, ensaio em que ela reconta a participação feminina na escrita de ficção e, mesmo partindo de um lugar de privilégio por ser um membro letrado integrante da elite ela ilustra tais barreiras. Pensando que Saffiotti parte de um contexto intelectual marxista em suas elucidações, vale lembrar que a mulher pobre era explorada desde a idade média e que, com a ruptura do cenário feudal com a crescente capitalista, mãos femininas eram consideradas delicadas o suficiente para a limpeza do então moderno aparato industrial.

O corpo é inserido na divisão sexual do trabalho, pois atua determinando o destino natural dos sexos:

O modelo tradicional considera as mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico (reprodutivo) e os homens, pelo trabalho profissional (produtivo). Um segundo modelo é o da conciliação, que implica a ideia de conciliar os trabalhos doméstico e profissional como forma de garantir a igualdade de oportunidades entre os sexos. Na prática, porém, a responsabilidade por conciliar esses dois trabalhos recai

exclusivamente sobre as mulheres. (FREITAS, 2007, p.9)

Demarcando questões biológicas que caracterizam etapas na vida profissional, marcações espaço-temporais e relações sociais podemos ver que o trabalho das mulheres não depende unicamente da demanda do mercado e das suas qualificações para atendê-la, investiga-se então o processo de feminização da profissão e suas interfaces com a história do jornalismo, demonstrando então as ocupações atuais destas mulheres. Dados de 2012 demonstram que as mulheres representam 63,7% das atuantes no mercado brasileiro em jornalismo, sendo 36,3% compostos por homens, revela-se ainda que a uma maioria é jovem e branca (MICK; LIMA, 2013). No entanto, o número de mulheres atuando nos impressos é menor, não chega a 50% (ROCHA, 2004; LEITE, 2015). Ainda de acordo com Leite (2015) a presença das mulheres em redações de jornal impresso é historicamente atrelada a produção de *soft news*.

2 TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE PROFISSIONAIS JORNALISTAS BRASILEIROS

Como apoio aos dados qualitativos, utiliza-se o *web survey* sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros entre 2012 a 2017 (PONTES, MICK, 2018), que obteve 1233 respostas dentre os 4.216 profissionais entrevistados. Além disso, apoia-se em artigos realizados a partir dos dados destes mesmos trabalhos. A pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro consolidou dados sobre as condições demográficas, de trabalho e políticas dos jornalistas brasileiros, possibilitando uma comparação com dados da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro prospectando assim as mudanças na vida dos profissionais jornalistas (LIMA, 2018). Cinco anos após sua consolidação, emerge a pesquisa Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros (2012 - 2017) que obteve respostas atualizadas quanto enquete de 2012, propiciando uma compreensão quanto a fatores da vida destes indivíduos:

[...] uma análise sobre a trajetória profissional do indivíduo no trabalho jornalístico, quantidade de vínculos empregatícios, mudanças de regime de trabalho (carteira assinada, temporário, *freelancer*; prestador de serviços ou contratação como pessoas jurídicas), aumento da quantidade de empregos e de horas trabalhadas, multifuncionalidade, salário, saúde no emprego, desemprego, abandono da profissão etc. Ao comparar as respostas nos dois questionários, pretende-se compreender permanências e mudanças no trabalho dos respondentes. As 1.233 respostas obtidas advêm de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal. Participaram da pesquisa 754 mulheres (61,2%) e 479 homens (38,8%), o que corresponde aproximadamente à proporção da maioria feminina do jornalismo brasileiro (dois terços da categoria) (MICK; LIMA, 2013). Quanto à cor e raça, 73,1% das respondentes declararam-se brancas, 19,9% pardas e 4,4% pretas. Os respondentes, em 2017, concentram-se nas faixas de 26 a 30 anos (27,7%, sendo que apenas 2,6% têm até 25 anos), 31 a 35 anos (27,4%) e 36 a 40 anos (14,3%). Pertinente a uma amostra majoritariamente acima dos 30 anos, em sua congruência com os ciclos de vida, 32,9% dos respondentes declararam estar casados e 19,9% em união estável, o que soma 52,8% - em comparação com 2012, quando 33,8% encontravam-se casados ou em união estável. A inversão se materializa no número de solteiros, que eram 60,5% em 2012 e em 2017 passaram a 39,4%. [2] O casamento e a união estável têm por marcas, em sociedades ocidentais, a busca por solidez financeira e construção de família, ciclo fortemente impactado por momentos de crises. (MICK; PONTES, 2018)

A identificação do corpus quantitativo desta pesquisa - 86 mulheres que saíram do Jornalismo - é composto a partir destas duas bases, possibilitando uma estratificação, uma parcela dos entrevistados, para a composição desta nova pesquisa.

A pesquisa de Mick e Lima (2013) Perfil do Jornalista Brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Ela apresenta resultados quantitativos de enquete com 2.731 profissionais, realizada entre setembro e novembro do ano passado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP), em convênio com

a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). O projeto teve o apoio da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ). Nela vemos como a categoria tornou-se majoritariamente feminina (64%) e jovem (59% têm até 30 anos). Entre outros dados, o levantamento constata que 98% da categoria tem formação superior e 40% já com pós-graduação. Dos jornalistas, 59,9% recebem até cinco salários mínimos, aproximadamente 50% trabalham mais de oito horas por dia e 27% trabalham em mais de um emprego. A pesquisa aferiu a distribuição dos profissionais por tipo de atividade: os que atuam principalmente na mídia são 55%, os que atuam em assessoria de imprensa ou outras atividades jornalísticas fora da mídia são 40%, e os que atuam como professores são 5% (UFSC, 2013).

Cinco anos após a pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, iniciou-se um novo *web survey*, intitulado - Trajetórias dos Profissionais Jornalistas Brasileiros - que prospecta as respostas de 2012 e identifica as mudanças no cenário cinco anos após as respostas de 4.216 participantes. O novo *web survey* obteve 1.233 respostas válidas, possibilitando uma comparação aos respondentes de 2012 Mick e Pontes (2017).

Utilizando os dados possibilitados pela pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012, outras pesquisas emergiram, como é o caso de Lima (2013), que articula questões quanto a profissionalização perante a influência da sindicalização, identificando possíveis causas do fenômeno. O artigo compara as características demográficas, políticas e de trabalho dos sindicalizados e dos não sindicalizados, identificando assim como indicadores de caráter político-ideológico influenciam nas trajetórias profissionais.

Pontes (2017), a partir de dados da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro apontou as desigualdades estruturais de gênero perante o perfil das jornalistas brasileiras. O autor parte de dados gerais quanto o trabalho feminino no Brasil, nos situando de que a “situação das mulheres que trabalham no jornalismo brasileiro não difere das condições das trabalhadoras brasileiras destacadas nas reportagens jornalísticas e nos relatórios”.

A pesquisa de Pontes mapeia ainda a contribuição acadêmica de pesquisadoras que estudam as representações de gênero no jornalismo nacional:

Soma-se a esforços realizados por pesquisadoras como Biroli (2010), Martinez, Lago e Lago (2016) e Rocha e Kikuti (2016) que estudam as representações de gênero presentes no jornalismo brasileiro; de pesquisadoras como Koshiyama (2007), Kosvoski e Rocha (2016) e Veiga (2012, 2014), as quais realizam o esforço de contar a história das jornalistas e as características de reprodução do machismo no sistema produtivo jornalístico, a analistas como Rocha (2004) e Leite (2015), que atestam as

diferenças de renda e oportunidades no jornalismo paulista e brasileiro, e se soma a estudos internacionais de característica demográfica que enfatizam a peculiaridade da situação das mulheres quando atuam como jornalistas (VAN ZOONEN, 2002; SUBTIL, 2009). (PONTES, 2017, p. 2).

Mick e Pontes (2017) a partir do survey - Trajetórias dos Profissionais Jornalistas Brasileiros - realizado no final de 2017 com jornalistas que responderam a pesquisa de perfil da categoria profissional cinco anos, indicaram as influências da crise no mercado de trabalho dos jornalistas. Nesta pesquisa, pontuam-se as transformações econômicas, tecnológicas e políticas que estruturam o campo contemporâneo dos mídia, e as influências que jornalistas, direta e indiretamente sofreram durante esse processo.

Ainda sobre a crise Mick e Estayno (2018) observaram as carreiras interrompidas na mídia e a estrutura dual da profissão no cenário de crise, também partindo do survey sobre Trajetórias Profissionais de Jornalistas Brasileiros. Nesta pesquisa encontramos dados importantes sobre os profissionais jornalistas brasileiros que saem da mídia:

Em cinco anos, cresceu significativamente o número de profissionais que se afastaram da profissão – por aposentadoria, desemprego ou emprego em atividade não jornalística. Em 2012, esse grupo era formado por 22% dos respondentes e, cinco anos depois, a taxa cresceu para 38% – ou seja, nesse intervalo de tempo, o total de jornalistas fora da profissão pode ter chegado a quatro em cada dez, reforçando as hipóteses dos estudos que têm descrito o jornalismo como um ofício de curta duração, praticado predominantemente por jovens que, a partir de certo momento em suas vidas adultas, decidem se deslocar para outras atividades. Como notaram Pontes e Mick (2018), desses 16 pontos percentuais, a maior parcela (11 pontos) é de profissionais que já trabalharam como jornalista, estão empregados agora, mas não na profissão. O segundo principal fator de desengajamento profissional é o desemprego: o volume de não-ocupados entre os respondentes cresceu de 5% para 8%. Com taxas menores, aposentadoria e dedicação integral aos estudos completam o quadro de desengajamentos. As proporções são idênticas no subgrupo de trabalhadores de mídia. Os respondentes que deixaram a profissão saíram sobretudo de trabalhos na mídia, mas também fora da mídia houve redução de postos de trabalho, embora bem menor. [...] compara os tipos de atividade dos jornalistas em 2012 com aqueles que os respondentes exerciam em 2017. Os dados indicam que: a) o grupo de mídia tem o menor percentual de trabalhadores que permaneceram na mesma área de atuação (49,5%, menos da metade). (MICK, ESTAYNO, 2018, p. 7).

Lima (2018), também amparado pelo *web survey* de 2017, publicou um artigo que levanta os indicadores de saúde do jornalista brasileiro. Nele consta que 57% dos respondentes declaram se sentir estressados, 37% receberam diagnóstico de estresse, 16% de transtorno mental, 24% são diagnosticados com LER/DORT e 26% fazem uso regular de antidepressivos. Ele visualiza ainda como os períodos de crise influenciam na saúde deste profissional, objetivando como a precarização aumenta as chances de adoecimentos físicos e mentais.

Neste levantamento de dados também surgem itens interessantes para esta dissertação, como as mudanças estruturais nas composições de atuação perante o campo:

A maior diferença que a pesquisa de Trajetórias revela em relação à situação dos respondentes em 2012 e 2017 é na atividade jornalística que desempenham (na mídia, em assessoria ou na docência) e no contingente que está fora da profissão. Pontes e Mick (2018) expõem que nos últimos cinco anos houve um salto de 22% para 38% no contingente de profissionais que deixaram de atuar no jornalismo, 8% deles desempregados (quando em 2012 o nível era 4% dentre esses mesmos sujeitos) e 19% trabalhando em atividades não jornalísticas (eram 8% em 2012). A saída do mercado propriamente jornalístico teve maior impacto sobre os jornalistas que trabalham na mídia. (LIMA, 2018, p.8).

Identifica-se assim as migrações e exclusões que este profissional encarou no curto período de cinco anos. Lima (2018) ainda afunila sua análise perante as questões de gênero, verificando que “as condições de trabalho das mulheres no jornalismo brasileiro, principalmente na mídia, são mais precárias”:

Elas trabalhavam o mesmo que os homens, ganhavam menos, tinham menos acesso a benefícios e estavam em 2012, de modo geral, mais insatisfeitas que eles. Considerando o total dos respondentes, tem-se que 662 são mulheres; dessas 401 se sentem estressadas ou 60,6% do total específico deste gênero. No caso dos homens, 431 responderam e destes 224 se sentem estressados, o que equivale 52% do total do gênero. (LIMA, 2018, p.8)

Indicando que, entre os “os aspectos sociodemográficos que indicam iniquidades, nenhum é tão forte quanto o gênero” (LIMA, 2018). Estas desigualdades estruturais de gênero são ponto de partida no trabalho de Pontes (2017) perante o perfil das jornalistas brasileiras. O autor parte de dados gerais quanto o trabalho feminino no Brasil, nos situando de que a “situação das mulheres que trabalham no jornalismo brasileiro não difere das condições das trabalhadoras brasileiras destacadas nas reportagens jornalísticas e nos relatórios”.

A pesquisa de Pontes mapeia ainda a contribuição acadêmica de pesquisadoras que estudam as representações de gênero no jornalismo nacional:

Soma-se a esforços realizados por pesquisadoras como Biroli (2010), Martinez, Lago e Lago (2016) e Rocha e Kikuti (2016) que estudam as representações de gênero presentes no jornalismo brasileiro; de pesquisadoras como Koshiyama (2007), Kosvoski e Rocha (2016) e Silva (2012, 2014), as quais realizam o esforço de contar a história das jornalistas e as características de reprodução do machismo no sistema produtivo jornalístico, a analistas como Rocha (2004) e Leite (2015), que atestam as diferenças de renda e oportunidades no jornalismo paulista e brasileiro, e se soma a estudos internacionais de característica demográfica que enfatizam a peculiaridade da situação das mulheres quando atuam como jornalistas (VAN ZONEN, 2002; SUBTIL, 2009). (PONTES, 2017, p. 2).

Estreitando os dados já concebidos por estes pesquisadores, e, identificando novas características quanto a atuação feminina no campo do Jornalismo, este trabalho utiliza como base as pesquisas Perfil do Jornalista Brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012 e a pesquisa Trajetórias dos Profissionais Jornalistas Brasileiros, a fim de identificar quais são os motivos que excluem as mulheres do que trabalhavam na mídia em 2012. Dessa forma se dá continuidade à pesquisa de trajetórias, a partir da estratificação de dados para a explicação de um fenômeno.

2.1 TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DOS JORNALISTAS NA PESQUISA BRASILEIRA

Existe um esforço de pesquisa em identificar a trajetória do profissional jornalista, utilizando variadas vertentes e recortes temporais como lentes de investigação, idealizando então um perpasso metodológico que tem neste vislumbre uma ferramenta de apoio. Observam-se nestas publicações demarcações sociais que estes profissionais partilham, como determinantes econômicas, de gênero e demais articulações possibilitadas pela esfera profissional. Explicita-se a seguir uma ordem temática quanto às influências que a pesquisa em questão possui, tendo em vista as datas de publicação e os recortes temporais utilizados.

Sobre o exercício da profissão Petrarca (2007, 2008, 2010) analisa a influência do Estado e os mecanismos sociais que moldam o profissional, propiciando uma ampla visão da atuação profissional, apoiando-se em princípios históricos como o colonialismo como ponto de partida. Em sua tese - “O Jornalismo como Profissão”, Recursos Sociais, Titulação Acadêmica E Inserção Profissional Dos Jornalistas No Rio Grande Do Sul - ela instiga o processo que forma estes profissionais, e como ele influencia na inserção deste profissional.

Desta forma, questões delimitantes, como condição financeira pessoal e familiar, influências do estado e das entidades de educação que estes atores e atrizes estão inseridos, atuam diretamente nas entradas da profissão do indivíduo. Os níveis de escolaridade da família também são uma determinante para o crescimento do profissional na hierarquia da profissão. Petrarca realiza uma minuciosa coleta de dados que identifica que filhos de pais com nível superior ocupam posições mais altas na hierarquia do Jornalismo - mesmo que a grande maioria dos jornalistas sejam filhos de famílias humildes, rurais e não escolarizadas.

Além disso, Petrarca observa as interferências, ao longo de grande parte de suas publicações, sobre “a construção do Estado Nação e o projeto proposto para a organização dos universos profissionais no Brasil” (PETRARCA, 2010), garantindo uma seleção sócio-política para a ocupação dos cargos no campo. Vemos pela perspectiva da autora que a

profissionalização do jornalismo está altamente enraizada no crédito social do indivíduo, nas marcas e privilégios que os colocam muitas vezes onde estão.

Voltando o olhar para a feminização das redações Rocha explicita crescente o que motiva a mulher em sua trajetória profissional e como as jornalistas adaptam suas relações profissionais e familiares. Para tal, Rocha (2004) parte da definição de profissão proposta por Freidson (1998), entrelaçando assim as questões de vida privada e pública das mulheres jornalistas:

A carreira de jornalismo registrou um aumento na participação feminina após a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. Tomamos como referencial a definição de profissão dada por FREIDSON (1998) na qual, a profissionalização e sua especialização estão interligadas ao processo histórico, às mudanças políticas, sociais e econômicas. É uma transformação decorrente da mobilidade coletiva. A história das profissões tem seu marco no industrialismo capitalista do século XIX, quando aumentou a competitividade no campo de trabalho. As ocupações começaram a buscar um lugar seguro na economia e a disputa levou à criação de associações e instituições próprias. Surgiram as associações, os credenciamentos, a licença, o registro e os cursos superiores. Para o autor, são estes fatores que elevaram o status de algumas ocupações para a esfera da profissão. (ROCHA, 2004, p. 4).

No período de 1986 a 2001, houve um crescimento de mulheres nas redações do Brasil. Em 1986, as mulheres detinham 6.176 postos de trabalho e em 2001, passaram a ocupar 9.568 postos, um aumento de 35,42%. Segundo estatísticas do Ministério do Trabalho, em 1999, as mulheres não eram maioria em nenhum dos setores da imprensa no país. Em jornais elas correspondiam a 37,87%, com 2.988 postos do total de 7.890. Em agências eram 44,68% com 147 postos do total de 329. As emissoras de rádio representavam o setor mais conservador: as mulheres totalizavam 28,78% do total de 1.251 profissionais. A televisão empregava 49,69% jornalistas, 1.291 dos 2.598 funcionários. Em revistas, as mulheres correspondiam a 49,60%, 679 postos do contingente nacional de 1.363; e nos setores extra-redação elas atingiam 49,61%, com 3.231 de 6.513 empregos. Em 2000, o número de mulheres com curso de graduação atuando no mercado era maior que o de homens: 53,91% homens com curso superior, contra 73,16% de mulheres (ROCHA; SOUSA, 2008). Os dados apontam que o processo de feminização no jornalismo não ocorreu proporcionalmente igual em todos os veículos, ao contrário, foi desigual e mais acentuado nos veículos menos tradicionais (ROCHA, 2008; SOUSA, 2008).

Também articulando a feminização e a vida na esfera privada das jornalistas mulheres vemos a pesquisa de Leite (2015), que em sua tese analisa as articulações entre profissionalismo, diferença, gênero e geração na carreira de jornalismo, a partir do exame dos discursos de jornalistas da cidade de São Paulo. Demonstra-se dessa forma quais são as

especificidades quanto ao processo de profissionalização feminina do jornalismo no Brasil. Suscita-se no momento das entrevistas as particularidades de cada vida, humanizando os dados, e lhes devolvendo um rosto e uma história. As articulações quanto a vida das profissionais jornalistas, entre dados e entrevistas, organizam a assimilação dos discursos reproduzidos pelas profissionais.

O olhar das pesquisadoras Rocha (2004) e Leite (2015) buscou entender na sociologia das profissões características do movimento de feminização, visualizando setores de mercado, motivações para a escolha da profissão e as particularidades de cada vida. Ainda que sobre momentos distintos, e singularidades próprias das mulheres que participaram de ambas as pesquisas, como: movimentos sociais, escolhas políticas, orientações sexuais, casamentos, maternidades e relações familiares, é possível visualizar como o amparo em teorias feministas possibilitou a identificação de “dinâmicas, instáveis, múltiplas e contraditórias, ao invés de pensar em uma essência fixa que pertence ao indivíduo” (LEITE, 2015).

As jornalistas brasileiras, segundo a Abraji (2017), enfrentam inúmeras mazelas cotidianas para se manter no campo. Junto de dados levantados pelo Gênero e Número as organizações apresentaram análises narrativas sobre o dia a dia dessas profissionais utilizando cinco eixos temáticos: 1) Satisfação pessoal no trabalho 2) Percepção de atitudes sexistas e formas de assédio no trabalho 3) Avaliação sobre chances e oportunidades 4) Percepção do impacto de gênero no desempenho profissional 5) Avaliação sobre gênero e a cobertura midiática.

Estes eixos revelam as dimensões da relação entre gênero e profissão consideradas relevantes pelas próprias jornalistas. Os dados revelam que as mulheres estão atentas aos comportamentos discriminatórios no ambiente de trabalho, “as participantes mencionaram episódios de discriminação de gênero em diversos momentos como contratação, demissão, promoção no trabalho, definição de salário, direitos, distribuição de tarefas e oportunidades de crescimento profissional e até mesmo definição de escalas de trabalho”, direcionando estas questões como um reflexo das desigualdades de gênero visualizadas na atualidade.

Foi possível observar tais fatores na elaboração de minibiografias, processo utilizado para a estratificação de informações pré-concebidas sobre as mulheres entrevistadas na presente dissertação. Partindo do *web survey* - trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros de 2012 a 2017 (PONTES, MICK, 2018), que obteve 1.233 respostas de todos os estados, do Distrito Federal e de fora do país, seleciona-se as mulheres que em 2017 não atuavam mais no campo jornalístico, tendo como resultado final o número de 86 mulheres.

Tal estratégia nos permite selecionar quais são os perfis das mulheres que saem do

jornalismo. A visualização, de uma forma geral, nos demonstra majoritariamente mulheres na faixa dos 30 anos, em sua grande maioria brancas (não significando que mulheres negras não saem do jornalismo, mas sim que a própria entrada já é bastante limitada), oscilando entre casadas e solteiras. Tal processo permitiu a seleção das entrevistadas, buscando, a partir de 4 histórias, identificar as razões determinantes para que as mulheres saiam do jornalismo.

As desigualdades estruturais de gênero no meio jornalístico demonstram as discrepâncias mercadológicas e estruturais nas relações de trabalho neste campo (PONTES, 2017), identificando através da pesquisa - O Perfil do Jornalista Brasileiro - quais são os maiores índices de dissemelhanças no cenário - colocando frente a frente os dados de homens e mulheres:

A maioria das mulheres (66,5%) detém renda de até cinco salários mínimos, percepção financeiro que atinge metade dos homens (51,2%). Acima de cinco mínimos, a proporção inverte-se, pois 23,2% das mulheres ganham de cinco a dez mínimos (28,2% dos homens), 7,1% das mulheres de dez a vinte salários mínimos (12,9% dos homens) e 1,6% acima de 20 mínimos (4,9%). Entre os que recebem acima de dez mínimos, a proporção de homens é numericamente superior à de mulheres, inclusive. Em trabalho jornalístico na mídia (nas redações), a proporção reproduz a desigualdade de gênero. São 1.126 entrevistados que afirmaram trabalhar em veículo de comunicação; desses, há 671 mulheres (59,6%) e 455 homens (40,4%). Recebem abaixo de cinco salários mínimos 70,5% das mulheres (55,8% dos homens), 20,5% de cinco a dez mínimos (28,2% dos homens), 6% de dez a vinte mínimos (11,6%), e 1,5% acima de vinte (4,9% dos homens). Em toda a categoria (os que trabalham na mídia, fora da mídia e os docentes), os e as jornalistas brasileiros são jovens, resultado que pode ser explicado pelo aumento do número de cursos de Jornalismo no país. Os resultados também podem demonstrar taxas baixas de permanência na atividade. Por conseguinte, os salários são mais baixos nessa faixa etária. Tanto homens quanto mulheres têm, em sua maioria, menos de 30 anos, porém as mulheres estão em proporção ainda maior nessa faixa (64,2% delas, 49,9% deles). O número de homens somente supera o de mulheres na faixa dos 51 a 64 anos (53,8% homens e 46,4% mulheres). Na mídia, as mulheres são maioria das profissionais de até 30 anos (67% frente a 33% de homens), mas estão em equivalência com os homens na faixa de 31 a 40 anos (50,8%) e na faixa dos 41 a 50 anos (50%), e são em menor número dos 51 a 64 anos (39,3% frente a 60,7% de homens). Majoritariamente, as jornalistas da mídia têm menos de 10 anos de experiência jornalística (86,7%). [...] Portanto, o jovem ganha menos. A tese em favor da justificação dos baixos salários devido à juvenilização confirmaria ainda a distribuição não proporcional de cargos de prestígio e de chefia entre mulheres e homens. (PONTES, 2017, p. 6 e 7)

Visualiza-se neste sentido inúmeros pontos que refletem uma preferência ao homem no campo dos mídia frente a mulher. Discriminação salarial, disparidades quanto a jornada de trabalho, racial, desigualdade entre postos e, por consequência, no tratamento cotidiano.

A preferência por um profissional masculino está enraizada no contratualismo social que a mulher possui perante a sociedade. Federici (2021) explica que espera-se que a mulher tenha uma jornada de trabalho associada às tarefas domésticas. No contexto de profissões fora

do espectro da casa, espera-se que ela trabalhe e mantenha com certa regularidade as funções atribuídas ao feminino. De um lado teme-se que a mulher não se dedique inteiramente ao trabalho na esfera pública, fora do ambiente da casa, pois ela estaria sempre exausta das atribuições (FEDERICI, 2021).

Atribui-se uma “marginalidade” do trabalho doméstico para a reprodução do capital (FEDERICI, 2021), A opção de participar como os homens do mercado de trabalho vem com uma carga onde o direito ao trabalho é fortemente associado com o “direito de sermos mais exploradas”.

Este cenário fica evidente observando as minibiografias das mulheres selecionadas para a etapa de entrevista, como pode-se visualizar na trajetória profissional de quem chamaremos de Judith, inicialmente em 2012:

Judith, jornalista com registro, tinha entre 23 e 30 anos em 2012. Paranaense, branca e solteira, ela havia se formado em uma universidade Federal e já tinha uma especialização. Trabalhando de 5 a 8 horas e recebendo uma média de R\$ 1867 a R\$ 2488, ela ingressou no emprego de 2012 estendendo seu contrato de estágio/trainee. Com carteira assinada, seu trabalho era divulgado em um Jornal/Revista e também em conteúdos online. Esta empresa era grande, com receita anual maior que R\$ 300 milhões. Sua função era de repórter, e em geral vivenciava um misto de satisfação e insatisfação com seu emprego (eu imagino algo como, sou jovem e consegui estar em uma grande empresa de comunicação, tenho um emprego, não posso reclamar). Ela não conhecia nenhum sindicato e seu posicionamento ideológico era de esquerda e demonstrava-se a favor da obrigatoriedade do diploma.

O que se redesenha, 5 anos adiante em sua trajetória, é circunscrito em uma interpretação que evidencia as marcas da precarização da profissão jornalista, principalmente por um trecho onde ele sugere que jornalismo é uma profissão fronteira com outras funções no espectro da comunicação:

Judith, ainda no Paraná, com 31 anos e solteira, ela possui especializações e se posiciona como de centro-esquerda. Em 2017 ela já tinha trabalhado como jornalista ou professora de jornalismo, no entanto estava desempregada. Ela já foi demitida em demissão individual por mais de uma vez, e acredita que a crise afetou sua trajetória. Admitiu que já trabalhou ou trabalhava em outra empresa de mídia, sem contrato de trabalho. Tornou-se sindicalizada pelo Sindicato dos Jornalistas e tem um posicionamento bem interessante quanto a evolução da função - ‘Acredito que atualmente seja bastante difícil delimitar o que é o - trabalho como jornalista’. Mesmo atuando como redatora em agências de publicidade ou como freelancer de produção de conteúdo, acredito que não deixo de exercer as funções jornalísticas de apuração e cuidado com o texto. Digo que ser jornalista atualmente é um mindset e não mais uma função’.

Revela-se um esforço focado na especialização profissional, trajetória fortemente afetada pela crise do jornalismo, já tendo trabalhado sem contrato de trabalho. E na pequena

ilustração propiciada pelas minibiografias vemos um esforço em se aprimorar como profissional e em contrapartida um mercado de trabalho que cria poucos vínculos com o prestador de serviço se materializando como norma de cenário empregatício do âmbito privado. E por outro lado, caso ela opte por uma vida que contradiga essa atribuição social, ela também é criticada, por se afastar das expectativas que o capitalismo cria sobre os corpos das mulheres.

Em 2016, a Câmara Americana de Comércio (Amcham) demonstrou que no âmbito geral das mulheres que trabalham em grandes empresas 12% acham que a seleção é o momento em que ocorre a maior segregação, com preferências baseada em gênero – não considerando competências e nível acadêmico; 8% apontam investimentos em treinamento desigual entre os sexos na empresa; 86% das empresas acreditam que o papel cultural da mulher na estrutura familiar ainda é um fator que determina a interrupção de carreira.

A própria crise que acomete o cenário é parte importante da trajetória destas profissionais (MICK, ESTAYNO, 2018). A composição do *web survey* - Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros - foi composta por 754 mulheres (61,2%) e 479 homens (38,8%), o que corresponde à proporção de maioria feminina do jornalismo brasileiro (PONTES, MICK, 2017). Quanto a suas disposições no mercado elas:

Em 2017, as trabalhadoras da mídia foram reduzidas para 45% e as que integram as assessorias também a 45%. As transformações estruturais do ofício e a crise político-econômica produziram efeitos principalmente sobre o emprego dos respondentes nas mídias e/ou redações (14 pontos percentuais a menos em cinco anos, na coluna com o conjunto dos tipos de ocupação) (MICK, ESTAYNO, 2018, p.5).

As transformações estruturais do ofício também acometem mais fortemente as profissionais mulheres, uma vez que a juvenilização tem sido interpretada como fator estrutural das trajetórias, e, em sua maioria composta por mulheres:

Como a precarização atinge mais fortemente os mais jovens e os que iniciam na categoria, o estudo de 2017 aponta relativa melhora para os que permaneceram na profissão, devido ao aumento da experiência e a avanços próprios da carreira. Mas a forte precarização da atividade jornalística, atestada na pesquisa de 2012, manteve inalteradas suas características: o trabalho ainda exige longas jornadas, mais de um emprego concomitante (para um terço da categoria), multifuncionalidade, produtividade intensa em ambiente às vezes adverso. (MICK, ESTAYNO, 2018, p. 11).

Em diversos momentos visualizar tal composição, a multifuncionalidade aparece demarcando-as em todas as minibiografias compostas para esta dissertação. Um exemplo é o

visto na trajetória de Gayle, nome dado por esta pesquisa à mulher que viveu tal trajetória:

Gayle, em 2012, com registro profissional tipo 1 (profissional Jornalista) em 2012 tinha entre 18 e 22 anos. Morando no Paraná, branca e solteira, ela estudou Jornalismo em uma Universidade Estadual. Na época ela trabalhava entre 5 a 8 horas e recebia de 3 a 4 salários mínimos. Ingressou neste emprego como continuação ao estágio ou trainee, e atuava neste Jornal Impresso como freelancer. A empresa em questão era privada e grande (300 milhões ou mais de faturamento anual). Exercia função de repórter, ou no local de trabalho ou em outros locais. Em geral não estava nem satisfeita nem insatisfeita exercendo as funções de repórter e redatora. Filiada ao Sindicato dos Jornalistas, identificava-se ideologicamente como de Centro-Esquerda, além disso ela se posicionava a favor da obrigatoriedade do diploma de Jornalista.

Em 2017, ainda residia no Paraná, com 27 anos e em uma união estável ou vivendo com o companheiro e já obtido o título de mestre. Posicionando-se ideologicamente como de Esquerda, ela já tinha trabalhado como Jornalista ou professora de Jornalismo e no momento trabalhava, mas não como Jornalista. Para ela, os fatores que influenciaram em sua saída foram: remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento na jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Ela sentia-se estressada no trabalho, não tinha diagnóstico de estresse, e não tomava remédios antidepressivos. Sentia que seus esforços não eram reconhecidos, presenciou assédio, mas nunca foi assediada e não saiu demitida.

Lelo (2019) aborda as redefinições de produtividade no trabalho jornalístico. Nos últimos anos houve uma redefinição quanto às obrigações de um profissional jornalista dentro da redação, e também nas novas possibilidades de trabalho que procuravam profissionais com características próprias do campo comunicacional. Lelo (2019) ainda contextualiza como em aspecto macroestrutural os vínculos entre as transformações no “espírito” do capitalismo reverberam nas reestruturações de mundo no trabalho dos jornalistas.

Observa-se estas transformações como uma ruptura com as noções que delimitavam estes profissionais, uma estrutura produtiva sendo desconstruída em décadas que enfrentavam tanto modificações tecnológicas quanto no perfil de profissional ambicionado pelas redações.

Na perspectiva de Sennett, esta forma de justificação da estrutura produtiva foi sendo desconstruída em décadas posteriores, de tal modo que a repulsa à rotina burocrática e a busca pela flexibilidade trouxeram aos setores industriais e empresariais uma preocupação com a inovação permanente, solicitando ‘aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças em curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais’ (SENNETT, 2009, p.9). A despeito de o autor levar em consideração que ainda hoje muitos trabalhadores atuam sob os auspícios do fordismo, assegura enfaticamente a primazia atual de um capitalismo flexível no qual a mobilidade idealizada pelo discurso hegemônico traz em contrapartida um encurtamento da experiência temporal no trabalho, baseado em metas que se renovam sem uma orientação precisa e com um sentido de progressiva incerteza quanto aos riscos assumidos em cada nova mudança. (LELO 2019, p. 22).

As mudanças na flexibilidade deste profissional dentro da redação redesenhou o jornalista que conhecemos hoje. Frágeis vínculos empregatícios redesenham as trajetórias

profissionais destas mulheres:

Por esta razão é fundamental enriquecer a abordagem crítica sobre os riscos ao exercício ético do jornalismo em um panorama de reestruturações produtivas no mercado com o arcabouço da economia política da comunicação e da história da imprensa no país, posto que a concentração de propriedade dos meios e a escassez de conselhos de regulamentação é um dado histórico que precede às recentes transformações no mundo do trabalho dos comunicadores e que gera nefastos efeitos nas trajetórias destes profissionais (LELO, 2019, p. 185).

As transformações mercadológicas tendiam a redesenhar a trajetória de uma geração de profissionais jornalistas. No entanto, a rapidez da implementação tecnológica, as crises econômicas e diversos outros fatores dinamizam e alteram o perfil deste profissional durante toda a sua carreira, impondo como habilidade exigida uma alta demanda de renovação, intenso processo de estudo no sentido de atualização profissional e flexibilidade quando o assunto torna-se vínculo empregatício e modelo trabalhista.

Chamaremos a terceira escolha para a entrevista de Simone. Sua minibiografia demonstra uma carreira de ascensão e sucesso. Tal fato contrapõe-se a um trecho de sua entrevista qualitativa bastante sinalizador quanto às dinâmicas de substituições profissionais vigentes, apoiadas em um silêncio velado dentro das redações: *“desde meu início de carreira sempre me chamou a atenção o fato de praticamente não haver jornalistas mais velhos nas redações. Eles eram poucos (e hoje são menos ainda...)”*.

Lelo (2019) aponta no entanto, que o perfil de um profissional mais velho detém certas vantagens:

[...] na interação com jornalistas mais velhos os novatos se envolveriam em um processo de acumulação de saberes acerca da profissão e de maturação do news judgement adequado ao veículo. Na medida em que se aprende o ‘jornalês’ e seus valores, os iniciantes são moldados conforme a lógica da redação e são valorizados segundo esta competência linguística dominante, que é o principal capital neste mercado particular, ‘capaz de impor a lei de formação de preços mais favorável aos seus produtos e de propiciar o lucro simbólico correspondente’ (BOURDIEU, 1996, p.57). (LELO, 2019. p. 95).

Carole, nome escolhido para a quarta entrevistada, navega nas questões que permeiam a maternidade, estudo e exercício da profissão:

Em 2012 possuía registro como jornalista, tinha entre 23 e 30 anos e residia no Paraná. Branca, casada e especialista, obteve sua graduação em uma Universidade Estadual. Trabalhando em 2012 de 5 a 8 horas por dia e recebendo de 3 a 4 salários mínimos, foi convidada pela empresa a juntar-se a equipe na época. Com carteira assinada e sem demais benefícios ela trabalhava em uma microempresa privada com a função de repórter. Em geral não demonstrava nem estar satisfeita ou insatisfeita, não

era sindicalizada pois não tinha interesse. Posicionava-se ideologicamente como de esquerda, e se demonstrava a favor da obrigatoriedade do diploma. Ainda no Paraná em 2017, com 34 anos, permaneceu casada, especialista e cursava mestrado acadêmico. Posicionando-se como de Centro-esquerda, disse já ter trabalhado na área mas optou por voltar a estudar. Declara que as razões que determinaram sua saída do Jornalismo, enfatizando inclusive que afetaram muito, foram: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe (oscilando entre afetou e afetou muito). Sente-se muito estressada e teve diagnóstico de estresse, já presenciou assédio, sentiu-se constrangida e assediada, enfrentou situação de assédio sexual e também presenciou situações como esta, não formalizou queixa.

Observar estas diferenças nas vivências, de forma objetiva como as minibiografias proporcionam, nos auxilia na interpretação dos dados já estratificados para esta pesquisa. Assim, temos uma lente de pesquisa definida, com indicadores para a definição de recortes e interpretação dos dados necessários para a compreensão do porquê das mulheres saírem do Jornalismo.

2.2 UM ESTUDO QUANTITATIVO DAS MULHERES QUE SAÍRAM DO JORNALISMO

O presente trabalho buscou apoio em dados gerais disponibilizados pelo *web survey* sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros de 2012 a 2017 (PONTES, MICK, 2018), que obteve 1.233 respostas de todos os estados, do Distrito Federal e de fora do país. Tais dados, trazem a perspectiva de 754 mulheres jornalistas, sendo estas majoritariamente brancas (74,4%) e 23,8% afro-brasileiras (pardas e pretas), com a média de idade próxima aos 34 anos (60% tinham 34 anos ou menos). (PONTES; ROCHA, 2021).

Visualiza-se ainda que, em 2012, 37,1% das mulheres entrevistadas estavam trabalhando na mídia, em empregos reconhecidos internacionalmente como jornalísticos. Por sua vez, 36,1% estavam em empregos de assessorias de imprensa e 3,7% trabalhavam como professoras de jornalismo. 23,1% das mulheres vivenciavam o desemprego, somente estudavam ou trabalhavam em outras ocupações. (PONTES; ROCHA, 2021).

Em 2017, registraram-se mudanças nessa composição, pois apenas 22,7% das entrevistadas estavam trabalhando como jornalistas, 32% como assessoras de imprensa, 5,4% na docência e 39,9% estavam fora do campo jornalístico brasileiro (trabalhavam em outras ocupações, estavam desempregadas ou somente estudavam).

O estudo de Pontes e Rocha (2021) aponta ainda que os dados revelam ainda, que em 2012, dos 517 jornalistas entrevistados, 280 eram mulheres (54,2%). Ao considerar o total de 754 mulheres, vê-se que apenas 37,1% delas estavam em empregos tradicionalmente considerados jornalísticos (não eram assessoras ou professoras de jornalismo, nem atuavam

em áreas que utilizam das multifuncionalidades atribuídas ao profissional jornalista). Observa-se ainda que 57,9% das mulheres que trabalhavam como jornalistas de mídia em 2012, não estavam mais em 2017.

Dentre as 280 mulheres que estavam no jornalismo em 2012, 22,5% migraram para as assessorias, 2,9% para a docência e 32,5% estavam completamente fora do jornalismo. Ou seja, 91 profissionais que trabalhavam como jornalistas em 2012 estavam completamente fora do campo em 2017. Quatro dessas mulheres se aposentaram e uma indicou na entrevista de 2017 que não tinha experiência como jornalista (diferente da resposta dada em 2012). O que ofereceu um corpus de análise para esta dissertação de 86 mulheres. Observa-se então que:

- 66 das mulheres que integram este corpus são brancas (76,7%), 14 pardas (16,3%) e 6 pretas (7%); poucas se mudaram no território brasileiro, no entanto oito delas estavam fora do Brasil (9,3%);
- 16 mulheres voltaram a estudar (18,6%).
- 16 estavam desempregadas (18,6%)
- 54 destas mulheres trabalhavam em outra profissão (62,8%), primordialmente em áreas que se apropriam de competências do Jornalismo;
- 68 têm até 35 anos de idade em 2017 (79,1%); é maior o contingente de mulheres que estão apenas estudando, desempregadas ou em outras ocupações entre as mais jovens (com menos de 30 anos).
- e 37 estão na região Sudeste, região que mais possui profissionais na mídia (43%).
- Em 2012, 63 (73.3%) jornalistas estavam solteiras, 22 (25.6%) casadas ou em união estável e 1 divorciada. Já em 2017, 42 eram solteiras (48,8%), 42 casadas ou em união estável (48,8%) e duas divorciadas.
- Ao abordar a forma de ingresso no trabalho jornalístico em 2012: 3,5% abriram empresa, 1,2 estavam em um cargo de confiança em uma repartição pública, 2,3% estavam em um cargo proveniente de concurso público, 4,7% estavam contratadas como prestadoras de serviço, 15,1% estavam em continuação de estágio ou trainee, 15,1% foram convidadas, 27,9% foram indicadas por amigos, 26,7% entraram mediante processo seletivo e 3,5% afirmam que entraram de outra forma.
- Em dados gerais 61.6% destas mulheres tinham carteira assinada em 2012, 14% eram *freelancers* e 10.5% não possuíam vínculos contratuais.

- Quanto à dimensão salarial, identifica-se que 84.9% ganhavam menos de 5 salários mínimos em 2012, lembrando que, o salário mínimo constava em 622,00. Englobando as 86 mulheres que saíram do jornalismo, ainda visualizamos que: 10.5% ganhavam até um salário mínimo, 12,8% ganhavam até dois salários mínimos, 22.1% ganhavam até de 2 a 3 salários mínimos, 24,4% ganhavam entre 3 e 4 salários mínimos, 15.1% ganhavam entre 4 e 5, 9.3% entre 5 a dez salários mínimos e 3.5% entre dez e vinte salários mínimos. Nenhuma participante do web survey ganhava acima disso e 2.3% não informaram.
- A questão da carga horária, demonstrou que: 14% trabalhavam até 5 horas diárias, 47,7% trabalhavam entre 5 e 8 horas diárias, 34.9% trabalhavam entre 8 e doze horas por dia e 3,5% explicitaram trabalhar mais de doze horas diariamente.
- Em 2017 o *web survey* abordou tanto questões quanto assédio moral, quanto questões sobre casos de assédio sexual. Sobre o assédio moral obtemos tais respostas quanto a pergunta - Presenciou casos de assédio moral? 15.1% das participantes não responderam, 22.1% responderam nunca ter presenciado, 62,7% presenciaram casos de assédio. Tais dados refletem que 2 a cada 3 mulheres presenciaram casos de assédio moral.
- Ao partir para a análise quanto a ter sofrido assédio moral, as respostas são: as mesmas 15.1% das participantes não responderam, 36% responderam que não sofreram e 48.8% relataram ter sofrido este tipo de assédio.
- Sobre ter presenciado casos de assédio sexual, as respostas são: 15.1% não responderam, 46.5% dizem não ter presenciado tais casos e 38.4% dizem ter sim presenciado.
- Em relação às próprias jornalistas terem sofrido assédio sexual as respostas são: as mesmas 15.1% não responderam, 52.3% responderam não ter sofrido e 32.6% relatam ter sim sofrido assédio sexual.
- Apenas 5.8% relatam ter denunciado tais casos.
- Os dados de assédio revelam que metade das mulheres sofreram assédio moral e 1 a cada 3 sofreram assédio sexual.
- Os dados quanto à demissão, obtidos em 2017, demonstram que 46.5% não foram demitidas, ou seja saíram do jornalismo por outros motivos, já 45.3% passaram por demissão. Destas, 20.9% relatam ter passado por demissão

individual por apenas uma vez e 8.1% por mais de uma vez. Em contexto de passsaralho, 12.8% dizem ter enfrentado demissão por passsaralho por apenas uma vez neste período e 3.5% por mais de uma vez.

- As principais funções que as 86 mulheres jornalistas deste recorte ocupavam: 52.3% eram repórteres e 15.1% editoras.

Algumas informações comparativas permitem perceber características desse grupo de 86 mulheres que prevalecem diante de todas as mulheres que trabalhavam na mídia em 2012. Enquanto 16,5% do grupo de mulheres geral ganhava até 2 salários mínimos e 55% ganhavam de 2 a 5 salários mínimos, 23,3% das 86 que saíram do jornalismo ganhavam até 2 mínimos e 61,6% ganhavam de 2 a 5 mínimos. Isso significa, que 84.9% das 86 mulheres ganhavam menos de 5 mínimos, enquanto 66,5% de todas as que trabalhavam na mídia tinham a mesma média salarial. Para uma comparação mais aguda, 58,7% dos homens jornalistas que trabalhavam na mídia em 2012, ganhavam até 5 mínimos.

Obter tais dados nos possibilita desenhar um modelo de entrevista em profundidade que identifique os porquês, motivações, que permeiam a saída destas mulheres do jornalismo. Assim, define-se uma estrutura que contempla as frentes de investigação, como: imaginário quanto às possibilidades de sua trajetória no jornalismo, inequidade de gênero neste meio, precarização e crise no jornalismo. Tais abordagens estão amparadas no processo teórico metodológico traçado anteriormente a esse capítulo, sendo assim, partindo de três premissas diferentes, observamos as forças capazes de redefinir as trajetórias profissionais de mulheres dentro do jornalismo.

3 COMPLEXIFICAÇÃO DAS VIVÊNCIAS SOB A ÓTICA DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO EM UM AMBIENTE PRECARIZADO

Existe uma dinâmica entre as principais forças que marcam as falas das entrevistadas, e que culminaram em suas saídas, ainda que temporárias, do jornalismo. Este capítulo tensiona tais falas, aliando as experiências relatadas pelas entrevistadas em um material teórico de apoio, que traz, principalmente teóricas feministas que endossam as vivências relatadas. Este processo ajuda também a identificar os rumos que suas trajetórias profissionais seguiram. Ainda, existe um processo de associação das falas, onde aproximamos e, contrapomos as vivências, evidenciando então suas particularidades.

O processo de entrevistas possibilitou observar como a dinâmica citada acima articula-se e determina quem fica e quem sai do jornalismo. Existe ainda um esforço em demonstrar a vivência das mulheres pretas, mesmo que sem o processo de entrevista. Não conseguindo obter uma resposta favorável quanto à participação neste trabalho, foram estruturadas microbiografias baseadas nas respostas dessas mulheres, obtidas pelo *web survey* sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros de 2012 a 2017 (PONTES, MICK, 2018).

As falas ilustram jornalistas que foram felizes em suas trajetórias, que tiveram dores particulares e também compartilharam dores e infelicidades. Os relatos são intensos, principalmente por retratar um recorte de tempo importante e marcante na vida destas mulheres. Alguns relatos são carregados de sentimentos, de dúvidas e inseguranças, provenientes do começo de carreira. Outros são uma visão esperançosa de que, em um mercado tão volátil, tudo é possível. São histórias complexas, que contemplam diferentes momentos na vida dessas mulheres, em diferentes épocas etárias, suas decepções e também muitas vitórias.

As falas acabam se complexificando, principalmente sob a ótica das desigualdades de gênero em um ambiente de intensa precarização. Esses dois fatos aparecem em grande parte dos relatos, evidenciando como as relações laborais circunscritas no neoliberalismo afligem corpos femininos - com mais ênfase do que os masculinos - em um momento de crise intensa. Por muitas vezes, o texto ganha um tom pouco otimista, principalmente por apoiar as falas em teorias que rememoram como as opressões afligem historicamente as mulheres.

3.1 ENTREVISTA COMO TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL

Cumpram então explicitar essas falas através de entrevistas. As entrevistas atuam como ferramenta organizadora de ideias e curso de pesquisa, expandindo assim as limitações dos dados iniciais, possibilitados através da análise da *web survey* sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros de 2012 a 2017 (PONTES, MICK, 2018). Diferenciando as propostas de tratamento de dados, ampara-se na *web survey* para delimitar quais as mulheres ouvidas nesta dissertação, assim amplificando suas vozes para as vivências de exclusão diante do Jornalismo como profissão.

O processo de escolha dessas mulheres seguiu uma estratificação inicial. Delimitou-se um movimento de escrita de minibiografias das 86 mulheres identificadas como aquelas que trabalhavam na mídia em 2012 e estavam fora do jornalismo em 2017. A partir dessas minibiografias ocorreu um movimento de escolha que buscou diversificar ao máximo as experiências no trabalho e vivências pessoais como: tempo de profissão, maternidade, matrimônio, tensões de gênero, idade e cor da pele.

Infelizmente, após contactar as participantes que se identificaram na *web survey* como mulheres pretas, não obtivemos respostas ou em determinado momento a comunicação cessou. É evidente ainda, pela interpretação possibilitada pelo movimento de reescrever suas minibiografias a partir dos dados de base que: o enfrentamento da trajetória profissional da mulher branca e da mulher preta é diferente, principalmente nas questões salariais e de oportunidades de trabalho e promoção (PONTES, 2017). Por isso, mesmo sem conseguir realizar entrevistas em profundidade com essa parcela de mulheres que saíram do jornalismo no período de análise definido, o movimento de trabalho se propõe a analisar brevemente suas trajetórias em um tópico à parte, amparando a análise na literatura feminista interseccional.

Gil (2008), demonstra em seu extenso aparato de pesquisa no âmbito das ciências sociais, as vantagens ao se empregar a entrevista como técnica de coleta. Para o autor, cabe considerar tais frentes como afirmativas para o uso de tal ferramenta:

a) a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; b) a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano; c) os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação. Se comparada com o questionário, que é outra técnica de largo emprego nas ciências sociais (e será explicado no próximo capítulo), apresenta outras vantagens: a) não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever; b) possibilita a obtenção de maior número de respostas, posto que é mais fácil deixar de responder a um questionário do que negar-se a ser entrevistado; c) oferece flexibilidade muito maior, posto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais

facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista; d) possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas. (GIL, 2008, p. 110).

Estima-se ter obtido por meio destas entrevistas em profundidade, algumas perspectivas do eco que o jornalismo teve nestas vivências, oferecendo elementos para perceber como a rotina profissional e a realidade do ser mulher em uma redação impactaram em cada vida. Inicialmente estimava-se que as entrevistas seriam feitas presencialmente, plano que foi alterando perante o agravamento do Covid-19 em nossa extensão territorial. Mesmo assim, os ecos previstos por Gil (2008) também se mostraram presentes, ainda mais considerando o contexto de pandemia em que as entrevistas foram feitas.

Neste sentido, tentou-se diminuir ao máximo os limites de comunicação que as entrevistas virtuais ocasionam, ainda que esse fator tenha influenciado, tendo em vista a característica online das interações. A elaboração de um roteiro flexível norteou a preparação para cada entrevista. Assim, as minibiografias específicas também serviram como uma espécie de introdução ao contexto de entrevista e possibilitaram perguntas direcionadas, além claro das perguntas base (ver Apêndice A).

As interações foram gravadas, no entanto, ainda diante do contexto de pandemia devido ao avanço do Covid-19 no Brasil, algumas entrevistadas entraram em contato para que as respostas fossem entregues por escrito. Em alguns casos, o contexto de trabalhar em um cenário de *home-office* e ainda encarar duplas jornadas em contexto de isolamento social foram justificativas para tal escolha.

O roteiro baseou-se em uma disposição semi-estruturada, ou seja: aberturas para que as hipóteses se desenvolvessem naturalmente, amplificando a compreensão de cada entrevistada ao relembrar os acontecimentos que culminaram na sua saída do jornalismo e, em alguns casos, também do retorno à atividade jornalística. Apoiou-se em recursos à disposição do pesquisador como estímulos de compreensão de redirecionamento de pauta, redirecionamento para a manutenção do foco, empatia perante questões delicadas - como assédio sexual no ambiente de trabalho - e registro de interações como proteção ética entre as partes pesquisadora/entrevistadas.

A composição dos resultados ilustra como a técnica de entrevista demonstra interações sociais possibilitando um diagnóstico quanto ao cenário da saída das mulheres do jornalismo e também flexibilizando a compreensão de tal fenômeno. Ao utilizar a técnica conseguimos trançar nossas conclusões com outros aparatos metodológicos, em específico com o escopo teórico metodológico feminista de análise que se estende a todo o trabalho, norteando o olhar

para as vivências da mulher jornalista no mercado de trabalho.

Para esta dissertação foram realizadas quatro entrevistas, que receberam os nomes de autoras da teoria feminista utilizadas como referência bibliográfica deste material, sendo elas: *Judith Butler (chamada no texto apenas de Judith)*, *Gayle Rubin (Gayle)*, *Simone de Beauvoir (Simone)* e *Carole Pateman (Carole)*. As apresentações dessas profissionais passaram por um processo de reescrita de suas trajetórias, utilizando o formato de minibiografias destacado anteriormente.

Em síntese, utilizando a *web survey* sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros de 2012 a 2017 (PONTES, MICK, 2018), estratificou-se quais mulheres saíram do jornalismo neste período sem retornar, identificando 86 possíveis perfis, que, após a reescrita dos dados em formato de minibiografias, e busca ativa de interessadas, avançou para quatro entrevistas em profundidade.

1-) 2012 - Judith, jornalista com registro, tinha entre 23 e 30 anos em 2012. Paranaense, branca e solteira, ela havia se formado em uma universidade Federal e já tinha uma especialização. Trabalhando de 5 a 8 horas e recebendo uma média de R\$ 1867 a R\$ 2488, ela ingressou no emprego de 2012 estendendo seu contrato de estágio/trainee. Com carteira assinada, seu trabalho era divulgado em um Jornal/Revista e também em conteúdos online. Esta empresa era grande, com receita anual maior que R\$ 300 milhões. Sua função era de repórter, e em geral vivenciava um misto de satisfação e insatisfação com seu emprego. Ela não conhecia nenhum sindicato, seu posicionamento ideológico era de esquerda e demonstrava-se a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Judith, ainda no Paraná, com 31 anos e solteira, possui especializações e se posiciona como de centro-esquerda. Em 2017 ela já tinha trabalhado como jornalista ou professora de jornalismo, no entanto estava desempregada. Ela já foi demitida em demissão individual por mais de uma vez, e acredita que a crise afetou sua trajetória. Admitiu que já trabalhou ou trabalhava em outra empresa de mídia, sem contrato de trabalho. Tornou-se sindicalizada pelo Sindicato dos Jornalistas e tem um posicionamento quanto à evolução do trabalho jornalístico em comentário no final do questionário: 'Acredito que atualmente seja bastante difícil delimitar o que é o 'trabalho como jornalista. Mesmo atuando como redatora em agências de publicidade ou como freelancer de produção de conteúdo, acredito que não deixo de exercer as funções jornalísticas de apuração e cuidado com o texto. Digo que ser jornalista atualmente é um mindset e não mais uma função'.

2-) 2012 - Gayle, em 2012, com registro profissional tipo 1 (profissional Jornalista) em 2012 tinha entre 18 e 22 anos. Morando no Paraná, branca e solteira, ela estudou Jornalismo em uma Universidade Estadual. Na época ela trabalhava entre 5 a 8 horas e recebia de 3 a 4 salários mínimos. Ingressou neste emprego como continuação ao estágio ou trainee, e atuava neste Jornal Impresso como freelancer. A empresa em questão era privada e grande (300 milhões ou mais de faturamento anual). Exercia função de repórter, ou no local de trabalho ou em outros locais. Em geral não estava nem satisfeita nem insatisfeita exercendo as funções de repórter e redatora. Filiada ao Sindicato dos Jornalistas, identificava-se ideologicamente como de Centro-Esquerda, além disso ela se posicionava a favor da obrigatoriedade do diploma de Jornalista.

2017 - Em 2017, Gayle ainda residia no Paraná, com 27 anos e em uma união

estável ou vivendo com o companheiro e já obtido o título de mestre. Posicionava-se ideologicamente como de Esquerda, ela já tinha trabalhado como Jornalista ou professora de Jornalismo e no momento trabalhava, mas não como Jornalista. Para ela, os fatores que influenciaram em sua saída foram: remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento na jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Ela sentia-se estressada no trabalho, não tinha diagnóstico de estresse, e não tomava remédios antidepressivos. Sentia que seus esforços não eram reconhecidos, presenciou assédio mas nunca foi assediada e não passou por processo de demissão no período.

3-) Em 2012, Simone, jornalista com registro profissional, entre 41 e 50 anos, residia no Rio de Janeiro, branca, divorciada, formada em uma instituição federal, trabalhando entre 8 e 12 horas não informou sua média salarial. Ingressou no emprego que tinha como convidada. Com carteira assinada, plano de saúde, plano previdenciário e participação nos lucros, ela trabalhava como editora em uma empresa de grande porte (300 milhões anual). Em geral ela estava satisfeita, sem outro trabalho jornalístico e não era sindicalizada por falta de interesse. Posicionava-se como de centro-esquerda, e a favor da obrigatoriedade do diploma.

Com 54 anos em 2017, divorciada, ainda residindo no Rio de Janeiro, especialista, pós graduada e/ou com MBA, ela se posicionava como de centro-esquerda. Em 2017 estava trabalhando, mas não como jornalista. Para ela, as razões que determinaram sua saída do Jornalismo, enfatizando inclusive que afetaram muito, foram: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Sente-se estressada, com diagnóstico de estresse e LER/DORT, sentia seus esforços reconhecidos. Presenciou assédio, já foi constrangida, não presenciou assédio sexual, mas já enfrentou assédio sexual, formalizando denúncia. Já foi demitida de forma individual, trabalhou em atividades fora do jornalismo. Indica como sugestão nos comentários finais que se realize uma pesquisa sobre o grande contingente de jornalistas desempregados. Ela explica que também é advogada e abriu seu próprio escritório, mas reconhece sua realidade como diferente das dos demais.

4-) Em 2012, Carole possuía registro como jornalista, tinha entre 23 e 30 anos e residia no Paraná. Branca, casada e especialista, obteve sua graduação em uma universidade estadual. Trabalhava em 2012 de 5 a 8 horas por dia e recebia de 3 a 4 salários mínimos, e foi convidada pela empresa para ocupar a função. Com carteira assinada e sem demais benefícios, ela trabalhava em uma microempresa privada com a função de repórter. Em geral, não demonstrava nem estar satisfeita ou insatisfeita, não era sindicalizada pois não tinha interesse. Posicionava-se ideologicamente como de esquerda, e se demonstrava a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Ainda no Paraná em 2017, com 34 anos, permaneceu casada, especialista e cursava mestrado acadêmico. Posicionando-se como de centro-esquerda, disse já ter trabalhado na área mas optou por voltar a estudar. Declara que as razões que determinaram sua saída do Jornalismo, enfatizando inclusive que afetaram muito, foram: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe (oscilando entre afetou e afetou muito). Sente-se muito estressada e teve diagnóstico de estresse, já presenciou assédio, sentiu-se constrangida e assediada, enfrentou situação de assédio sexual e também presenciou situações, mas não formalizou queixa.

A partir da leitura de suas trajetórias profissionais, escolheu-se a literatura que acompanharia a análise em profundidade proporcionada pelo movimento da realização das entrevistas. Apesar dos esforços em pluralizar tais vivências a partir dessas entrevistas, não

conseguimos dialogar com uma mulher preta no contexto de saída do jornalismo. Ainda assim, discutimos a partir da revisão de literatura as condições de trabalho dessas profissionais no próximo tópico.

3.2 O PERFIL DA MULHER PRETA QUE SAI DO JORNALISMO A PARTIR DA *WEB SURVEY* SOBRE TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE JORNALISTAS BRASILEIROS DE 2012 A 2017

Como mencionado acima, ocorreu um movimento para estratificar ao máximo o perfil das mulheres entrevistadas, diversificando as conclusões finais da pesquisa, uma vez que existe uma compreensão de que não é um assunto simples, ou seja, que traria apenas um ou alguns diagnósticos para entender o fenômeno de saída de mulheres da profissão. No entanto, diante do agravamento da pandemia do Covid-19, estratégias iniciais de entrevista foram alteradas para um cenário online, onde as entrevistas foram realizadas a partir de plataformas de vídeo ou e-mail. A comunicação para que tudo saísse em conformidade com as expectativas também foram delimitadas através da ferramenta de e-mail. Assim, inicialmente foi determinada uma pré-seleção das candidatas à participação, considerando as minibiografias feitas a partir do *web survey* sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros de 2012 a 2017 (PONTES, MICK, 2018).

Esse levantamento foi feito observando a planilha de respostas do *web survey* sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros de 2012 a 2017, e a partir das linhas de respostas presentes na imensa planilha de dados gerada pelos dois questionários, reescrevendo e interpretando a trajetória profissional de cada uma das 86 jornalistas que saíram da profissão durante o período delimitado. Nesse processo de reescrita dos dados, selecionam-se não somente os dados gerais das respondentes, mas informações sobre algumas das condições que cada mulher enfrentou durante a sua trajetória profissional no jornalismo.

Seis mulheres (7% das 86) se autodeclararam pretas. Todas estavam, em 2012, com idade até 30 anos, uma delas de universidade federal, três vindas de universidades estaduais e duas de privadas. As faixas salariais, carga horária e funções estão dispostas no quadro abaixo.

Tabela 1: Informações sobre mulheres pretas fora do jornalismo na pesquisa de Trajetórias Profissionais

Nº	ANO	FAIXA ETÁRIA	ESTADO CIVIL	UF	TRABALHO	CARGA HORÁRIA	MÉDIA SALARIAL
1	2012	23-30	Solteira	RJ	Jornal	5-8h	3-4 S. Mínimos
1	2017	30	Solteira	RJ	Desempregada	-	-
2	2012	23-30	Solteira	SP	FreeLancer Jornal-Internet	8-12h	4-5 S. Mínimos
2	2017	31	Casada	-	Emprego não-jornalístico	-	-
3	2012	23-30	Solteira	PE	Produtora de TV	5-8h	3-4 S. Mínimos
3	2017	29	Casada	BA	Desempregada	-	-
4	2012	23-30	Casada	RJ	Assessora de Imprensa	-	-
4	2017	30	Casada	-	Desempregada	-	-
5	2012	23-30	Solteira	ES	Repórter	8-12h	2-3 S. Mínimos
5	2017	33	Solteira	ES	Emprego não-jornalístico	-	-
6	2012	18-22	Solteira	SE	Repórter Internet	5-8h	3-4 S. Mínimos
6	2017	27	União Estável	Irlanda	Emprego não-jornalístico	-	-

Elaboração: a autora. Fonte: Dados da pesquisa Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros (2012-2017)

A planilha demonstra uma breve sintetização de dados quanto à experiência das mulheres pretas no jornalismo, contrapondo dados de 2012 e de 2017. Assim, visualizamos um panorama breve do que, posteriormente, tornou-se uma minibiografia. Mas para investigar este cenário, foi preciso o apoio de um material teórico atualizado sobre a realidade de tais mulheres no Brasil.

A pesquisa “Potências (invisíveis: a realidade da mulher negra no mercado de trabalho” - um dos maiores levantamentos realizados no Brasil sobre inclusão racial e de gênero no mercado de trabalho - apresenta dados que permitem comparação com as informações sobre as mulheres pretas jornalistas que aparecem nesta pesquisa. A mulher preta compõe o maior grupo demográfico da atualidade, totalizando 28% da totalidade dos brasileiros (PNAD, 2019). Mesmo assim, na realidade desta pesquisa apenas 5,81% do grupo de mulheres analisados são compostos por elas, e o motivo delas saírem com menor

expressividade é também porque elas entram com menor expressividade, das 86 postas sob as lentes desta pesquisa, apenas 5 autodeclararam-se como pretas.

Sob as lentes do jornalismo, ainda mais relevante do que compreender os números que resultam das mulheres pretas que saíram do jornalismo, é possível identificar características de todas as mulheres pretas que trabalhavam na mídia em 2012. Para isso, apoia-se em uma perspectiva geral explicitada no trabalho de Pontes (2017) sobre os dados de 2012 do Perfil do Jornalista Brasileiro:

Sob outro aspecto, a raça é um fator de reforço nas discrepâncias de renda no jornalismo brasileiro, acompanhando dados das pesquisas sobre o trabalho no Brasil. Em todas as raças com representação acima de 5% (branca, parda e preta), as mulheres ganham menos que os homens. As mulheres brancas recebem salários inferiores aos homens brancos, as pretas em relação aos pretos e as pardas frente aos pardos. Entretanto, há outra desigualdade nesse comparativo. Enquanto 64,5% das mulheres brancas ganham menos de cinco salários mínimos, 73,5% das pardas e 78,3% das pretas estão nessa situação. A diferença de renda por raça também atinge os homens, pois 40,8% dos brancos que exercem a profissão ganham menos de cinco mínimos, situação de 60,3% dos pardos e 66,7% dos pretos. A profissão precisa enfrentar as desigualdades de gênero, mas também as desigualdades de raça.

[...]

A pesquisa também afirma que a maioria dos e das jornalistas é branca. Os jornalistas pardos recebem menos que os colegas brancos, e os jornalistas pretos, menos que os brancos e os pardos. Além disso, as mulheres brancas têm salários inferiores aos homens brancos, as mulheres pardas recebem menos que os homens pardos e as pretas, menos que os pretos. As jornalistas pretas são as que recebem as piores remunerações. Os dados apontam que a categoria precisa enfrentar as desigualdades de gênero e de raça. (PONTES, 2017, p. 10-15).

Compreender, em dados comparativos, como as desigualdades afligem a profissional jornalista, com base nas desigualdades de raça, auxilia na compreensão de que, a questão de gênero somatizada as de raça atua como um determinante estrutural na composição do jornalismo. Visualizar tais composições pela lente do conceito de *glass ceiling* e perceber como a interseccionalidade de cor conversa com a possibilidade de ascensão no mercado de trabalho também pode emergir neste contexto como uma ferramenta de análise para além dos apontamentos sobre gênero que permeiam este trabalho:

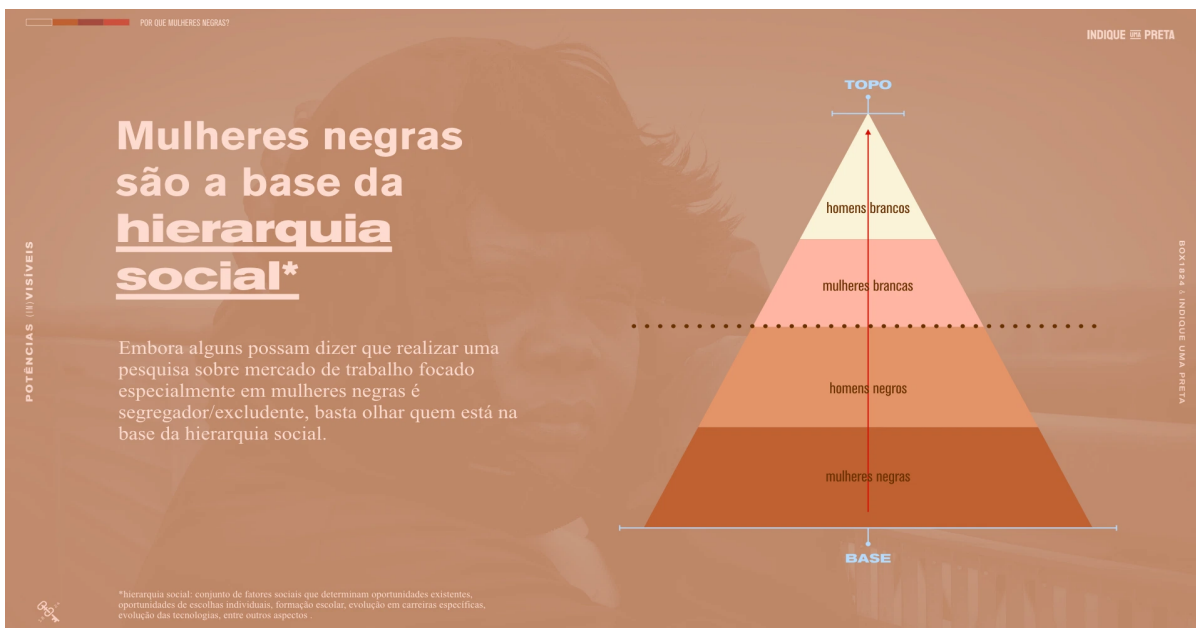
Esta realidade de desigualdade de gênero do acesso das mulheres a cargos de gestão fora definida como teto de vidro, o que Steil (1997, p. 62) descreve como ‘uma barreira que, de tão sutil, é transparente, mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres a níveis mais altos da hierarquia organizacional’. Estas barreiras são de variados tipos e em variadas frentes, que vão desde o ambiente familiar, criação e formação das mulheres e homens a questões relativas a estrutura e cultura organizacional das empresas, relatadas por Kjeldal, Rindfleisch e Sherida (2008) como barreiras sociológicas, culturais, educacionais e legais que continuam a marginalizar as mulheres e tendem a manter o status quo, no qual os homens são imensa maioria nos cargos de alta gestão e, conseqüentemente, tomadores de decisão e lideranças das empresas, conforme evidenciado no Brasil por Martins e Pilar (2015),

Lazzaretti, Godoi, Camilo e Marcon (2013), Madalozzo (2011) e Brasil, Pereira e Machado (2009), tornando o campo gerencial das empresas inclinado a favor dos homens, mesmo no mundo contemporâneo (Powell, 2012). O fenômeno do teto de vidro como ferramenta de estudo já vem sendo discutido há mais de 30 anos e tem trazido a questão da desigualdade de gênero na liderança das organizações (Steil, 1997). Nesse período, em pesquisa as bases de dados Web of Science, Scielo e Scopus, encontram-se centenas de estudos que foram realizados no mundo para discutir esta questão e com isso novas teorias que se relacionam com o teto de vidro surgiram, tais como a sticky floors (piso pegajoso) e do glass cliff (penhasco de vidro), que estudam a desigualdade de gênero nas empresas sob óticas distintas. (CARNEIRO, FRARE E GOMES, 2019, p.2).

Aliar as lentes do glass ceiling à questão racial parece um caminho lógico a se seguir, principalmente se aliado aos dados explicitados ao longo deste capítulo. É possível perceber no clássico - Lugar de Negro - de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982), que logo no início ilustra a capitalização de industriais e empresas no período do golpe militar de 64 quem ocuparia cargos, tanto de forma geográfica, como por exemplo: quem ocuparia cargos em grandes centros e em regiões rurais, e conseqüentemente de forma racial, quais cargos e lugares podem ser ocupados por quais agentes.

Visualizar os dados demonstrados por Pontes (2017) desta forma, mostra como o processo de entrada e permanência no trabalho são prejudicados. As marcas analisadas neste trabalho passam pelas lentes da trajetória no Jornalismo, mas não sem antes explorarmos um cenário generalizado que deixa suas marcas na vida destas mulheres. A população negra é o grupo mais subutilizado na força geral de trabalho, elas compõem 64,2% dos “desocupados” e 66,1% dos subutilizados. Nas somas gerais de contratações durante a pandemia do Covid-19, apenas 6,6% das contratações gerais, desvelando que estas mulheres são a base da hierarquia social (POTÊNCIAS, 2020)

Figura 1- Mulheres negras são a base da hierarquia social



Fonte: Potências Invisíveis (2020).

Observa-se assim que gênero, cor e classe desenham a realidade social brasileira, delimitando portas de entrada para a inserção no mercado de trabalho e espaços sócio-ocupacionais. A articulação com um racismo estrutural invisibiliza o passado escravista impondo uma nova ordem meritocrática que desumaniza a maioria dos dados demográficos, revelando estas mulheres dentro de um contingente invisibilizado ou que se revelam como estereótipos nos mais variados contextos regionais de nosso país.

As minibiografias realizadas para a estratificação de entrevistadas deste trabalho revelam, ainda que de forma limitada, os perpasses propostos acima. Para preservar o nome das mulheres que participaram da *web survey* sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros de 2012 a 2017 (PONTES, MICK, 2018), optou-se pela utilização de nomes de grandes feministas que engajaram suas vidas em uma abordagem política interseccional e racial.

Iniciaremos esse movimento de análise com o pseudônimo de *Kimberle Crenshaw*, chamada aqui apenas de *Kimberle*:

Em 2012, sua minibiografia revelou o seguinte perfil: Entre 18 e 22 anos, de Sergipe, Preta, Kimberle obteve ensino superior em Jornalismo. Em 2012 seu Estado Civil era solteira. Formada em uma Universidade Federal, ela recebia mensalmente uma média de 1867 a R\$ 2488. Conseguiu o emprego como uma continuação de seu estágio no Jornal, conseguindo ser registrada em regime de CLT e atuando como repórter. Seu único benefício na época era plano de saúde. Ainda, na época, a receita anual da empresa que ela mantinha vínculo era menor ou igual a R\$ 2,4 milhões.

Kimberle possuía um perfil bastante semelhante ao de bell hooks, chamada aqui de

bell:

bell em 2012 tinha entre 23 e 30 anos em 2012. Preta, morando no Rio de Janeiro, seu estado civil era solteira. Formada em Jornalismo em uma universidade estadual, em 2012, ela trabalhava de 5 a 8 horas recebendo entre R\$ 1867 e R\$ 2488. Neste emprego, ela entrou por indicação de um amigo, tendo nele carteira assinada e benefícios como plano de saúde, vale alimentação e vale transporte. Além destes benefícios ela recebia uma participação nos lucros ou resultados. O veículo em questão era um jornal, com receita anual maior que R\$ 300 milhões. A nomenclatura de sua vaga era de repórter e ela não estava nem satisfeita nem insatisfeita. Ela não era sindicalizada e sua posição ideológica não era nenhuma das alternativas sugeridas. Posicionava-se ainda a favor da obrigatoriedade do diploma.

Em 2017 Kimberle mudou-se de país, e assim as trajetórias das duas começou a se distanciar:

Em 2017, Kimberle mudou-se para a Irlanda. Com 27 anos, e em uma união estável ela já possuía o título mestre. Seu posicionamento ideológico era alinhado a esquerda. Anteriormente ela tinha trabalhado como jornalista ou professora de jornalismo. Em 2017 estava empregada, mas não como jornalista. Ela informa ainda que nunca tinha sido demitida, não sendo explicitado então o motivo prévio de sua saída.

bell em 2017, com 30 anos em 2017 ela continuava solteira no Rio de Janeiro. Sua posição ideológica apareceu com mais definição, considerando-se de esquerda. Ela, que já havia trabalhado como Jornalista no momento estava desempregada. Já tendo enfrentado em sua trajetória uma demissão individual, ela também já havia trabalhado em funções jornalísticas fora da mídia, sem contrato de trabalho.

Diante deste breve relato, principalmente ao observarmos duas jornalistas pretas e jovens que saíram do jornalismo, conseguimos observar algumas questões como as demarcações da crise que o jornalismo enfrentou e ainda mudanças nas formas de contratação, que revelam um profissional cada vez mais precarizado.

A precarização emerge em um cenário de ampla concorrência, ampla oferta de profissionais, causando assim um sistema de competitividade na obtenção de empregos e definindo quais os profissionais que merecem vagas de qualidade frente aos demais, que enfrentam um cenário com poucos ou nenhum dos direitos trabalhistas garantidos. Esse cenário é resultado de uma agenda global onde os empregos perdem estabilidade, benefícios e seguranças de contratação. A agenda neoliberal penaliza e demoniza as instituições tradicionais (STANDING, 2013) resultando em uma identidade profissional contraditória, onde este vive a dualidade de *vítima/herói* do sistema, coexistindo com profissionais que possuem garantias trabalhistas e concebendo assim sentimentos complexos, flutuando entre extremismos políticos, onde Standing insinua uma possível flutuação entre extrema direita e extrema esquerda.

Ainda que sutilmente, observando os dados obtidos na fala de *Kimberle e de bell*, é possível observar uma trajetória profissional que começa com carteira assinada e benefícios como plano de saúde, vale alimentação e vale transporte e evolui para o desemprego, não sem antes passar por uma fase em que trabalharam em funções jornalísticas fora da mídia, sem qualquer vínculo ou contrato de trabalho.

Esse caminho, onde se inicia uma trajetória formalizada no cenário do mercado de trabalho, que evolui para moldes precários possui, se totalizando seus integrantes, características de classe. Segundo Standing (2013), são pessoas que possuem relações de confiança mínima com o capital, mesmo que seja exigido destas pessoas uma subordinação e disciplina semelhante a dos trabalhadores com contrato assinado, como veremos adiante no relato das entrevistadas.

Considerando ainda que bell hooks residia na região sudeste, mais precisamente no Rio de Janeiro, observa-se que sua média salarial (prévia ao desemprego) estava abaixo do acordo nacional que, naquele ano, definiu em, de acordo com a Fenaj, R\$ R\$ 3.270 o piso salarial nacional dos jornalistas com jornada de trabalho de 30 horas semanais. Contrapondo a informação salarial com a receita anual do veículo de comunicação que a empregou, observa-se uma gigantesca discrepância, infelizmente comum em toda relação de trabalho.

Marcas de um trabalho precarizado podem ainda se evidenciar logo no início da carreira jornalística. O caso a seguir será explicitado a partir do pseudônimo Angela Davis, chamada a seguir apenas de Angela:

Angela, 2012, jovem (entre 23 e 30 anos), preta e morando em São Paulo, era solteira em 2012. Com superior em Ciências Sociais em uma universidade Estadual, ela trabalhava de 8 a 12h e recebia um valor média de R\$ 2489 a R\$ 3110. Ela entrou no emprego de 2012 a partir de um processo seletivo realizado pelo contratante e não tinha carteira assinada, era freelancer. O veículo em questão era um Jornal/ Internet comandado por uma grande empresa, com receita anual maior que R\$ 300 milhões. Sua função era de repórter, e ela estava muito satisfeita. Ela não era sindicalizada por não ter graduação em Jornalismo, posicionava-se como de esquerda e é contra a exigência de qualquer curso superior para o exercício profissional.

Em 2017, Angela ainda residia em São Paulo, com 31 anos e casada, ela adquiriu um mestrado acadêmico. Posicionando-se como de esquerda, ela já trabalhou como Jornalista, mas em 2017 voltou a estudar. Já passou por demissão individual, e trabalhou em outras atividades além do Jornalismo.

Sua trajetória em muitos aspectos se difere da de *Kimberle e bell*. Vivenciando o jornalismo pelos aparatos possibilitados nas Ciências Sociais ela se manifestava contra a exigência de qualquer curso superior para exercer tal profissão. Observando tal posição pelas lentes de Standing (2013) podemos associar a noção de status que a profissão demonstra ter

em determinados meios, noção estimulada pela nomenclatura que - jornalismo - propicia. Podemos neste caso observar a noção de status como lugar ocupado por uma pessoa na sociedade.

Em contraste com classe, a ideia de status tem sido associada com a ocupação de uma pessoa, sendo as ocupações de status mais altos aquelas que estão mais perto de serviços profissionais [...] Uma dificuldade que se apresenta é que dentro da maioria das ocupações há divisões e hierarquias que envolvem status muito diferentes. (STANDING, 2013, p. 25).

Na breve análise propiciada pela minibiografia é impossível identificar sua posição hierárquica, ainda que esteja disponível de que a função exercida era a de repórter. O salário citado é superior ao das duas minibiografias citadas anteriormente, no entanto ainda abaixo da estimativa nacional, que estabelecia o piso como R\$ 3.270, e tendo em vista a dimensão do veículo empregatício, continua visível uma discrepância no reconhecimento do profissional jornalista.

Em 2017, com 31 anos, ela estava casada, resposta que mudou desde a primeira participação no *web survey*. Duas das cinco mulheres pretas que, de acordo com o *web survey*, saíram do jornalismo, casaram entre o período dos dois questionários. A amostra, composta por 5 mulheres pretas, que não passaram pelo processo de entrevistas, não permite concluir se esse foi de fato um fator excludente da profissão.

Drummond (2019) demonstrou em sua pesquisa questões em relação a mulheres negras e o casamento e seu alicerce na justiça brasileira. Identificou-se, diante das respostas obtidas via questionário como se constituem as relações afetivas da mulher negra atualmente e quais são suas demandas familiares atuais:

No que se refere ao significado de família, as respondentes, em geral, apresentaram-no a partir de sentimentos manifestados pelos seus integrantes uns pelos outros, como amor, afeto e respeito, e da independência de características pré-determinadas, como laços sanguíneos, o que denota caráter de qualidade exigido dentro dessas relações e da busca por realização pessoal de seus membros. Além disso, grande parte realça a importância da convivência e coloca a família como base, alocando a instituição no núcleo de suas vidas. (DRUMMOND, 2019, p. 140 e 141).

A análise facilitada pelo movimento de escrita das minibiografias propicia essa visualização territorial. Quatro das mulheres pretas que compõem esta análise moravam até 2017 na região sudeste, e uma na região Nordeste, entre elas estão duas mulheres que estavam casadas em 2017 que residiam na região Sudeste e uma que residia na região nordeste.

Infelizmente, sem a realização das entrevistas com as mulheres pretas citadas no escopo deste trabalho, não foi possível aprofundar tais questões, a fim de entender se as condições sócio raciais no contexto do matrimônio influenciam de fato na saída da profissional jornalista.

No entanto, é possível observar a perspectiva de uma nordestina, que chamaremos aqui de Chimamanda, inspirada por Chimamanda Ngozi Adiche:

Chimamanda, em 2012 não possuía registro como jornalista, com idade entre 23 e 30 anos, morando em Pernambuco, preta, solteira, graduada em Jornalismo em uma universidade estadual, ela trabalhava em 2012 entre 5 a 8 horas por dia. Recebendo de 2 a 3 salários, ela ingressou nesse emprego de forma continuada a seu estágio/trainee. Trabalhando com carteira assinada, ela tinha plano de saúde e vale ou auxílio transporte. Trabalhando primordialmente com TV, a empresa era privada, média (máximo 16 milhões) e seu cargo era de produtora. Passava o tempo entre a empresa e outros locais de trabalho. Em geral não estava nem satisfeita nem insatisfeita. Participava das etapas de edição, reportagem e concepção da pauta. Não identificou seu posicionamento ideológico. Ela se demonstrou ainda a favor da obrigatoriedade do diploma.

Em 2017, casada, com 29 anos e morando na Bahia, ela ainda não demonstrou seu posicionamento político. Ela já tinha trabalhado como Jornalista, mas em 2017 estava desempregada. Os motivos que ela aponta para sua saída são: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento na jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Em geral ela se sentia estressada com o trabalho e não tomava antidepressivos ou tinha outros diagnósticos. Sentia que seus esforços não eram reconhecidos, não presenciou assédio, e também não sofreu nenhum tipo de assédio. Já foi demitida por demissão coletiva (passaralho) e já trabalhou em funções jornalísticas sem contrato de trabalho. Seu último emprego foi em 2017.

Suas respostas revelam um agravamento na crise do jornalismo, pois primeiramente, em 2012, percebemos um cenário promissor que impulsionava sua carreira. Trabalhando com carteira assinada e recebendo diversos benefícios, seu salário e horas de trabalho semanais são próximos às propostas sindicais da época. Em 2017, além da mudança geográfica estado/cidade, a marca mais evidente em suas respostas é a de demissão por passaralho.

Os dados gerais sobre as demissões em massa de jornalistas explicitados em - A conta dos passaralhos - mostram que ocorreram (em dados gerais, sem estratificação por gênero ou raça) 2.327 demissões de jornalistas em redações desde 2012 e 7.817 demissões totais em empresas de mídia.

Tais marcas estão presentes em diversas minibiografias realizadas para a execução deste trabalho. No entanto, para analisar a perspectiva das mulheres pretas que saíram do jornalismo nos restam apenas a interlocução da metodologia feminista, lógicas de mercado e análise dos dados propiciados pelo *web survey*. As marcas do profissional precarizado são visíveis em todas as minibiografias apresentadas neste capítulo.

É importante salientar novamente as marcas de silêncio que foram aparecendo conforme a realização dos questionários, entre 2012 e 2017. Joazeiro (1997) demarca que, o que não se fala torna-se um “objeto de reflexão [...] na relação do dizível com o indizível”. Essa marca é salientada em uma das minibiografias, o pseudônimo para este caso será Maya, inspirado em Maya Angelou:

Maya, era em 2012, registrada como Jornalista Profissional, com idade entre 23 e 30 anos, residindo no Rio de Janeiro, preta, casada, formada em Jornalismo em uma instituição privada, trabalhava até cinco horas por dia em 2012. Recebendo um salário mínimo, foi convidada a integrar a equipe, trabalhando como freelancer. Como benefício ela recebia vale transporte. Veículo que reproduzia seu trabalho na Internet, ela trabalhava em uma instituição do terceiro setor como assessora de imprensa e estava muito satisfeita. Trabalhando com reportagem, fotografia, diagramação e assessoria de imprensa. Era a favor da exigência do diploma.

Ainda no Rio de Janeiro, com 30 anos e casada, não posicionou-se ideologicamente, e em 2017 estava desempregada. (Parou de responder)

Apesar de, nas respostas de 2012, Maya demonstrar-se bastante pró-ativa, nas respostas de 2017, muitas das perguntas não são respondidas. A minibiografia possibilitada com tão poucas informações acaba imprecisa. Sabe-se que em 2012 a crise do jornalismo foi evidenciada tanto pela mídia quanto em pesquisas, de acordo com Tavares (2020) período em que o mercado jornalístico foi atingido por uma grande crise, de diversas naturezas. Os autores apontam que o jornalista de mídia é o que mais sofre com as crises que acometem o jornalismo:

[...] já que uma das primeiras ações das organizações para reduzir despesas são os cortes de postos de trabalho (ROBINSON, 2011). No Brasil, os grandes veículos da mídia tradicional foram, historicamente, responsáveis por empregar o maior número de jornalistas qualificados (RUSSI; MOSER; OLIVEIRA, 2015), o que lhes proporcionava boa estrutura para execução do trabalho e o que resultava em produtos de qualidade. Uma vez que os profissionais mais bem remunerados são cortados e essas vagas deixam de existir, a tendência é que a qualidade do produto dessas empresas também diminua (CURRAN, 2019; SOUZA, 2018; WIJK, 2015). (TAVARES; XAVIER; PONTES, 2020, p. 12).

Os dados do IBGE 2011, dispostos no material - Características Étnico-raciais da população (data encontrada com maior aproximação ao panorama de 2012), revelavam que 35,8% dos estudantes matriculados nas universidades públicas são negros. De acordo com a pesquisa - Potências Invisíveis - apesar de as mulheres pretas serem a maioria nas universidades públicas, e buscarem com frequência por qualificações, as barreiras de entrada ou incentivos para a saída de tal posição prevalecem durante sua experiência inseridas no

mercado de trabalho. O ingresso no mercado de trabalho ocorre, de acordo com a pesquisa, por meio de: 47% processo seletivo, 26% indicação, 27% outro.

Pode-se aplicar neste sentido a noção de *outsider within* (COLLINS, 2016). A autora revela que por vezes, as mulheres pretas sentem-se marginalizadas em ambientes acadêmicos e apoiada em três eixos: “1. a autodefinição e a autoavaliação das mulheres negras; 2. a natureza interligada da opressão; e 3. a importância da cultura das mulheres afro-americanas” (COLLINS, 2016) repensa os paradigmas sociológicos existentes e seus enquadramentos em relação a experiência de mulher preta nestes cenários. Ela aponta percepções quanto a estereótipos cuja função seria desumanizar e controlar seus processos identitários:

Feministas negras têm questionado não apenas o que tem sido dito sobre mulheres negras, mas também a credibilidade e as intenções daqueles forma da definição de pensamento especializado de Berger e Luckmann (1966). Estes sugerem que apenas um grupo limitado de indivíduos se engaja em teorizar, e que ‘teoria pura’ surge com o desenvolvimento de teorias legitimadoras especializadas, administradas por legitimadoras de período integral. A partir dessa abordagem, os grupos ao quais são negados os recursos materiais para apoiar teóricos puros não podem ser capazes de desenvolver um conhecimento teórico especializado. Em contraponto, argumento que ‘sabedoria tradicional’ é um sistema de pensamento e que reflete as posições materiais de seus praticantes que detêm o poder de definir. Quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições. Independentemente do conteúdo de fato das auto definições de mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos. (COLLINS, 2016, p. 104).

Observando a perspectiva de *outsider within* no contexto de ingresso no mercado de trabalho, a partir da amostra de 5 mulheres que se reconhecem como pretas entraram no jornalismo, vemos as seguintes narrativas: 1 por indicação, 1 por processo seletivo, 1 de forma contínua ao estágio, 1 convidada a integrar a equipe, trabalhando como freelancer, 1 foi convidada a ingressar no emprego. Essa última será chamada de Patrícia, em homenagem a Patricia Hill Collins:

Patrícia, com registro de jornalista profissional, tinha em 2012 entre 23 e 30 anos e residia no Espírito Santo. Preta, solteira, graduada em Jornalismo em uma instituição privada, trabalhava entre 8 e 12 horas por dia, recebendo de 2 a 3 salários mínimos. Ela foi convidada a ingressar neste emprego, onde tinha carteira assinada, mas não recebia qualquer benefício. A empresa privada em questão enquadra-se como grande. Lá ela exerceu a função de repórter, e em grande maioria ela estava insatisfeita. Filiada ao sindicato dos jornalistas, não explicitou seu posicionamento ideológico. É a favor da exigência do diploma.

Em 2017, residindo no Espírito Santo, com 33 anos e solteira, ela adquiriu uma especialização entre as respostas do primeiro questionário e as novas questões de 2017. Não respondeu seus posicionamentos ideológicos, esteve empregada em 2017

mas não como jornalista. Para ela todas as opções indicadas no questionário afetaram sua saída do Jornalismo. Sentia-se estressada no ambiente de trabalho, tinha diagnóstico de estresse e tomava antidepressivos. Não sentia seus esforços reconhecidos, já presenciou e já sofreu assédio, e já foi demitida em demissão individual mais de uma vez. Após isso, trabalhou em atividades fora do jornalismo.

Patrícia assinala ao fim que teve experiência com assédio, tanto vivendo quanto presenciando. Campagna (2019) aponta as mudanças no mercado de trabalho, delineadas conforme episódios de assédio ocorridos nas rotinas de trabalho jornalístico passam a ganhar notoriedade em estudos e noticiários. Neste sentido, define-se que:

O assédio moral é uma conduta abusiva, frequente, intencional e repetitiva no ambiente de trabalho, em que o assediador humilha, constrange e desqualifica um indivíduo ou grupo a fim de gerir e controlar os processos de trabalho (HIRIGOYEN, 2008). Não há legislação específica sobre o assédio moral, mas tramitam no Congresso Nacional propostas como o Projeto de Lei 4742/01, que visa incluir o assédio moral no ambiente de trabalho como crime no Código Penal. Atualmente a conduta costuma ser introduzida, segundo o Código Penal brasileiro, como crime contra a honra, artigos 139 (Difamação) e 140 (Injúria); crime de periclitación da vida e da saúde, artigo 136 (Maustratos); ou crime contra liberdade individual, artigo 146 (Constrangimento ilegal). (CAMPAGNA; KUTZKE, 2019, p. 41).

A pesquisa sinaliza que, jornalistas mulheres, jovens com até 30 anos, ainda que componham de forma majoritária, são em sua totalidade as maiores vítimas de assédio dentro das redações. Observa-se que:

A maioria dos assédios são cometidos por chefes ou indivíduos com cargos superiores aos das profissionais participantes (54,7%) e predominantemente homens. Mudanças na rotina profissional de mulheres jornalistas devido ao assédio sexual, verbal e moral emerge nos relatos das respondentes, que expuseram situações cometidas por tais colaboradores durante suas rotinas de trabalho. Esta informação vai de encontro ao que já fora relatado nos estudos anteriores, de que figuras masculinas são maioria em posições de chefias no jornalismo e são os que mais assediam as companheiras de profissão. Os assédios não vieram a desencadear problemas físicos ou mentais à maioria das participantes da pesquisa aplicada. Em contrapartida, é notável um enorme nível de estresse e sofrimento (REIMBERG, 2015) durante e após o assédio, sendo perceptível relatos associados à perda de autonomia (mudança de setor ou de clientes) e expressivo desconforto (foram usadas expressões como ‘estava infeliz’, ‘me deixou em pânico’, ‘terror’, ‘medo’, ‘extremamente incomodadas’, ‘chateadas’, ‘algo desconfortável’). (GONSALES; KUTZKE, 2019, p. 50).

A população preta do país, em geral, de acordo com os resultados emitidos pelo IBGE em 2017, recebe salários inferiores e são delegados a cargos hierárquicamente menos prestigiados. Entre os desempregados brasileiros, em 2018, 14,7% da população negra estava desocupada em 2018, contra 10% de brancos compondo este mesmo quadro. Além disso, a

pesquisa revela que eles são maioria nos setores de remuneração baixa, e quando com a mesma escolaridade de brancos em cargos equivalentes, o IBGE revela que existe um abismo salarial que representa 43,2%.

3.3 COMPREENDER FALAS: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Analisar as demarcações que evidenciam as cicatrizes deixadas pelo processo de exclusão, nem que temporária, do jornalismo não é uma missão fácil. É preciso se debruçar sobre as dores que marcam trajetórias profissionais, definindo assim - em um mundo cada vez mais voltado para a obsessão com o mercado de trabalho e, mais recentemente, por questões que envolvem a noção de superprodutividade - vidas. As falas que emergem atuam como bússolas. No entanto, se trata de um aparato mecânico orientado por um imã. Em grande parte, essas mulheres orientaram-se profissionalmente por suas dores, muitas vezes procurando e encontrando um porto seguro em outras áreas. Tal colocação, no entanto, não exime todo o sucesso e prosperidade que muitas puderam vivenciar. Entre as quatro entrevistadas, uma retornou ao jornalismo e outra, saiu por decisão própria, após uma longa carreira, repleta de ascensão profissional que a levou até cargos de chefia em uma redação prestigiada.

Inicialmente, as entrevistas buscaram compreender as expectativas de carreira, ainda no mundo dos sonhos, que pautaram as escolhas iniciais destas mulheres. Partimos então da questão: Como você imaginou sua carreira quando optou por cursar Jornalismo? A nossa primeira, entrevistada, chamada de *Gayle*, imaginou uma trajetória pautada pelo jornalismo impresso:

Gayle: Aaaaahhh..eu me imaginei trabalhando com jornal diário. Eee, foi só uma parte dela na verdade. Pelo que eu conhecia na cidade, de jornalismo assim e quem eu tinha de contato, eu achava que eu ia ficar no impresso.

No entanto, a vida na profissão foi atropelada pelas demarcações que o período proporcionava. Em tempos em que questões como a multifuncionalidade emergiram como essenciais neste mercado, *Gayle* vivenciou, em suas próprias palavras, tudo!

Gayle - Tudo! haha...Assim que eu me formei, eu fui aprovada naquele...antigo trainee do [nome da empresa de jornalismo], que agora não existe mais, mas que era algo que eles anunciavam muito ao longo do curso, todo ano ia alguém da [nome da empresa de jornalismo] lá falar sobre essa oportunidade e eu assistia essas palestras extremamente desinteressada, pois eu achava que era uma coisa mais destinada para

a televisão, o que não era o meu foco. No fim das contas, eu vi que era algo que poderia me levar para o impresso também por causa da [nome de um jornal impresso], e foi o que acabou acontecendo. No ano seguinte à minha formatura, eu estava fazendo o trainee e fiquei basicamente fazendo alguns cursos, é e trabalhando de graça para [nome de um jornal impresso] por um tempo. Foi assim que a minha carreira começou...e daí depois freela, depois várias outras coisas.

Percebe-se um determinante importante na seleção, porta de entrada, para as profissionais que ingressaram na profissão durante os anos 2000. A cultura de estágio ou *trainee* não remunerado, consolida-se nesse período, avalizando quem está apto para participar, exercer as funções para que a, então estudante, é preparada. Determinações quanto às funções das estagiárias e estagiários começaram a ganhar delimitações concretas, uma vez que, desde os anos 40, ela evoluiu permeada pelos tecidos acadêmicos e empresariais (COLOMBO, 2014).

Não é difícil reconhecer as estruturas classistas que definem quem pode exercer a função para qual foi preparado e quem enfrenta muitas mais dificuldades para tal, tendo barreiras iniciais muito maiores como a simples questão - como pagarei pelo transporte até o local? Invertendo os valores de que, um ensino superior possa proporcionar uma melhora no aspecto financeiro para: como vou me manter financeiramente nesse trabalho?

Como exemplificado no começo desta dissertação, estruturas sociais podem definir trajetórias profissionais, e sendo assim, as noções classicistas mencionadas acima não querem dizer respeito apenas à quantia de capital acumulado, mas sim, a adequações perante um sistema de herança patriarcal, que é explicitado ao longo deste capítulo.

O contrato sexual altera-se diante de demandas contemporâneas, veladamente permite-se a participação das mulheres no âmbito da esfera pública, mas, celebrando sua participação, esquece-se todo novo reforço comportamental, que influencia diretamente na construção social da mulher e os limites impostos à sua autonomia profissional tanto na esfera pública, neste caso em seu ambiente de trabalho, quanto na privada, intersecções patriarcais determinantes em sua trajetória profissional.

Revisando a consolidação desta autoridade na autonomia da mulher, podemos aliar a visão contratual de Pateman (1993), que se debruça para explicar as três expressões principais deste acordo velado: o contrato social, o contrato de trabalho e o contrato de casamento, com o prelúdio que consolidou o patriarcado em nossa sociedade demonstrado por Lerner (2019):

A sociedade patriarcal tinha como características a linhagem patrilinear, leis de propriedade que garantiam aos filhos meninos direito à herança, dominância masculina nas relações de propriedade e entre os sexos, burocracias militares,

políticas e religiosas. Essas instituições eram sustentadas pela família patriarcal e, por sua vez, recriavam-na de modo incessante. (LERNER, 2019. p. 158)

Tais questões, que permanecem enraizadas na sociedade contemporânea, muitas vezes ainda consolidam o papel do patriarca como o “tomador de decisões familiares”, tal comportamento faz parte de uma histórica desconstrução da mulher como dona de si, impulsionada desde a quebra gradual com os sistemas econômicos anteriores, impostas pelas novas demandas capitalistas (FEDERICI, Silvia, 2019).

Ainda, Federici (2019) reconta esse desmonte da mulher como parte integrante da sociedade a partir de como, demandas capitalistas, atribuíram às mulheres funções reprodutivas, ou seja: atribui-se a mulher gerar filhos que, futuramente engrenaram o sistema capitalista como mão de obra, um exército de proletários. O acesso da mulher à educação foi, e por vezes é, mediado por controles advindos dos homens, durante todo o tempo que o patriarcado levou para consolidar-se. Obedecendo as tradições patriarcais, tal processo foi duramente alienado, tentando submeter a ânsia pela educação para ações comportamentais voltadas para os cuidados com o lar e a família, fatores tão historicamente associados à socialização feminina que, ocorrem mimeticamente até mesmo em famílias sem a figura do patriarca presente. Associando à educação a questões reprodutivas, em termos de desenvolvimento social e político, os direitos humanos das mulheres não evoluíram em diversos países da mesma forma que no mundo desenvolvido.

Assim, a influência do patriarcado nas escolhas, inclusive profissionais, femininas também ocupa um papel financeiro, quando dentro de tal teia uma figura com traços patriarcais pode conceder ou não um financiamento, ou uma simples aprovação, para que a trajetória profissional seja alcançada. Em contrapartida, historicamente vemos homens alcançando a educação superior como algo esperado, é claro obedecendo às condições de classe vigentes. Existe uma disparidade entre os fatores: acesso e permanência. Essas questões são levantadas por Gisi (2006):

Tratar da desigualdade de acesso à educação superior requer um olhar atento sobre a problemática histórica da discriminação e da exclusão social de diferentes grupos na sociedade brasileira. Conforme indica Candau et al. (2003, p.23): No momento atual, é possível constatar que mudaram as formas, as linguagens e algumas práticas sociais frente às questões relacionadas à raça, ao gênero e a classe, porém a situação de desvantagem em que os negros vivem mede-se pelas disparidades multidimensionais de que são vítimas e que se atualizam através do encobrimento de dissimulação. A discriminação no Brasil, indicam as autoras, atinge diferentes sujeitos, além dos negros e das mulheres, os indígenas, os homossexuais, os portadores de necessidades especiais, os portadores do HIV ou doentes de AIDS, e ainda aqueles que moram em certas regiões do país, os que moram em favelas e atinge fortemente os grupos que possuem mais de uma dessas características. Uma

discriminação que se reveste de diferentes formas de expressão, nem sempre claramente perceptíveis. Outro aspecto a ser considerado refere-se às transformações que vêm ocorrendo na estrutura social que ocasionaram diferentes desigualdades, além daquelas já existentes na sociedade industrial (DUBET, 2003). A desigualdade se diversificou mais no interior dos diferentes setores, como no caso do mercado de trabalho, tanto no âmbito dos empregos formais, com direitos assegurados, como no âmbito dos empregos informais, precários. (GISI, 2006, p.7 e 8).

Lerner (2019), compreende a via dual de repressão e expectativas que recaem sobre as mulheres, quaisquer que sejam suas escolhas ou direcionamentos, um plano guiado pelo patriarcado, predeterminando assim as possibilidades de suas vidas, percebe-se então aspectos de como a verdadeira liberdade se manifesta nas escolhas femininas. Enfrenta-se corriqueiramente, um mecanismo de permissões veladas quanto à existência da mulher.

A emancipação feminina na sociedade contemporânea foi mediada pelas estruturas patriarcais consolidadas nos 2.500 anos em que tais questões foram inseridas. Vivenciar o período de escolhas profissionais dentro de uma família com tal figura, por vezes passa por um processo semelhante ao de um “gatekeeper”, obedecendo às predileções do patriarca, principalmente dentro de um contexto de sociedade de classes onde estereótipos ainda são associados a profissões. Neste ambiente, observa-se como as escolhas profissionais de mulheres devem corresponder a adequação comportamentais esperadas dentro de sua estrutura familiar que irá ou não apoiar seus passos com recursos emocionais e financeiros.

O caminho que a mulher segue dentro de tal possibilidade, é, geralmente, o esperado dentro de moldes previsíveis, reflexos de sua classe social e de expectativas que podem ou não ser atreladas a socialização imposta pelo sexo biológico, podendo sofrer alterações em diferentes gerações de estudantes que ingressam em graduações acadêmicas, pois estes fatores alteram-se diante de incentivos governamentais em prol de uma educação que abrange a uma ampla camada das classes sociais. A questão do estágio, ou ingresso no mercado de trabalho, baseando-se nas falas que vemos neste trabalho, privilegiam características atribuídas ao masculino. Entendo tais fatores como ideais diante de posturas laborais.

Por isso, ainda que, com muita luta, uma mulher consiga por fim graduar-se em um curso de sua estima, manter-se no mercado de trabalho é profundamente atrelado às barreiras históricas descritas acima. Ainda que sutilmente, percebe-se na fala de Rubin que, a autonomia de poder se manter em outra cidade para estagiar de forma gratuita, foi um acontecimento determinante na forma com que a mesma se relaciona com sua trajetória profissional. Sendo tal experiência traumática por adversidades financeiras, ou tranquila por contar com privilégios subjetivos, sendo aporte financeiro familiar, incentivo de uma família com a figura de um patriarca ou não, proletária que busca na educação superior uma ascensão

ou por bolsas e benefícios que podem abarcar tal experiência, tendo em vista ainda a existência ou não de ações possibilitadas pelo governo.

Seguindo tais premissas, refletir sobre a forma de entrada no mercado de trabalho, que possivelmente exclui outros graduandos que não poderiam doar sua mão de obra de forma gratuita, já os torna, mesmo que descendentes de uma família proletária, com certos privilégios (mudar-se de cidade, poder pagar tal estadia ainda que não seja um profissional remunerado, ter auxílio dos pais como avalistas em uma moradia - fator associado à propriedade privada que ainda conta como aval em tais situações...). Entretanto, partindo da mesma premissa, a de submeter-se a um trabalho não remunerado diante da promessa de ascensão, é mais um exemplo do construto de um profissional precarizado que, para se manter no que considera um rumo promissor para sua carreira, submete-se a mesma régua de pessoas com o mesmo nível profissional, no entanto com maior aporte financeiro familiar ou pessoal, ou ainda, alguém que pode acabar por atuar em outras profissões, onde as especificidades aprendidas em uma graduação de Jornalismo podem se comunicar ou não.

Dentro dessa lógica de mercado, o etarismo também constitui um papel fundamental para compreendermos a composição que determina quem entra e sai do jornalismo e quais são as regras dessa equação. Quem entra, acaba por marginalizar profissionais mais caros e experientes? Hanashiro e Pereira (2020) revelam como “ocorre uma estratégia de renovação demográfica nas organizações sob o manto do corte, tomado como inevitável pelas organizações para sua sustentabilidade econômica”:

O termo etarismo foi introduzido por Butler, um dos pioneiros na pesquisa de envelhecimento. Butler usou a palavra ageism para descrever ‘preconceito por um grupo de idade contra outro grupo de idade’ (BUTLER, 1969, p. 243) e o chamou de outra forma de intolerância (bigotry), similar a racismo e sexismo. Posteriormente, o autor definiu o etarismo como ‘um processo sistemático de estereótipos e discriminação contra pessoas porque elas são mais velhas’ (BUTLER, 1975, p. 12). Em trabalho subsequente, Butler (1980) identifica três aspectos do problema do etarismo: atitudes preconceituosas; práticas discriminatórias contra os idosos; e práticas e políticas institucionais que perpetuam crenças estereotipadas sobre os idosos, e deterioram sua dignidade pessoal. Desde então, uma vasta gama de evidências tem presença frequente em estudos sobre a discriminação baseada na idade. Butler (1980) argumenta que as atitudes e as crenças, os comportamentos discriminatórios, as normas e as políticas institucionais estão relacionadas e se reforçam mutuamente. (HANASHIRO, 2020. p. 191).

Trazer esse olhar para o *mundo uberizado* da atualidade, percebido em uma crescente mundial desde 2010, nos permite observar quantos profissionais vendem sua mão de obra em serviços *on demanding* tanto para custear seus estudos e os investimentos em carreiras em que

a porta de entrada não é remunerada, quanto para adquirir experiência de uma forma totalmente exploratória. Ambos os casos abrem precedentes para que o processo de etarismo se solidifique e exclua profissionais mais velhos justamente por serem mais caros.

Tal noção, de que redações são ambientes compostos por jovens e de que, em algum momento esse fator resultará em um adeus a profissão de jornalista é fortemente demarcado na fala de uma de nossas entrevistadas, aqui chamada de *Simone*:

Simone: A carreira imaginada foi, por uma conjunção de fatores, a carreira que eu acabei realizando. Ascendi, ocupei uma série de cargos importantes, fiz trabalhos dos quais me orgulho muito, conheci (e entrevistei) gente que admirava. E em determinado momento, como eu também havia imaginado, achei que era o momento de mudar.

Explicando: desde meu início de carreira sempre me chamou a atenção o fato de praticamente não haver jornalistas mais velhos nas redações. Eles eram poucos (e hoje são menos ainda...), ocupavam os poucos cargos elevados existentes (colunistas, diretores de redação, etc); ou (o mais triste e que me chamava mais atenção) tinham funções menores (e salários baixos), como por exemplo os plantões da madrugada ou (uma coisa que existia antigamente, hoje não há mais) a rádio escuta (uma sala fechada, com um rádio que seguia a frequência das comunicações policiais; o pobre do jornalista mais velho passava o dia ouvindo aquilo para informar à chefia onde havia alguma ocorrência policial digna de registro). Então, desde cedo, tinha em mente que seria preciso um plano B para quando ficasse mais velha (os bons cargos, como já disse, eram poucos, e não podia contar que um deles fosse meu no futuro).

As expectativas das mulheres entrevistadas são fruto de suas gerações. *Simone*, que dividiu com esta dissertação mais de 30 anos de carreira, mesmo prevendo o fim de seu tempo como jornalista, pode prosperar de uma forma que as entrevistadas mais jovens não tiveram chance, devido às mudanças nos moldes de contratação trabalhista e crescente precarização profissional:

[...] nos anos de 1980 e 1990, foram delineadas importantes formas de dominação e estratégias simbólicas no jornalismo brasileiro. Para tanto, discute-se as mudanças no mercado de trabalho dos jornalistas, o impacto da exigência legal do diploma para o exercício da profissão, a ampliação do número de escolas e a importância da adoção de regras próprias para a redação jornalística visando à consolidação de um modelo de trabalho e de escrita profissional. Mostra como no conflito entre ‘antigos’ e ‘novos’ jornalistas, que marcou o período, estavam em jogo modificações nas formas de trabalho e de percepção do ofício, nos critérios de hierarquização e de recrutamento social, assim como em sua identidade profissional (BERGAMO, 2020. p.337).

Tal desvantagem é perceptível na fala de *Judith*, que, com um início semelhante ao de *Gayle*, teve, já no início, suas expectativas baixas, onde a carreira jornalística não era animadora como mencionado por *Beauvoir*. Fruto de sua geração, suas expectativas já eram um reflexo das mudanças que acometiam o cenário:

Judith: a expectativa de salário desde que a gente decide entrar na faculdade de comunicação, assim, ela é meio baixa, pelo o que as pessoas falam e até pelo que a gente vai vendo, assim conforme vai fazendo estágio e tudo mais. Então assim, nunca foi meu plano assim: vou ser uma jornalista de televisão super rica de uma revista muito famosa, não tenho esse tipo de plano. Mas aos poucos, eu sempre imaginei que eu pudesse me especializar, assim eu comecei a gostar muito do jornalismo de revista e questões relacionadas ao meio ambiente e educação. Tanto que depois eu fui fazer um projeto de extensão na UFPR, que era de educomunicação, e aí isso começou a me atrair bastante, a possibilidade de unir o jornalismo a um projeto social, estar mais dentro de comunidades. Então eu comecei a imaginar que poderia evoluir para aí, sendo que a questão de dinheiro ia ficar ainda mais complicada, redação já é um salário baixo, mas coisas alternativas são ainda mais baixas.

O período universitário tende a se revelar como uma forma de mensurar a realidade para esse novo profissional. Visualiza-se neste momento, de acordo com a fala de *Judith*, como a realidade desmantela uma visão pública do que a sociedade aceita como profissional jornalista, onde você só é de fato um jornalista se visto nos espaços mais considerados “convencionais” da profissão. *Judith*, em seu início de carreira, almejava uma visão palpável e realista:

Judith: Bom, como já faz um tempinho. eu acho que tinha aquela visão do Jornalismo mais clássica, como todo mundo fala. Aí televisão, vai ser a nova Fátima Bernardes, isso fica um pouco no nosso inconsciente. Mas eu não tinha tanto essa visão, eu tinha mais a visão do jornalismo impresso, eu não tinha muitos planos assim...eu acho que era mais isso assim, era um desejo de conhecer muitas coisas e o trabalho de redação, acho que também tem um pouco daquele sonho de estar em uma redação super movimentada, cobrir protesto, cobrir política, cobrir esses assuntos mais quentes. Acho que essa era a minha maior vontade, assim de estar em uma redação super movimentada, entrevistando pessoas. Não era nada muito fantasioso assim não.

Seu imaginário era povoado pelo jornalismo visto na cultura pop em geral, um jornalismo que, mesmo no imaginário de um público leigo, é habitado por homens “obstinados”, “altivos”, capazes de se colocar em diversas situações de perigo para revelar realidades ocultas. É, de uma perspectiva feminista, impossível deparar-me com tal barreira sem revelar que, como pesquisadora, o que passou pela minha mente foi a celebre fala de Chimamanda Ngozie Adichie:

"You can have ambition

But not too much

You should aim to be successful

But not too successful

*Otherwise you will threaten the man*²

É preciso observar como as mulheres sofrem apagamentos profissionais normalizados e como estes reverberam tanto na carreira quanto na vida pessoal. Os desejos iniciais são caracterizados por valores individualistas, como autonomia e liberdade, mas sem uma clareza inicial de que as forças da sociedade interferem na sua trajetória de forma implacável. Infelizmente, é a partir dessa força, que vemos sonhos desmantelarem-se.

Observando os desejos iniciais para a carreira da entrevistada que, chamaremos de *Carole*, jornalista de formação que aceitou sua saída do jornalismo como definitiva, inclusive denominando-se como ex-jornalista em suas redes sociais, ou seja, apresentando-se para o mundo como alguém que saiu da profissão, vemos ponto a ponto as inflexões que culminaram nesse resultado final. Partindo de sua fala de abertura na entrevista, vemos que, a profissão é muitas vezes romantizada pelo imaginário social, e que tal romantização não deixa claro os enfrentamentos e vivências individuais que as mulheres têm ao longo da carreira:

Carole: Meu sonho sempre foi trabalhar como repórter de TV, desde criança. Eu lia jornais desde muito pequena; depois meu pai assinou uma revista e era eu quem lia a edição, toda semana. Mas eu era apaixonada pelo Globo Repórter. Eu queria muito viajar pelo mundo como repórter. Então, quando entrei para a faculdade, tinha esse propósito: trabalhar na TV.

Sua escolha profissional aconteceu, unindo memórias afetivas familiares e um grande desejo por autonomia e liberdade. Acontece que, dentro de um ambiente de redação, tais anseios de ascensão e autonomia, vindos de um homem, ainda que veladamente, devem ser levados em maior consideração por seus superiores. Atribui-se à figura masculina um desprendimento familiar, um espírito aventureiro, e, também veladamente, a sociedade impõe como um dever a construção familiar como uma obrigação na vida da mulher. Ainda, quando uma mulher constrói uma família, pensa-se que seus sonhos e anseios pessoais acabaram, e que agora tudo deve envolver e priorizar as demandas familiares.

As punções do que se realmente deseja na esfera familiar contrapõe-se, no imaginário popular, às ambições profissionais. A socialização da mulher, desde muito cedo, ocorre em uma sociedade heterocentrada que delega funções diferentes a ambos os sexos. Pensar que o processo de socialização não detém importância tanto na vida adulta, quanto nos direcionamentos profissionais, é um equívoco, pois somos constantemente vigiadas e

² “Você pode ter ambição. Mas não muito. Você deve ter como objetivo o sucesso. Mas não muito bem sucedida. Caso contrário, você vai ameaçar o homem. (Adichie – tradução nossa). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc

manipuladas para atuarmos em favor da manutenção dos privilégios que o patriarcado resguarda aos homens. Wittig (1980) desmantela como discursos apoiados na heterossexualidade compulsória ditam estruturas e rumos, principalmente apoiados nos jogos de poder, operacionalizados pelo emprego linguístico que apaga outras possibilidades de vivência e expressão.

Há uma estrutura de poder que se revela na publicidade, na erotização dos corpos das mulheres em diversas esferas, na pornografia, nas revistas de beleza, em *influencers* do mundo digital, uma exigência tão constante em relação à padrões de feminilidade, algo tão sistemático que, por vezes esquematiza um auto *gaslighting* nas mulheres, que percebem-se como exageradas, que tais práticas não determinam todas as esferas de sua vida, que tudo não passa de um erro pessoal de auto interpretação como um sujeito imerso na sociedade:

As imagens pornográficas, os filmes, as fotos de revistas, os posters publicitários que vemos nas paredes das cidades, constituem um discurso, e este discurso sobre o nosso mundo com os seus signos, têm um significado: as mulheres são dominadas. Os semióticos podem interpretar o sistema deste discurso, descrever a sua natureza. O que eles leem aí, são signos cuja função não é significar e que não têm qualquer razão de ser exceto a de serem elementos de um certo sistema ou natureza. Mas para nós este discurso não está divorciado do real tal como está para os semióticos. Este discurso não só mantém uma relação muito próxima com a realidade social que é a nossa opressão (econômica e politicamente), mas, igualmente, é em si próprio real, já que é um dos aspectos da opressão, já que exerce um poder bem definido sobre nós. O discurso pornográfico é uma das estratégias de violência que são exercidas sobre nós: ele humilha, ele avilta, ele é um crime contra a nossa 'humanidade'. Como técnica de assédio tem uma outra função, a de ser um aviso. Ordena-nos que nos mantenhamos na linha e mantenha na linha aquelas que teriam tendência a esquecer quem são; esse discurso chama o medo. Estes peritos em semiótica a que nos referimos previamente censuram-nos por confundirmos os discursos com a realidade, quando nos manifestamos contra a pornografia. Não vêem que este discurso é a realidade para nós, uma das facetas da realidade da nossa opressão. Acreditam que estamos enganadas no nosso nível de análise. (WITTIG, 1980, p. 13).

A cultura dentro das redações manteve-se, reforçando decisões e posicionamentos editoriais dos proprietários de tais veículos, distribuindo certas pautas a corpos masculinos, atribuindo a estes expertises em relação a esportes, tino investigativo, demandas políticas e econômicas. É instaurada uma cultura silenciosa de que determinados corpos, podem cumprir de forma mais eficaz determinadas pautas:

Segundo Martín-Barbero (2001), no século XVIII, cultura significava um valor que se adotava, mas a que apenas alguns poderiam aspirar, ou seja, era algo que se confundia com a educação intelectualizada, adquirida através de leituras de romances e de poesias, reservada unicamente aos homens superiores, ou seja, àqueles que tinham condições financeiras de adquirir livros e jornais. No século XIX, à medida que as pessoas tinham mais acesso a este tipo de expressão intelectual, a cultura passou a ser considerada um valor comum, pertencente às

diferentes sociedades, ideologias e classes sociais, referindo-se também à classe trabalhadora e aos indivíduos que a ela pertenciam. (BORIS, G; CESIDIO, M., 2007. p. 456).

Neste processo de reconhecimento, criam-se estruturas subjetivas que acabam delegando atribuições sexistas, apoiadas em normas de culturas estabelecidas no ambiente de trabalho. Enraizado por anos em práticas que definiam o comportamento social na redação jornalística nem o processo intenso de feminização consegue frear completamente tais posturas:

A mera paridade entre mulheres e homens nas redações não conduz mecanicamente à igualdade de condições ou à isonomia das condutas organizacionais. Não desconsiderando a importância da igualdade e da diversidade na distribuição de posições hierárquicas, Steiner (2014) pondera que não se deve subestimar a força coerciva dos valores e ideologias profissionais que formatam jornalistas de ambos os gêneros em igual medida, conduzindo-os a tomarem decisões similares não obstante os marcadores sociais de diferença. (LELO, 2019. s/p).

Lelo (2019) teme que uma aura de otimismo seja instaurada nos ambientes de redação pelo simples fato da feminização. Ele contrapõe que, apesar das mulheres terem alcançado certos espaços, assimetrias estão solidamente enraizadas no tecido social:

É fundamental que não confundamos as reações das mulheres jornalistas às injustiças que as afetam diariamente no mundo do trabalho com a ilusória euforia de que a gradual feminização das redações conduz mecanicamente à isonomia de condições entre homens e mulheres no jornalismo, tal como defende uma seara de investigações dedicada a refletir com excessivo otimismo as consequências da crescente presença de comunicadoras nas empresas de mídia. Importante salientar uma vez mais que o alto percentual de mulheres jornalistas nas empresas de mídia não é capaz, *per se*, de subverter assimetrias solidamente enraizadas no tecido social, haja vista que, como muitos estudos detectaram, a naturalização e a reprodução das injustiças ligadas a gênero também são incorporadas por muitas mulheres nas redações como meio de permanecerem em seus postos ou mesmo de ascenderem em uma profissão que normatiza a figura masculina. Além disso, o risco deste desmedido entusiasmo em face da presença crescente de mulheres nas redações pode subestimar os nexos potenciais entre a precariedade de uma determinada esfera produtiva e sua paulatina feminização (LELO, 2019. s/p).

De acordo com Lelo (2019), o processo de feminização nas redações demarca como mulheres enquadram-se, na perspectiva empresarial capitalista, em um contexto patriarcal, como o ideal do profissional precarizado. O entusiasmo que muitos observam neste processo de feminização é uma perspectiva liberal, ou seja, em que pouco importa os termos concretos contratuais, e sim, corpos que servem de enfeites em uma auto promoção voltada ao marketing pessoal da empresa. Em um cenário que louva empresas, com cada dia novos selos inovadores como: ótimo lugar para se trabalhar, listas e mais listas promovidas por

profissionais de recursos humanos, desesperados em mascarar as reais condições de trabalho, as incansáveis horas não remuneradas, o intenso assédio ao profissional para que ele viva uma cultura de coleguismo, incentivando atividades com o grupo de colegas e assim, dominando por completo a vida desse profissional, preferencialmente um homem. Um homem não teria que enfrentar as intempéries da maternidade, não teria essa tão temida (pelo contratante) fase em sua vida, seria um profissional que supostamente trabalharia mais, teria mais autonomia e assim, custaria menos.

A lógica liberal aplica-se, é claro, a todos os campos. Mas, é evidente que as mulheres sofrem, de forma diferente, em uma esfera psicológica excludente sua força:

O relaxamento das fronteiras entre o mundo produtivo (homens) e reprodutivo (mulheres) tem contribuído com a possibilidade de as mulheres participarem do mundo produtivo, mas não reveste o afastamento dos homens do mundo doméstico. Acontece que, através desse fenômeno, o adensamento das mulheres nas fronteiras públicas não é acompanhado de uma revisão dos limites das responsabilidades privadas femininas. Isso significa que a esfera de reprodução da família como educação e demais cuidados continua, em grande medida, a cargo das mulheres. (SOUSA; GUEDES, 2016. s/p).

Optou-se por partir da pergunta realizada durante as entrevistas - Na ocasião de nossa entrevista você não trabalhava como jornalista. Depois disso você voltou a trabalhar como jornalista? Se sim o que a fez voltar, se não o que a fez não voltar? - a fim de revelar uma nova camada de condicionamentos enfrentados por estas mulheres. As entrevistas indicam que existe uma exigência enorme de organização e de previsibilidade. Existe uma demanda para que elas organizem suas vidas, pois o tempo está passa, as possíveis demandas familiares se aproximam, e ninguém ali está ficando mais novo, em um sentido etário. Após, logo na abertura de nossa entrevista, *Simone* revela que, conhecendo o mercado, precisaria de um plano de fuga, ela demonstra como já teria esse plano definido:

Simone: Encontrei um nicho interessante de trabalho: tenho atuado como consultora, reunindo minha experiência como jornalista e como advogada. Assim, tenho trabalhado muito com gestão de crise, compliance e proteção de dados para grandes empresas. Descobri que existem poucas pessoas no mercado com essa dupla expertise.

A trajetória profissional de *Simone* foi de ascensão. Ela teve oportunidades que podem ser atribuídas a alguns fatores, como sua localização geográfica (sudeste), classe social e cor: branca. Ela passou 31 anos trabalhando em redação, pode realizar uma segunda graduação, teve a oportunidade de cobrir as Olimpíadas de 2016 e escolheu tal momento para se despedir

do jornalismo. Em seguida, o plano como lê-se acima estava traçado. *Simone* escolheu sair em seu auge, mas isso não significa que sua experiência em uma redação jornalística foi menos traumática. Pelo caminho ela viu seus colegas de profissão enfrentarem junto dela, o que ela aponta como “jornadas insanas”, viu estes mesmos colegas ficarem “desempregados ou ocupando funções bem abaixo do que têm capacidade (e com salários muito baixos)”. Ser uma jornalista privilegiada, neste meio tão concorrido e complicado, proporcionou a ela um certo distanciamento para organizar sua saída. Logo após as Olimpíadas de 2016, *Simone* saiu da redação e abriu seu próprio escritório.

Gayle, residindo no interior do Paraná, teve que trabalhar com as possibilidades que estavam ao seu alcance. Ela ingressou em um programa de mestrado enquanto trabalhava como freelancer para um grande jornal estadual.

Gayle: [...] enquanto eu tava fazendo freelas para [nome de um jornal local da cidade de Gayle], abriu o mestrado [nome de um programa de pós-graduação e de uma universidade], e aí como eu já tinha um trabalho um pouco instável onde eu não tinha nenhuma garantia de que no mês seguinte eu ia ter outro freela, eu quis fazer o mestrado para ter mais uma carta na manga caso eu ficasse desempregada, no caso a docência. Então como eu consegui bolsa no mestrado... Depois que eu terminei o mestrado, eu comecei a dar aula no curso de Jornalismo da [nome de um centro universitário]. Fiquei lá por três meses, pois eu só estava substituindo uma professora e em 2017 eu dei aula na [nome de uma universidade] para o curso de Publicidade e Propaganda, já não foi muito em Jornalismo.

[...]

Em 2017 eu fiquei desempregada um tempo e daí em junho eu entrei na [nome de uma empresa de telejornalismo], como assistente de produção. Não era produtora, minha assinatura na carteira era como assistente de produção, mas era um trabalho de produtor de tv. E, logo em seguida apareceu o trabalho na [nome de uma universidade]. Então eu fiquei por um ano como assistente de produção. Aí, como eu ganhava pouco, as aulas à noite me ajudavam a dar uma incrementada na renda, mas era em publicidade também. Depois eu passei no teste seletivo da [setor estatal], do governo do estado. Então em 2018, junho de 2018, comecei a trabalhar como jornalista para o governo do Estado e estou nesse emprego até agora. Então desde que eu me formei, eu encerrei o curso em 2011, em 2018 foi a primeira vez que eu tive registro em carteira como jornalista. O meu cargo neste concurso, nesse teste seletivo, é como jornalista.

Após 7 anos graduada como jornalista, ela conseguiu, em 2018, pela primeira vez, uma assinatura em sua CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) como jornalista. Sua trajetória é toda demarcada pelo intenso processo de precarização que o jornalismo enfrentou. Visualiza-se em sua trajetória duas demarcações determinantes para que o cargo, após tantas intempéries, fosse alcançado. Uma delas foi retornar para a academia. Ao obter um título de mestre, *Gayle* vivenciou experiências no ambiente de docência, podendo assim complementar sua renda e, mesmo trabalhando horas exaustivas, pode obter assim, um salário próximo ao piso. O mesmo título de mestre foi distintivo na prova para o emprego público, uma vez que

as qualificatórias para o concurso consistiam em: “O Teste Seletivo consistirá na avaliação de conhecimentos e condições, para todos os cargos, mediante aplicação de prova objetiva de caráter eliminatório e classificatório; prova discursiva de caráter eliminatório e classificatório, prova de títulos e Curriculum Vitae, de caráter classificatório, de acordo com a Tabela 8.1 do item 8, e Exame Médico Pré-admissional, de caráter eliminatório [...]”.

Com uma trajetória muito semelhante à de *Gayle, Judith* também passou anos como *freelancer* do mesmo jornal. Em 2017, ela reflete sobre os rumos que sua carreira tomou:

Judith: Em 2017 eu já estava trabalhando com agência e foi aí que mudou, foi quando eu comecei a ver o mercado muito mais aberto e muito mais precisando de profissionais ligados à produção de conteúdo do que o próprio ‘jornalista’ formal. O que me fez não voltar à função de jornalista foram principalmente essas duas questões. Primeiro, de o mercado ter mais oportunidades, mais vagas relacionadas ao marketing, à publicidade de um modo geral e também a questão de salário, pois o que eu comecei a ganhar como redatora, é...eu só ganharia isso no Jornalismo já sendo editora. Então assim, o salário de um editor...é difícil de você chegar em uma redação e algum veículo já como editora. Eu até procurei alguns...alguns trabalhos que eram mais parecidos com Jornalismo que era na edição de revistas, né então era uma editora que fazia revistas para empresas. Aí eu me candidatei para algumas vagas como editora e tudo mais, mas elas eram difíceis e a questão do salário é o que eu ganhava como redatora. Então eu vi ‘ah está bom por aqui’, por eu ter entrado em uma agência eu vi que era um diferencial bem bom para eu continuar sendo redatora né, passar por uma agência é importante.

Não se pode dizer que ela teve uma escolha difícil ao seguir os rumos em que a remuneração era mais recompensadora. Entretanto, tal escolha culminou em sua saída definitiva, até o momento da entrevista, do jornalismo. A lógica neoliberal afeta, de forma inegociável, rumos profissionais, principalmente se investigarmos o histórico de sua inserção sobre os corpos femininos:

Obviamente, a divisão da sociedade em classes agudiza a opressão sobre as mulheres, transformadas elas próprias em propriedade e instrumento de produção. Contudo, devemos nos atentar ao fato de que a opressão patriarcal é anterior ao capitalismo e, conjugada a ele, aprofunda a violência e a exploração contra a mulher. Cremos que o capitalismo não inventou o patriarcado, mas, seguramente, foi através do desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema global que o patriarcado se inseriu nas estruturas deste sistema econômico, elevando a exploração da mulher – e seu corpo – à máxima potência. (VAZQUEZ; FALCAO, 2019, p. 373).

Repensar os rumos que tais trajetórias, circunscritas em um jornalismo extremamente enraizado nestas questões de mercado e, conseqüentemente, gerenciado pela estrutura patriarcal, as expectativas neoliberais sobre o corpo feminino demonstram-se de tal forma: expectativa de produtividade x expectativa de reprodutividade igual a micro agressões no ambiente de trabalho, permeadas pelas expectativas masculinas sobre corpos femininos:

Parte da expropriação que as mulheres sofrem, neste sistema, está profundamente relacionada ao tempo. O fator tempo de trabalho produtivo versus tempo de trabalho reprodutivo é um dos traços de distinção de gênero, de raça/etnia e de classe, porque conjuga, ao mesmo tempo, proporções distintas entre a classe trabalhadora, entre homens e mulheres [...] têm seus tempos de trabalho produtivo apropriados pelo trabalho reprodutivo. (VAZQUEZ; FALCAO, 2019. p 381)

Tal lógica fica ainda mais evidente na vivência relatada por *Carole*, onde ela explicita como o mercado fechou as portas para ela:

Carole: Em janeiro de 2017 eu pedi demissão do jornal no qual eu trabalhava havia seis anos para poder fazer o Mestrado. Como o horário das aulas coincidiam com meu horário de expediente, precisei fazer essa difícil escolha. Eu não estava mais tão contente no jornal, devido à falta de um plano de carreira e outros benefícios, ou seja, foram seis anos ganhando o piso da categoria. Ao mesmo tempo, tinha um bebê, na época, com oito meses, e uma filha de dois anos. Eu quis fazer o Mestrado para abrir um pouco mais o 'leque' de possibilidades, ou seja, incrementar meu currículo para futuras oportunidades em meios de comunicação e também estar apta à vida docente. Concluí o Mestrado em 2019 e, logo em seguida, eu e uma amiga jornalista criamos uma empresa de assessoria de comunicação. No entanto, as coisas não 'fluíram' como gostaríamos. Pegamos poucos trabalhos, com remuneração insuficiente para uma pessoa, imagina para duas! E os trabalhos que pegamos, na época, eram mais da área de marketing, administração de redes sociais, coisas de que eu não manjava muito e, na verdade, não gostava também. Não sou da área da publicidade; meu negócio é jornalismo. Passados três meses, decidi sair da sociedade e fui procurar emprego novamente nos meios de comunicação. Em junho de 2019, fui chamada para cobrir férias no jornal no qual eu havia pedido demissão dois anos antes e, no mês seguinte, cobri as férias de um produtor de uma emissora de TV. Depois disso, fiz algumas entrevistas de emprego, mas, infelizmente, não consegui retornar ao mercado de trabalho. Então, só não voltei porque realmente o mercado fechou as portas.

Em sua fala percebemos que, por um curto período de tempo, ocorre uma exploração da mulher em sua performance considerada máxima pela engrenagem neoliberal, tanto no ambiente de trabalho, quanto na sociedade permeada pelos conceitos patriarcais já apresentados. Assim, observando também as demais perfiladas não entrevistadas, podemos relacionar que o tempo em que a mulher jornalista é considerada útil ao mercado de trabalho está intrinsecamente relacionado ao auge da fertilidade dessas mulheres.

Outro fator que anda de mãos dadas com o etarismo, emerge quando se questiona: Como você avalia as mudanças tecnológicas pelas quais o jornalismo passou nos últimos anos? Elas afetaram sua trajetória profissional de alguma forma?

Tanto *Gayle* quanto *Judith* possuem uma vivência similar nesse sentido. Elas vivenciaram em tempo real o momento “disruptivo” que o jornalismo e, principalmente, os profissionais jornalistas, enfrentaram em meados dos anos 2000, e, mais intensamente no início da década de 2010. Rubin demarca, com sutileza, o turbilhão de exigências que

começaram a recair sobre esse novo profissional jornalista, que foi obrigado a se reinventar no período:

Gayle: Olha, nas funções que eu passei, eu não tive muita dificuldade assim, ou não sentia que tinha alguma inovação muito louca acontecendo que eu não estava conseguindo acompanhar, é mais uma questão...principalmente agora, o que eu estou sentindo de verdade, é que as chefias, as outras pessoas que trabalham com os jornalistas, estão cobrando dos jornalistas coisas que não cobravam antes. Por exemplo, design gráfico, diagramação, é a questão do audiovisual assim, é uma coisa que é muito comum, cobrado da gente, mesmo que meu cargo...Meu cargo é de jornalista né, eu produzo na minha função se você for ver na verdade...ééé...no concurso mesmo, no edital é produção de releases, eventualmente fazer outra coisa, fotografia e tal. Em nenhum momento fala por exemplo de fazer artes para as redes sociais ou de fazer vídeo, e eu estou tendo que fazer agora porque não há profissionais fazendo essas coisas, e é tipo 'a menina da comunicação lá' faz um banner aqui pro meu Instagram.

As similaridades com a vivência de *Judith* auxiliam a confirmar, como esse foi um período de intensa precarização, mediada pela intensa contratação de profissionais jovens, recém formados, com vínculos empregatícios instáveis, demissões em massa de profissionais mais velhos e mais caros, estes substituídos por uma mão de obra que supostamente teria um comprometimento maior com as mudanças tecnológicas, justamente por estarem inteiramente inseridas neste contexto, como consumidores de tecnologia. Esperava-se sempre mais habilidades compatíveis com a multifuncionalidade.

Judith: Bom, isso pra mim, eu já percebia mesmo antes da internet. Assim...primeiro na minha formação acadêmica é lógico que já faz bastante tempo né, eu me formei em 2008 mas a gente não tinha essa questão de internet, de site, era mais abordado como um gênero textual do que de fato uma produção jornalística. Assim, na universidade a gente já não teve isso e aí eu fui começar a ter contato na redação, porque na redação da [nome de empresa de Jornalismo] era justamente essa transição de 'ahh, precisamos ter um site, o que vai ter nesse site...' diferente do impresso e tudo mais. Então em texto, formato de apresentação, uma questão da própria tecnologia para você postar, enfim...eu sempre gostei mesmo na redação, não gostava muito dessa coisa de entrevista por telefone. Quando possível eu gostava de conhecer a pessoa, ou fazer a entrevista pessoalmente, acompanhar o fotógrafo mesmo que eu tivesse feito a apuração por telefone quando o fotógrafo ia eu gostava de ir também. Então, acho que isso sempre foi uma das coisas que eu mais valorizei no Jornalismo, assim, ver ao vivo a pessoa para ter uma conversa mais sincera. Enfim, o telefone eu sempre achei burocrático e sempre detestei muito a relação das assessorias de imprensa no telefone. Eu ainda lembro que pô, meu telefone não parava de tocar, era um saco assim, sabe, eu não gostava. Logo que eu saí da redação eu acabei não tendo muito contato com isso, acho que a coisa mais digital diferente que eu fiz foi fazer um lance a lance do futebol sabe e que era no site da [nome de um jornal impresso]. Eu sempre tive muitas dificuldades nisso, e eu sempre também comecei a usar os apps que foram surgindo com essa mentalidade. Quando surgiu o Snapchat, que era o formato de stories que a gente tem de Instagram hoje...poh... eu sempre vi um super potencial naquilo, você consegue contar uma notícia em cinco fases, em cinco stories. Isso sempre me agradou, essa possibilidade mesmo nunca trabalhando de fato com esse tipo de ferramenta. Eu gostava muito da tecnologia de parallax nos sites, quando você vai rolando o scroll

e daí vai meio um por cima do outro, aí abre um vídeo que é o tab da UOL, acho fantástico, acho aquilo muito maravilhoso, mas não tive a oportunidade de trabalhar com isso. Para você ver, eu sai da redação em 2014, não é tanto tempo assim e a gente ainda não fazia. Sempre achei muito legal você misturar texto com uma foto com infográfico, com um pedaço de vídeo, eu fiz isso uma vez quando eu trabalhei no [nome de um portal de informação], a gente tentou fazer essas reportagens especiais, não era eu que produzia né...eu tava já na edição, então de falar e editar um pouco o info... 'isso vem antes, isso vai depois', enfim...mas foi bem pouco, e sendo bastante sincera eu não acredito que as rotinas, das redações tenham mudado tanto. Eu acho que é mais um formato de entrega, o jeito que você entrega teu conteúdo do que de fato a maneira com que você faz o teu trabalho assim.

Vivenciar em tempo real essas mudanças possibilitou que o novo profissional jornalista fosse então projetado como uma possibilidade de profissional que conversa com diversas questões do âmbito comunicacional. Sair de uma graduação e atuar em áreas como marketing, publicidade, fotografia, editor audiovisual, dentre tantas outras possibilidades já é mais comum do que entrar diretamente no jornalismo. Então hoje, entrar, mesmo que de forma completamente sucateada e com vínculos empregatícios frágeis no campo do jornalismo, torna-se um privilégio, alcançado por poucos e poucas profissionais.

Judith parte então deste momento para revelar os rumos que sua trajetória profissional tomou, e como o jornalismo tornou-se muito mais um traço identitário do que, realmente, a função que a mesma, de fato, executa.

Judith: Quando me perguntam profissão eu respondo jornalista. Eu não falo redatora, eu não falo nem marketing assim porque é o que eu me formei, é o que eu sou né. Eu sou jornalista mas eu trabalho como redatora, então para mim são perguntas diferentes. Assim, qual é a sua profissão e qual é o seu trabalho. Minha profissão sempre vai ser jornalista, é e eu sempre gostei muito assim, acho que trago muito isso em mim logo depois que eu saí da redação que foi no fim de 2014, e em 2015 eu tentei assim com mais um amigo meu emplacar um projeto de site, então era um site que era meio que uma revista eletrônica de moda. Eu apurava os conteúdos, eu fazia os textos, então assim a gente tentou manter esse projeto e aí ele não deu certo e ainda em 2015 eu fui para um site também como editora de um portal, então ainda tinha essa questão do jornalismo, a gente tratava de notícias que eram quentes, notícias do dia, tinha que editar a home do portal e aí foi muito aos poucos esse meu afastamento assim. Ai eu ainda trabalhei 3 meses em uma assessoria de comunicação né, também está mais ligada a Jornalismo mas não é redação. Depois fui consultora de comunicação, acho que ele foi ampliando assim eu era Jornalista mas na comunicação, aí foi muito aos pouquinhos...o que foi mais essa ruptura mesmo foi a oportunidade de trabalhar na agência e foi um misto de sentimentos, eu pensei poxa vou abandonar os ideais do que eu acho legal no Jornalismo e vou me vender né! (risos). Estou trabalhando em uma agência de publicidade, a gente sempre pensa nisso. Então, teve esse aspecto de ser um pouco, um pouquinho frustrante, mas tanto nessa agência - de todos os outros lugares - eu sempre reforço, acho que eu coloquei em outro lugar assim, eu vejo o jornalismo como meu mindset de trabalho, que é sempre estar perguntando, por qual motivo você precisa entrevistar, precisa apurar, precisa falar com as pessoas, você precisa entender do que você está falando, nem que seja pra você escrever uma coisa muito curta né na publicidade então assim, nos trabalhos que eu tenho eu sempre tento valorizar meu background de jornalista pois ele faz parte do meu processo de texto

assim né. Ainda acompanho muitos amigos jornalistas, mas sinceramente acho que essa separação já foi quase definitiva. Assim é. Mas foi bem gradual, teve uma certa frustração mas teve um entendimento de mercado mesmo, que com veículos fechando com muita coisa ficando cada vez mais difícil ter esse trabalho, então teve uma frustração no começo, mas depois eu aceitei.

Mulheres à margem, título desta dissertação, parte do sentimento compreendido a partir desta fala. Identitariamente o jornalismo é extremamente marcante na vida dessas mulheres, que em algum momento se depararam com essa questão: estamos ficando à margem de nós mesmas? Para onde estamos indo como profissionais jornalistas, afastando-se cada vez mais desse fator identitário tão importante para a construção de um *self* coletivo da categoria. *Carole* também transmite esse nó na garganta, quando revisitamos sua fala - “só não voltei porque realmente o mercado fechou as portas”. Para *Pateman*, a tecnologia aparece de forma realista: “O mais importante é exercer o jornalismo de forma correta e de credibilidade”:

Carole: Eu comecei a trabalhar em 2005... lá se vão 15 anos. Era uma época em que tinha coisa que a gente pedia por fax!. A gente falava com as fontes por telefone ou pessoalmente. Comparando com hoje, acho que o trabalho de jornalista era mais 'braçal'. Ou você tinha aproximação com a fonte ou estava ferrado... Depois, vieram as redes sociais e o WhatsApp. Este sim, na minha opinião, a grande revolução das redações. Você entra nos grupos e fica sabendo de tudo lá. Por exemplo, se você cobre Política, tem lá um grupo que reúne jornalistas de Política. E as fontes então?

Antes, elas precisavam recorrer aos jornalistas para ter alguma visibilidade. Hoje, elas fazem as 'lives' e declarações nas redes e tá pronto. Outra mudança importante foi o jornalista multitarefa. Quando comecei, eu escrevia as matérias para o jornal impresso, escolhia as fotos, passava o material para a diagramação e ia embora. Já em junho de 2019, quando trabalhei cobrindo férias no impresso, eu tinha que escrever as matérias, escolher as fotos e, eventualmente, vídeo, colocar todo esse material no site e nas redes sociais do jornal, para só depois ir embora. No início da minha carreira, eu também só me preocupava com o impresso; nos anos seguintes, era frequente a necessidade de escrever um texto às pressas para colocar no site e nas redes sociais. Na época dessas transformações, eu relutei. Achava que tinha sido contratada para trabalhar apenas no impresso e eu entendia que o site era outro meio de comunicação. Mas, hoje, vejo que isso não tem sentido. As coisas mudam e a gente precisa se adaptar. O mais importante é exercer o jornalismo de forma correta e de credibilidade.

Perceber-se que esse contexto de mudanças, possivelmente proporcionou essa percepção identitária interligada ao jornalismo. A partir da profissão, vivenciou-se a proporção que essa nova realidade tomou na vida de todas. *Simone* apresenta, em sua fala, como o período super atual da pandemia da COVID-19 transformou seu cotidiano, principalmente ao impor atualizações tecnológicas em seu escritório, onde mesmo em outra área, ela ainda utiliza habilidades que conquistou trabalhando como jornalista:

Simone: Afetam na medida em que temos que nos atualizar o tempo todo. Agora, por exemplo. Em tempos de pandemia, tive que aprender a lidar com novas tecnologias, como Zoom, e reorganizar minha vida doméstica para transformar o escritório de casa em uma espécie de central multimídia, com iluminação adequada para reuniões online, dois computadores ligados, material de escritório organizado, etc. Eu, que sempre fui uma pessoa discreta (não gosto de postar em redes sociais, por exemplo), às vezes me sinto como um youtuber, com tanta parafernália instalada em casa para atender os novos tempos.

Tais colocações apontadas pelas entrevistadas podem ser inseridas como mais uma das complexidades que culminaram na crise do jornalismo. Souza (2018) faz uma análise dialética para interpretarmos esse momento no jornalismo, que se prolonga no tempo.

Evidencia-se, assim, que, embora possua particularidades próprias, muitos dos sintomas da ‘crise do jornalismo’ são consequências da crise estrutural do capital. Essa, articula, via cooperação complexa, inovações tecnológicas e gerenciais, intensificando a subsunção do trabalho vivo ao sistema de metabolismo social vigente. O desemprego crônico, a decadência ideológica, a barbárie social e a queda da taxa de lucros das mercadorias são fenômenos que afetam diretamente a prática jornalística.

[...]

Ainda que manifeste tendências e contradições próprias e complexas, o diagnóstico usual e hegemônico da conjuntura da esfera jornalística no século XXI tende a colocá-la como resultante de mudanças tecnológicas, o que, distante de ser uma observação falsa, ignora as estruturas subjacentes ao conjunto de alterações que, para além do campo jornalístico, tem afetado a totalidade do metabolismo social nas últimas décadas. (SOUZA, 2018. p. 56).

Compreender como o tecido da crise emerge de um contexto de mudanças efervescentes e resulta em passarálhos, ou cortes pessoais de jornalistas nas redações, com a lente do feminismo proposta ao longo de todo este trabalho, torna possível indagar se as ofensivas aos corpos masculinos e femininos dentro das redações ocorreram da mesma forma.

Experiencia-se uma crise diferente quando se é mulher, até mesmo encarando aspectos condescendentes, como a manutenção de profissionais mães, proposta em determinado momento de crise pelo Grupo [*nome da empresa jornalística*], esquecendo-se que a maternidade não deve ser compulsória e apesar de este ser um posicionamento compreensível, mulheres que não querem ser mães também estão circunscritas em um contexto capitalista e precisam receber seus salários no fim do mês para sobreviver. A própria máxima da autora Simone de Beauvoir, aqui consolida-se: basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Em um momento de crise, as mulheres entrevistadas revelam um estado exaustivo de hipervigilância.

A entrevistada explica que, os profissionais que iam sobrando na redação em que trabalhava, respondiam especificamente a duas frentes, âmbito familiar x possibilidade de manter-se com renda de outro emprego:

Gayle: Nessa situação específica, pelo que eu pude entender ali no contexto, eles estavam tentando segurar na redação quem tinha filho, por exemplo, ou eles estavam optando por demitir pessoas que eles sabiam que tinham um outro emprego, e que era uma coisa muito comum. Na época tinha pelo menos uns dois jornalistas que eu vi ali na [nome de um jornal impresso] que de dia eles estavam ali na redação e a noite eles tavam dando aula. Então essas pessoas que estavam dando aulas foram em alguns casos as primeiras a serem demitidas, porque entendiam que a pessoa tem outra fonte de renda e a gente vai segurar quem depende só disso. Depois tanto fazia, mas não via tanta diferença assim entre homens e mulheres, na época não percebi.

Gayle revela que, logo ao se graduar, entrou em um mercado pouco estimulante, em um cenário de desmonte frente à concepção de jornalismo que se via durante a universidade. Relembrando passagens anteriores deste trabalho, *ela* reforça que: “o que eu tenho visto assim desde que eu me formei, tem colegas que jamais trabalharam como jornalistas”:

Gayle: Bom, na verdade assim. É, o que eu tenho visto assim desde que eu me formei, tem colegas que jamais trabalharam como jornalistas, que foram fazer outra graduação. Há alguns que foram trabalhar com marketing, alguns que foram trabalhar com. umm deixa eu pensar; teve alguns que justamente por estarem desempregados acabaram vendo em pós-graduação, mestrado e na carreira docente uma outra opção também; e é muito jornalista desempregado. Esse ano, por exemplo, a [nome de uma empresa telejornalística] tinha um programa muito forte ligado ao agronegócio. E esse ano esse programa foi extinto, não existe mais, então foram mais alguns jornalistas que foram demitidos assim. Demissão de jornalistas é uma coisa que eu vejo desde que eu me formei. Na [nome de um jornal local da cidade de Gayle], por eu ter entrado em 2012, época que o jornal começou a enxugar eu estava ali na redação. Eu já era freela, então já era tipo um sintoma de precarização. Aí começaram a cortar gastos com táxi, com café, quando a gente viu a redação estava pela metade assim. Então..é, a profissão de jornalista e crises financeiras, crises de emprego é uma coisa que veio junto assim.

Judith demonstra os critérios utilizados pelo grupo contratante, mesma redação em período anterior à vivência de *Gayle*, e posteriormente contemporâneo:

Judith: Acho que foi uma grande loucura assim, ninguém sabia o que estava acontecendo... Era, ‘ahh a gente precisa colocar mais gente no online’, ‘a gente precisa fazer um site melhor, desenvolver sites melhores’. E aos poucos vem a crise do impresso né, isso foi bem evidente, um deus nos acuda sim, mas acho que no aspecto geral a crise econômica não me afetou tanto. O que aconteceu aí foi a partir de 2013, talvez a série de cortes de pessoal né, que aí todo mês começavam a ser demitidas as pessoas e aí por N motivos, ‘ahhh essa editoria tá fechando, ou essa revista a gente não vai fazer mais’. Aí se a pessoa tá há muito tempo no cargo, então ela ganha muito, então por n critérios, começou acho que em 2013 se agravando até 2014 ali começou essa onda de demissões.

Ambos relatos revelam um cenário caótico, em que os critérios eram distribuídos sem seguir explicações. Entende-se que se demitia-se muito e, em seguida, rumores sobre possíveis motivos surgiam na redação, mas sem uma clareza sobre como exatamente tais cortes eram determinados. E a questão que trazemos à entrevistada foi: “Nesse contexto de cortes, você acha que as mulheres enfrentavam uma maior dificuldade para permanecer no Jornalismo?”

Ela começa rememorando o número de mulheres nas redações por qual passou, no entanto, a memória por vezes é seletiva. Nela vemos um quebra cabeça sendo montado pela própria entrevistada, como fica evidente a seguir:

Gayle: Eu, olha, na [nome de um jornal impresso] era praticamente dividido e tinha muita mulher na chefia lá também, eu não achava assim, tão...não achava que tinha tanta disparidade. Na [nome de uma empresa de comunicação] eu já via que por exemplo, eu trabalhava em um programa que era mais para o público feminino, mas...exclusivamente a gente ali era mulher e no programa principal aí só tinha uma mulher na produção, o resto era todos homens, e no [Nome de empresa de Jornalismo] que eu fiz freela por um tempo também, eu fiquei um ano como freela, contando vezes que fui voltei fui voltei, vários trabalhos, jamais tive a carteira assinada, todos os jornalistas eram homens, esses sim tinham as carteiras assinadas, essa foi uma redação que eu nunca vi outra mulher, eu só fiquei um tempo lá como freela.

[...]

Gayle: Eu nunca ouvi essas coisas de falar...eu tendo a acreditar que sim, que assim que era mais fácil mulheres serem demitidas. Que até numa proporção...é, é que aí justificando-se de várias maneiras...baixo rendimento, baixo comprometimento...a mulher é quem faz menos hora extra, falam coisas do tipo. Também acho que falam das mulheres serem ‘insubordinadas’, serem mais questionadoras, então eu acredito que sim...Nunca ouvi nenhum motivo, nunca tive nada a escutar de fato, mas acho que nessa retrospectiva eram mais mulheres sim que foram demitidas, mandadas embora.

Em ambos os relatos vemos que, em retrospecto, tende-se a avaliar a questão de gênero, mas que no momento que vivenciaram tal situação procuravam justificativas em outros aspectos. Em contrapartida a essa visão velada do momento de crise, *Carole* se reconhece como protagonista de sua história:

Carole: Talvez eu seja um exemplo da crise. Mesmo com alguns anos de carreira e de estudo, infelizmente, me afastei da carreira no jornalismo. A gente sabe que alguns colegas, principalmente os recém-formados, aceitam trabalhar por menos que o piso. Eu recebi, em dezembro de 2019, uma proposta de trabalho em assessoria de comunicação para receber menos da metade do piso! Eu recusei, mas, certamente, a vaga foi preenchida. Quero frisar que não estou, de maneira alguma, questionando a qualidade do trabalho dos colegas.

Aqui visualiza-se o motivo de o processo de juvenilização das redações ser tão importante para os contratantes. Jovens custam menos, trazem consigo uma bagagem cultural de seu tempo, algo benéfico para que as redações fiquem atualizadas. No entanto, a bagagem e o histórico de cultura profissional que os jornalistas há mais tempo carregam consigo também deveria ser um fator relevante para a continuidade de um trabalho feito de maneira responsável e ética. *Simone*, mesmo com anos de experiência em redações, revela em sua fala que o profissional jovem também sofre com o aspecto da juvenilização como um reflexo da crise do jornalismo:

Simone: Como a crise econômica/financeira e midiática afeta o trabalho dos jornalistas e em específico, o seu trabalho como jornalista. A crise financeira soma-se à crise do modelo de negócios (com tantas fontes de informação e, principalmente, de desinformação) fazendo com que as redações fiquem cada vez menores. Isso sobrecarrega aqueles que se mantiveram empregados e torna cada vez mais difícil fazer um trabalho mais pensado, melhor apurado. Sem falar no achatamento salarial. Quando eu comecei na profissão, tinha um bom salário que me permitiu juntar dinheiro e comprar um apartamento pequeno. Conheço muitos jovens jornalistas e o que vejo é um desânimo com relação às perspectivas financeiras da profissão. Muitos, ex-alunos de faculdades particulares, pagavam mais de mensalidade para sua formação do que recebem atualmente de salário. No meu caso, como já contei acima, a crise me empurrou para tomar mais rapidamente uma decisão que eu já vinha planejando (trocar de profissão), mas quatro anos depois concluo que, de fato, essa crise me levou não a fazer uma troca, mas a juntar duas profissões e me transformar numa profissional diferente, que nem é totalmente jornalista, nem totalmente advogada.

A crise sincretiza a profissional jornalista, juntando aspectos de sua formação, combinados à sua utilização no contexto de multifuncionalidade na área mais ampla da comunicação – que envolve serviços de marketing, publicidade, gestão, design e produção de conteúdos. Como o mercado estritamente reconhecido como jornalístico é fechado, tais oportunidades foram abraçadas, principalmente por profissionais mais jovens, que sofrem a pressão econômica, e por conseguinte familiar, e também de demais estruturas sociais, para ingressar no mercado de trabalho e começar a ganhar dinheiro. Assim, esse recém formado acaba, muitas vezes, "engolido" pela engrenagem do neoliberalismo que media todas essas operações.

A partir desse aspecto, parte-se para um ponto da entrevista que simboliza um pilar deste trabalho: Você acha que, por ser mulher, existe maior dificuldade em permanecer no Jornalismo? Para avaliar melhor as respostas, apresenta-se as disposições que articulam essa noção, identificando se homens e mulheres têm oportunidades proporcionais. Assim apresentamos as respostas, uma seguida da outra, sinalizando o codinome da entrevistada, e em seguida, realiza-se um processo de análise.

Gayle: (Suspiro profundo) É muito difícil essa pergunta.

Entrevistadora: Talvez observando colegas que se formaram contigo, ou colegas que dividiram com você estes empregos. Você consegue observar uma dificuldade maior das mulheres permanecerem no jornalismo ou não?

Gayle: Eu acho que é uma profissão para nós um pouco mais difícil. Não que...como é que eu vou dizer...é como se a gente se sentisse insegura no trabalho o tempo inteiro, é assim, em uma eminência de uma demissão acontecer a qualquer momento sabe. É, por exemplo, eu já vi, na redação que eu trabalhei, a minha chefe ficar grávida e os superiores começam a perguntar: mas você volta? Depois você volta? Como se a vida dela profissional tivesse acabado ali sabe, e como se a volta dela fosse uma incógnita...É, fazer as mesmas coisas que os profissionais homens e ganhar menos também é uma coisa que eu acho que acontece muito. Então, como você não se sente valorizada, você está sempre procurando outra coisa e tá sempre pegando freela e querendo dar aula porque você se sente sempre muito mais dispensável. Eu acho que é isso, na [nome da empresa de comunicação televisiva], por exemplo, eu era contratada como assistente de produção e ganhava R\$ 1300,00, e eu trabalhava a mesma quantidade de horas por dia e fazia o mesmo tipo de trabalho, mesmo serviço que os meninos, que os homens que eram contratados como produtores, mas com essa diferença na hora do registro, eu ganhava muito menos. Então, se procurava dar aulas, se procurava fazer outros freelas, e é isso, é a insegurança constante.

Partimos em seguida para a perspectiva de *Judith*, observando suas considerações sobre a pergunta - Ao longo de sua carreira, homens e mulheres sempre tiveram as mesmas oportunidades?

Judith: Não!!! Eu acho que assim, talvez não seja uma grande maldade, acho que às vezes a gente fica pensando assim, o que é proposital e o que que não é proposital. Talvez não fosse algo proposital, mas o que eu vejo é que é muito mais fácil os holofotes, né? Tipo pô, esse cara fez uma puta cobertura, o cara conseguiu falar com não sei quem. Pô, olha o furo que o cara deu, olha a rapidez, olha o que ele descobriu. E quando uma mulher faz a mesma coisa parece que ela não fez mais do que a obrigação. Eu não sei...não sei se é inconsciente, involuntário, o homem se valoriza muito, a mulher ainda fica mais com a síndrome da impostora. A gente mesma talvez esteja desacostumada a valorizar o próprio trabalho, mas a impressão que eu tenho é que o homem está sempre mais no holofote, aí talvez seja mais fácil de ele ser promovido, de ele pegar as melhores pautas. Várias coisas.

Diante do mesmo questionamento, *Simone* diz:

Simone: Sim e não! Não é possível uma única resposta. Sob a ótica da vida particular, depende de seu projeto de vida. Se a intenção é formar uma família, ter filhos, etc, pode ser mais difícil, mas não é impossível. Eu casei, tive filho e isso não 'atrapalhou' minha carreira, mas eu sempre tive uma estrutura de apoio que me permitia, por exemplo, viajar de um dia para o outro porque contava com meus pais para cuidar do meu filho quando eu estava fora. Se não tivesse esse apoio, com certeza seria mais difícil. Mas se o projeto de vida não é esse, manter-se na carreira é menos complicado. Sob o ponto de vista profissional, a questão é: o achatamento de bons cargos na evolução da carreira, fato já citado acima, é ainda mais cruel com as mulheres. Se for feita uma análise de quem ocupa os cargos mais importantes nos principais veículos, é fácil constatar que a participação feminina é

baixa (o que acontece não só no jornalismo, mas em praticamente todas as áreas de trabalho no país). Portanto, neste caso, é mais difícil manter-se no jornalismo.

E pela perspectiva de *Carole*, nota-se um contraponto à fala de Beauvoir, quanto à rede de apoio familiar, ainda que com uma negativa quanto ao ser mulher atrapalhá-la ou não. Com mais equidade, percebe-se que a probabilidade de ela ter saído do emprego para flexibilizar seus horários com as crianças, exemplifica como os processos de socialização definem a maternidade, por muitas vezes, modificam a vida da mulher com maior intensidade do que a de seus parceiros. Outro ponto a ser considerado, é de que, existe uma grande possibilidade de que a família se organize de tal forma devido a uma maior remuneração atribuída aos homens, pois de acordo com o último levantamento do IBGE, em 2019, mulheres ganham 26,5% a menos do que eles:

Carole: Na minha experiência, nunca tive problemas por ser mulher, mesmo sendo mãe de duas crianças. Acho que o gênero nunca interferiu na minha carreira. Porém, um emprego que recusei no ano passado por pagar menos da metade do piso, o horário era bem complicado. Começaria às 10h, teria uma hora de intervalo para o almoço, e ficaria até umas 18h, 19h. Meu esposo trabalha diariamente das 8 às 11h30 e das 13h30 às 17h30. Então, eu fico em casa de manhã com as crianças. Se tivesse aceitado o emprego, teria que deixá-las com alguém de manhã, já que a aula deles começa às 13h30. Talvez eu ficaria com aquele aperto no peito de não passar mais tempo com eles. Se o salário compensasse, com certeza eu aceitaria a oferta.

Podemos ler esse posicionamento partindo das lentes propostas por Gerda Lerner (1990) ao observar como se deu a consolidação do patriarcado, por homens e mulheres, em um processo que, como já foi dito aqui, levou quase 2.500 até ser concluído:

Os papéis e o comportamento considerados apropriados aos sexos eram expressos em valores, costumes, leis e papéis sociais.

[...]

Mas as mulheres sempre, e até os dias de hoje, viveram em estado relativamente maior de falta de liberdade do que os homens. Uma vez que sua sexualidade, um aspecto de seu corpo, era controlada por outros, as mulheres não apenas estavam em desvantagem, como também eram restritas de maneira muito particular em termos psicológicos. Para as mulheres, da mesma forma que para homens de grupos oprimidos e subordinados, a história consistiu de sua luta por emancipação e liberdade devido à necessidade. Porém, as mulheres lutaram contra formas de opressão e dominação diferentes das dos homens, e a luta delas, até hoje, encontra-se mais atrasada em relação à dos homens. O primeiro papel social da mulher definido pelo gênero foi ser trocada em transações de casamento. O papel de gênero obverso do homem foi ser aquele que executava a troca ou que definia os termos das trocas. Outro papel definido pelo gênero para mulheres foi o de esposa 'substituta', o qual se tornou estabelecido e institucionalizado para mulheres de grupos de elite. Esse papel oferecia às mulheres consideráveis poder e privilégios, porém, estes dependiam de sua associação a homens da elite e baseavam-se, minimamente, no desempenho satisfatório ao oferecer a esses homens serviços

sexuais e reprodutivos. Se uma mulher não conseguisse atender essas demandas, era logo substituída e, conseqüentemente, perdia todos os seus privilégios e status.

[...]

Mas a grande maioria de mulheres solteiras é, por definição, marginalizada e dependente da proteção de parentes homens. Isso se provou verdadeiro ao longo da história até meados do século XX no mundo ocidental, e hoje ainda é verdade na maioria dos países subdesenvolvidos. O grupo de mulheres independentes e autossuficientes que existe em toda sociedade é pequeno e, em geral, bastante vulnerável ao desastre econômico. (LERNER, 2019).

Partindo de tais premissas, podemos relacionar as falas das entrevistadas e observá-las pelo viés desses dados históricos. *Gayle* e *Judith* partem de uma experiência similar, onde parece que o sentimento de opressão é algo não palpável, um sentimento quase sobrenatural, difícil de ser comprovado, mas que, no entanto, permeia toda experiência dentro da redação. Apesar destas mulheres terem uma perspectiva similar, principalmente tendo em vista, que a mesma redação agiu de forma similar por duas vezes, *Simone* e *Carole* também vivem sob um véu, que não se revela tão claramente, quando a opressão acomete mulheres em um ambiente de redação. Apesar de falarem, em suma, que não sentia-se opressão, a leitura sob as lentes da pesquisa, amparadas pelo arcabouço teórico feminista, nos revela que sim, o ambiente era desigual.

Gerda Lerner (1990) corrobora para, historicamente, demonstrar as organizações que nos permitiram chegar a tal nível de compreensão perante a misoginia disfarçada. Reconta como, ao longo de 2500 anos, os direitos das mulheres foram constantemente cerceados, sendo instituídos em um processo de socialização em que se atribui a tais atitudes uma naturalidade: “não sei se foi por mal”, “no meu caso nunca tive dificuldade”, “sim e não!” e “talvez não seja uma grande maldade, acho que às vezes a gente fica pensando assim, o que é proposital e o que que não é proposital”.

Todas as respostas para tal etapa da entrevista, demonstram uma negativa inicial, que em determinado momento, evolui para um reconhecimento de que, sim, existe uma maior dificuldade para a mulher permanecer no jornalismo. Qual seria a realidade se, mulheres, perdessem este ímpeto de não reconhecer tão imediatamente as opressões que as afligem?

O que torna as coisas mais complicadas é que, a sociedade, impõe às mulheres altas expectativas de um cuidado quase que maternal diante de todos os seus relacionamentos, sendo estes na esfera familiar e pública. As expectativas em relação às mulheres são maiores, exige-se que as mulheres sejam boas mães, estejam sempre impecáveis quando a questão é feminilidade, suas ambições devem sempre prevalecer perante as expectativas de que, formar uma família, está entre as coisas mais importantes da vida. Entre as demais esferas sociais, espera-se que as mulheres compreendam imaturidades masculinas, afinal “é o jeito deles”,

“eles amadurecem mais tarde”. O artigo - *10 things we learned about gender issues in the U.S. in 2017* - revela dados que demonstram os índices de igualdade de gênero no local de trabalho e na sociedade americana em geral no ano de 2017. Diante desses dados, é perceptível uma dificuldade em aceitar as diferentes opressões que homens e mulheres enfrentam no ambiente de trabalho. Ainda que, na grande maioria das perguntas, as inequidades de gênero se demonstrem de forma expressiva, quando se questiona de forma geral, as reais evidências de tal diferenciação, as respostas obtidas pela pesquisa são:

A maioria das mulheres (54%) e homens (58%) dizem que não há diferença em termos de gênero que é mais fácil no país atualmente. Ainda assim, 41% das mulheres dizem que é mais fácil para os homens do que para as mulheres, uma visão compartilhada por 28% dos homens. Parcelas relativamente pequenas de mulheres (5%) e homens (14%) dizem que as mulheres têm mais facilidade do que os homens. Novamente, existem algumas diferenças educacionais e políticas substanciais nesta questão. Entre as mulheres, os Millennials têm uma probabilidade significativamente maior do que os das gerações mais velhas de dizer que é mais fácil para os homens hoje em dia. (GRAMLICH, 2017. p. s/p).

A partir das respostas obtidas acima, vemos uma leitura exata do que os pilares da sociedade patriarcal prepararam para mulheres no ambiente de trabalho: espera-se que as mulheres sejam gentis, prestativas, simpáticas e preocupadas com os outros, ao passo que se espera que os homens sejam agressivos, enérgicos, independentes e decididos. Esses preconceitos implícitos partem de um reflexo da mulher no âmbito privado, processo de socialização feminina que se revela repleto de violências sutis, afetando a maneira como as mulheres são vistas no local de trabalho, bem como a maneira como elas se percebem.

Durante a entrevista, quando se pede que as mulheres reflitam sobre a distribuição de oportunidades dentro de uma redação, o véu citado nos parágrafos acima começa a se desfazer em quase todas as respostas:

Entrevistadora: Ao longo de sua carreira, homens e mulheres sempre tiveram as mesmas oportunidades? Na hora da distribuição, o que pesa para a empresa?

Gayle: Bom, é, se você ver no mercado, mesmo entre profissionais mulheres, as mulheres que têm filhos eu acho que elas são negligenciadas em algumas coisas, por exemplo, como o caso da mulher que precisa faltar, que a criança ficou doente. Eu vejo que é uma profissional já vista com desconfiança, dentro de uma redação por exemplo. Não sei se é um problema do jornalismo ou se é um problema do mercado de trabalho de maneira geral também. A distribuição de pautas dependendo da empresa que você trabalha, você vai ficar com coisas entre aspas mais fáceis, com determinado tipo de assunto para se tratar, e tem uma resistência em colocar você em determinadas editorias, por mais que você se saia bem. Eu acho que tem um tipo de distribuição de oportunidades neste sentido, assim, e acho que tem uma coisa de que na verdade você não precisa ganhar tanto, porque sei lá, sempre vai ter um chefe da família e você tá complementando a renda, de alguém

que não tá se virando sozinha né, tem essa visão de um acessório, seu salário é um acessório pra outra coisa assim, não precisa se bancar sozinha, você não tem uma vida, é muito diferente nisso.

Diante do mesmo questionamento, *Judith* reflete sobre, como apesar de ter vivenciado redações com mais mulheres, por muitas vezes os cargos de chefia eram atribuídos a homens:

Judith: Eu acho que dependeu bastante do lugar. Quando eu tava na [nome da secretaria de governo], a minha chefe era uma mulher, tinha duas chefes, a chefona e a editora. Então a gente tava eu de mulher, mas aí tinha o fotógrafo, a gente tava bem equilibrado. Quando eu passei pro [nome de um jornal local], talvez por ser um pouco mais interior, meus chefes eram homens, mas também de certa forma equilibrada. Na redação da [nome de jornal impresso estadual], como eu comecei e passei por basicamente todo o tempo que eu fiquei lá na editoria do [nome da editoria], que eles chamam de estilo de vida, tinha a revista de saúde, tudo mais...é tinha muito mais mulheres apesar de o meu chefe ser um homem. Então era assim todas as equipes de mulheres com chefes homens.

Entrevistadora: E na divisão entre hard e soft news...

Judith: [...] Eu acho que era dividido, a [nome de uma jornalista] era a chefe do abre, né, então ela era chefe de redação. Era equilibrado no hard, mas no soft eram mais mulheres. E aí algum dia se vocês forem falar sobre assédio eu posso falar desse meu chefe aí, não tenho boas lembranças dele infelizmente. Então as equipes eram basicamente de mulheres, mas os chefes eram homens, nesse caso a gente tinha alguns conflitos, enfim, aí quando eu fui pro [nome de empresa de comunicação], fui pra outros lugares na assessoria de comunicação a maioria era muito mais mulheres. Assim, é de uma forma bem generalista se eu fosse dizer...as mulheres ficam na redação e os homens ocupam outros cargos, assim. como fotógrafos, diagramadores, editores, chefes, enfim. [...]

Simone expõe como, de acordo com a sua vivência, as oportunidades mudam de acordo com o momento da carreira:

Simone: Não, como já expliquei acima. No início da carreira, as oportunidades são iguais. Nesta fase, nunca senti diferença e achava engraçado quando as pessoas me perguntavam se havia discriminação. Mas na medida em que fui crescendo, percebia a dificuldade. Exemplo: no último cargo que ocupei na redação, o grupo de executivos tinha oito pessoas. Eu era a única mulher; e durante muitos anos não houve nenhuma.

Entrevistadora: Como foi ser uma mulher em cargo de chefia? Algum comportamento de um homem te incomodava de alguma forma?

Simone: Já tive algumas dificuldades com subordinados e com superiores, sem dúvida, mas a maioria dos casos foi bem resolvido. Alguns subordinados, homens, me 'testavam' assim que eu assumia o cargo - como fazem as crianças com seus pais! Acho que nesses casos a experiência de mãe foi útil...Hoje posso dizer que 90% dos que me testaram viraram amigos. Com superiores, às vezes é mais complicado. Reuniões com vários homens, por exemplo. O manterrupting [homens interrompendo mulheres que estão falando] existe de fato. Já tomei atitudes 'drásticas', mas sempre com muita educação, como começar a arrumar minhas coisas de forma discreta para sair de uma reunião até que um superior me

perguntou o motivo de eu estar saindo. Respondi bem naturalmente que, se não conseguia falar, preferia resolver outros assuntos pendentes.

Associar recursos aprendidos na maternidade para o trabalho consiste em um dos apontamentos dispostos na dissertação de Monteiro (2015) quanto ao processo de socialização que as mulheres enfrentam, tendo sempre de serem compreensivas, amáveis, protetoras, principalmente ao analisar termos semânticos de poder associativo, com a finalidade de demonstrar zelo e entendimento, como palavras e posicionamentos que passam a noção de “caridade”, “compaixão”, “cuidado com o outro”. A partir desta análise, propiciada também pelo método de entrevista, Monteiro (2015) remonta como o lado afetivo guiou, em diferentes níveis, as experiências em cargos de chefia e prestígio que tais mulheres ocuparam.

Em relação ao campo reflexivo do cuidado e a prática do *care*, Tamanini e Monticelli (2014) mencionam o trabalho das autoras Marie Garrau e Alice Le Goff, (2010). Referem que elas apontam para um rol abrangente de interfaces para pensarmos em formas coletivas de ação, nas instituições públicas e familiares, no trabalho e na relação social, pensando inicialmente na dependência em suas múltiplas dominações e na precariedade da vida corporal e biológica em fases diversas da experiência humana. Posteriormente, apoiadas em Gilligan (1982), referem os aspectos positivos da ética do *care* e da dependência, informando que dependemos um dos outros e que a preservação das relações constitui um jogo moral tão importante quanto o da justiça. À dependência dá-se um valor positivo, como lugar de uma aprendizagem moral e de uma experiência moral completa, o que significa que no plano das reivindicações de direitos pode-se partir de outras significações. Por isso, as autoras, ainda que ressaltem o valor da teoria do desenvolvimento moral de Gilligan (1982), também se somam às críticas que o feminismo produziu ao binarismo presente na forma de uma ética do cuidado e da justiça. Esta construção de Gilligan (1982) acabou por colocar o *care* ancorado em uma ideia tradicional de solicitude natural das mulheres, pensando em uma equivalência entre a preocupação com os outros e o sacrifício de si, e justificando o confinamento das mulheres no âmbito privado e de uma ética do *care* feminista que se desenvolve a partir das críticas destes mecanismos que a primeira ideia propaga. Dessa crítica à visão binária e essencializadora do feminismo, passou-se de uma perspectiva exclusivamente moral para uma perspectiva social e política. Restitui-se ao *care* seu duplo contexto histórico e social e ressaltou-se a subordinação das mulheres (GARRAU; LE GOFF, 2010). (MONTEIRO, 2015 p.58).

Em contraponto às demais respostas, *Carole* disse não perceber diferenciação perante a distribuição de oportunidades: “Felizmente, nos locais em que eu trabalhei, sim”. Mas, no entanto, é impossível que as vivências e oportunidades sejam distribuídas da mesma forma, quando mulheres sofrem assédio mais recorrentemente no ambiente de trabalho. Todas as entrevistadas, em alguma medida, compartilharam histórias de assédio. Seguimos então, com a história de *Carole*:

Entrevistadora: Você já foi discriminada, assediada, ou sofreu algum tipo de constrangimento (como não ser promovida) devido a sua cor, condição social, sexualidade ou por ser mulher? Se você se sentir confortável, relate-nos.

Carole: Dentro do ambiente de trabalho, nunca fui discriminada. Mas assédio eu já sofri sim, por diversas vezes, inclusive no ambiente de trabalho. Lembro de ter trabalhado num jornal em que o editor costumava 'esculachar' reportagens minhas e dos colegas durante a reunião de pauta. Eu considero isso assédio moral. Assédio sexual eu sofri também por parte de um editor - mas aí eu demonstrei que não havia gostado, e aquilo aconteceu só uma vez - e também de fontes, com palavras maliciosas ao telefone. Infelizmente, são situações bem comuns.

Em que consiste o assédio, moral e sexual, se não para relegar as mulheres a uma posição à margem de suas próprias realidades e anseios? Tais práticas são armas intrínsecas à sociedade patriarcal, ferramentas de manejo do tornar-se mulher, apontamento celebre da feminista *Simone*.

Partindo do que os dados trazem sobre o assédio de fontes para com profissionais jornalistas, *Gayle* relata sua experiência:

Gayle: Bom, eu acho que no jornalismo..como eu sempre vi muita mulher na redação ééé, talvez os nossos colegas não sejam tanto um problema, apesar de eu já ter visto vários relatos aí de mulheres que passaram por algum tipo de constrangimento. Eu acho que o mais pesado na verdade é lidar com as fontes, dependendo da empresa que você trabalha. É, eu via muito os meus, minhas colegas de televisão por exemplo, elas tinham que ir pra rua mesmo, não vejo isso como natural, mas é que já virou em alguns casos rotineiro assim. Pra mim, eu não tenho muitas lembranças, é mais pra lidar com fonte porque agora eu sou jornalista do [nome de uma secretaria de governo], que é um setor no [nome do estado] que têm, eu vejo, no ambiente que eu convivo, é extremamente masculino. Então com fontes é um tipo de vivência mais tenso eu diria assim, mas que eu não me sinto assim também extremamente fragilizada. Por a gente ter uma formação e tal, e por eu ter convivido também com essas discussões de gênero, a gente acaba aprendendo a como lidar com isso e tal.

Judith, quando questionada sobre tal tópico, rememorou sutilezas do dia a dia, que surgem de forma subjetiva, mas que deixam marcas na identidade da profissional jornalista imersa em um ambiente de redação, sobre quem ela é e as limitações quanto ao que ela pode tornar-se diante da autoridade do patriarcado:

Judith: Bom, deixa eu pensar...como a gente tá falando mais no contexto de Jornalismo eu to pensando bastante nos meus 5 anos de redação da [nome de grupo empresarial jornalístico]. Eu acho que, bom tem a questão de mulheres 'entendem mais de moda', ou de elas tem mais jeito pra falar disso, dessas coisas né...então isso explicaria o porquê de na soft news ter mais mulheres. A questão do chefe né, do chefe ser um homem, eu acho que existe ou existia eu não se, essa ideia de que o homem ele é mais rígido, ele é mais rigoroso, ele é mais criterioso, ele edita melhor, tem uma visão mais crítica, gosta de política. está mais alinhado ao negócio..tipo ahh ele não tá escrevendo o que ele quer por estar mais aliada à diretoria, aos negócios, aos objetivos então tinha um pouco isso, quando eu fui realocada eu sai

de férias, eu vi várias movimentações e aí me ligaram que eu iria para o esporte. E assim, eu já fazia esporte, meu plantão no [nome do caderno] era no esporte e eu tive uma afinidade com essa área. Eu gosto bastante de futebol, acompanho, já tinha uma afinidade até com a equipe e aí fui para o esporte. Ai show de horror né! A equipe totalmente masculina, tinha eu e mais uma repórter só contra dez homens, todos os editores homens. Enfim, aí acho que sempre tinha uma piadinha, eu ficava com as matérias mais simples, tipo ahhh o atleta da natação...olimpíada sei lá da onde, eu não de fato falava do futebol tinha um pouco isso. Tinha muito uma questão de piadinha, do tipo você precisa de ajuda, precisa de alguma coisa, saber nome de fulano...ahh a 'Judith Butler' nem sabe o que que é, e uma coisa que me marcou muito foi quando eu saí, quando eu saí da [nome de grupo empresarial jornalístico] eu tava no esporte e um dos chefes lá que depois virou super chefe e agora nem tá mais lá, ele era bem de tirar sarro assim dessas piadinhas sabe, eu lembro que quando a gente foi se despedir do pessoal ele olhou pra mim e falou bem assim - Foi difícil né? - algo do tipo 'eu sabia que você não ia dar conta né?', sabia que você ia pedir pra sair; tipo ah foi difícil né, 'ah eu sei que foi difícil pra você Judith Butler mas bola pra frente a gente se vê em outra. Eu fiquei muito com essa sensação de que ele estava reforçando que eu pedi pra sair pelo esporte ter sido demais, sabe? Ou que ficar no meio de um monte de homem me tinha sido um pouco demais, e isso foi no esporte, quando eu ainda tava no [nome da editoria] eu tinha muita piadinha desse meu chefe por ser solteira. Eu era a solteirona. Então assim aí, tinha alguma matéria que era sobre o comportamento de casais, sexo, qualquer coisa do tipo já não era pra mim por eu ser a solteirona. Quando era alguma coisa de moda, meu chefe falava assim: vai lá, vai.. 'vai nesse evento pra ver se você encontra alguém'; 'vai lá dar uma voltinha no shopping ver se você se sente melhor pra desencalhar'. Tinha essas piadas com 'ser encalhada', e acho que em outros lugares eu realmente não vi tanto, e agora pensando em retrospectiva eu fiquei pensando, será que a redação é um ambiente hostil para se trabalhar? Especificamente a redação sabe, eu acho que sim e aí é muito doido pensar que não tem motivo pra isso né? Mas assim, foram esses casos, não sei se eu respondi.

Junto desse aspecto de manutenção de padrões estéticos, observa-se ainda, para além do campo de telejornalismo, como pautas consideradas *soft* são delegadas às mulheres em todos os tipos de redações jornalísticas. Existe todo um construto social que define as trajetórias destas profissionais, sendo elas do âmbito de classe social, padrão estético, expectativas sociais como o casamento, diante do tratamento pessoal, e todos estes âmbitos atuam fortemente no início da carreira, quando a profissional descobre que seu papel será demarcado por violências motivadas por seu sexo. Wolf (1992) expôs como as relações de trabalho possuem um vínculo estético normativo determinado pelos padrões em alta:

A fixação na 'beleza' da década de 1990 foi consequência direta da ascensão das mulheres a posições de poder, além de representar um controle individual desta ascensão. As vitórias das ideologias da beleza nos anos 80 resultaram do temor verdadeiro, por parte das instituições centrais da nossa sociedade, do que poderia acontecer se mulheres livres avançassem livremente com seus corpos livres em meio a um sistema que se autodenomina uma meritocracia. Voltando à metáfora do transformador, trata-se do medo de que a força de uma corrente direta de energia feminina, numa frequência feminina, destrua o delicado equilíbrio do sistema. (WOLF, 1992, p. 36).

Durante os anos 90, guias práticos de como ser, se portar e parecer, eram mundialmente acessíveis. As revistas ditavam padrões de beleza, associando estes fatores a noções de poder:

Ao fornecer uma linguagem onírica da meritocracia ('tenha o corpo que merece'; 'não se tem um corpo maravilhoso sem esforço'), do espírito empreendedor ('tire o melhor partido dos seus atributos naturais'), da absoluta responsabilidade pessoal pela forma do corpo e pelo envelhecimento ('você pode moldar totalmente seu corpo'; 'suas rugas estão agora sob seu controle') e até mesmo confissões francas ('afinal você também pode conhecer o segredo que as mulheres belas guardam há anos'), (WOLF, 1992, p. 37).

Os reflexos destes estímulos perduram até os dias de hoje. Revistas abriram portas ainda nos anos 90 para que o padrão de beleza evoluísse de “*heroine chic*” revisitando a era *grunge* e estimulando um visual *junkie* (porta de entrada para diversas doenças como anorexia), para um visual, atualmente, somente acessível através de cirurgias plásticas (WOLF, 1992). Esses padrões causam dismorfias corporais, são aparatos construídos geracionalmente para que mulheres tenham, além das preocupações convencionais que dividem com os homens (financeiras, mercado de trabalho, qualificações), se voltem com uma potência muito excessiva para adequações estéticas que refletem fortemente na autoestima, inclusive, associando um valor a pessoa que ela é e como pode se enquadrar nos papéis que almeja:

A transferência é completa — e coincidentemente maléfica — quando, com esse sonho, as mentes das mulheres se convencem da necessidade de podar seus desejos e seu amor-próprio exatamente de acordo com as exigências do local de trabalho, ao mesmo tempo em que a culpa dos fracassos do sistema recai somente sobre elas mesmas. As mulheres aceitaram a qualificação de beleza profissional com menor reação do que outros grupos de trabalhadores com relação às exigências irracionais, vingativas e autoritárias por parte de seus empregadores. A qualificação de beleza profissional destampa um reservatório de culpas que não teve tempo de ser esvaziado. Para as profissionais mais afortunadas, pode-se tratar de culpa com relação à administração do poder ou com relação ao prazer ‘egoísta’ da dedicação ao trabalho criativo. Para a grande maioria, que recebe baixos salários ou que ajuda a sustentar os filhos, pode ser a culpa por não conseguir dar mais; o desejo de fazer todo e qualquer esforço pela família. (WOLF, 1992, p. 38 e 39).

O depoimento de *Judith* revela de forma sistêmica e sutil como tais exigências emergem em um ambiente de redação. Ela revela como, por diversas vezes, um superior incidiu sobre ela atribuindo a seu trabalho pautas *soft*, do mundo da moda, e como tal comportamento foi uma porta de entrada para que o mesmo superior falasse abertamente para a redação como o fator beleza impedia que ela encontrasse um parceiro romântico – em ações que revelam, inclusive, uma heteronormatividade compulsória. É exposto em sua fala, como

toda a situação somada ao fato das diversas intempéries que sofreu nos tempos em que cobria esportes, hoje a fazem refletir sobre a questão do assédio moral.

Voltando a perspectiva de Wolf (1992), “a equiparação da beleza com o dinheiro não foi examinada cuidadosamente, e a beleza como placebo do poder foi redefinida de forma a prometer às mulheres o tipo de poder que o dinheiro, de fato, dá aos homens”. Beleza, determinada pelo crivo da sociedade patriarcal, alcançada por árduos caminhos físicos e mentais, seria um portal, de difícil acesso, para a equidade. O jornalismo, e fora da fala destas entrevistadas, o telejornalismo, dita um padrão para as profissionais construído meticulosamente ao longo dos anos:

O telejornalismo propôs uma resposta vigorosa. Ao paternal apresentador reuniu-se uma locutora muito mais jovem com um nível de beleza profissional. Essa imagem dupla — a do homem mais velho, distinto e com rugas, sentado ao lado de uma companheira jovem e muito maquiada — veio a se tornar o paradigma para o relacionamento entre homens e mulheres no local de trabalho. Sua força alegórica era e ainda é muito disseminada. A qualificação de beleza profissional, que tinha como primeira finalidade amenizar o fato desagradável de uma mulher assumir posição de autoridade em público, ganhou vida própria até profissionais da beleza serem contratadas para serem transformadas em apresentadoras de telejornal. Na década de 1980, as agências que procuravam apresentadores para telejornais continuavam classificando as fitas dos testes com rótulos como ‘âncoras masculinos: de 40 a 50’, sem nenhuma categoria correspondente para as mulheres, enquanto davam maior importância à aparência física das apresentadoras do que à sua experiência ou à sua elocução. (WOLF, 1992, p. 44).

Simone pontua três vezes em que, assédios morais e sexuais incidiram-se sobre ela:

Já casada e com filho pequeno, um superior tinha o hábito de se aproximar como se estivesse tratando de algum assunto de trabalho e dizer barbaridades. Agüentei a situação por alguns meses até que um dia perdi a linha e comecei a gritar com ele no meio da redação. Juntou gente, o ‘chefe dos chefes’ saiu de sua sala e perguntou o que estava acontecendo. Conteí. O agressor foi proibido de se aproximar de mim. O pior, nesse caso, foi a reação de algumas mulheres, que ficaram contra mim. Diziam que ele só fazia isso de brincadeira, que eu não deveria ter feito escândalo, e que eu tinha prejudicado a carreira dele.

- *Em um evento da empresa (aqueles em que se reúnem personalidades, anunciantes, etc; não a famosa festa da firma), um diretor se aproximou, disse que eu estava bonita e pediu para eu dar uma voltinha. Respondi que estava à disposição para qualquer coisa de trabalho que ele precisasse, mas não para dar ‘voltinha’.*

Perdi a conta das vezes em que, em reuniões de chefes, todas as vezes em que aparecia algum tema ligado à gastronomia, beleza, moda, etc, eu era a pessoa apontada para cuidar do assunto. Perdi a conta das vezes em que tive que explicar que o fato de ser mulher não me tornava expert nesses temas.

Os relatos de *Simone* sintetizam os aspectos trabalhados anteriormente. Reduzir uma mulher a um objeto estético, um enfeite, uma expert em assuntos relacionados ao lar,

maternidade, e o simples pensar de que mulheres em espaços públicos existem para o bel prazer masculino, fazem parte do “manejo” patriarcal que se atribui aos corpos de mulheres. Partir dessa visão, da mulher acessório em um ambiente de trabalho e, em seguida lançar tais olhares para atribuições determinantes em um mercado precarizado, e também diante das tantas ondas demissionais dispostas nestes relatos, vemos como as dores das mulheres que, vão ficando à margem nos ambientes de redação jornalística, são compostas por um trançado de fatores.

As entrevistas partem para identificar como as mulheres foram afetadas, psicologicamente, diante da urgência demissional que se apresentava no ambiente de trabalho. Quando questionadas sobre - Você já passou por situação de demissão devido a necessidade da empresa em reduzir custos, ou de não perceber avanços possíveis na carreira? Ao ser substituída, a empresa optou por um perfil de recém formados ou trabalhadores de custo mais baixo? - *Gayle* diz não ter sentido, com tanta intensidade tais efeitos:

Gayle: Bom, não passei na verdade ahhh..deixa eu pensar. A demissão que eu sofri, foi na minha primeira vez como professora na [nome de um centro universitário], que eu fiquei 3 meses. Mas é porque eu estava substituindo uma professora que estava de licença, então entrou essa professora e não entrou mais ninguém no meu lugar. Na [nome de um jornal] eu nunca fui contratada então...tanto que eu sequer fui demitida, os freelas simplesmente pararam de acontecer, também não via outros jornalistas entrando no lugar, a redação estava enxugando de vez então não tinha muito isso assim.

Entrevistadora: Como você avalia a precarização do trabalho de jornalistas e como isso impactou na sua saída da profissão?

Gayle: Eu não sei, eu acho que pesa muito...o jornalismo assim, tem uma coisa que foi uma grande frustração para mim depois que eu me formei que foi que eu vi que a tendência era ser freela. Eu achava que eu logo ia ter um emprego, que ia ter carteira assinada, e isso demorou muito pra acontecer então, é...a precarização do jornalismo me afetou em termos de eu tentar me manter por freela durante muitos anos, porque o mercado não tem oportunidades muito fixas pra todo mundo assim. É bem desesperador na verdade ver quantos jornalistas estão se formando a todo ano e como essas pessoas vão ter que batalhar por freela durante muito tempo, e às vezes viver só disso, sem jamais ter a carteira assinada como jornalista. É isso que eu falei também...você vai indo pra outro tipo de trabalho, para assessoria de imprensa, mesmo esse meu trabalho de produção na televisão já era precarizado porque eu ganhava muito pouco apesar de trabalhar muito. E também isso que eu falei de você sempre estar querendo uma carta na manga, precisando preencher sua rotina com outros trabalhos para conseguir sobreviver e ter uma vida um pouco mais confortável.

Os questionamentos são complementares, principalmente para identificarmos um cenário já, bastante cruel com todos os profissionais, sendo estes homens e mulheres. Mas, repensar essa competitividade em um cenário comandado por homens, feito para homens alcançarem o sucesso em detrimento das mulheres, apresenta-se como um recorte de

observação. Em contrapartida, Rubin fala que, no ambiente precarizado dos *freelas*, as oportunidades são mais equilibradas:

Gayle: Nos freelas eu acho que não. Apesar de ser um sistema de trabalho precarizado, ééé eu acho que ele é um pouco mais aberto, do que as vagas em si, pois a empresa não está se comprometendo com nada né, em termos assim, quanto menos contato, quanto menos vínculo parecer que você tem é melhor. Apesar da situação o espaço do freela ele é mais democratizado assim, entre homens e mulheres e também porque às vezes ele permite que trabalhe em casa e pra quem no caso tem filhos, eu acho que isso até ajuda.

A fala de *Judith*, diante das mesmas perguntas, partem para um rumo diferente, quando ela reconta o estado de sua saúde mental perante tais reorganizações dentro da redação:

Judith: Então, é meio delicado, eu não sei nem como falar..a minha saída da redação ela pode ser meio polêmica, meio sei lá...Como todos os meses tinha uma leva de demissões na [nome do jornal impresso] e isso era assim, todo mês, e todo começo de mês a gente sabia que ia sair alguém, e eu já estava na [nome do jornal impresso] já há 4 anos, então foi meu primeiro super trabalho depois que eu me formei, eu comecei a repensar, poxa vale a pena estar aqui no esportes, fazendo lance a lance, fazendo essas matérias tão sem graça, sendo que, pô, eu sou tão nova, sou tão capaz! E aí eu tomei a decisão de falar com o meu chefe e eu falei: - [nome do chefe], seguinte, se no próximo mês vai mais uma leva de demissão, você precisar escolher alguém, ééé...e tenha que escolher a fulana e pô, tem filhos ou fulano que tem um tempão de casa, pode me colocar na lista, eu acho que eu gostaria de já sair, é meu momento de sair da redação, se você precisar escolher alguém pode me escolher, pode me mandar embora. Então foi meio um pedido, acordo, assim né. Demorou ainda uns três meses depois dessa conversa e aí eu fui desligada.

Entrevistadora: Nesse tempo você desenvolveu características de ansiedade? De saber que o momento estava chegando e não chegava, e você tendo se colocado na linha de frente em uma posição mais vulnerável. Esse tempo de espera teve algum reflexo na sua saúde?

Judith: Eu não consigo me lembrar exatamente, mas eu fiquei muito ansiosa. Justamente por ter demorado uns três meses toda hora eu pensava assim: é agora! quando tinha uma reunião eu ficava, ai meu deus é agora! E daí não era e não era, eu estava esperando ser demitida, era uma coisa muito complicada eu não sabia se ia rolar, que dia que era, como ia ser, foi meio doida assim. E no dia que eu saí de fato eu estava fazendo um projeto super legal de vídeo, queria finalizar alguns trabalhos e o [nome do chefe] falou: 'Judith Butler' não precisa terminar você pode sair, eu fiquei meio...por mais que eu tivesse pedido para sair eu fiquei super abalada assim. Tipo sério? Eu nunca mais vou voltar pra cá? Foi uma situação bem doida. Como demorou um pouquinho de quando eu pedi pra quando eu fui demitida eu fiquei nessa ansiedade sim de quando seria, tipo será que vai rolar? Será que eu pergunto, será que não vai dar certo? Será que viram com maus olhos e vão me demitir por justa causa? Não vão me dar meu dinheiro, não sei assim, várias coisas passaram pela minha cabeça. De saúde exatamente não vou saber te dizer, isso tem a ver com a saúde, né!

Entrevistadora: Antes mesmo de você realizar o pedido. Durante todo seu período de redação, o cotidiano daquele ambiente teve alguma influência sobre a sua saúde mental?

Judith: Eu acho que foi o período mais ansioso da minha vida, talvez. Uma coisa que me deixava ansiosa era o turno de seis horas. Eu ficava ansiosa com o que eu podia fazer e o que deixaria de fazer, era um editorial de moda e a gente ficava trabalhando das oito às oito e assim eu tinha que falar com muitas pessoas, eu não podia dar prejuízo, as coisas eram emprestadas então se tivesse prejuízo teria que pagar e quem que ia pagar, eu ia levar um pito, mil cenários na cabeça, ia ser demitida por estragar um vestido de não sei da onde, foi uma coisa bem ansiosa. Eu lembro que o plantão era um saco, era uma coisa assim que me desgastou, eu ia morrendo pro plantão. Já fiz plantão em esportes, já cheguei a sair quase uma hora da manhã da redação, o plantão pra mim era algo bem estressante assim. Ah, a não ser um dia que eu fiz um plantão no domingo de eleições assim e foi bem legal, era uma coisa assim extremamente cansativa e foi um dos períodos mais ansiosos da minha vida. Mas ao mesmo tempo teve várias coisas legais assim, eu andava mais de bike por ser no centro, seis horas é uma coisa que dá pra dar uma relaxada, apesar da ansiedade, mas nossa era bastante corrido, muita pauta, muito deadline, ou vamos ter que ficar aqui até mais tarde por a pauta não ter fechado ainda, tem que revisar, revisar aquilo, fecha aquilo, muita coisa acontecendo ao mesmo tempo, mas de outras questões não assim, eu lembro de ficar muito triste quando tinha essas piadas assim do meu chefe, me deixavam bastante abalada, mas nada assim muito grave digamos assim.

Entrevistadora: Qual era o tipo de profissional que substituía essas levas que iam saindo, era um perfil de profissionais mais jovens, recém formados. freela, alguém mais informal?

Judith: Eu acabei não acompanhando muito isso pois acredito que muitas das vagas de pessoas que foram demitidas não houve substituição. Realmente foi o corte de pessoal, e sim as pessoas eram mais novas quando entravam porque ainda existia o programa de trainee e aí o programa de trainee meio que acabou. Tinha vários estagiários depois que eu saí da redação, agora eu não lembro em que ano, foi 2017, 18. Eu fiz freelas pro [nome do caderno editorial], então eu voltei pra redação como freelancer e era muito doido, tinha muitas pessoas assim, era um freela que dava nota mas que você tava lá na redação. Então assim, eu tinha uma mesa,,eu chegava todo dia no mesmo horário, eu fazia produção de fotos, saía com o carro para fazer entrevista mas era PJ. Então eu acho que foi um pouco dessas coisas assim, pessoas mais jovens que tinham ainda desse programa de trainee, aí eu vi muitos estagiários e muitos PJs.

A quebra dos vínculos empregatícios, como novo modelo de gestão, altera a percepção do ambiente de trabalho. De acordo com Figaro (2014), um dos impactos diante da quebra de estruturas contratuais e alterações drásticas, principalmente considerando experiência em campo, dos jornalistas contratados, resultam em uma dinâmica que enfraquece o jornalismo:

O choque geracional permanece e é possível de ser identificado inclusive no que diz respeito às questões ético-profissionais, sinalizada pela falta de clareza sobre a informação como um direito do cidadão, conforme já apontado. As empresas, no afã de mudar sua cultura e dinamizar os interesses de seu negócio, quebraram uma regra muito importante no mundo do trabalho, que é a transferência de saberes profissionais de uma geração para a outra. Isso traz danos não só para a empresa, mas para toda a sociedade. (FIGARO, Roseli. 2014 p. 34).

Todas as experiências nessa etapa surgem com muita personalidade. Todas marcam um período importante da quebra do *self* do profissional jornalista, um momento de reflexão, que, no entanto, possuem características bastante delineadas pelas experiências particulares de cada uma das entrevistadas. *Carole* indica que, um possível embate com figuras de poder masculinas dentro da redação, acabaram resultando em demissão:

Carole: Na minha carreira, eu fui demitida apenas duas vezes. Na primeira, eu trabalhava na assessoria de comunicação de uma prefeitura. Acho que me exoneraram para colocar alguém ligado ao prefeito no meu lugar. A segunda vez fui demitida de um jornal no qual eu trabalhei por um ano. Nunca justificaram minha saída, mas acho que foi porque eu 'batia de frente' com o editor (aquele mesmo que esculachava a gente na reunião de pauta) e, eventualmente, com o dono do jornal.

Sobre a substituição por alguém com mais afinidade com a figura de chefia, *Simone* relata:

Simone: Não. Fui demitida uma vez por um novo chefe com quem não tinha afinidade. Ele trouxe outra pessoa, com quem costumava trabalhar, e imagino que tenha sido na mesma faixa salarial.

Contrapor tais vezes, em que as entrevistadas não estavam apenas à margem, mas sim, no limite de porta para fora do jornalismo, com as jornadas de âmbito privado, do lar, que as mesmas levavam, funciona como um guia, uma ferramenta interpretativa das subjetividades da vida de cada uma. Assim, este capítulo tenta entrelaçar tais questões, a fim de ilustrar como a composição da vida de cada mulher afetou sua trajetória profissional do jornalismo.

A questão das grandes jornadas de trabalho enfrentadas por mulheres, jornadas que inclusive se estendem ao âmbito privado, do lar, revelam como as mulheres acabam se sobrecarregando tanto ao tentar malabarismos para que a vida familiar e social esteja de acordo com as expectativas da sociedade, e quando tais estruturas ainda não são algo concretizado em suas vidas. Estimula-se uma super produtividade na esfera do trabalho, onde o trabalho é quem interfere na vida privada, familiar. A questão - as mulheres normalmente vivenciam jornadas duplas e até mesmo triplas. Como a vida familiar afetou e afetou a sua profissão? - parte de *Gayle* neste contexto:

Gayle: Olha...A vida familiar afeta? Eu acho que não afeta no meu caso assim, não tenho filhos...Na verdade a profissão afeta a minha vida familiar porque esse meu primeiro emprego como jornalista, pela primeira vez depois de tantos anos estou ganhando o piso de jornalista e é em Curitiba, e o meu namorado está em Ponta Grossa, a minha família está em Ponta Grossa, e eu precisei me afastar pra conseguir uma oportunidade melhor porque a minha cidade não me deu. Eu acho

que tem isso daí, se eu tivesse filhos eu não sei se estaria no jornalismo mais, por exemplo, isso consome demais a minha rotina.

Em uma movimentação similar, *Judith* abre seu comentário sobre o assunto:

Judith: Olha, eu acho que nesse ponto eu não tenho tanto a contribuir porque eu não tive grandes mudanças assim na minha vida pessoal. Nunca fui casada, não tive filhos, então assim tenho uma vida bem solteira padrão, nesse caso não me influenciou muito. Nesse ponto até existia uma facilidade sabe, pela jornada ser de 6 horas, então uma facilidade maior assim do ah vou chegar...só consigo chegar às onze pq meu filho não sei o que...(suposição) 'ahhhh ai eu fico até mais tarde, sair às cinco nanana pra pegar meu filho', então eu acho que o próprio horário, o fato de ser um horário reduzido, então você tinha mais essa flexibilidade entendeu. Tive muitas colegas que, mães, enfim, essa facilidade do horário proporcionava essa flexibilidade e eu nunca precisei, nunca achei que na minha vida influenciou de alguma forma assim, mesmo por todo mundo ter que fazer plantão também, ter filho não tirava ninguém do plantão. O que eu achava foda era que como a gente trabalhava no [nome da editoria] a gente tinha mais, muito evento, muito coquetel, muito sei lá o que...a gente tinha que ir, não sei o que...e eu achava essa parte um saco. Então assim, quando era horário a noite, ou fora, provavelmente seria eu exatamente por não ter uma família, a [nome da entrevistada] é solteirona, a [nome da entrevistada] precisa sair à noite precisa não sei que lá, aah manda a [nome da entrevistada]. Talvez nesse sentido tinha um pouco, justamente por eu não ter esses impeditivos.

As duas falas fazem um movimento oposto às respostas de *Simone de Beauvoir* e de *Carole*, pois introduzem a noção de como ocorre de fato uma jornada de trabalho tão extensa que abrange também questões familiares e referentes ao espaço do lar:

Simone: Eu casei, tive filho e isso não 'atrapalhou' minha carreira, mas eu sempre tive uma estrutura de apoio que me permitia, por exemplo, viajar de um dia para o outro porque contava com meus pais para cuidar do meu filho quando eu estava fora. Se não tivesse esse apoio, com certeza seria mais difícil. Mas se o projeto de vida não é esse, manter-se na carreira é menos complicado. Sob o ponto de vista profissional, a questão é: o achatamento de bons cargos na evolução da carreira, fato já citado acima, é ainda mais cruel com as mulheres.

O relato de *Carole*, ao explicitar a rede de apoio familiar, vai de encontro ao de *Beauvoir*:

Carole: Posso relatar como foram minhas experiências. Quando tive minha primeira filha e voltei a trabalhar depois da licença, eu a matriculei numa creche meio-período, já que meu expediente era à tarde e início da noite. Depois da segunda licença-maternidade, minha filha mais velha ia para a escola à tarde e meu bebê, na época, passava as tardes com a minha sogra. Em 2019, nas duas experiências que tive de retorno ao mercado, ambos iam para a escola regular e, no caso de não ter aula, ficavam na minha sogra. A carga horária de jornalista, de cinco horas por dia, é bem administrável. Difícilmente você leva trabalho para casa e também deve se recusar a fazer isso, caso não receba extra. Eu tinha uma diarista que vinha a cada 15 dias e me ajudava no serviço mais pesado. Mas, todos os dias,

eu fazia almoço e me ocupava de outras tarefas domésticas, como lavar louça, lavar e passar roupa, etc.

As falas trazem indícios. É notável que a distribuição de afazeres no âmbito privado e familiar, e também no público profissional, não ocorre de forma igualitária entre homens e mulheres. No entanto, as demarcações perante a maioria das respostas concedidas no processo de entrevista, revelam um processo similar a um *gaslighting* e também a um *auto-gaslighting*. Reconhece-se nas falas das entrevistadas formas sistêmicas com que se instituem violências na interação de ambientes, fluxo trabalho x lar, trazendo a divisão sexual do trabalho como frente causadora de *stress*, *burnout* e sentimentos de inadequação. Desse sentimento, vê-se naturalizado na fala das entrevistadas um posicionamento semelhante ao de *gaslighting*: “A manipulação geralmente é lenta e insidiosa, e pode ser que você só perceba o dano quando cair a ficha” (SARKIS, 2019). O ambiente de trabalho se vale de tais artimanhas do patriarcado, para assim inserir a mulher em um ciclo de insegurança, auto sabotagem e relativização do papel dos homens como culpados por muitos destes problemas.

Voltando tal olhar para as falas de *Carole* e de *Simone* quanto às interações de uma jornada de trabalho aliada aos enfrentamentos de questões familiares e referentes ao espaço do lar, sob as lentes de indícios etimológicos que possibilitam um entendimento sobre as vivências particulares destas mulheres e, como, mulheres em geral são socializadas junto de justificativas para amenizar a culpa dos homens diante tal interação. A fala de *Simone*: “[...] sempre tive uma estrutura de apoio que me permitia, por exemplo, viajar de um dia para o outro porque contava com meus pais para cuidar do meu filho quando eu estava fora”, parece uma justificativa que um homem nunca teria que dar. As demarcações sobre as infinitas jornadas e expectativas em relação à profissional que também é mãe, são ainda mais evidentes na resposta de *Carole*: “[...] todos os dias, eu fazia almoço e me ocupava de outras tarefas domésticas, como lavar louça, lavar e passar roupa, etc”.

Muitas vezes, é diante desse contexto que nascem iniciativas empreendedoras e de projetos independentes, pois se almeja um projeto de autonomia tanto na questão de flexibilidade de horários, quanto na liberdade de abordagem de pautas. As falas de todas as entrevistadas, até mesmo de *Gayle* e *Judith*, que não possuem filhos, emergem em algum momento, lembrando o momento em que elas acharam que tal ideia seria um sonho tangível.

Gayle foi a primeira a ser entrevistada para este trabalho. A questão sobre o empreendedorismo e jornalismo independente surgiu de sua urgência em comunicar sua experiência com o projeto [*nome do projeto*]:

Gayle: eu anotei aqui pra lembrar de falar sobre o [nome do projeto], que era aquele site que eu criei com colegas, outras jornalistas mulheres, também em 2015 que era uma época em que estava fervilhando muito no Brasil a história do jornalismo independente, Agência Pública tava crescendo muito e com a precarização das redações isso começou a aumentar. Todas nós estávamos desempregadas na época, acho que só a [nome da jornalista] não estava desempregada, e a gente tinha visto na possibilidade de um site próprio uma maneira de ganhar...em um sonho muito surreal, mas na época parecia ser possível de a gente começar a ganhar dinheiro com isso, olhe só. O negócio começou a crescer, mas nunca virou algo remunerado. Acho que eu gostaria de adicionar isso como uma grande frustração também da profissão, a gente ter caído entre 2015 e 2017 na ilusão do jornalismo independente. Como se isso pudesse trazer algum tipo de vida confortável pra gente, já que o mercado não era tão aberto pras mulheres, já que a gente só vivia de freela. E esse dinheiro nunca veio, jamais veio. Acho que isso me incomoda um pouco porque isso começou a se espalhar de 'ai não tem espaço no mercado, a gente tem que criar as nossas próprias coisas'. Você conseguir ser um jornalista empreendedor, no Brasil, e pior ainda numa cidade do interior, fora das capitais, é praticamente impossível assim, é um negócio para poucos mesmo. Eu falo isso com firmeza porque a gente foi muito atrás de patrocínio assim, muito atrás dessas bolsas em fundação de direitos humanos, essas coisas, mas fora das capitais é muito difícil. Claro que foi uma experiência maravilhosa pra nós, é, em termos de conhecimento, em reportagens que a gente não teve a chance de fazer na redação assim, mas como caminho profissional mesmo é tão precário quanto uma redação.

O momento em que *Gayle* diz: acho que isso me incomoda um pouco porque isso começou a se espalhar de “ai não tem espaço no mercado, a gente tem que criar as nossas próprias coisas”, é impactante e reflete dois grandes fatores apresentados anteriormente: aumento nas demissões diante da crise do jornalismo e equilíbrio entre a vida pública e privada. O caso de *Gayle* e *Judith* é todo circundado pelos momentos de crise no jornalismo, passaralhos, demissões individuais, assédio moral e represálias de gênero no ambiente de redação, quando as violências sofridas por *Simone* (em menor medida) e *Carole* (em maior medida), em relação ao equilíbrio familiar e a competência feminina em dar conta de muitas coisas ao mesmo tempo, gerando uma cobrança sistêmica articulada pela manutenção de poder do patriarcado que impede, ou pelo menos tenta impedir, que mulheres alcancem determinadas posições.

E é assim que a iniciativa independente emerge, quase que em um cavalo branco, mas que, aos poucos, revela-se igualmente tóxica, principalmente por estar circunscrita às lógicas do capital. Talvez, neste aspecto, *Gayle* e *Carole* partilhem mais similaridades que as demais. Pateman teve um contato recente com iniciativa independente, e foi após tal empreitada que ela saiu definitivamente do jornalismo:

Carole: [...] eu e uma amiga jornalista criamos uma empresa de assessoria de comunicação. No entanto, as coisas não 'fluíram' como gostaríamos. Pegamos poucos trabalhos, com remuneração insuficiente para uma pessoa, imagina para

duas! E os trabalhos que pegamos, na época, eram mais da área de marketing, administração de redes sociais... coisas de que eu não manjava muito e, na verdade, não gostava também. Não sou da área da publicidade; meu negócio é jornalismo.

[...]

A única experiência na área do jornalismo empreendedor foi quando abrimos a empresa de assessoria. Hoje essa minha amiga mantém a empresa.

Simone também utilizou o empreendedorismo como porta de saída, ao aliar seus conhecimentos em Jornalismo aos de Direito e atuar de forma híbrida com consultoria. *Judith* também relata espontaneamente sua experiência com o jornalismo independente:

Judith: [...] então contextualizando.. a ideia era uma revista online de moda e comportamento, a gente fazia muito editorial e aí ela tava vinculado a uma agência de modelo, então quem assim, paga meu salário durante alguns meses foi essa agência. Mas a gente não conseguiu patrocinar o site, patrocinar o site, patrocinar a iniciativa e eu acho que infelizmente muito disso foi por falta de capacidade minha e do meu amigo. Eu não conhecia um décimo das coisas que eu conheço hoje, então era basicamente um blog e aí ok né! blog eu sei fazer, eu apuro, subo aqui subo a foto e vai..mas a gente não conseguia vender assim, como que alguém vai botar dinheiro aqui, como que a gente vai botar anúncio, sabe, como que isso vai virar dinheiro? Então faltou muito essa noção de negócio, além de conhecimentos técnicos: como você faz um bom site? Como você faz um bom blog? Tipo de linkagem, tipo de menu, tipo de homem, qualquer coisa que do tipo. Então teve o retorno financeiro, tanto que a gente tentou por uns 4, 5 meses, talvez 6..mas aí já não deu certo, como a gente não tinha conseguido virar a agência falou pois olha não tem mais como eu pagar vocês e puxa, hoje eu olho com muita pena, eu acho que hoje eu encararia sabe. Eu acho que é uma possibilidade de carreira muito interessante, é lógico que você tem que ter muitos conhecimentos, porque assim por exemplo..era um negócio que a gente sempre brincava, todo mundo que saía, todo mês, que essas pessoas saíam da [nome do jornal] a gente falava, temos que abrir um negócio, nossa..ali todo mundo era muito qualificado, muito experiente, e nossa...se juntar todo mundo dá uma puta redação, mas não necessariamente a mesma coisa que o Plural assim, eu faria coisas que aí precisam mais de tecnologia mesmo né, uma revista que não fosse só o pdf que você faz no flip, digo uma revista interativa, que você clica e abre e aparece um vídeo, uma evolução do tab assim (tab uol) po seria muito legal se eu tivesse tempo, dinheiro, contatos, influência, enfim...eu acho que é uma oportunidade de carreira bem legal. [...]Eu acho que isso seria muito interessante assim, se desvincular de formatos bem tradicionais assim, pensar um novo produto jornalístico seria muito legal assim, eu acho que seria bem massa, tô quase com vontade de começar (risos) [...].

Com um pensamento desvinculado dos aspectos financeiros que envolvem tamanha operação, *Judith*, diferentemente das demais, ainda mantém uma visão positiva em relação a uma iniciativa independente, é claro, considerando os contextos que deveriam estar alinhados para que se tornasse algo de fato palpável.

Os eixos de entrevista contemplados neste capítulo de análise perfilam uma mulher que teve de se adaptar às tantas mudanças impostas pelo jornalismo brasileiro nas últimas décadas. Partir das dores que, cada uma a sua forma, marginalizaram estas mulheres, consiste em ler entrelinhas, interpretar atos falhos, ler e reler respostas que falam - não - mas que

exprimem um - sim. Considerar que, três de nossas entrevistadas não estão mais atuando como jornalistas, e que, no fechamento da entrevista revelam estarem em paz e felizes consigo mesmas, nos faz pensar sobre a cultura de trabalho que, anos e anos de redações comandados por homens que visam lucro acima de tudo, deixou como legado.

Em retrospectiva, quanto às movimentações que culminaram no momento em que romperam com o jornalismo, elas avaliam, diante da pergunta - Para você que não está mais no Jornalismo, houve melhorias na sua carreira? Atualmente você se sente mais prestigiada, segura, livre de assédio?

Simone: Sim, houve melhorias, mas elas não foram imediatas. Tenho mais tempo, organizo melhor meus horários, me liberei dos pescoções e das madrugadas em claro por causa de alguma emergência. Mas é claro que também houve, nesse início, perda salarial, incertezas profissionais, dificuldades de adaptação à nova vida. Passados quatro anos, acho que a troca foi proveitosa. Muitos amigos perguntam se eu não tenho vontade de voltar para uma redação, e digo que não com muita tranquilidade e certeza. Fui muito feliz nos 32 anos que passei em redações, mas é um ciclo encerrado na minha vida.

A fala de *Simone* retrata uma mulher que, acima do ser profissional jornalista em posição de liderança, conseguiu sobrepor sua real identidade, suas vontades e anseios ao *self* do jornalista. Perceber-se como integrante da sociedade e ver nisso a possibilidade de empregar e unir as habilidades conquistadas em mais de 30 anos como jornalista ao mundo do Direito possibilitou que ela continuasse sua trajetória profissional, encerrando o ciclo dentro das redações e começando um novo.

Carole: Após passar mais de um ano tentando retomar efetivamente a carreira, acabei desistindo. Afinal de contas, os boletos não param de chegar, não é mesmo? O aperto financeiro e a vontade de se sentir mais útil trabalhando 'fora' me impulsionaram a buscar outro rumo na minha vida. Há alguns anos, eu e minha família fazemos e vendemos bolachas de Natal. Em março de 2020, eu fiz um curso [cita curso e meio empreendedor] . Não tem nada a ver com a pandemia, mas minha nova carreira, de [nome de nova função], por coincidência, começou bem nessa época. Eu trabalho em casa e estou iniciando o processo de formalização pelo MEI. Eu faço meus horários, mas procuro manter o regime de expediente que eu tinha no jornal. A diferença financeira ainda é incomparável, já que eu ganho bem menos que como jornalista. Eu gosto do que faço hoje em dia, estou feliz, mas só parti para esse caminho porque não conseguir voltar ao jornalismo.

Carole foi se percebendo à margem e foi enfrentando tais situações com as ferramentas que a cidade em que reside, possibilitou. Após encontrar dificuldades em conciliar a demanda de tempo diário que a redação exigia, e, equacionando tal questão com a maternidade e a insatisfação salarial, Pateman parte para um mestrado e acredita que a docência possa então ser um caminho. Após a conclusão do mestrado encontra dificuldades

novamente para encontrar uma vaga que cumpra o piso salarial de seu estado, diante de tal dificuldade junto de uma amiga do mestrado parte para iniciativa independente, mas a empreitada não traz o retorno financeiro adequado, e esperado para duas pessoas. Assim, após tentar por mais um tempo se recolocar no mercado, ela parte para uma iniciativa empreendedora fora do jornalismo, onde atua em nova função.

Judith: Acho que a resposta é sim pra tudo. Tenho mais oportunidades de trabalho, eu acho que eu ganho melhor do que se eu tivesse em uma redação, tenho mais benefícios fora o limite das seis horas né, acho que isso é a coisa mais maravilhosa em ser jornalista, me sinto mais prestigiada, evolui muito na minha carreira pelos cursos que eu fiz, pelos lugares que eu já estive, pelas coisas que eu aprendi, eu agreguei muito a minha formação de conteudista. Então, assim, se eu pego um colega meu que tá agora com mais de dez anos de redação, eu provavelmente sou mais atualizada do que ele sabe, consigo falar de UX, sites, interação, tecnologia, várias coisas assim, eu acho que o jornalismo tem essa dificuldade de se atualizar. Eu acho que o assédio e a discriminação vai ainda acontecer em vários momentos, ontem eu comentei com a minha colega pois teve algumas movimentações na empresa e ai mudaram alguns líderes e enfim a coisa ficou meio clube do bolinha sabe, homens para um lado mulheres para o outro, tipo assim...eu não posso liderar um homem. Acho que isso sempre vai existir, de uma forma velada, não tão clara quanto em uma redação, mas assim os projetos mais desafiadores vão para os homens e isso não muda muito apesar de acreditar que a questão salarial é mais nivelada, não tem uma grande diferença assim de salário. Eu me sinto mais valorizada até porque quando se é uma pessoa...eu já trabalhei até com nome de consultoria de conteúdo né, e então assim, você acaba se tornando uma referência, às vezes eu bato muito o pé na questão de que eu não sou uma revisora porque senão as pessoas acham que tudo tem que passar por mim 'ai a [nome da entrevistada] é a pessoa de conteúdo então vou mandar isso aqui pra ela revisar' ai eu falo 'gente eu não tô aqui como uma revisora, tô aqui pra ajudar vocês a construírem toda a lógica de conteúdo...tipo o que, quem, em qual canal, qual que é o objetivo, essas perguntas que eu tenho que fazer, não venha com conteúdo para eu revisar, assim eu fico puta tá ligado', e isso é uma coisa que eu consigo achar o meu espaço, 'ah a gente quer fazer um fluxo aqui de comunicação com o cliente, vamos incluir a [nome da entrevistada] que daí eu pergunto qual que vai ser a ferramenta, qual que vai ser o gatilho, porque eu entendo dessas outras coisas', eu não entendo só de texto, eu me sinto mais valorizada por estar onde eu estou no marketing mas acho que principalmente por eu ter expandido os meus conhecimentos, por eu sempre trazer coisas novas e me aventurar nestes projetos. Então tem coisas que eu sei porque eu já fiz, não por ter feito um curso em Inbound Mkt, não fiz... mas eu sei. Mas o que eu sempre falo que eu sinto falta do jornalismo é o tempo, é a gente tinha tempo para cumprir uma pauta, você tem uma semana para escrever uma matéria, é maravilhoso, digamos 3 dias, é maravilhoso também, po eu vou poder ligar pras pessoas vou poder apurar, escrever bem, editar legal, vou poder fazer uma coisa interessante que chame as pessoas e trabalhar bem no texto, isso é uma coisa que não tenho hoje. Quando eu escrevo, quando eu produzo textos para blog, é uma apuração muito genérica da internet né, eu não de fato agilizo isso, eu não tenho tanto tempo pra escrever e eu não me sinto tão original. Ah mas tem uma coisa que eu faço que eu gosto muito é quando eu entrevisto os clientes, então eu faço os cases de clientes ai eu pego e ligo pra ele e falo oi seu Sebastião (risos) podemos falar? Ai eu fico meia hora no telefone, perguntando tudo! Ai eu sento e pááá, fico o dia inteiro escrevendo um texto enorme que ninguém vai ler, mas eu falo 'puta que massa', eu tento trazer essas coisas que me trazem a sensação do Jornalismo sabe, de conversar com alguém, de apurar, fazer pergunta e de escrever um bom texto, me sinto mais valorizada por ter acabado virando essa referência da pessoa de conteúdo mas também não gosto de ser essa referência se ela tá só nessa de revisão.

Eu gosto de participar da construção de um conteúdo que não é só a construção de um texto.

Judith relembra, como ela ainda vê jornalismo no seu dia a dia, mesmo que sua função atual não seja o jornalismo. Ao dizer “eu tento trazer essas coisas que me trazem a sensação do Jornalismo sabe” vemos novamente o fator identitário que emerge com muita força nessas quatro entrevistas. O posicionamento identitário pode ser compreendido sobre como essas mulheres ainda se colocam ou são vistas pelo coletivo, ou seja, as especificidades conquistadas tanto na graduação quanto no ambiente de redação são então refletidas em sua esfera social (DUBAR, 2012).

Dubar (2012) apresenta ainda o conceito de vida ativa, ou seja, as fronteiras entre a vida ativa e profissional e como ocorre um processo quase que osmótico entre um e outro e como essas interações resultam nas percepções do social quanto a um indivíduo. Pensando uma sociologia do trabalho resultante de processos de qualificação e competências aprendidas, Dubar (1998) dispõe como as competências são utilizadas para conferir a um grupo algo quase como um álibi:

[...] a ‘competência’ seria a marca distintiva dos membros de grupos profissionais que almejam ou conseguiram constituir-se em mercado de trabalho fechado, controlado pela elite do grupo e reconhecido pelo Estado. As competências ostendadas seriam parte de uma retórica profissional destinada a convencer da existência de uma necessidade à qual apenas os ‘profissionais’ poderiam suprir, uma vez que foram oficialmente habilitados para tanto. (DUBAR, 1998, s/p).

Então, pensar em como as quatro entrevistadas carregam tais marcas para qualquer que seja o caminho percorrido após o rompimento com o jornalismo, demonstra que tais competências são transcritas pelo mundo ativo como parte de seu ser, algo intrínseco a si que possibilita que elas carreguem a marca do jornalismo para tantas outras partes.

Gayle, diferente das outras entrevistadas, teve um retorno ao jornalismo, então sua colocação final é um tanto diferente, associando sua identidade profissional a sua experiência na docência:

Entrevistadora: Por fim eu gostaria de saber se você teria algo a adicionar a nossa conversa..e gostaria de saber por curiosidade se você ainda trabalha com docência, é, se você pretende continuar o caminho da docência.

Gayle: Ahh eu pretendo continuar sim com a docência, não sei em que momento, mas agora eu tô fazendo doutorado também, é, quando eu me formei a carreira acadêmica ela não era uma opção. Mas quando eu saí da universidade e vi como o mercado era eu optei por buscar um pouco mais de segurança e foi por isso que eu entrei no mestrado. Na verdade é o motivo errado assim, eu não entrei com aquela

gana de ser pesquisadora, isso apareceu depois, apareceu durante o mestrado mas depois foi algo que ficou muito marcante pra mim assim, e só que não me vejo em nenhum destes momentos no período que eu dei aula, não por um tempo eu fiquei só dando aula, o resto eu sempre tava numa redação e dando aula a noite porque eu não me sentia segura pra ficar com uma coisa só, e até hoje eu penso assim. Não me vejo exclusivamente na carreira docente mas é algo que eu quero, e a pesquisa em comunicação, em jornalismo, é uma coisa que eu gostaria de manter na minha vida. É uma área que eu gosto muito.

O que fez com que tais mulheres saíssem do jornalismo? É sistemático, a maioria das respostas demonstram uma opressão velada, sempre presente na vivência dessas jornalistas. Em retrospecto, rememorando as vivências, elas também percebem estas sinalizações. Mulheres que alcançam cargos altos no jornalismo, repórteres que vivem o sonho de trabalhar em uma redação conceituada, mulheres que conseguem fazer malabarismos com as múltiplas jornadas - todas são vistas apenas como - *mulheres* - jornalistas. Questionar essas organizações no ambiente de trabalho é um esforço a mais para essas profissionais, já sobrecarregadas, e que, precisando se provar como profissional a todo momento, acabam muitas vezes por não questionar, simplesmente relevar, pois “é assim e pronto”, e, assim, por um caminho cheio de microviolências, elas se reconhecem perante um sistema problemático.

As falas oferecem um cenário complexo, em que as forças da precarização, do machismo institucional e das opressões patriarcais são somatizadas. A maternidade, o casamento, uma crise econômica, crises familiares - estando as famílias nos moldes tradicionais do patriarcado ou apenas sentindo as opressões do mesmo. A insegurança da mulher no jornalismo parte, ritualisticamente, de uma aliança de tais opressões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço de análise deste trabalho é direcionado a identificar o porquê das mulheres saírem do jornalismo no Brasil. Ao analisar as trajetórias profissionais, tendo como ponto de partida o *web survey* sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros de 2012 a 2017 (PONTES, MICK, 2018), estratificou-se o perfil das 86 mulheres que saíram do jornalismo durante este período, movimento que possibilitou a criação de minibiografias, posteriormente utilizadas para seleção das entrevistadas. Observa-se, na realização deste processo, uma intensificação de situações que impactam na permanência precária ou na saída de mulheres do jornalismo.

Os dados quantitativos, revertidos em minibiografias, possibilitam uma visualização das interações de trabalho, precarização e baixa remuneração. Tal leitura, foi possibilitada pela forma com que os primeiros capítulos foram estruturados, fornecendo o apoio de teóricas feministas, fundamentos advindos dos estudos de jornalismo e da sociologia da profissão, e, amparando tal referencial teórico a uma metodologia que triangula métodos qualitativos e quantitativos de coleta, como a entrevista e o questionário.

A pesquisa teve por objetivo, a partir desta análise qualitativa e interpretativa, reconstruir as trajetórias das jornalistas, com a intenção de complexificar os números com a relatos qualitativos de quatro jornalistas. Assim, buscamos entender como as assimetrias de gênero que emergem das falas podem oferecer elementos para compreender as vivências profissionais de mulheres que saem do jornalismo, e assim, compreender nesta pequena escala, as características partilhadas que culminam neste momento.

A precarização da profissional jornalista foi o fator definitivo ao observar a saída de *Gayle* e *Judith*. Este fator também marca a passagem de *Carole*. No entanto, para *Carole*, as dinâmicas familiares, que atribuem às mulheres uma sobrecarga, superior às demandadas à figura paterna e outras redes de apoio, mostram-se fator muito importante. As propostas salariais emergem de seu testemunho, mas, em um contexto diferente: profissional formada há algum tempo, mãe, esposa e estudante. Provavelmente teria um percurso semelhante aos de *Gayle* e *Judith*, que aceitaram, a princípio, salários muito baixos e as novas dinâmicas de uma redação precarizada.

As injustiças que marcam a vivência feminina nas redações ocorrem, como discutidas na dissertação, por meio de subentendidos e naturalizações. Das quatro entrevistadas, apenas *Simone* saiu por uma decisão particular e unilateral, *Gayle* foi a única que retornou, e assim,

Carole e Judith foram os perfis que mais se aproximaram quanto ao entendimento da exclusão da mulher jornalista do mercado de trabalho.

Carole e Judith nos revelam como, sutilmente, relações sociais patriarcais estruturam permeiam os processos das redações, e assim, delimitam o poder de atuação das mulheres no ambiente de trabalho. A presente dissertação realizou um esforço em recontar a partir dessas quatro histórias aspectos que impulsionaram a saída das mulheres do ambiente de redação, traduzindo que, as forças atuam em quatro frentes principais[F1], que aparecem em toda a dissertação, permeando as interpretações sob as lentes de uma diversa literatura feminista: trabalho compreendido como uma ferramenta que diminui as distâncias entre homens e mulheres; recontar como a exploração sobre as mulheres integram o processo de mais-valia, da acumulação de riquezas, da exploração de mão de obra, resultando na precarização das condições de trabalho; como o capitalismo que estima ser meritocrático resulta em uma falsa sensação perante as desigualdades de gênero. É nítido que, citando Lelo (2019):

há um expressivo volume de arbitrariedades que impacta negativamente as carreiras das comunicadoras e que não são detectáveis em investigações sociodemográficas porque dizem respeito à experiência qualitativa do gênero em uma sociedade marcadamente sexista - a exemplo da discriminação sofrida por mulheres casadas e com filhos em empresas de mídia, a idealização da masculinidade nas culturas organizacional e profissional, a segregação horizontal, a avaliação de desempenho calcada em padrões estéticos, além da intimidação, do assédio e da violência sexual.

Os apontamentos de Lelo (2019) se fazem evidentes nas falas das quatro entrevistadas, mas algo além também emerge - a dificuldade enfrentada ao se deparar com as injustiças na própria vivência. Em específico, como as entrevistadas não estabelecem uma relação pacífica com a noção de vítima. Reconhecer-se como vítima do sistema perdura ao longo da análise como uma dificuldade para as entrevistadas se reconhecerem como injustiçadas, e também como uma ferramenta interpretativa, à disposição da pesquisa. Por outro lado, abusar de tal ferramenta no momento de análise pode restringir os resultados a uma perspectiva extremamente subjetiva. Ao entrelaçar as falas e equilibrar-se entre essas dificuldades metodológicas e demandadas pelo objeto, com o amparo de uma ampla literatura feminista, amarrando e contrapondo as vivências, reconheceu-se então o quão subjugada foram as mulheres entrevistadas que saíram do jornalismo.

Partir dos dados quantitativos possibilitou selecionar mulheres que experienciaram o jornalismo de maneiras bem diferentes. No entanto, pluralizar as vozes no quesito cor de pele não foi possível. Apesar de entrar em contato com diversas mulheres pretas, não obtivemos uma resposta favorável para realização da etapa das entrevistas. No entanto, o tema foi

abordado no item - O perfil da mulher preta que sai do Jornalismo possibilitado a partir da lente do *web survey* sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros de 2012 a 2017 - utilizando como chave interpretativa destas vivências, minibiografias criadas a partir das entrevistas realizadas pelo *web survey*. Os capítulos estruturam-se através dos títulos: “Contrato Sexual, Feminização e Crise no Jornalismo”, “Trajetórias Profissionais das Jornalistas Brasileiras (2012 - 2017), e Complexificação das vivências sob a ótica das desigualdades de gênero em um ambiente precarizado.

O objetivo foi expor como os eixos de análise permeiam a carreira das jornalistas entrevistadas, para assim contextualizar como as trajetórias profissionais apoiam-se em diversas sujeições, neste caso, como o mercado neoliberal em geral, e o jornalismo em específico possuem raízes profundas no patriarcado. Considerando tal construção, as respostas que obtemos são um reflexo dessas estruturas sobre as quatro vivências.

Conclui-se então que uma das principais forças excludentes consiste em um machismo institucionalizado presente em diversos momentos na vivência da redação. Muitas das posturas da mulher jornalista tornam-se um indicativo de que elas são vistas como alguém que não conseguirá “dar conta” ou de que vai desistir. Assim delegam-se pautas *soft*, consideradas mais fáceis, espera-se que essa mulher entenda e goste de moda - pois isso faria parte do ser mulher -, estima-se que ela queira construir uma família e dedicar-se quase que unicamente a tal, mas não confere um apoio a mulher que deseja continuar no trabalho. Inclusive, o fato de ela ter uma família faz com que sua competência seja questionada. Então, muitas vezes as mulheres adotam uma postura considerada “masculina” pelos seus pares, e aí viram motivo de piadas ou pequenos desacatos, práticas “educativas” que testam a profissional. Os motivos centrais destas saídas aparecem em associação, foram anos e anos de assédio moral, assédio completamente mascarado na “cultura de redação”, fatores intensificados pela baixa remuneração e a precarização da profissional.

Para que a saída ocorra, a precarização da profissional jornalista entra em cena também como um tipo de agressão. Os dois fatores são aliados nesse processo de retirada. Existe uma tensão entre tais agressões que impulsiona a mulher para fora do jornalismo e que, ainda, mascara essa saída como opcional, como vemos no caso de *Judith*, que disponibilizou sua vaga sabendo dos cortes eminentes. Reconhecer o caminho como tortuoso a ponto de se planejar um plano de fuga, como fez *Simone*, também nos exhibe um ambiente de trabalho tóxico, que desconsidera que mulheres envelhecem. A precarização também força com que a mulher jornalista busque novos rumos, como *Gayle*, que encontrou na docência uma saída de emergência, que combinada com a atuação como jornalista sem reconhecimento em carteira,

freelancer ou analista, torna possível sobreviver do trabalho. *Carole* também buscou no mestrado uma possibilidade de dinamizar seus horários e impulsionar sua carreira, mas ao tentar voltar ao mundo do trabalho sentiu as mudanças nos valores oferecidos aos profissionais, na colocação de profissionais muito jovens, a juvenilização da profissão, e um cenário que já não previa vínculos empregatícios. Assim, considera-se que a principal combinação que culmina na saída de tal profissional é pautada na aliança de um machismo institucional, profundamente enraizado em nossos tempos, e que, em momentos de crise, vê, como principal presa, corpos femininos, instituindo uma dinâmica que se apoia na lógica de “corte de pessoal”.

Os resultados mostram várias similaridades e também diversas especificidades nessas trajetórias profissionais. Neste sentido, percebemos também como a divisão de oportunidades se revela pelo território nacional. A representante do eixo sudeste, ocupante de cargo de chefia de uma grande empresa jornalística, mostra uma trajetória profissional que alcançou cargos de chefia, e que vivenciou experiências únicas dentro de sua longa carreira no jornalismo. As demais entrevistadas residem no Paraná, e mostram a distribuição de oportunidades no eixo interior x capital, e também migrações em busca por melhores oportunidades.

Compreende-se então como as diversas forças que, associadas à disparidade de gênero, demarcam esse movimento de saída. Complexificar tais forças: questões de gênero, economia e carreira, são possíveis ao nos depararmos com os relatos, e as tensões interpretativas que emergem destes. Compreender as minúcias de cada uma destas trajetórias, devolvem um contexto aos dados, quanto a estas quatro jornalistas, obtidas no *web survey* sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros de 2012 a 2017.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Maria. **Das Margens Ao Centro?:** Refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica. Curitiba: Ufpr, 2003.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. **Pequena bibliografia crítica do pensamento social brasileiro.** Brasília: Paralelo 15 / São Paulo: Marco Zero, 2000.
- ALCOFF, Linda; POTTER, Elizabeth; ON, Bat Ami Bar. **Feminist Epistemologies: Marginality and Epistemic Privilege.** New York: Chapman And Hall, 1993.
- ALVES, Leonardo Nogueira; NASCIMENTO, Marília Soares; QUEIRÓS, Thais Dias de. **A Relação De Dominação/Exploração No Capitalismo- Patriarcal:** Apropriação Da Vida Das Mulheres. Minas Gerais: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 20??.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** 10o ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.
- AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco; OLIVEIRA, Leonel Gois Lima; GONZALEZ, Rafael Kuramoto. **A Estratégia de Triangulação:** Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo. Brasília: ENPQ, 2013.
- BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. **Patriarcalismo e o feminismo:** Uma retrospectiva histórica. Paraíba: UFPB, 2004.
- BASTIN, Gilles. **Paradox of the Pariah:** Toward a Weberian Understanding of Modern Journalism. Max Weber Studies, vol. 13, no 2. London: 2013.
- BASTIN, Gille. **The Press in the Light of Modern Capitalism:** A planned survey by Max Weber on newspapers and journalism. Max Weber Studies, Vol. 13, Issue 2. London: 2013a.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo** (v. 1). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura:** Teses sobre o conceito da história. São Paulo: Brasiliense, 6. 1987.
- BERGAMO, Alexandre. “Antigos” e “Novos” no jornalismo brasileiro dos anos de 1980 e 1990: Uma identidade profissional em disputa. IN: **Política & Sociedade.** Florianópolis, v. 19, n. 45, p. 337-368, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/61732/44725>> Acesso em: 22 out. 2021.
- BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. IN: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 71-98. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/231183702.pdf>>. Acesso em: 08/01/2019.
- BIROLI, Flávia. É assim, que assim seja: mídia, estereótipos e exercício de poder. IN: **Como Política**, IV Encontro da Compólitica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001. 25 p. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/201>

[1/03/Fla%CC%81via-Biroli.pdf](#)>. Acesso em: 08/01/2019

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESIDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. IN: **Rev. Mal-Estar Subj.** Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 nov. 2021.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia.** Trad. de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983 a, p. 46-81.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** São Paulo: Difel, 1989. 314 p.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia.** Trad. de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983, p.122- 155.

BRASIL. Cadernos De Formação Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica: As mulheres e o mercado de trabalho. Brasília: Brasil, 2017. Caderno 3, **As Mulheres e o mercado de trabalho.** Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Caderno-3-web.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. IN: **TESE.** Florianópolis, v.2, n 1º (3), p. 68-80, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em 21 jan. de 2019

BUITONI, Dulcília Shroeder. **Mulher de papel:** a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. 2a. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009. 239p.

BULHÕES, Juliana; RENAULT, David. **A precarização da prática jornalística:** uma revisão bibliográfica sobre o impacto das condições de trabalho na saúde e qualidade de vida do jornalista. Brasília: Parágrafo. v.4, n.2, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder:** teorias da sujeição. Autêntica. 2017. 196 p.

CAIRES, Adriana Silva. **Precarização Do Trabalho, Juventude E Políticas Públicas.** 60 Paraíba: Compartilhando Saberes Revista Digital da Secretaria de Estado da Educação Paraíba, 20??.

CARNEIRO, Luziberto Barroso, FRARE, Anderson Betti, GOMES, Debora Gomes de. **Teto de Vidro:** Um estudo sobre os fatores deste fenômeno no Brasil sob a percepção de Mulheres Gestoras. XIX USP International Conference in Accounting. São Paulo, 2019.

CAMPAGNA, Tatiane Gonsales; KUTZKE, Leticia Paula. **Mudanças na rotina profissional de mulheres jornalistas devido ao assédio sexual, verbal e moral.** Paradoxos, v. 4, p. 38-52, 2019.

CAMPOS, Elza Maria. **O voto feminino no Brasil** – a luta pela participação política da mulher. Ponta Grossa: Uepg, 2013. 3 p.

CEPAL. **A pandemia da COVID-19 gerou um retrocesso de mais de uma década nos níveis de participação no mercado de trabalho das mulheres na região.** Publicação de 10 fev 2021 Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-covid-19-gerou-retrocesso-mais-decada-niveis-participacao-mercado-trabalho>> Acesso em: 12 nov. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro** a significação sociológica do pensamento feminista negro. IN: Sociedade E Estado, 31(1), 99–127. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 23 out. 2021.

COLOMBO, Irineu Mario; BALLAO, Carmen Mazepa. **Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil.** Educ. rev., Curitiba , n. 53, p. 171-186, Sept. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/kKhXcCMp56LZ5R54fsL4PFq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 26 out 2021.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua.** Rio de Janeiro: Travessa, 1997.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DRUMMOND, Julia. **Casamento e Mulheres Negras:** Leis *versus* demandas. São Paulo. USP. 172 p.

DOUCET, Andrea; MAUTHNER, Natasha S. **Feminist Methodologies and Epistemology.** Canadá: Carleton University, 2006.

DUBAR, Claude. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. IN: **Educação & Sociedade.** 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Ns3xfk3JWnGD8zL_Z67jtYF/?lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade Privada e do Estado:** trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

EVETTS, Julia. **Professionalism:** Value and ideology. Nottingham: University Of Nottingham, Uk, 2012. 10 p.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa:** mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, Sarita González. Mulheres Em Tempo Real: Questões Sobre A Dupla Jornada Feminina Entre O Trabalho De Webjornalista E A Maternidade. Unb: **Anais VII Enpecom,** 2015. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-02082018-103012/pt-br.php>>. Acesso em: 11 set. 2021.

FÍGARO, Roseli. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.

FÍGARO, Roseli. **Jornalimos E Trabalho De Jornalistas: Desafios Para As Novas Gerações No Século Xxi**. São Paulo: Eca-usp, Revista Parágrafo, v.2 n° 2 2014. 15 p.

FÍGARO, Roseli. **Atividade de comunicação e trabalho dos jornalistas**. E-compós, Brasília, v.16, n° 1, jan./abr. 2013.

FREITAS, Taís Viudes de; SILVEIRA, Maria Lúcia. **Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres Crítica à Sociedade de Mercado**. São Paulo: SempreViva Organização Feminista, 1997.

FONSECA, Mariana. SUTTO, Giovanna. Participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor em 30 anos – e a pandemia é parte do problema. Nome do veículo: Infomoney, 04 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/carreira/participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-em-30-anos-e-a-pandemia-e-parte-do-problema/>> Acesso em: 12 jun. 2021.

FRIEDAN, B. **Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971. p. 17-61.

GASPAR, Adília Maia. **O Inimigo no Gineceu: Mulheres contra os Direitos das Mulheres**. Portugal: Ecopy, 2011.

GÊNERO E NÚMERO. **Mulheres no Jornalismo Brasileiro**. São Paulo: Abraji, 2017. 31 p. Disponível em: <https://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

GIL, Antonio Carlos. Entrevista. In: **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquis-a-social.pdf>>. Acesso em 10/01/2021.

GISI, Maria Lourdes. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. In: **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 17, p. 97-112, jan./abr.2006. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/6740>>. Acesso em: 01 out. 2021

GONZALEZ, Lelia; HASENBALG, Carlos A. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HANASHIRO, D. M. M. O etarismo no local de trabalho: evidências de práticas de “saneamento” de trabalhadores mais velhos. IN: **Revista Gestão Organizacional**, v. 13, n. 2, p. 188-206, 2020. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/5032>>. Acesso em: 05 out. 2021

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o Capital no Século XX**. São Paulo: Boitempo, 2018. 224 p.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil: **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica n.41**. 2018. 12p. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 26 out 2021.

INEP. **Censo da educação 2018. Brasília** -DF, Ministério da Educação. 2018. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf>. Acesso em: 10/10/2019.

IPEA. **Retratos das desigualdades de Gênero e Raça**. Brasília-DF, 2015.

IPEA. **Mulheres dedicam muito mais tempo ao trabalho doméstico, mas a diferença cai**. Brasília-DF. 2018. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf>. Acesso em: 10/10/2019.

ITABORAÍ, N.R. **Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012)**: uma perspectiva de classe e gênero. Tese. IERJ, UERJ, 2016. Cap 1. p. 19-61.

JACKSON, K. Uma evolução subterrânea: o jornalismo de Patrícia Galvão. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 53, p. 31-52, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i53p31-52>>. Acesso em: 10 jan.2019.

JOAZEIRO, E. M. G. Resenha do livro: Orlandi, Eni Puccinelli - As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. In: **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 11, n. 2, p. 91–92, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644047>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

LEITE, Aline Borghi. **Profissionais da mídia em São Paulo**: um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo. Tese (Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

LELO, Thales Vilela. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.27, n.2. 2019, p 1 -14, 2029. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/CX9nYFhxhJZXYqcgXcDNBOS/?lang=pt>>. Acesso em: 21 out.2021.

LEONE, Eugenia Troncoso; BALTAR, Paulo. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. In: **Estudos Populares**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 233-249, 2008.

LERNER, Gerda. El origen del Patriarcado. In: **La creación del patriarcado**. Ed. Crítica, Barcelona, 1990. Disponível em: <https://www.antimilitaristas.org/IMG/pdf/la_creacion_del_patriarcado_-_gerda_lerner-2.pdf>. Acesso em: 21 out.2021.

LIMA, Samuel P; MICK, Jacques. Sindicalização e identidade política dos jornalistas brasileiros. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 10, n. 1, 2013.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amelia; OMOTE, Sadao. **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003. p.11-25.

MARIANO, Fabiene Passamani. **A Família Patriarcal Contemporânea**. Espírito Santo:

Ufes, 2012. **Anais...**, V Encontro Internacional UFES/ Paris-Est 2012.

MIKE, Jacques. **Detalhamento metodológico da pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”**. Florianópolis, UFSC, 2013. Disponível em: <https://perfildojornalista.ufsc.br/files/2012/04/PerfilJornal_Metodologia.pdf> . Acesso em 22 jan. 2019.

MIKE, Jacques; ESTAYNO, Sabina. **Jornalistas na crise: as carreiras interrompidas na mídia e a estrutura dual da profissão (2012-2017)**. São Paulo: Sbpjor, 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo FIAM-FAAM / Anhembi Morumbi. 2018.

MIKE, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MIKE, Jacques; SCHMITZ, A. A. **Pesquisa comparativa internacional em jornalismo: desafios teórico-metodológicos**. Estudos de Jornalismo e Mídia, v. 14, p. 62-74, 2017.

MILANOVIC, Branko. **Capitalismo sem rivais: o futuro do sistema que domina o mundo**. São Paulo: Todavia, 2020.

MONTEIRO, Helena Maria Diu Raposo. **Mulher, Trabalho e Identidade: Relatos de mulheres em cargos de poder e prestígio sobre suas trajetórias profissionais**. Recife: UFPE, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2015.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do; OLIVEIRA, Bernardo J. **O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher**. Minas Gerais: Cadernos Pagu, 2007. v. 29, julho-dezembro de 2007:429-457. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a17n29.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2019.

NOBUO, Paulo. Idade média em que homens e mulheres se casam no Brasil está cada vez maior. Nome do veículo: Vix, s/d. Disponível em: <<https://www.vix.com/pt/amor/537708/idade-media-em-que-homens-e-mulheres-se-casam-no-brasil-esta-cada-vez-maior>>. Acesso em: 12 set. 2021

OLIVEIRA, Janaina Cruz de; CASTRO, Rondon de. O Discurso Da Mulher Nos Primórdios Do Jornalismo Feminino. In: **Anais XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Brasília, DF: Intercom XXIX 2006. Brasília, Intercom 2006 Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0115-1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATEMAN, Carole. **Participation and Democratic Theory**. England: Cambridge University Press, 1976.

PEREIRA, Fabio Henrique; ADGHIRINI, Zélia Leal. **O Jornalismo em tempo de mudanças estruturais**. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, p. 38-57, janeiro/junho 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/19208/12362>> Acesso em: 13/01/2019.

PETRARCA, Fernanda Rios. **O Jornalismo Como Profissão: Recursos Sociais, Titulação Acadêmica E Inserção Profissional Dos Jornalistas No Rio Grande Do Sul.** Tese (Programa de Pós Graduação em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PETRUCELLI, José Luis. SABOIA, Ana Lucia. **Estudos & Análises: Informação demográfica e socioeconômica.** IBGE, 2013. 208 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visu_alizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 13 de jun de 2019.

PONTES, Felipe Simão. **Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras.** São Paulo: E-compós, v. n° 2017. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/ecompos/search/authors/view?firstName=Felipe&middleName=%20Sim%C3%A3o&lastName=Pontes&affiliation=&country=>>. Acesso em: 13/01/2019.

PONTES, Felipe Simão; LIMA, Samuel P. Impactos do mercado jornalístico na vida de seus trabalhadores: um estudo sobre indicadores de saúde dos jornalistas brasileiros. In: **Famecos**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 1-19, mai-jul, 2019. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/31729/19272>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

PONTES, Felipe Simão; MICK, Jacques. Crise E Mercado De Trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017). In: **XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2018. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<http://portal.pucminas.br/compos2018/index.php?file=noticia&id=3652>>. Acesso em: 13/01/2019.

POTÊNCIAS, ((In)visíveis). **A realidade da mulher negra no mercado de trabalho.** Box 1824 e Indique uma Preta. 2020. Disponível em: <<https://readymag.com/u1818798514/2293759/>>. Acesso: 12 maio 2021.

PROBST, E. R. **A evolução da mulher no mercado de trabalho.** Instituto Catarinense de Pós Graduação, EFACEQ a.2. v.2, 2003.

ROCHA, Paula Melani. **As mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira.** Tese (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

ROCHA, Paula Melani; SOUZA, Jorge Pedro. **O mercado de trabalho feminino em jornalismo: análise comparativa entre Portugal e Brasil.** Piracicaba: Impulso, 2011.

ROCHA, Paula Melani; SOUSA, Jorge Pedro. **Rumos do Jornalismo na Sociedade Digital: Brasil e Portugal.** Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008. 172p. (Pos-doutorado) – Programa de Pós-doutoramento em Jornalismo da Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2008.

RODRIGUES, Maria Natália Matias; MENEZES, Jaileila de Araújo. **O desafio de pesquisar: reflexões sobre metodologias e feminismo a partir de uma experiência de pesquisa.** Florianópolis: Fazendo Gênero, 2013.

RUBIN, Gayle S. O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do sexo. In: **Pensando o Sexo: notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade**. São Paulo: UBU, 2017.

SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, H. Rearticulando Gênero e classe social. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: FCC, 1992. p. 183-215.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 16, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLrqwYhkL/?lang=pt>>; Acesso em: 13/01/2019.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: SILVA, Maria Ap. Moraes. **Mulher em seis tempos**. Araraquara: Unesp, 19?? p. 141-176.

SANTANA, Edith Licia Ferreira Felisberto. **Família Monoparental Feminina: Fenômeno Da Contemporaneidade?** Rio de Janeiro: Polêm!ca, v. 13, n.2 , 2014.

SANTOS, Maria Helena; AMÂNCIO, Lígia. **Sobre minorias em profissões marcadas pelo gênero: consequências e reações**. Lisboa: *Análise Social*, 212, XIIX (3.º), 2014, 2014.

SARKIS, Stephanie M. **O fenômeno do gaslighting**. Cultrix, 1a edição, 2019. 304 p.

SOARES, S. S. D. et al. **Tendências recentes na escolaridade e no rendimento de negros e de brancos**. In: Barros, R. P. et al. (Org). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. 1 ed. Brasília: IPEA, v. 2, p. 401-415, 2007.

SOARES, S. S. D. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**, Brasília: IPEA, p. 1-26, nov. 2000.

SOUSA, L. P. D; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. In: **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/119119>>. Acesso em: 26 set. 2021.

SOUZA, Rafael Bellan. A dialética da crise do jornalismo: o sociometabolismo do capital e seus limites estruturais. In: **Intercom**, São Paulo, v. 41, p. 55-69, 2018 Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/interc/a/rGJZjZhrpPFHLnQQLN9CvXb/?lang=pt>>. Acesso em: 26 set. 2021.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. **Patriarcado e Capitalismo: uma relação simbiótica**. Brasília: Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, 2015.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. São Paulo: Autêntica, 2013. 200 p.

SPAGNUOLO, Sérgio. A conta dos passaralhos. Publicado em 12 jun. 2015. Disponível em: <<https://medium.com/volt-data-lab/a-conta-dos-passaralhos-953e7e254d4a>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo:** modos de produção das notícias. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

TAVARES, C. Q.; XAVIER, C.; PONTES, F. S. Os jornalistas brasileiros em contextos de crises: uma análise das trajetórias profissionais de 2012 a 2017. In: **E-Compós**, [S. l.], v. 24, 2021. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2040>>. Acesso em: 26 out. 2021.

VIEIRA, Entrevistadora Vitoria Cuimachowicz; ROCHA, Paula Melani. **A participação das mulheres no Jornalismo Investigativo brasileiro:** um recorte histórico no Prêmio Esso de Jornalismo no período de 1964 a 1985. Ponta Grossa: Alcar Sul, 2014. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sul/6o-encontro-2016/historia-do-jornalismo/a-participacao-das-mulheres-no-jornalismo-investigativo-brasileiro-um-re%20corte-historico-no-premio-esso-de-jornalismo-no-periodo-de-1964-a-1985/view>>. Acesso em 10.jan 2019.

TARBELL, Ida. **The history of the Standard Oil Company.** New York: McClure; Philips and Company, 1904. Disponível em: <<https://archive.org/stream/historyofstandar00%20tarbuoft#page/n8/mode/2up>>. Acesso em 10 jan. 2019.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa; SANTOS, Marli dos. Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional. In: **Comunicação e Sociedade**, v. 38, n. 3, p. 35-58, 2016.

VAZQUEZ, A. C. B; FALCAO, A. T. S. O impacto do neoliberalismo sobre as mulheres trabalhadoras: a esfera do cuidado e a precarização do trabalho feminino. **O social em questão**, v. 43, p. 371-392, 2019. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSO_43_art_SL2.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

WACQUANT, Loïc. Seguindo Pierre Bourdieu no Campo. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 26, p. 13-29, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/8102>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

WITTIG, Monique. **O pensamento hetero.** In: The Straight Mind and other Essays. 1980. Versão em português disponível em: <<http://mulheresrebeldes.blogspot.com/2010/07/sempr-viva-wittig.html>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza:** como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. São Paulo: Rocco, 1992.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu.** São Paulo. Antofágica, 2022.

YANNOULAS, Silvia. **Feminização ou feminilização?** Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011.

ZAPPELLINI, Marcello Beckett; FEUERSCHÜTTE, Simone Ghisi. **O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em Administração.** Rio de Janeiro: *Administração: Ensino e Pesquisa*, v. 16 n° 2 p. 241–273, 2015.

APÊNDICE A

MINIBIOGRAFIAS DAS 86 JORNALISTAS QUE SAÍRAM DO JORNALISMO

Minibiografia 1

2012 - A respondente trabalhou como Jornalista registrada (Função exercida: repórter). Supõe-se que na primeira entrevista Ana era jovem, (Entre 23 anos e 30 anos). Branca, solteira e natural do Rio Grande do Sul, ela já possuía uma especialização. Vinda de uma universidade privada, ela recebia como salário uma média de R\$2489 a R\$3110. Ela entrou como estagiária (ou *trainee*) e permaneceu. Neste trabalho ela possuía benefícios como plano de saúde, vale alimentação, vale transporte e participação nos lucros. Seu vínculo com a empresa durou mais de 3 a 6 anos (dados planilhas), sendo esta uma empresa privada com receita anual maior que R \$300 milhões. Ela não era sindicalizada quando respondeu a estas questões em 2012, justificando essa decisão com o motivo de que não morava mais no Brasil na época. (Meio midiático - Internet)

2017 - Com 35 anos seu estado civil permaneceu como solteira e ela continuou residindo no Rio Grande do Sul. Já formada em Jornalismo e com uma especialização, ela ingressou em um novo curso superior - Bacharelado / Licenciatura. Ideologicamente posicionou-se como de esquerda. Como visto acima, ela já havia trabalhado como jornalista ou professora de jornalismo. Em 2017 estava empregada, mas não como jornalista. Ao longo de sua trajetória como jornalista na mídia ela passou por passaralho (demissão coletiva), mais de uma vez, além disso outra marca de sua carreira consiste em ter aberto ou integrado uma empresa ou iniciativa jornalística independente.

Minibiografia 2

2012-) A respondente não possuía registro como Jornalista, residindo no Rio de Janeiro em 2012 ela tinha entre 18 e 22 anos, sendo então jovem. Branca, solteira e cursando ensino superior, ela estudava em Jornalismo em uma Universidade Federal. Com um estágio, neste período ela trabalhava de 5 a 8 horas por dia. Sua renda em 2012 era de apenas um salário mínimo e foi contratada mediante processo seletivo elaborado pelo contratante. Atuava na área de mídia (veículos de comunicação, produtoras de conteúdo etc). Os benefícios

oferecidos pelo estágio eram somente o de vale transporte. Trabalhando no meio entre um a três anos, ela tinha experiência em Revista. A empresa se enquadrava como pequena, sua função era de repórter. Ela não se considerava nem satisfeita nem insatisfeita na maior parte do tempo. Ela não era sindicalizada por ser estagiária. Não definiu no questionário sua posição ideológica, e era a favor da exigência do diploma.

2017 - Ainda residindo no Rio de Janeiro, solteira e com 26 anos, ela se posicionava ideologicamente como de esquerda. Em 2017, já havia trabalhado na área, no entanto, naquele ano dedicava-se exclusivamente a novos estudos. Para ela, fatores decisivos na saída do Jornalismo foram - questões de autonomia profissional, remuneração (afetou muito), outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão e multifuncionalidade. O tamanho da equipe e stress não afetaram a profissional. Ela não tinha nenhum diagnóstico de transtorno mental, nem de estresse. Nem tinha LER/DORT ou tomava antidepressivos. Considerava seus esforços reconhecidos e já tinha presenciado assédio, e também sofrido assédio sexual sem formalizar queixa. Foi demitida em demissão individual uma vez.

Minibiografia 3

2012 - A respondente era registrada como Jornalista profissional. Morando em São Paulo, em 2012 ela tinha entre 31 anos e 40 anos. Branca, solteira e com superior em Jornalismo (Bacharelado/Licenciatura), Aina veio de uma faculdade privada. Ela não possuía graduação, no entanto seu salário era considerado alto (de R\$ 3111 a R\$ 6220). Ela conseguiu essa vaga por indicação de um colega, com carteira assinada e benefícios como vale alimentação e transporte. Seu tempo de empresa até então era de 6 a 10 anos de vínculo, em uma Revista com receita anual entre 90/300 milhões. Seu cargo era de redatora, e ela parecia satisfeita em todos os aspectos de seu trabalho até o momento da entrevista. Ela não era sindicalizada em 2012 e seu posicionamento ideológico era centro-esquerda e posicionava-se a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Ainda residindo em São Paulo com 38 anos, manteve seu status civil como solteira. Em 2017 seu posicionamento ideológico mudou para a esquerda, e já não trabalhava como Jornalista, mas estava empregada. Em sua trajetória ela já foi demitida uma vez, sendo a sua saída individual. Sua renda em 2017 era advinda de uma associação a marca de roupa e também a freelas de redação, que mantinha a nível PJ.

Minibiografia 4

2012 - Em 2012 a respondente era registrada como Jornalista profissional. Neste período sua idade estava entre 23/30 anos. Branca, solteira e de Santa Catarina, ela já possuía especialização. Sua carga horária era incompatível com o seu salário na época, estando o valor de 1245 a R\$ 1866 muito abaixo tendo em vista as 8/12 horas cotidianas. Ela entrou neste trabalho por indicação de amigos, como freelancer (podendo assim, talvez, compreender a precarização de seu salário). Oscilando entre TV e Internet, ela trabalhava em uma microempresa com receita anual menor ou igual a R \$2,4 milhões. Seu status dentro da redação era de Âncora e ela não estava nem satisfeita nem insatisfeita. Ela não era sindicalizada pois acreditava que a diretoria de sindicatos não representava a todos. Além disso, ela não se posiciona ideologicamente em 2012. Ela se posicionava a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Em 2017, com 31 anos seu status civil alterou para casada. Ela continuou residindo em Santa Catarina e adquiriu um certificado de atualização em marketing. Em 2017 ela também não indicou qualquer posicionamento ideológico. Ela, como constatado, trabalhou como jornalista ou como professora de jornalismo. Ela relatou estar empregada em 2017, mas não como jornalista. Tendo enfrentado passarálhos mais de uma vez, ela já abriu ou integrou uma empresa ou iniciativa jornalística independente.

Minibiografia 5

2012 - A respondente tinha entre 23 e 30 anos em 2012. Preta, morando no Rio de Janeiro, seu estado civil era solteira. Formada em Jornalismo em uma universidade estadual, em 2012 ela trabalhava de 5 a 8 horas recebendo entre 1867 e R \$2488. Neste emprego ela entrou por indicação de um amigo, tendo nele carteira assinada e benefícios como plano de saúde, vale alimentação e vale transporte. Além destes benefícios ela recebia uma participação nos lucros ou resultados. O veículo em questão era um jornal, com receita anual maior que R \$300 milhões. A nomenclatura de sua vaga era de repórter e ela não estava nem satisfeita nem insatisfeita. Ela não era sindicalizada e sua posição ideológica não era nenhuma das alternativas. Posicionava-se ainda a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Com 30 anos, em 2017 ela continuava solteira e residia no Rio de Janeiro. Sua posição ideológica apareceu com mais definição, considerando-se de esquerda. Ela, que já havia trabalhado como jornalista no momento, estava desempregada. Já tendo enfrentado em sua trajetória uma demissão individual, ela também já havia trabalhado em funções jornalísticas fora da mídia, sem contrato de trabalho.

Minibiografia 6

2012 - Registrada como Jornalista profissional, em 2012 sua idade estava entre 23/30 anos e morando em Minas Gerais. Branca, casada e com superior em Jornalismo, ela veio de uma universidade privada. Trabalhando em sua própria empresa entre 8 e 12 horas, ela conseguiu oferecer benefícios como plano de saúde, vale alimentação e vale transporte. Seu empreendimento consistia em um jornal, categorizado como microempresa. Ela acumulava funções por ser dona da empresa e considerava-se muito satisfeita. Ela não era filiada à sindicatos por acreditar que não se enquadram em suas demandas. Em 2012 disse não ver muitas diferenças entre as ideologias políticas no Brasil. Posicionava-se a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Com 37 anos, casada e ainda residindo em Minas Gerais, em 2017 ela se posicionava como de esquerda. Já trabalhou como jornalista ou professor (a) de jornalismo. E em 2017 estava empregada, mas não como jornalista.

Minibiografia 7

2012 - A respondente tinha entre 23 e 30 anos. Residindo no Rio de Janeiro e se considerando parda, ela era solteira com ensino superior em Jornalismo, cursando em uma universidade privada. Trabalhando de 5 a 12 horas por dia e recebendo muito pouco por isso - 623 a R \$1244 - ela conseguiu este emprego por indicação de um colega. O Jornal em que ela trabalhava oferecia carteira assinada, plano de saúde e auxílio transporte. Ele consistia em uma microempresa com receita anual menor ou igual a R \$2,4 milhões. Sua função era de repórter e ela considerava-se em suma muito satisfeita. Não era filiada a nenhum sindicato, e posicionava-se ideologicamente como de esquerda. Posiciona-se a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - A respondente mudou-se para São Paulo. Solteira, posicionava-se ainda como de esquerda. Ela, que já havia trabalhado como Jornalista ou professor de jornalismo, em 2017 estava empregada, mas não como Jornalista.

Minibiografia 8

2012 - Registrada como Jornalista profissional, a respondente era moradora de Santa Catarina, com idade entre 31 e 40 anos, branca e em uma união estável ela estudou Jornalismo em uma instituição privada. Trabalhando até 5h por dia, ela foi convidada para o cargo em que recebia mensalmente uma quantia aproximada de 2489 a R\$ 3110. A mídia em questão era veiculada online, gerando conteúdo para Internet, ela considerava-se bastante satisfeita. Filiada a um Sindicato de Jornalistas, sua posição ideológica era de esquerda. Além disso, ela é favorável à obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão. Ela escolheu a profissão pois se emociona ao informar e esclarecer o leitor.

2017 - Ainda residindo em Santa Catarina, com 44 anos ela ainda estava em uma união estável. Posicionando-se ideologicamente como de esquerda, ela já trabalhou como jornalista ou professor de jornalismo, e em 2017 estava desempregada.

Minibiografia 9

2012 - Muito jovem, entre 18 e 22 anos, morando em Santa Catarina, branca, solteira, e com superior em Jornalismo em uma universidade comunitária (ou similar, o que creio que pode ser bolsa), ela trabalhava de 5 a 8 horas ganhando uma média de R\$ 623 a R\$ 1244. Ela conseguiu este emprego por indicação de um colega. Trabalhando informalmente sem um contrato de prestação de serviços, em um jornal ela recebia apenas vale alimentação. A microempresa em questão tinha uma receita anual menor ou igual a R\$ 2,4 milhões. A função exercida era de repórter e em geral ela parecia bem insatisfeita. Detalhe, ao ser questionada sobre sindicato ela informa que ainda não tinha se formado. Seu posicionamento ideológico era de esquerda, e era a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Ainda residindo em Santa Catarina, com 26 anos, solteira e já com superior completo, ela continua alinhando-se ao posicionamento ideológico de esquerda. Já trabalhou como jornalista e em 2017 estava empregada, mas não como jornalista.

Minibiografia 10

2012 - Entre 18 e 22 anos, de Sergipe, Preta, a respondente possui superior em Jornalismo. Em 2012 seu Estado Civil era solteira. Formada em uma Universidade Federal, ela recebia mensalmente uma média de R\$ 1867 a R\$ 2488. Conseguiu o emprego como uma continuação de seu estágio no Jornal, conseguindo ser registrada em regime de CLT e atuando como repórter. Seu único benefício na época era plano de saúde. Na época, a receita anual da empresa que ela mantinha vínculo era menor ou igual a R\$ 2,4 milhões.

2017 - Em 2017 mudou-se para a Irlanda. Com 27 anos, e em uma união estável, ela já possuía o título de mestre. Seu posicionamento ideológico era alinhado à esquerda. Anteriormente ela tinha trabalhado como jornalista ou professor de jornalismo. Em 2017 estava empregada, mas não como jornalista. Ela informa ainda que nunca tinha sido demitida, não sendo explicitado então o motivo prévio de sua saída.

Minibiografia 11

2012 - Registrada como Jornalista Profissional, em 2012 ela tinha entre 23 e 30 anos e morava no Rio Grande do Sul. Branca, solteira e com superior em Jornalismo em uma universidade privada, ela trabalhava de 5 a 8h por dia e recebia uma média de R\$ 1245 a R\$ 1866. Neste emprego, em uma rádio, ela tinha sido convidada e trabalhava sem contrato de prestação de serviço. A rádio era categorizada como uma pequena empresa (receita anual maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões). Seu cargo era de repórter, e em grande maioria ela não se mostrava nem muito satisfeita e nem pouco satisfeita. Ela não era filiada a um sindicato e considerava que estes não respondiam às demandas específicas de sua área de atuação. A respondente não se considerava nem de esquerda e nem de direita e era a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Ainda solteira e residindo no Rio Grande do Sul, ela passou a se posicionar como centro esquerda. Em 2017 estava empregada, mas não como jornalista.

Minibiografia 12

2012 - Jornalista com registro, de título Jornalista Profissional, a respondente tinha entre 23 anos e 30 anos e morava em Santa Catarina. Branca, casada, ela cursou Jornalismo em uma Universidade Privada. Trabalhando entre 12/8h sua média salarial era R\$ 1867 a R\$ 2488, emprego em que entrou via processo seletivo realizado pelo contratante. Com carteira assinada ela teve benefícios como vale alimentação e plano de saúde. Além disso ela tinha participação nos lucros ou resultados da empresa - um Jornal que também era vinculado na Internet. A empresa em questão enquadrava-se como grande empresa (receita anual maior que R\$ 300 milhões). A função exercida era de repórter e ela não estava nem satisfeita nem insatisfeita. Ela não era filiada ao sindicato por não ter interesse e não se posicionou ideologicamente. Posicionava-se a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Ainda casada e morando em Santa Catarina, ela ainda não se posicionava ideologicamente. Em 2017 estava desempregada, mas não como jornalista.

Minibiografia 13

2012 - A respondente era jornalista com registro, ela tinha entre 23 e 30 anos em 2012. paranaense, branca e solteira, ela havia se formado em uma universidade Federal e já tinha uma especialização. Trabalhando de 5 a 8 horas e recebendo uma média de R\$ 1867 a R\$ 2488, ela ingressou no emprego de 2012 estendendo seu contrato de estágio/*trainee*. Com carteira assinada, seu trabalho era divulgado em um Jornal/Revista e também em conteúdo online. A empresa em questão era grande, com receita anual maior que R\$ 300 milhões. Sua função era de repórter, e em geral vivenciava um misto de satisfação e insatisfação com seu emprego (eu imagino algo como, sou jovem e consegui estar em uma grande empresa de comunicação, tenho um emprego, não posso reclamar). Ela não conhecia nenhum sindicato e seu posicionamento ideológico era de esquerda e demonstrava-se a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Ainda no Paraná, com 31 anos e solteira, ela possui especializações e se posiciona como de centro-esquerda. Em 2017 ela já tinha trabalhado como jornalista ou professor de jornalismo, no entanto estava desempregada. Ela já foi demitida em demissão individual por mais de uma vez, e acredita que a crise afetou sua trajetória. Admitiu que já trabalhou ou trabalha em outra empresa de mídia, sem contrato de trabalho. Tornou-se sindicalizada pelo Sindicato dos Jornalistas e tem um posicionamento bem interessante quanto a evolução da

função - “Acredito que atualmente seja bastante difícil delimitar o que é o "trabalho como jornalista". Mesmo atuando como redatora em agências de publicidade ou como *freelancer* de produção de conteúdo, acredito que não deixo de exercer as funções jornalísticas de apuração e cuidado com o texto. Digo que ser jornalista atualmente é um *mindset* e não mais uma função”.

Minibiografia 14

2012 - Possuía registro como Jornalista profissional. Em 2012, tinha entre 23 e 30 anos e residia no Rio Grande do Sul. Branca, solteira, ela possuía especialização e era graduada em Jornalismo em uma universidade Federal. Pós graduada, ela trabalhava de 5 a 8 horas por dia, recebendo de 3 a 4 salários mínimos. Ela entrou neste emprego a partir de um processo seletivo realizado pelo contratante. Este emprego era na área dos Mídia (Veículos de comunicação, produtoras de conteúdo, etc.) e acontecia em regime de CLT. Recebia, como benefícios vale alimentação e vale transporte (a empresa também oferecia auxílio creche). Estava lá (veículo tv) entre 1 e 3 anos, sendo essa uma grande empresa que faturava mais de 90 milhões mensalmente. Trabalhava como repórter, tendo que sair da sede da tv em grande parte do tempo e em geral estava muito insatisfeita. Ela não era sindicalizada pois acreditava que a diretoria não representava grande parte da categoria. Em 2012 sua posição ideológica era de Centro, e era a favor da formação específica em Jornalismo.

2017 - Ainda no Rio Grande do Sul, com 32 anos e solteira, ela possuía ensino superior com especialização e se considerava ideologicamente como Centro-Esquerda. Em 2017 ela voltou a estudar. Para ela autonomia (ou falta de) estabilidade ou remuneração não foram um fator decisivo em sua saída. Já a escassez de benefícios e a falta de oportunidades de ascensão foram determinantes. Outras questões influenciaram em sua saída, como aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Em 2017 ela se sentia estressada e tinha diagnóstico de Stress e LER/DORT. Além disso, ela não sentia que seus esforços eram reconhecidos. Ela já presenciou assédio, já foi constrangida a ponto de considerar assédio, nunca presenciou situação de assédio sexual e nem sofreu tal assédio. Foi demitida uma vez, em demissão individual e continuou trabalhando para o mesmo empregador alterando o regime para MEI ou PJ. Seu último emprego data de 2014 e não era filiada a nenhum sindicato.

Minibiografia 15

2012 - Registrada como Jornalista Profissional, jovem, entre 23 e 30 anos e morando no Rio de Janeiro, ela é branca estava em uma união estável em 2012 e já tinha uma especialização. Ela se formou em uma instituição privada, trabalhava em 2012 de 5 a 8 horas e recebia entre R\$ 1245 a R\$ 1866. Seu emprego era um cargo de confiança em uma repartição pública. Ela tinha carteira assinada e seu cargo era comissionado, dentre os benefícios ela recebia apenas vale alimentação. Em geral ela não demonstrava nem estar satisfeita e nem estar insatisfeita. Ela não era sindicalizada por julgar que os valores mensais eram muito altos e rendiam pouco auxílio e era a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Ainda morando no Rio de Janeiro, com 34 anos e casada, ela já havia trabalhado como Jornalista, mas não estava mais na área. Ela já foi demitida uma vez e já trabalhou em outra atividade fora do jornalismo.

Minibiografia 16

2012 - Jovem, entre 23 e 30 anos. Ela morava em 2012 no Rio Grande do Sul, branca solteira e já possuía uma especialização. Formada em Jornalismo em uma Universidade Privada, com pós graduação, ela trabalhava de 5 a 8 horas por dia e sua média salarial era de R\$ 1867 a R\$ 2488. Neste emprego ela foi contratada após passar por um processo seletivo. Nele ela tinha carteira assinada e benefícios, como plano de saúde, vale alimentação e auxílio transporte. Essa empresa era média/grande e tinha uma receita entre 90/300 milhões. Sua função era de repórter, em um jornal que também era vinculado à internet. Na grande maioria dos itens ela se declarou satisfeita. Em 2012 disse não ter interesse no sindicato, e se posicionava ideologicamente como de centro-esquerda. Ela também se declara a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Em 2017 ela estava em uma união estável e ainda morava no Rio Grande do Sul. Ela continuou se posicionando como de centro esquerda, já havia trabalhado como Jornalista mas não estava mais na área. Nunca foi demitida, não explicitando o motivo de sua saída em 2012.

Minibiografia 17

2012 - Carolina, jovem (entre 23 e 30 anos), preta e morando em São Paulo, era solteira em 2012. Com superior em Ciências Sociais em uma universidade Estadual, ela trabalhava de 8 a 12h e recebia um valor médio de R\$ 2489 a R\$ 3110. Ela entrou no emprego de 2012 a partir de um processo seletivo realizado pelo contratante e não tinha carteira assinada, era freelancer. O veículo em questão era um Jornal/Internet comandado por uma grande empresa, com receita anual maior que R\$ 300 milhões. Sua função era de repórter, e ela estava muito satisfeita. Ela não era sindicalizada por não ter graduação em Jornalismo, posicionava-se como de esquerda e é contra a exigência de qualquer curso superior.

2017 - Ainda residindo em São Paulo, com 31 anos e casada, ela adquiriu um mestrado acadêmico. Posicionando-se como de esquerda, ela já trabalhou como Jornalista, mas em 2017 voltou a estudar. Já passou por demissão individual, e trabalhou em outras atividades além do Jornalismo.

Minibiografia 18

2012 - Jornalista profissional, jovem, entre 23 anos e 30 anos, casada e morando nos Estados Unidos, ela adquiriu o superior em Jornalismo em uma Universidade privada. Trabalhando 5 h por dia e contratada via processo seletivo, ela trabalhava em uma média empresa (faturando entre 16 milhões/ 90 milhões). Colunista em um veículo online, trabalhando de casa, ela não informou sua média salarial. Em geral ela estava muito satisfeita e era favorável à obrigatoriedade do diploma.

2017 - De volta ao Brasil, ainda casada, trabalhando esporadicamente como *freelancer* ela se posicionou como de direita em 2017. ela já trabalhou como Jornalista, mas em 2017, apesar de ter relatado a experiência freelancer ela indicou estar desempregada.

Minibiografia 19

2012 - Em 2012 não possuía registro como Jornalista, possuía entre 23 e 30 anos e residia em São Paulo. Parda, solteira e com superior em Jornalismo, ela se formou em uma instituição privada e em 2012 tinha dois empregos. Trabalhando entre 8 a 12 horas diariamente, ela recebia entre 3 a 4 salários mínimos. Entrou nestes trabalhos através de processos seletivos, atuando então no campo dos media. Com contrato de prestação de serviços, atuava a mais de

um ano em veículos como rádio e internet. A empresa era privada e se enquadrava como Microempresa, faturando até 2.4 milhões anualmente. Trabalhava de casa e em geral não estava satisfeita. Além de atuar diretamente no campo ela também tinha outro trabalho, podendo este se enquadrar em assessoria ou outras atividades que utilizam o conhecimento do profissional Jornalista. Não era sindicalizada pois ainda tinha duas DP's para fazer, mas falou que quando finalmente se formasse seria. Se posicionava, ideologicamente como de esquerda, e era a favor da formação específica em Jornalismo.

2017 - Com 30 anos, estava em uma união estável, ou vivendo com o companheiro e tinha adquirido uma Pós Graduação ou MBA. Ela afirma já ter trabalhado como Jornalista ou professora da área, mas agora estava empregada em outra profissão. Não apontou nenhuma das questões sobre fatores que a fizeram sair do Jornalismo como determinantes, e também não apontou nenhuma doença como motivadora de sua saída. No entanto ela já presenciou assédio e já considerou ter sido constrangida a ponto de se considerar assediada. Nunca presenciou situações de assédio sexual, e já foi demitida em demissão individual. Também já trabalhou em funções jornalísticas fora da mídia com contrato de trabalho. Último emprego data de 2015.

Minibiografia 20

2012 - Possui registro como Jornalista Profissional, tinha entre 23 e 30 anos e morava em São Paulo. Branca, solteira e especializada, ela estudou em uma instituição privada, trabalhando entre 8 a 12 horas e recebendo um salário entre 5 a 10 salários mínimos. Entrou no campo dos media por indicação de um colega, tinha carteira assinada e recebia vale alimentação e transporte. A empresa em que trabalhava era do terceiro setor, ou seja, Ong's, fundações, etc. Ocupava a função de repórter, trabalhando tanto na empresa quanto em outros locais. Passava a maior parte do tempo na empresa, e em geral estava muito satisfeita. Não era sindicalizada pois sentia que não a diretoria não representava toda a categoria. Posicionava-se como de esquerda e era a favor da formação específica em Jornalismo.

2017 - Ainda residindo em São Paulo, com 35 anos, solteira, com especialização, ela se posicionava ainda como pertencente ao grupo ideológico de esquerda, já trabalhou como Jornalista ou Professora de Jornalismo, agora trabalha fora deste. Para ela questões como - autonomia, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento

de jornada, multifuncionalidade, tamanho da equipe e estresse, foram determinantes para sua saída. Ela sentia-se estressada no trabalho, mas não tinha diagnóstico de Estresse ou transtorno mental nem LER/DORT, apesar de tomar antidepressivos. Ela não sentia seus esforços reconhecidos. Ela já presenciou assédio, já foi constrangida a ponto de interpretar como assédio e já presenciou e sofreu assédio sexual, não tendo formalizado queixa. Trabalhou em outra atividade além do Jornalismo e teve seu último emprego em 2016. Em nota final realiza uma crítica quanto a contratação de profissionais despreparados.

Minibiografia 21

2012 - Jornalista com registro profissional, com idade entre 18 e 23 anos e residindo em Santa Catarina, branca, solteira e especialista, tendo estudado em uma instituição de ensino privada, atuava como freelancer entre 8 a 12 horas recebendo uma quantia entre 1 e 2 salários mínimos. Entrou neste trabalho por indicação de amigos ou colegas, possuía carteira assinada, e recebia vale alimentação e auxílio transporte. A empresa em que trabalhava se enquadrava como uma pequena empresa, com receita anual maior que 2,4 milhões e menor ou igual a 16 milhões. Desempenhava diversas funções, dentre elas repórter web tanto na empresa quanto em outros locais. Em geral estava insatisfeita. Não era filiada a nenhum sindicato devido a questão da mensalidade. Era a favor da obrigatoriedade do diploma em Jornalismo.

2017 - Em 2017, com 27 anos e ainda solteira, ela adquiriu uma especialização e não se posicionou ideologicamente. Já trabalhou como Jornalista ou professora de Jornalismo, em 2017 estava empregada, mas não como Jornalista. O que ela considera como fatores de expulsão do Jornalismo foram: estabilidade, possibilidade de ascensão, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Ela se considerava estressada, com diagnóstico de estresse e transtorno mental e tomava antidepressivos. Ela não sentia seus esforços reconhecidos, já presenciou assédio e já foi constrangida a ponto de considerar assédio. Nunca presenciou casos de assédio sexual nem enfrentou tal. Já foi demitida em demissão individual, trabalhou em outra atividade fora do Jornalismo, teve o último emprego na área em 2013 e em 2017 se sindicalizou.

Minibiografia 22

2012 - Não possui registro profissional, em 2012 tinha entre 23 e 30 anos, branca, residia em São Paulo e mantinha uma união estável. Já com uma especialização, ela era graduada por uma instituição Federal. Trabalhando entre 8 a 12 horas ela recebia entre 5 a 10 salários mínimos. Ingressou neste emprego em continuação do estágio ou trainee. Trabalhando na área dos media, com carteira assinada, plano de saúde e auxílio creche. Trabalhando em Jornal, em uma empresa privada que fatura mais de 300 milhões anualmente, exercia função de repórter. Oscilando entre Insatisfeita e Satisfeita, ela não possuía outro emprego jornalístico. Não era filiada ao sindicato pois sentia que este não representava a classe. Posicionava-se ideologicamente como Centro-Esquerda e era a favor da exigência do diploma.

2017 - Com 30 anos, já casada, com uma especialização e ainda posicionando-se como de Centro-Esquerda. Já trabalhou como Jornalista, mas agora está em outra área. Para ela fatores como autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe foram fatores que fizeram com que ela saísse do Jornalismo. Sem diagnóstico de estresse, LER/DORT ou transtorno mental, ela considerava seus esforços reconhecidos. Ela já presenciou assédio, mas nunca sofreu assédio moral ou sexual.

Minibiografia 23

2012 - Jornalista com registro profissional, com idade entre 18 e 22 anos, residindo no Rio de Janeiro, branca, solteira, especializada, tendo estudado em instituição privada, trabalhava mais de 12 horas por dia ganhando entre 1 e 2 salários mínimos. Foi convidada a trabalhar neste local em 2012, com carteira assinada, e com os benefícios de vale alimentação e auxílio transporte. A empresa era considerada uma microempresa, e ela dividia seu tempo de trabalho entre casa/local de trabalho/ outros locais. Em geral não estava nem satisfeita nem insatisfeita. Não considera que os sindicatos representam as categorias, posicionava-se como Centro-Direita em 2012. Era ainda, a favor da exigência do diploma.

2017 - 27 anos, Rio de Janeiro, solteira, especialista e sem um posicionamento ideológico definido, estava empregada, mas não como Jornalista em 2017. Para ela fatores como autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe foram fatores que fizeram com que ela saísse do Jornalismo. Estressada e com diagnóstico de estresse ela não

tomava nenhum medicamento antidepressivo. Além disso, não sentia que seus esforços eram reconhecidos no ambiente de trabalho. Já presenciou assédio e já se sentiu constrangida a ponto de ter sido assediada, no entanto nunca presenciou nem enfrentou assédio sexual. Não foi demitida.

Minibiografia 24

2012 - Jornalista com registro profissional, entre 41 e 50 anos, residindo no Rio de Janeiro, branca, divorciada, formada em uma instituição federal, trabalhando entre 8 e 12 horas não informou sua média salarial. Ingressou neste emprego pois foi convidada a trabalhar lá. Com carteira assinada, plano de saúde, plano previdenciário e participação nos lucros ela trabalha como editora em uma empresa de grande porte (300 milhões anual). Em geral ela estava satisfeita, sem outro trabalho jornalístico e não era sindicalizada por falta de interesse. Posicionando-se como Centro-Esquerda, posicionava-se a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 -54 anos, divorciada, ainda residindo no Rio de Janeiro, especialista, pós graduada e/ou com MBA, ela posicionava como de Centro-Esquerda. Em 2017 estava trabalhando, mas não como Jornalista. Para ela, as razões que determinaram sua saída do Jornalismo, enfatizando inclusive que afetaram muito, foram: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Sente-se estressada, com diagnóstico de estresse e LER/DORT, sentia seus esforços reconhecidos. Presenciou assédio, já foi constrangida, não presenciou assédio sexual, mas já enfrentou assédio sexual, formalizando denúncia. Já foi demitida de forma individual, trabalhou em atividade fora do jornalismo. Indica como sugestão pesquisa sobre o grande contingente de jornalistas desempregados, ela explica que também é advogada e abriu seu próprio escritório, mas reconhece sua realidade como diferente das dos demais.

Minibiografia 25

2012 - Sem registro profissional, entre 23 e 30 anos, residindo em São Paulo, branca, solteira e com ensino superior, define sua formação em universidade confessional, trabalha entre 11 e 12 horas por dia, e recebia entre 2 e 3 salários mínimos. Entrou por indicação de um colega, com carteira assinada, recebe vale alimentação e transporte. Trabalhando em uma empresa

privada, considerada pequena, ela exercia a função de repórter. Em geral não estava nem satisfeita nem insatisfeita. Sem outro trabalho jornalístico, ela diz não conhecer o sindicato, posiciona-se ideologicamente como de esquerda e é a favor da formação específica em Jornalismo.

2017 - Ainda em São Paulo, com 29 anos, ela em 2017 estava em uma união estável/ou vivendo com o parceiro, ainda posicionando-se como de esquerda, estava empregada em 2017 mas não como jornalista.

Minibiografia 26

2012 - Registrada como Jornalista Profissional, com idade entre 23 e 30 anos, residia em 2012 no Paraná. Branca, solteira e com mestrado. Estudou em uma instituição privada, e em seu trabalho de 2012 ficava entre 5 e 8 horas, recebendo uma média salarial entre 3 e 4 salários mínimos. Entrou via processo seletivo realizado pelo contratante, com carteira assinada e plano de saúde. Em grande maioria encontrava-se insatisfeita com seu trabalho e rotina. Sindicalizada, posicionava-se ideologicamente como de Centro-Esquerda.

2017 - Com 31 anos, ainda residindo no Paraná e casada, estava cursando seu doutorado em 2017. Ainda se posicionava como Centro-Esquerda e atuava esporadicamente como freelancer. Declara que as razões que determinaram sua saída do Jornalismo, enfatizando inclusive que afetaram muito, foram: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe (Todas tendo afetado muito). Já foi demitida uma vez por demissão individual, possuir transtorno mental e toma antidepressivo. Não acha que seus esforços são reconhecidos, já foi constrangida, presenciou assédio e já foi assediada e não formalizou denúncia. Depois da demissão retomou estudos.

Minibiografia 27

2012 - Registrada como Jornalista, com idade entre 41 e 50 anos, residindo no Paraná, branca, casada, especialista, estudou em instituição privada. Trabalhava em 2012 entre 5 e 8 horas por dia, sua média salarial era entre 4 a 5 salários mínimos. Foi convidada, por isso ingressou neste trabalho. Em 2012 ela tinha carteira assinada e trabalhava em um Jornal (empresa

privada/ pequena empresa 2,4 mi). Ocupava o cargo de editora, e em geral não estava nem satisfeita nem insatisfeita. Não se considera ideologicamente nenhuma das alternativas oferecidas. Ela é ainda contra a exigência de qualquer formação.

2017 - Com 49 anos, casada, especialista, sem se posicionar ideologicamente, estava empregada em 2017, mas não como jornalista. Declara que as razões que determinaram sua saída do Jornalismo, enfatizando inclusive que afetaram muito, foram: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Não se sentia estressada no trabalho apesar de ter diagnóstico de estresse, ela tomava antidepressivo e não sentia que seus esforços eram reconhecidos. Presenciou assédio, foi constrangida e assediada, foi assediada sexualmente e já viu situações de assédio sexual, no entanto não formalizou denúncia.

Minibiografia 28

2012 - Registrada como jornalista profissional, com idade entre 23 e 30 anos, residindo em São Paulo, branca, solteira, especialista, formada em instituição Estadual, trabalhava em 2012 entre 8 e 12 horas por dia, recebia entre 4 e 5 salários mínimos. Entrou neste emprego por indicação de amigos e/ou colegas, tendo carteira assinada, plano de saúde, vale alimentação e transporte. A empresa em questão tem porte médio-grande faturando 90 milhões anualmente. Oscila entre satisfação e insatisfação, impossibilitando que se desenhe com clareza como se sentia na época. Não possuindo outro trabalho jornalístico, não conhece o sindicato e se posiciona ideologicamente como de centro-esquerda. Diz ser a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Mudou-se para outro país (Moçambique), em 2017 tinha 32 anos, continuou solteira e cursava mestrado acadêmico. Posicionou-se ideologicamente como de extrema esquerda, estava empregada em 2017, mas não como jornalista. Declara que as razões que determinaram sua saída do Jornalismo, enfatizando inclusive que afetaram muito, foram: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Sentia-se estressada no trabalho e tinha diagnóstico de LER/DORT, já presenciou assédio e já foi assediada sexualmente, não tendo formalizado denúncia. Já enfrentou demissão em passsaralho, uma vez.

Minibiografia 29

2012 - Possui registro como jornalista, em 2012 tinha entre 23 e 30 anos e residia no Paraná. Branca, casada e especialista, obteve sua graduação em uma universidade Estadual. Trabalhando em 2012 de 5 a 8 horas por dia e recebendo de 3 a 4 salários mínimos, foi convidada pela empresa a juntar-se à equipe na época. Com carteira assinada e sem demais benefícios, ela trabalhava em uma microempresa privada com a função de repórter. Em geral não demonstrava nem estar satisfeita ou insatisfeita, não era sindicalizada pois não tinha interesse. Posicionava-se ideologicamente como de esquerda, e se demonstrava a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Ainda no Paraná, com 34 anos, permaneceu casada, especialista e cursava mestrado acadêmico. Posicionando-se como de centro-esquerda, disse já ter trabalhado na área mas optou por voltar a estudar. Declara que as razões que determinaram sua saída do Jornalismo, enfatizando inclusive que afetaram muito, foram: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe (oscilando entre afetou e afeta muito). Sente-se muito estressada e teve diagnóstico de estresse, já presenciou assédio, sentiu-se constrangida e assediada, enfrentou situação de assédio sexual e também presenciou situações como esta, não formalizou queixa.

Minibiografia 30

2012 - Com registro de Jornalista Profissional e Diretora de empresa Jornalística, em 2012 ela tinha entre 31 e 40 anos e residia no Mato Grosso. Branca, casada, especialista, formou-se em instituição privada e trabalhava entre 8 e 12 horas diariamente. Com um salário entre 10 a 20 salários mínimos, foi convidada a integrar o quadro de funcionários. Com carteira assinada, trabalhava em uma média empresa (90 mi). Com cargo de editora executiva passava grande parte do tempo na empresa. Sua satisfação oscilava entre Insatisfeita e Satisfeita. Era filiada ao Sindicato dos Jornalistas e posicionava-se ideologicamente alinhada à direita. Era ainda a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Com 49 anos, casada, com mestrado, posicionava-se ainda como alinhada à direita, estava empregada em 2017, mas não como jornalista. Declara que as razões que

determinaram sua saída do Jornalismo foram: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe (oscilando entre afetou e afetou muito). Não se sentia estressada no trabalho, mas recebeu diagnóstico de estresse e LER/DORT, além disso fazia uso contínuo de antidepressivos. Já presenciou assédio, sentiu-se constrangida e assediada, enfrentou situação de assédio sexual e também presenciou situações como esta, formalizou queixa. Foi demitida em passarálho e migrou para outra atividade além do Jornalismo.

Minibiografia 31

2012 - Sem registro profissional, com idade entre 18/22 e residindo em Santa Catarina, branca, solteira e especialista, formou-se em Universidade Estadual. Trabalhando até 5 horas diárias ela recebia o equivalente a um salário mínimo e conseguiu o emprego por indicação de um amigo ou colega. Trabalhava em cargo executivo, com assessoria de imprensa, executando o trabalho na empresa ou de sua própria casa. Não se considerava nem satisfeita nem insatisfeita, não conhecia o sindicato e posicionava-se ideologicamente como de Centro-Esquerda. Era a favor da exigência do diploma.

2017 - Em Santa Catarina, com 27 anos, solteira, ela obteve mestrado e estava cursando doutorado. Não se posicionava mais como de Centro-Esquerda e não assinalou nenhuma alternativa. Já trabalhou como Jornalista ou Professora de Jornalismo, mas voltou a estudar. Declara que as razões que determinaram sua saída do Jornalismo foram: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe (oscilando entre as alternativas afetou e afetou pouco). Sentia-se estressada, mas sem demais diagnósticos. Presenciou assédio, sentiu-se constrangida a ponto de definir como assédio, não tendo presenciado assédio sexual e nem sofrido tal.

Minibiografia 32

2012 - Com idade entre 23 e 30 anos, residindo no Estado do Paraná, branca, solteira, estudando em instituição privada, trabalhava até 5 horas por dia ganhando um salário mínimo. Com contrato de prestação de serviços trabalhava em uma grande empresa com renda anual de até 300 milhões. Ocupando o cargo de produtora tanto trabalhava na empresa como também em outros lugares. Em geral oscilava entre muito satisfeita e satisfeita.

Posicionava-se ideologicamente como de centro-direita, e demonstrou-se favorável à obrigatoriedade do diploma.

2017 - Residindo em São Paulo, com 30 anos e solteira, possuía especialização e não estava estudando em 2017. Seu posicionamento ideológico modificou-se para a direita, que estava empregada em 2017, mas não como Jornalista. Para ela, questões como autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe, afetaram muito em sua saída do Jornalismo. Considerava-se estressada no trabalho e teve diagnóstico de estresse, transtorno mental, LER/DORT e fazia uso de antidepressivos. Presenciou e sofreu assédio no ambiente de trabalho. Não presenciou, mas sofreu assédio sexual, sem formalizar ocorrência. Foi demitida em demissão individual, trabalhou em outra atividade fora do Jornalismo. Mudou totalmente de ramo e se sente realizada principalmente financeiramente, vê o Jornalismo como uma carreira ingrata.

Minibiografia 33

2012 - Jornalista com registro profissional, entre 23/30 anos, residente do Rio de Janeiro, branca, solteira, trabalhando em 2012 entre 8 e 12 horas e recebendo entre 4 e 5 salários mínimos, ingressou no emprego por indicação de um colega. Com carteira assinada, auxílio alimentação e transporte, trabalha em uma empresa de médio porte. Com cargo de produtora, ela oscila entre satisfeita e insatisfeita. Sem interesse pela sindicalização, ela posiciona-se ideologicamente como centro. É a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Mudou-se para a Suíça, com 29 anos, e manteve-se solteira. Obteve neste meio tempo um Mestrado, e em 2017 não estava estudando. Posiciona-se ideologicamente agora como de esquerda, e estava empregada em 2017, mas não como jornalista. Para ela, questões como autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe, afetaram em alguma medida na sua saída do Jornalismo. Sentia-se estressada, mas sem nenhum diagnóstico neste sentido. Presenciou e enfrentou questões de assédio (moral e sexual) mas não formalizou ocorrência. Trabalhava em 2017 com comunicação.

Minibiografia 34

2012 - Sem registro profissional, com idade entre 23 e 30 anos, residindo em São Paulo, branca, em uma união estável obteve sua graduação em uma Universidade Estadual. Trabalhando entre 8 e 12 horas recebia mensalmente entre 5 e 10 salários mínimos. Foi contratada em regime de CLT, obtendo benefícios como plano de saúde e vale alimentação. A empresa em questão era grande, faturando até 300 milhões por ano, seu cargo era de redatora e ela se demonstrava bastante insatisfeita. Posicionava-se ideologicamente como de esquerda e era a favor da exigência do diploma.

2017 - Em São Paulo, com 31 anos, vivendo com o parceiro, ela havia adquirido uma especialização. Posicionando-se como centro-esquerda, atua como *freelancer*, está empregada, mas não no Jornalismo. Para ela, questões como autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe, afetaram em alguma medida na sua saída do Jornalismo (oscilando entre pouco e muito). Não se sentia estressada, foi diagnosticada com transtorno mental e tomava antidepressivos. Não sentia seus esforços devidamente reconhecidos, presenciou e enfrentou questões de assédio (tendo enfrentado o moral e presenciado o sexual) mas não formalizou ocorrência.

Minibiografia 35

2012 - Registrada como Jornalista Profissional, com idade entre 31 e 40 anos, residindo em Minas Gerais, branca, casada, com especialização, graduada em universidade Federal, trabalhando de 5 a 8 horas diariamente em uma grande empresa, recebendo de 4 a 5 salários mínimos, onde entrou por indicação de amigos e/ou colega, possui contrato de prestação de serviços, recebendo vale alimentação e auxílio transporte, com cargo de editora executiva ela não demonstrava nem estar satisfeita nem insatisfeita. Filiada ao Sindicato dos Jornalistas posicionava-se como Centro. Era a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Ainda em Minas Gerais, com 37 anos e casada, especialista posicionando-se como de Centro-Esquerda, considera que questões como autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe, afetaram em alguma medida na sua saída do Jornalismo. Com um transtorno mental e tomando antidepressivos, sentia que seus esforços não eram reconhecidos.

Minibiografia 36

2012 - Com registro de Jornalista tipo 2 e em idade entre 31 e 40 anos em 2012, a respondente morava em Mato Grosso do Sul. Branca, em uma união estável, já possuía mestrado. Sua jornada de trabalho era de 8 a 12 horas por dia e ela recebia entre 2 e 3 salários mínimos. Neste trabalho ela foi indicada por um amigo/colega, que utilizava como meio contratual seu CNPJ. Na época estava lá entre 1 e 3 anos, sendo uma empresa privada nos eixos Internet/Revista e sua jornada enfrentada na maior parte do tempo em casa. Não demonstrava estar nem satisfeita nem insatisfeita. Anteriormente já havia trabalhado com assessoria de imprensa ou posições que necessitavam de habilidades aprendidas com o Jornalismo. Não filiada ao sindicato, e posicionando-se ideologicamente como de esquerda, ela era a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Morando em São Paulo, com 37 anos e ainda em uma união estável, com escolaridade a nível de mestrado, ela já havia trabalhado na área, mas agora trabalhava em outra. Para ela, os fatores que afetaram a sua saída do Jornalismo foram: remuneração, estabilidade, aumento de jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Sentia-se estressada trabalhando neste meio, foi diagnosticada com estresse, mas não tomava antidepressivos, mesmo assim sentia que seus esforços eram reconhecidos. Já presenciou assédio, mas nunca passou por tal constrangimento. Já tinha sido demitida em demissão individual, uma vez. Depois da demissão abriu uma empresa de assessoria e consultoria comunicacional. No último questionário seu último emprego era datado de 2015.

Minibiografia 37

2012 - Com registro profissional tipo 1 (profissional Jornalista) em 2012 tinha entre 18 e 22 anos. Morando no Paraná, branca e solteira, ela estudou Jornalismo em uma Universidade Estadual. Na época ela trabalhava entre 5 a 8 horas e recebia de 3 a 4 salários mínimos. Ingressou neste emprego como continuação ao estágio ou trainee, e atuava neste Jornal Impresso como freelancer. A empresa em questão era privada e grande (300 milhões ou mais de faturamento anual). Exercia função de repórter, ou no local de trabalho ou em outros locais. Em geral não estava nem satisfeita nem insatisfeita exercendo as funções de repórter e redatora. Filiada ao Sindicato dos Jornalistas, identificava-se ideologicamente como de

Centro-Esquerda, além disso ela se posicionava a favor da obrigatoriedade do diploma de Jornalista.

2017 - Ainda no Paraná, com 27 anos e em uma união estável ou vivendo com o companheiro e já havia obtido o título de mestre. Posicionando-se ideologicamente como de Esquerda, ela já tinha trabalhado como Jornalista ou professora de Jornalismo e no momento trabalhava, mas não como Jornalista. Para ela, os fatores que influenciaram em sua saída foram: remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento na jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Ela sentia-se estressada no trabalho, não tinha diagnóstico de estresse, e não tomava remédios antidepressivos. Sentia que seus esforços não eram reconhecidos, presenciou assédio, mas nunca foi assediada e não saiu demitida.

Minibiografia 38

2012 - Jornalista com registro profissional tipo 1 (Jornalista profissional), em 2012 tinha entre 23 e 30 anos. Morando em São Paulo, branca e em uma união estável, ela havia se formado em uma instituição Estadual. Trabalhando entre 8 e 12 horas por dia, ela recebia mais de 10 a 20 salários mínimos. Ela entrou neste emprego por indicação de um amigo ou colega e tinha carteira assinada. Entre os benefícios ela tinha plano de saúde e incentivo a qualificação. A empresa era privada, com tamanho médio/grande. Sua função era de Editora executiva, ela perpassava todas as etapas de criação: reportagem, redação, edição, concepção, fotografia, diagramação e design. Não filiada ao Sindicato ela posicionava-se ideologicamente como de esquerda e era a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Em 2017 ela havia mudando-se para Portugal, divorciada, com um título de Mestrado ela em 2017 estava cursando Doutorado. Ainda posicionando-se como de Esquerda, ela já tinha trabalhado na área, mas agora tinha voltado a estudar. Ela identifica os motivos de sua saída como: aumento na jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Em 2017 ela não se sentia estressada no trabalho, já tinha tido diagnóstico de estresse, não tomava remédios e sentia seus esforços reconhecidos. Nunca presenciou qualquer situação de assédio e não tinha sido demitida.

Minibiografia 39

2012 - Jornalista com registro tipo 1 (Jornalista Profissional), com idade entre 31 e 40 anos em 2012 e moradora de Santa Catarina, ela se identificou como branca, casada, com nível de escolaridade com especialização, ela tinha se formado em uma universidade Federal. Trabalhando entre 8 e 12 horas, ela recebia mais de 5 a 10 salários mínimos e entrou neste trabalho mediante a indicação de um amigo/colega. Com carteira assinada e cargo comissionado, a empresa que ela trabalhava era pública, com cargo executivo de coordenadora. Passa seu dia a dia na instituição ou em outros locais, e em geral estava satisfeita. Perpassando todas as etapas editoriais neste emprego, em outros antes ela já havia exercido funções que necessitavam de habilidades adquiridas no jornalismo, mesmo não sendo exatamente na área de atuação. Filiada ao Sindicato dos Jornalistas, ela posicionava-se ideologicamente como de Centro-Esquerda e é a favor da exigência do diploma.

2017 - Ainda em Santa Catarina, casada, com um título de Mestrado e cursando Doutorado, ela posicionava-se ideologicamente como de esquerda. Em 2017 ela informou que já tinha trabalhado como Jornalista ou professora de Jornalismo, mas naquele momento optou por voltar a estudar. Os motivos que implicaram a sua saída foram: autonomia profissional, estabilidade, possibilidade de ascensão, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Com diagnóstico de Estresse, ela também era diagnosticada com LER/DORT. Sentia que seus esforços não eram reconhecidos. Ela já tinha presenciado assédio, já foi constrangida a ponto de achar que foi assédio, não tendo presenciado situações de assédio sexual, ela também não sofreu tal. Não foi demitida, não era filiada ao Sindicato.

Minibiografia 40

2012 - Sem registro como Jornalista, com idades entre 23 e 30 anos, morando em Pernambuco, preta, solteira, graduada em Jornalismo em uma universidade Estadual, ela trabalhava em 2012 entre 5 a 8 horas por dia. Recebendo entre 2 e 3 salários ela ingressou neste emprego de forma contínua a seu estágio/trainee. Trabalhando com carteira assinada, ela tinha plano de saúde e vale ou auxílio transporte. Trabalhando primordialmente com TV, a empresa era privada, média (máximo 16 milhões) e seu cargo era de produtora. Passava o tempo entre a empresa e outros locais de trabalho. Em geral não estava nem satisfeita nem insatisfeita. Participava das etapas de edição, reportagem e concepção da pauta. Não identificou seu posicionamento ideológico. Ela ainda é a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Casada, com 29 anos e morando na Bahia, ela ainda não demonstrou seu posicionamento político. Ela já tinha trabalhado como Jornalista, mas em 2017 estava desempregada. Os motivos que ela aponta para sua saída são: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento na jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Em geral ela se sentia estressada com o trabalho e não tomava antidepressivos ou tinha outros diagnósticos. Sentia que seus esforços não eram reconhecidos, não presenciou assédio, e não sofreu nenhum tipo de assédio. Já foi demitida por demissão coletiva (passaralho) e já trabalhou em funções jornalísticas sem contrato de trabalho. Seu último emprego tinha sido em 2017.

Minibiografia 41

2012 - Jornalista com registro de tipo 2 (Jornalista, com idade entre 23 e 30 anos, residindo no Maranhão, parda, solteira, com escolaridade a nível de Mestrado, graduada em Jornalismo em uma instituição Federal, trabalhando mais de 12 horas por dia e recebendo de 4 a 5 salários mínimos, ingressou neste emprego em continuação ao estágio ou trainee. Com carteira assinada, e recebendo vale alimentação, atua neste veículo de Internet privada com porte de pequena empresa. Sua função é de Coordenadora, e em geral encontra-se satisfeita. Seu trabalho perpassa pelas funções de: reportagem, redação, edição, concepção, fotografia e cinegrafia. Posiciona-se a favor da exigência do diploma.

2017 - Residindo em Santa Catarina, com 31 anos e solteira, em 2017 ela cursava doutorado, posicionando-se como de esquerda, não estava trabalhando pois voltou a estudar. Ela indica que o que afetou sua saída foi: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade profissional, possibilidade de ascensão, aumento na jornada de trabalho, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Não respondeu a partir das perguntas de saúde e assédio. Informou ao fim que já foi demitida em demissão individual. Após a demissão trabalhou como professora de Jornalismo. Ficou até seis meses desempregada e seu último emprego até então tinha sido em 2016.

Minibiografia 42

2012 - Com registro de Jornalista Profissional e idade entre 18 e 22 anos, morando em São Paulo, branca, solteira, com superior em Jornalismo obtido em uma Universidade Privada,

trabalhava em 2012 entre 8 e 12 horas por dia, recebendo de 1 a 2 salários mínimos. Foi convidada a ingressar na empresa, que a contratou mediante contrato de prestação de serviço. Trata-se de uma revista, privada, que se enquadra como pequena empresa, com receita anual de até 16 milhões. Ocupando a função de repórter, e dividindo o tempo entre a empresa e outros locais de trabalho, ela se mostrava satisfeita e atuava nas áreas de reportagem, redação, concepção e fotografia, além de assessoria de imprensa. Sem interesse em se filiar ao sindicato, ela não se posiciona ideologicamente, e é a favor da exigência do diploma.

2017 - Com 27 anos, em uma união estável ou morando com o companheiro, ela adicionou as informações que estava desempregada, e informou que os fatores que afetaram sua carreira foram: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento na jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Tem apenas diagnóstico de estresse, apesar de não se sentir estressada trabalhando. Não sente seus esforços reconhecidos, já presenciou casos de assédio e já foi constrangida ao ponto de interpretar como assédio. Já foi demitida em demissão individual mais de uma vez, e depois disso trabalhou em outra empresa de mídia com contrato de trabalho. Teve seu último emprego (na época deste questionário) em 2017.

Minibiografia 43

2012 - Sem registro, com idade entre 18 e 22 anos, morando em Goiás, parda, solteira, cursando Jornalismo em uma instituição privada, recebendo entre um e dois salários mínimos para trabalhar de 5 a 8 horas. Entrou por indicação de um amigo, e como estagiária apenas recebe o benefício do vale transporte. Trabalhando em um veículo de Internet, privado, de porte pequeno, como repórter - tanto em casa quanto na empresa e também em outros lugares. Em geral não está satisfeita nem insatisfeita. Sua atividade diária perpassa as etapas de reportagem, redação, concepção de pauta, posiciona-se politicamente como de Centro-Esquerda e é a favor da exigência do diploma.

2017 - Ainda em Goiás, com 27 anos, solteira, ainda posicionando-se como centro-esquerda, estava empregada em 2017, mas não como Jornalista. Ela informou que os fatores que afetaram sua carreira foram: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento na jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Tem diagnóstico de Estresse e LER/DORT, Acha que seus esforços são

reconhecidos, e já presenciou e intui que sofreu assédio moral, mesmo sem ter denunciado. Ela ainda foi demitida em demissão individual uma vez. Após essa demissão trabalhou em atividades fora do Jornalismo, também já ficou de seis meses a um ano desempregada, tendo tido seu último emprego em 2012.

Minibiografia 44

2012 - Com registro profissional do tipo 2 (Jornalista), com idade entre 23 e 30 anos, moradora de São Paulo, branca, solteira, formada em uma instituição privada, trabalhando de 5 a 8 horas por dia e recebendo entre 3 e 2 salários mínimos, entrou mediante um processo seletivo. Trabalhando com carteira assinada, recebe benefícios como plano de saúde e vale transporte. O veículo em questão vincula notícias na Internet, é uma empresa privada, de porte médio, faturando até 90 milhões anualmente. Com cargo de produtora, em geral não está nem satisfeita nem insatisfeita. Trabalhando com redação, concepção e fotografia, ela não vê interesse em se sindicalizar e posiciona-se politicamente como Centro. Mostra-se a favor da exigência do diploma.

2017 - Morando em São Paulo, com 28 anos e solteira, ela adquiriu uma especialização, não informou seu posicionamento ideológico que antes era de Centro, e informou estar empregada, mas não como Jornalista. Para ela, itens que interferiram diretamente em sua saída foram: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de carga horária, exigência para um perfil multifuncional e tamanho da equipe. Com diagnóstico de estresse, fez uso de antidepressivos. Não sentia seus esforços reconhecidos e já foi constrangida a ponto de achar que foi assédio. Já foi demitida em passarálho, mais de uma vez. Após essa situação trabalhou em outro trabalho fora do Jornalismo.

Minibiografia 45

2012 - Com registro tipo 4 (diagramador), idade entre 23 e 30 anos, residindo em Santa Catarina, parda e solteira, graduou-se em uma Universidade Federal. Trabalhando entre 5 e 8 horas por dia, e recebendo entre 2 e 3 salários mínimos, ela entrou neste emprego por indicação de um amigo. Com carteira assinada e auxílio transporte, ela trabalhava em um Jornal, privado, com receita anual de até 90 milhões. Exercendo a função de diagramadora,

em geral não estava nem satisfeita nem insatisfeita. Posicionando-se politicamente como de centro-esquerda, ela é a favor da exigência do diploma.

2017 - Morando no Rio de Janeiro, com 28 anos e solteira, ela adquiriu uma especialização, posicionava-se ainda como de Centro-Esquerda, estava empregada, mas não como Jornalista. Ela informou que os fatores que afetaram sua carreira foram: autonomia profissional, remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento na jornada, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Sem diagnóstico de estresse ela sente-se estressada no trabalho jornalístico. Já presenciou e sofreu na pele assédio sexual no ambiente de trabalho, não formalizou queixa e também não foi demitida.

Minibiografia 46

2012 - Registrada como Jornalista Profissional, com idade entre 23 e 30 anos, residindo no Rio de Janeiro, preta, casada, formada em Jornalismo em uma instituição privada, trabalhou até cinco horas por dia em 2012. Recebendo um salário mínimo, foi convidada a integrar a equipe, trabalhando como freelancer. Como benefício ela recebia vale transporte. Veículo que reproduzia seu trabalho na Internet, ela trabalhava em uma instituição do terceiro setor como assessora de imprensa e estava muito satisfeita. Trabalhando com reportagem, fotografia, diagramação e assessoria de imprensa. É a favor da exigência do diploma.

2017 - Ainda no Rio de Janeiro, com 30 anos e casada, não se posicionou ideologicamente, e em 2017 estava desempregada. (Parou de responder)

Minibiografia 47

2012 - Sem registro profissional, moradora de Santa Catarina é formada em uma instituição privada, trabalhava em 2012 de 5 a 8 horas recebendo de 2 a 3 salários mínimos. Entrou neste emprego via processo seletivo, tem carteira assinada, e trabalha em um Jornal, privado, com perfil de microempresa. Repórter, está na maioria do tempo satisfeita, Recém formada, posicionava-se como Centro-Direita e é a favor do diploma.

2017 - Residindo em Santa Catarina, com 25 anos, posiciona-se agora como Centro-esquerda, estava empregada em 2017, mas não como Jornalista. Para ela, nenhum dos indicativos do

questionário afetou para sua saída, No entanto ela informa que se sentia estressada e que seus esforços não eram reconhecidos. Já presenciou cenas de assédio, no entanto nunca sofreu diretamente. Não foi demitida. Filiada ao Sindicato.

Minibiografia 48

2012 - Entre 18 e 22 anos, residindo em São Paulo, branca solteira e com ensino técnico, trabalhava em 2012 de 5 a 8 horas recebendo um salário mínimo. Ela entrou neste emprego por indicação de um colega. Com apenas um contrato de prestação de serviço, ela trabalhou em uma grande empresa que fatura até 300 milhões anualmente. Com função de repórter ela não se encontrava nem satisfeita nem insatisfeita. Não conhecia o sindicato e era a favor da exigência do diploma.

2017 - Morando em São Paulo com 26 anos e solteira, agora com ensino superior, ela ainda não se posiciona ideologicamente. Em 2017 estava empregada, mas não como Jornalista. Os fatores para a sua saída são: remuneração, estabilidade, aumento na jornada de trabalho e tamanho da equipe. Sem diagnósticos de estresse e LER/DORT ela sentia seus esforços reconhecidos e nunca presenciou nem sofreu episódios de assédio. Não foi demitida e não é filiada ao sindicato.

Minibiografia 49

2012 - Com registro de Jornalista Profissional (tipo 1), idade entre 23 e 30 anos e morando em Santa Catarina, branca, solteira, com ensino superior feito em uma instituição privada, ela trabalhava de 5 a 8 horas por dia recebendo entre 2 e 3 salários mínimos. Ingressou neste emprego em continuação ao serviço de estagiária ou trainee, com carteira assinada, plano de saúde e vale transporte, em empresa privada média, que fatura até 90 milhões ao máximo no ano. Com função de editora, estava em geral satisfeita. Sem conhecer o sindicato não se posicionou ideologicamente (marcando nenhuma das alternativas) e é a favor da exigência do diploma.

2017 - Em São Paulo, com 26 anos e solteira, ela ainda não identificou seu posicionamento ideológico. Trabalhava em 2017, mas não como Jornalista. Os itens que não interferiram em

sua saída do Jornalismo foram todos. Sem diagnóstico de estresse ou vivência em casos de assédio, ela sentia seus esforços reconhecidos dentro da profissão.

Minibiografia 50

2012 - Com registro de Jornalista Profissional, idade entre 31 e 40 anos e morando no Ceará, parda, solteira e com superior em instituição privada, trabalhando até cinco horas por dia, ela recebia entre 1 e 2 salários mínimos, onde entrou por indicação de um colega. Contratada na modalidade de freelancer (prestadora de serviço), trabalhava em uma microempresa privada. Exercendo a função de editorialista, trabalhando de casa, em geral demonstra-se nem satisfeita nem insatisfeita com o seu trabalho. Posiciona-se como de esquerda, não é filiada ao sindicato e é a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Ainda no Ceará, com 38 anos e solteira, não se posicionava mais ideologicamente, em 2017 estava empregada, mas não como Jornalista. Todos os indicativos afetaram em alguma medida sua saída do Jornalismo. Além disso, ela também tinha diagnóstico de LER/DORT. Já presenciou assédio moral e sexual. Não foi demitida,

Minibiografia 51

2012 - Com registro de Jornalista profissional de tipo 1 (Jornalista profissional), com idade entre 23 e 30 anos e residindo em Santa Catarina, branca solteira, com uma especialização, graduada em universidade particular, trabalhando de 5 a 8 horas e recebendo entre 3 e 4 salários mínimos. Ela entrou no trabalho por uma seleção realizada pelo próprio contratante, com carteira assinada, ela recebe vários benefícios - como: plano de saúde, vale alimentação, plano previdenciário, e participação e incentivo a qualificação. Esta empresa consiste em um Jornal, privado, que se enquadra como Grande Empresa. Com função de Repórter, ela está satisfeita. Perpassando lá, as etapas de redação, reportagem, edição, concepção, fotografia, cinegrafia, design e diagramação. Filiada ao Sindicato dos Jornalistas, ela define-se ideologicamente como de Centro-Esquerda. Demonstra-se a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Ainda em Santa Catarina, com 29 anos e casada, em uma união estável/vivendo com o companheiro, com uma especialização, posicionando-se ideologicamente como de esquerda,

estava empregada em 2017, mas não como Jornalista. Todos os índices explorados no questionário afetaram para sua saída. Sem qualquer diagnóstico quanto a estresse ou LER/DORT ela sentia que seus esforços eram reconhecidos. Já passou por passarlho uma vez, após essa demissão trabalhou fora do Jornalismo. É filiada ao Sindicato dos Jornalistas. No fim questionou o motivo da pesquisa não perguntar se o profissional optou por empreender.

Minibiografia 52

2012 - Com registro de Jornalista Profissional, idade entre 31 e 40 anos, residindo em São Paulo, branca, casada, com uma especialização e graduada em uma instituição privada, ela trabalha de 8 a 12 horas por dia e recebe entre 4 e 5 salários mínimos. Ingressou neste emprego em continuação ao estágio ou trainee. Com carteira assinada, recebe vários benefícios - como: plano de saúde, vale alimentação, plano previdenciário, e participação e incentivo a qualificação. Trabalha em um Jornal/Revista privado de porte médio, como repórter e em geral não está nem satisfeita nem insatisfeita. Não é filiada ao sindicato e não informou seu posicionamento político. É a favor da exigência do diploma.

2017 - Em 2017, com 36 anos, casada e residindo em São Paulo, ela tinha obtido um Mestrado profissional (cursava), e ainda não indicava seu posicionamento ideológico. Indicou como motivo de sua saída ter voltado a estudar, no entanto todos os motivos indicados no questionário de alguma maneira afetam sua saída do Jornalismo. Ela indicou que se sentia estressada no trabalho, que tinha diagnóstico de estresse e transtorno mental, que tinha também LER/DORT e que tomava antidepressivo. Sentia ainda que seus esforços não eram reconhecidos. Já presenciou assédio, já foi assediada, já presenciou assédio sexual e também já foi assediada sexualmente, no entanto não formalizou queixa. Foi demitida em demissão individual uma vez e depois disso trabalhou informalmente em uma empresa de mídia.

Minibiografia 53

2012 - Jornalista com registro profissional, com idade entre 41 e 50 anos, residindo no Rio Grande do Sul, parda, solteira, com superior em Jornalismo por uma instituição privada. Trabalhando de 5 a 8 horas, recebendo de 2 a 3 salários, ingressou neste trabalho (Grande empresa 300 milhões) por indicação de um colega. Com carteira assinada, recebendo auxílio

transporte. Repórter, estava em geral muito satisfeita. Não é filiada ao sindicato, posiciona-se como de Centro- Esquerda, e é a favor da exigência do diploma.

2017 - Com 49 anos, solteira ainda morando no Rio Grande do Sul, posicionando-se como de Centro-Esquerda, estava empregada em 2017, mas não como Jornalista, Todos os indicativos apontados no questionário interferiram em alguma medida em sua saída. Sentia-se estressada no trabalho e tinha LER/DORT. Sentia que seus esforços eram reconhecidos, já tinha presenciado situações de assédio e sentiu-se assediada, mas não formalizou denúncia. Já foi demitida em passarlho e após isso continuou em funções da mídia, só que sem contrato. Continuou filiada ao Sindicato dos Jornalistas.

Minibiografia 54

2012 - Jornalista profissional, com idade entre 41 e 50 anos, residindo em Santa Catarina, branca, solteira, com uma especialização, graduada em uma Universidade Federal, trabalhando entre 8 e 12 horas e recebendo entre 3 e 4 salários mínimos, entrou por intermédio de um colega. Com carteira assinada e recebendo auxílio transporte, ela trabalhava em um veículo de internet, privado, de tamanho médio (recebendo até 90 milhões anualmente). Com função de editora estava em geral satisfeita com seu trabalho. Filiada ao Sindicato dos Jornalistas, posicionando-se ideologicamente como Centro-Esquerda, ela se diz a favor da exigência do diploma.

2017 - Em Santa Catarina, com 53 anos e solteira, especializada e ainda posicionando-se como Centro-Esquerda, ela estava empregada em 2017, mas não como Jornalista. Para ela, todos os índices indicados no questionário motivaram sua saída do Jornalismo. Não respondeu as questões quanto a assédio e diagnósticos de saúde. Foi demitida em passarlho uma vez, depois disso trabalhou fora do Jornalismo, informou como observação que algumas alternativas precisam ser múltiplas pois algumas pessoas trabalham e estudam.

Minibiografia 55

2012 - Registrada como Jornalista Profissional, com idade entre 41 e 50 anos e residindo na Austrália, branca, casada e com Mestrado, ela se formou em Jornalismo em uma instituição privada. Trabalhando 5 horas por dia e recebendo um salário mínimo, ela conseguiu o

emprego entrando em contato com a publicação e oferecendo seus serviços como freelancer. O veículo em questão é uma revista, fomentada por Ong's ou demais componentes do terceiro setor. Sendo repórter fotográfica, em geral não está nem satisfeita nem insatisfeita. Posiciona-se ideologicamente como de esquerda, e é a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Com 48 anos, casada, ainda na Austrália, cursando Doutorado, sem apontar seu posicionamento político. Aponta que saiu do Jornalismo pois voltou a estudar. Todos os pontos do questionário indicados como motivos de saída da profissão a afetaram em alguma medida, com diagnóstico de estresse, doença mental, LER/DORT, não tomando antidepressivos, sentia que seus esforços não eram reconhecidos. Já tendo presenciado assédio, e sendo constrangida a ponto de achar que foi assédio, ela já presenciou questões de assédio sexual, tendo já sofrido o mesmo sem formalizar queixa. Por fim ela faz um adendo, informando que gostaria de mais profundidade nas questões de mulheres que saem do Brasil e também quanto aos assédios.

Minibiografia 56

2012 - Sem registro de Jornalista Profissional, com idade entre 23 e 30 anos, moradora do Rio Grande Sul, parda, solteira com superior realizado em uma instituição Federal, ela trabalha entre 5 e 8 horas por dia. Recebendo um salário mínimo, ingressou no emprego atual pois abriu uma empresa, que media sua atuação como freelancer. Trabalhando em um veículo que engloba Internet/Jornal/Revista/Agência de notícias, sendo está uma empresa do terceiro setor (ong), no entanto grande e com renda anual acima de 300 milhões, ela está em geral muito satisfeita. Posiciona-se ideologicamente como de esquerda, e é a favor da formação como Jornalista para o mercado de trabalho.

2017 - Morando no Rio de Janeiro, com 28 anos e solteira, com um mestrado e cursando doutorado, posicionou-se ideologicamente como de extrema esquerda. Ela informa que no momento estava desempregada, e que todas as questões apontadas no questionário afetaram sua saída. Estressada no trabalho, com diagnóstico de estresse, sem transtorno mental, com LER/DORT, tomando antidepressivos, sentia que seus esforços eram reconhecidos na profissão. Já presenciou e sofreu assédio sexual em ambiente de trabalho, não formalizou queixa e não foi demitida.

Minibiografia 57

2012 - Jornalista profissional, radialista, com idade entre 31 e 40 anos, morando no Distrito Federal, parda, em uma união estável, com uma especialização e graduada em uma instituição privada, ela trabalha de 5 a 8 horas por dia e recebe entre 10 a 20 salários mínimos. Ingressou neste emprego por meio de um concurso público, atua então em regime de servidora pública, onde recebe plano de saúde, auxílio transporte e auxílio creche e ainda um incentivo a qualificação. Com função de editora ela não está nem satisfeita nem insatisfeita. Filiada ao Sindicato de Jornalistas e também a um de outra categoria, não se posicionou ideologicamente e é a favor da exigência do diploma.

2017 - Ainda no Distrito Federal, casada, especializada, posicionando-se ideologicamente como de Centro-Direita, estava empregada em 2017, mas não como Jornalista. Para ela autonomia profissional afetou pouco em sua saída do Jornalismo, remuneração afetou muito, outros benefícios, tamanho da equipe e possibilidade de ascensão também. Estressada no trabalho e com diagnóstico de estresse. Além disso, ela tinha diagnóstico de LER/DORT e tomava antidepressivos. Já presenciou assédio, não foi constrangida a ponto de interpretar como assédio, mas já sofreu e presenciou assédio sexual, no entanto não formalizou queixa. Não foi demitida.

Minibiografia 58

2012 - Com registro indicado como outro (Pauteira), idade entre 23 e 30 anos, residindo em São Paulo, parda, solteira, especializada, graduada em uma instituição privada, trabalhando entre 5 a 8 horas por dia, recebendo entre 5 e 10 salários mínimos, ingressou neste emprego como continuação de estágio ou trainee. Com carteira assinada e benefícios como - plano de saúde, auxílio transporte, auxílio alimentação, trabalha em uma TV pública, estadual executiva, na função de pauteira. Em geral não está nem satisfeita nem insatisfeita. Sem responder quanto a seu posicionamento ideológico, é a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Com 30 anos, morando em São Paulo, solteira, posicionava-se ideologicamente como de Centro-Direita, estava empregada em 2017 mas não como Jornalista. Para ela, remuneração, benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão multifuncionalidade e tamanho da equipe afetaram sua saída do Jornalismo. Sentia-se estressada no trabalho, tinha

diagnóstico de estresse e tomava antidepressivos. Sentia que seus esforços eram reconhecidos. Presenciou assédio e já sofreu assédio sexual, não formalizou ocorrência. Já foi demitida em passarelho, e após este fato trabalhou em atividades fora do Jornalismo. É filiada ao sindicato.

Minibiografia 59

2012 - Registrada como Jornalista profissional, com idade entre 23 e 30 anos e residindo em São Paulo, branca e solteira, com escolaridade à nível de Mestrado, ela havia se graduado em uma instituição privada. Trabalhando de 5 a 8 horas por dia, e recebendo entre 3 e 2 salários mínimos e era contratada como prestadora de serviços (freelancer). A empresa em questão é privada com perfil de microempresa. A repórter, na maioria do tempo, não estava nem satisfeita nem insatisfeita. Ela é ainda a favor da exigência do diploma.

2017 - Com 32 anos, ainda em São Paulo e casada, posicionando-se ideologicamente como de Centro-direita, estava desempregada em 2017. Para ela, o que culminou em sua saída do Jornalismo foram os fatores: autonomia profissional, remuneração, oferta de outros benefícios, possibilidade de ascensão e tamanho da equipe. Não respondeu as demais perguntas.

Minibiografia 60

2012 - Com registro de tipo 2, idade entre 23 e 30 anos, morando no Paraná, branca, solteira, com superior em Jornalismo obtido em uma universidade Federal, recebendo entre 3 e 4 salários, entrou neste emprego via processo seletivo. Com carteira assinada, benefícios como plano de saúde, vale alimentação e auxílio de transporte. Trabalhando em uma empresa privada, de porte médio, e em geral estava muito satisfeita. Posicionando-se ideologicamente como esquerda, é a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Morando em Pernambuco, com 29 anos e solteira, em 2017 estava cursando Doutorado. Posicionando-se como de esquerda, e informou que sua saída do Jornalismo foi para voltar a estudar. Outras questões também a influenciaram, como remuneração, autonomia, outros benefícios, estabilidade e oportunidades de ascensão. Não respondeu questões de saúde e assédio.

Minibiografia 61

2012 - Sem registro profissional, e idade entre 23 e 30 anos, residindo em Tocantins, branca, solteira, apenas com ensino médio, trabalhando de 5 a 8 horas por dia e recebendo entre 2 a 3 salários mínimos. Entrou neste emprego via processo seletivo, obteve carteira assinada e alguns benefícios, como plano de saúde e vale alimentação. A empresa em questão era privada e de porte grande, onde ela exercia a função de repórter. Em geral ela estava muito satisfeita, Ainda não era filiada ao sindicato por ainda não ter diploma. Posiciona-se a favor a exigência do diploma.

2017 - Morando em Goiás com 30 anos e casada, cursando um doutorado, posicionando-se como de centro-esquerda, estava empregada em 2017, mas não como Jornalista. Todas as possibilidades apontadas no questionário afetaram em alguma medida para a sua saída. Sentindo-se estressada, com diagnóstico de estresse, transtorno mental e LER/DORT, ela não sente seus esforços reconhecidos no Jornalismo. Ela ainda informa que se sentiu assediada, presenciou assédio, mas não formalizou queixa. Por fim informa que o que a fez optar pela docência foi justamente o corriqueiro assédio moral ignorado por chefes que viam este fator como parte do “pacote”, explica ainda que não formalizou denúncia por medo de retaliação.

Minibiografia 62

2012 - Com registro de jornalista profissional, idade entre 23 e 30 anos e morando no Distrito Federal, branca, solteira, com graduação realizada em uma Universidade Federal, trabalhava em 2012 entre 8 e 12 horas recebendo entre 4 a 5 salários mínimos. Entrou neste emprego via processo seletivo, com carteira assinada, plano de saúde e vale alimentação. A empresa em questão é privada e enquadra-se no perfil de microempresa. Ela exercia a função de repórter e em geral estava satisfeita. Posiciona-se ideologicamente como de centro-esquerda e é contra a exigência de diploma.

2017 - Com 28 anos, solteira, ainda residindo no Distrito Federal, posicionando-se agora como de esquerda, em 2017 esteve desempregada. Para ela, todos os itens indicados no questionário afetaram em alguma medida sua saída. Sentindo-se estressada no trabalho, mas sem qualquer diagnóstico apontado, sentia que seus esforços eram reconhecidos. Não

presenciou assédio, mas já se sentiu assediada inclusive sexualmente, tendo formalizado queixa. É filiada ao Sindicato dos Jornalistas, e fez uma observação ao fim que está desempregada por opção, pois tirou um ano sabático.

Minibiografia 63

2012 - Com idade entre 18 e 22 anos, residindo no Rio de Janeiro, branca, solteira, com superior em uma Universidade Federal. Trabalhando entre 8 a 12 horas e recebendo um valor mensal entre 5 a 10 salários mínimos, trabalho onde entrou em continuação ao estágio/trainee. Com carteira assinada, ela tem plano de saúde, vale alimentação, plano de previdência, participação nos lucros, e auxílio transporte. Ela atuava como repórter, e posicionou-se como de esquerda, a favor da exigência do diploma.

2017 - Com 27 anos, solteira no Rio de Janeiro, ainda posicionando-se como de esquerda, em 2017 ela estava empregada, mas não como jornalista. Os fatores que influenciaram em sua saída foram as questões de multifuncionalidade e tamanho da equipe. Sem diagnóstico de estresse ou LER/DORT, ela faz uso de antidepressivos. Sente que seus esforços são sim reconhecidos. Respondeu sim para todas as questões de assédio/assédio sexual.

Minibiografia 64

2012 - Sem registro como Jornalista, com idade entre 18 e 22 anos, residindo em São Paulo, parda, solteira, graduada em uma instituição privada, trabalhava de 5 a 8 horas recebendo apenas um salário mínimo. Ela entrou neste trabalho enviando um currículo e sendo chamada para entrevista. Com carteira assinada, ela recebe auxílio transporte, sendo a empresa em questão privada, de porte pequeno. Exercendo função de repórter, está em geral satisfeita. É a favor da exigência do diploma.

2017 - Com 25 anos, residindo em São Paulo, em uma união estável ou vivendo com o companheiro, sem identificar seu posicionamento ideológico, estava desempregada em 2017. Ela indica que todos os fatores apresentados no questionário afetaram em alguma medida a sua saída do Jornalismo. Com diagnóstico de estresse e transtorno mental ela faz uso de antidepressivos. Sem responder se sente seus esforços reconhecidos ou não, responde ainda que já presenciou e sofreu assédio, inclusive sexual, sem formalizar queixa.

Minibiografia 65

2012 - Com registro de Jornalista Profissional, entre 23 e 30 anos, residindo no Rio Grande do Sul, branca, solteira, graduada em uma instituição privada, ela trabalhava em 2012 até 5 horas por dia, recebendo entre 1 e 2 salários mínimos. Ela entrou neste trabalho por meio de um processo seletivo realizado pelo contratante. Com carteira assinada, recebendo vale alimentação e auxílio transporte, a empresa em questão era privada e de porte médio. Com função de repórter, não estava nem satisfeita nem insatisfeita. Era a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Ainda no Rio Grande do Sul, com 30 anos, em uma união estável/vivendo com o companheiro, ela não respondeu seu posicionamento ideológico de 2017, ela esteve desempregada em 2017. Sem responder às motivações da saída do jornalismo, ela também não indicou nenhum diagnóstico de doenças relacionadas ao trabalho. Ela indica ainda que já sofreu e presenciou assédio, sem formalizar queixa.

Minibiografia 66

2012 - Com registro de repórter fotográfica, com idade entre 23 e 30 anos, residindo no Rio de Janeiro, branca, solteira, com superior realizado em uma instituição privada, trabalhando entre 8 e 12 horas por dia e recebendo entre 2 e 3 salários o processo seletivo foi realizado pelo contratante. Com carteira assinada, tendo plano de saúde, vale alimentação e auxílio transporte. A empresa em questão é privada e de porte médio. Atuando como repórter fotográfica, em geral demonstra estar satisfeita. Filiada ao sindicato dos jornalistas, ela é a favor da exigência do diploma.

2017 - Com 34 anos, solteira, posicionando-se ideologicamente como de esquerda, estava empregada em 2017, mas não como Jornalista. (não respondeu as demais perguntas).

Minibiografia 67

2012 - Sem registro profissional, entre 23 e 30 anos, residindo em Goiás, branca, solteira, graduada em instituição privada, com escolaridade a nível de mestrado, trabalhando entre 8 e

12 horas e recebendo entre 4 a 5 salários mínimos. Ela entrou via processo seletivo realizado pelo contratante, possuía carteira assinada, em empresa privada média-grande. Exercendo função de assessora de imprensa, em geral está muito insatisfeita. Posicionando-se como de extrema esquerda, e é a favor da exigência do diploma.

2017 - Residindo em Goiás, com 28 anos e solteira, com uma especialização, se posicionava como anarquista em 2017. Estava empregada neste ano, mas não como Jornalista. Para ela as questões de benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de carga-horária, multifuncionalidade profissional e tamanho da equipe afetaram sua saída. Estressada no trabalho e com LER/DORT. Não sentia seus esforços reconhecidos. Ela também já presenciou assédio sexual e moral e já se sentiu constrangida no ambiente do trabalho, sem formalizar denúncia. Já foi demitida individualmente uma vez tendo trabalhado em atividade fora do jornalismo após o ocorrido.

Minibiografia 68

2012 - Com registro de Jornalista profissional, idade entre 18 e 22 anos, residindo no Rio de Janeiro, branca, solteira, graduada em uma instituição privada, trabalhando de 5 a 8 horas por dia e recebendo entre 3 e 4 salários mínimos, ingressou nesta vaga em continuação a estágio/trainee. Com carteira assinada, recebendo benefícios como plano de saúde, auxílio transporte, vale alimentação, plano previdenciário e participação nos lucros. A empresa em questão é privada, de grande porte, onde ela ocupa a função de Editora, em geral ela demonstra estar satisfeita. Não revela seu posicionamento ideológico, e é a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Em 2017 ela estava morando na Austrália, tinha 27 anos e estava em uma união estável/morando com o companheiro. Com posicionamento político de centro-esquerda, ela estava empregada em 2017, mas não como Jornalista. As opções do questionário que auxiliaram para sua saída do Jornalismo foram: possibilidade de ascensão, aumento na carga horária, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Ela sentia-se estressada no trabalho e tinha diagnóstico de LER/DORT. Sentia também que seus esforços eram reconhecidos. Filiada ao Sindicato dos Jornalistas, ela adiciona que trabalhou por 4 anos como Jornalista no Brasil, mas que na Austrália trabalha como consultora de redes sociais.

Minibiografia 69

2012 - Com registro de Jornalista, idade entre 31 e 40 anos, residindo em São Paulo, branca, solteira, com especialização, graduada em uma Universidade Privada, trabalhando entre 8 e 12 horas e recebendo entre 3 e 4 salários, era contratada como prestadora de serviços. Recebia como benefício auxílio alimentação e plano odontológico. Com função de assessora e de repórter em uma microempresa, em geral demonstrava estar muito insatisfeita, posiciona-se ideologicamente como de direita. É a favor da exigência do diploma.

2017 - Morando em São Paulo, com 36 anos e solteira, especializada, disse que não se posiciona ideologicamente com nenhuma das alternativas. Esteve empregada em 2017, mas não como Jornalista, para ela, itens do questionário que auxiliaram em sua saída foram: remuneração, outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão. Sentia-se estressada no ambiente de trabalho, tinha diagnóstico de estresse e de LER/DORT, e não sentia que seus esforços eram reconhecidos. Já presenciou e sofreu assédio, mas não presenciou ou sofreu assédio sexual.

Minibiografia 70

2012 - Com registro de Jornalista Profissional, atuando como repórter fotográfica, idade entre 23 e 30 anos e residindo no Paraná, branca, solteira, com superior em Jornalismo realizado em uma instituição privada, trabalhando de 5 a 8 horas por dia, ela recebe mais de 1 a 2 salários mínimos, entrou neste emprego via processo seletivo. Com contrato de prestação de serviço, a instituição empregadora pertence ao terceiro setor. Exerce ainda função de âncora e produtora, e em geral demonstrava estar insatisfeita. Posicionava-se politicamente como centro, e era a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Com 33 anos, solteira, morando no Paraná, posicionando-se como de centro-esquerda, estava empregada em 2017, mas não como Jornalista. Todas as opções que levaram ela a sair do Jornalismo a afetaram em alguma medida. Sentia-se estressada no trabalho, tinha diagnóstico de estresse, transtorno mental e LER/DORT. Não sentia que seus esforços eram reconhecidos, já presenciou e julgou ter sido assediado, mas não presenciou nem sofreu assédio sexual. Já foi demitida em passarlho (uma vez), e após este fato trabalhou em funções jornalísticas fora da mídia com contrato de trabalho.

Minibiografia 71

2012 - Com registro de Jornalista profissional, idade entre 23 e 30 anos, residindo na Bahia, branca, solteira, graduada em uma Universidade Federal, trabalhando de 5 a 8 horas por dia, recebendo mais de 3 a 4 salários mínimos, entrou neste trabalho por meio de processo seletivo realizado pelo contratante. Com carteira assinada, recebendo vale alimentação e com participação nos lucros ou resultados da empresa, enquadrando-se como privada e de grande porte. Exercendo função de repórter, oscilava entre satisfeita e insatisfeita. Filiada ao Sindicato dos Jornalistas, posicionava-se ideologicamente como de centro-direita e era favorável à obrigatoriedade do diploma.

2017 - Ainda na Bahia, com 33 anos e casada, posicionava-se ideologicamente como “liberal”, estava empregada, mas não como Jornalista, tendo como fatores que culminaram em sua saída: remuneração, outros benefícios, estabilidade e possibilidade de ascensão. Sem nenhum diagnóstico de problemas relacionados ao trabalho de um jornalista e sem presenciar ocorrências de assédio, mas tendo sofrido com um (ou mais) episódios de assédio sexual (sem formalizar ocorrência) ela sentia que seus esforços eram devidamente reconhecidos. Já foi demitida por passaralho uma vez, e depois disso trabalhou fora da mídia.

Minibiografia 72

2012 - Sem registro de Jornalista, tinha entre 23 e 30 anos e morava no Paraná, branca, em uma união estável, graduou-se em uma universidade privada. Trabalhando até 5 horas por dia, recebendo entre 3 e 4 salários mínimos, ingressou neste emprego pois foi convidada. Com carteira assinada, não recebe nenhum benefício. Ela trabalhava em uma TV do terceiro setor, com função de repórter, e não estava nem satisfeita nem insatisfeita. Posiciona-se ideologicamente como de direita e é a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Ainda no Paraná, com 30 anos e solteira, não definiu seu posicionamento ideológico, estava desempregada em 2017 e apenas a remuneração não afetou sua saída do Jornalismo dentre as opções indicadas do questionário. Sentia-se estressada no trabalho e tinha diagnóstico de estresse. Já presenciou assédio no ambiente de trabalho (não formalizou

queixa), e já foi demitida em demissão individual uma vez. É filiada ao Sindicato dos Jornalistas.

Minibiografia 73

2012 - Com registro de Jornalista profissional, idade entre 23 e 30 anos, residindo no Piauí, branca, solteira, com superior realizado em uma Universidade Estadual, ela trabalha até 5 horas por dia e recebe mais de dois a três salários mínimos. Ingressou neste emprego por meio de processo seletivo. Sem carteira assinada ela recebe apenas um auxílio financeiro quanto ao transporte. A empresa em questão é privada e enquadra-se como microempresa. Exercendo a função de repórter, ela está em geral insatisfeita. Informou ter vontade de se filiar ao sindicato, mas que existem alguns empecilhos uma vez que ela não trabalha com carteira assinada. Posiciona-se ideologicamente como liberal, e é a favor da exigência do diploma.

2017 - Ainda no Piauí, com 29 anos e em uma união estável, ela estava fazendo seu Mestrado Acadêmico em 2017. Posicionando-se ideologicamente como de esquerda, estava fora do mercado de trabalho, pois decidiu voltar a estudar. Outros fatores a fizeram optar por este caminho, sendo eles: autonomia profissional, estabilidade, possibilidade de ascensão, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Ela sentia-se estressada no trabalho e tomava antidepressivos. Ela não sentia que seus esforços eram reconhecidos, já presenciou assédio, já foi constrangida a ponto de interpretar como assédio, já presenciou assédio sexual e também já sofreu, mas não formalizou queixa. Já foi demitida em demissão individual mais de uma vez, após isso abriu ou integrou uma empresa ou iniciativa jornalística independente.

Minibiografia 74

2012 - Com registro de jornalista profissional, ela tinha em 2012 entre 23 e 30 anos e residia no Espírito Santo. Preta, solteira, graduada em Jornalismo em uma instituição privada, trabalhava entre 8 e 12 horas por dia, recebendo mais de 2 a 3 salários mínimos. Ela foi convidada a ingressar neste emprego, onde tinha carteira assinada, mas, no entanto, não recebia nenhum benefício. A empresa privada em questão enquadra-se como grande. Lá ela exerceu a função de repórter, e em grande maioria ela estava insatisfeita. Filiada ao sindicato dos jornalistas, não explicitou seu posicionamento ideológico. É a favor da exigência do diploma.

2017 - Residindo no Espírito Santo, com 33 anos e solteira, ela adquiriu uma especialização entre as respostas do primeiro questionário e as novas questões de 2017. Não respondeu seus posicionamentos ideológicos, esteve empregada em 2017, mas não como jornalista. Para ela todas as opções indicadas no questionário afetaram sua saída do Jornalismo. Sentia-se estressada no ambiente de trabalho, tinha diagnóstico de estresse e tomava antidepressivos. Não sentia seus esforços reconhecidos, já presenciou e já sofreu assédio, e já foi demitida em demissão individual mais de uma vez. Após isso trabalhou em atividades fora do jornalismo.

Minibiografia 75

2012 - Com registro de jornalista profissional, com idade entre 41 e 50 anos, morando no Rio de Janeiro, branca, solteira, com superior obtido em uma Universidade Federal, ela trabalhava em 2012 entre 8 e 12 horas por dia, recebendo mais que 4 a 5 salários mínimos (em sua própria empresa, depois reitera que prestava serviços como freelancer para uma empresa privada de porte grande), com função de repórter, ela não estava nem satisfeita nem insatisfeita. Filiada ao Sindicato dos Jornalistas, ela informa que é filiada ao PCdoB, adicionando em seguida que é de extrema esquerda. É a favor da exigência do diploma.

2017 - Residindo no Rio de Janeiro, com 54 anos, solteira, com escolaridade a nível de Mestrado (estava em 2017 cursando Mestrado acadêmico). Ainda posicionando-se como de extrema esquerda, ela já havia trabalhado como jornalista, mas em 2017 estava desempregada. Todas as opções dadas pelo questionário afetaram em sua saída. Ela sentia-se estressada no trabalho e tinha LER/DORT. Além disso, ela já tinha presenciado e sofrido assédio, inclusive sexual, mas não formalizou queixa. Já foi demitida por demissão individual uma vez, e depois disso abriu ou integrou uma iniciativa independente.

Minibiografia 76

2012 - Com registro de Jornalista é Jornalista profissional, em 2012 ela tinha entre 23 e 30 anos, morava em Santa Catarina, branca, solteira, com superior em Jornalismo em uma instituição privada, trabalhava entre 5 e 8 horas recebendo mais que 3 a 4 salários mínimos. Ela conseguiu este emprego por indicação de um colega. Com carteira assinada, recebendo vale alimentação e vale transporte, trabalhava em uma empresa privada de média para grande.

Com função de repórter, ela estava em geral satisfeita. Posicionando-se como de esquerda é favorável à exigência do diploma.

2017 - Mudou-se para a Irlanda, com 31 anos e casada, e lá estava fazendo mestrado acadêmico. Ainda posicionando-se como de esquerda, saiu do jornalismo para estudar. (Não respondeu às demais questões)

Minibiografia 77

2012 - Sem registro de jornalista profissional, com idade entre 23 e 30 anos, parda, solteira, graduada na área de “Eventos, turismo e afins” no Rio Grande do Norte, trabalhava em uma agência de notícias. Formada em uma instituição federal, trabalhando até 5 horas por dia, recebendo menos que um salário mínimo. Ela entrou neste emprego (estágio) por meio de processo seletivo, O emprego em questão era em uma agência de notícias pública, onde ela atuava como assessora de imprensa, e estava em geral satisfeita. É a favor da exigência do diploma.

2017 - Com 35 anos, ainda morava no Rio Grande do Norte, solteira, em 2017 apenas estudava. Indicou que a crise afetou em todas as dimensões do trabalho, disse ter LER/DORT, não presenciou qualquer tipo de assédio, foi demitida em passarálho uma vez, ficou desempregada de 1 a 2 anos, último trabalho havia sido em 2016.

Minibiografia 78

2012 - Sem registro como jornalista profissional, residindo em São Paulo, branca, solteira, com superior em jornalismo em uma instituição privada, trabalha entre 8 e 12 horas por dia, recebendo mais do que 1 a 2 salários mínimos. Ingressou neste trabalho pois foi convidada. Lá ela tinha carteira assinada, mas nenhum benefício. A empresa em questão é privada e enquadra-se como microempresa. Lá ela estava em suma muito satisfeita. Não respondeu qual é seu posicionamento ideológico, e é a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Ainda em São Paulo, com 26 anos e em uma união estável, ela ainda não respondia seu posicionamento ideológico. Empregada, mas não como Jornalista, ela indica que os fatores que a retirou do Jornalismo foram pautados, dentre muitas subjetividades, em: remuneração,

outros benefícios, estabilidade, possibilidade de ascensão, aumento de carga horária e tamanho da equipe. Sentindo-se estressada no trabalho, com diagnóstico de LER/DORT ela não sentia que seus esforços eram reconhecidos no ambiente de trabalho. Tendo presenciado assédio, sendo constrangida a ponto de interpretar como assédio, tendo presenciado situações de assédio sexual, e já sofrido assédio sexual, sem realizar queixa formal.

Minibiografia 79

2012 - Com registro provisionado, idade entre 23 e 30, residindo no Distrito Federal, parda, solteira, com superior realizado em instituição privada, trabalhando entre 8 e 12 horas, e recebendo mais que 2 ou 3 salários mínimos. Entrou neste emprego por intermédio de um processo seletivo. Lá ela tinha carteira assinada, e recebia auxílio transporte. A empresa em questão é privada, com porte de microempresa. Lá ela não estava nem satisfeita nem insatisfeita. Ela responde ainda que seu posicionamento ideológico tem um viés de esquerda, mas que ela não concorda com todas as pautas e posicionamentos dos partidos. É a favor da exigência do diploma.

2017 - Ainda no Distrito Federal, com 29 anos e solteira, especializada, com posicionamento de esquerda, estava desempregada em 2017. Todas as possibilidades para a saída do jornalismo sugeridas no questionário influenciaram de alguma forma sua saída. Ela informou ainda que se sentia estressada no trabalho, que tinha diagnóstico de estresse e de transtorno mental, que tinha LER/DORT e que tomava antidepressivos. Não sentia que seus esforços eram reconhecidos no ambiente de trabalho. Já presenciou casos de assédio, já sofreu assédio, presenciou situações de assédio sexual, já sofreu assédio sexual, mas não formalizou queixa. Foi demitida em demissão individual uma vez, depois disso trabalhou em funções jornalísticas fora da mídia sem contrato de trabalho. Ao fim ela adiciona que não trabalha mais apenas como jornalista, e que migrou também para o Marketing.

Minibiografia 80

2012 - Registrada como jornalista profissional, com idade entre 23 e 30 anos, morando em Minas Gerais, branca, solteira, especializada, graduada em uma instituição privada, trabalhando em 2012 entre 8 e 12 horas e recebendo mais que 3 e 4 salários mínimos. Concursada (Concurso Público), recebe vale alimentação, cargo municipal, executivo, e em

grande maioria estava muito insatisfeita. Posicionando-se ideologicamente como de extrema direita. Posiciona-se a favor do diploma.

2017 - Ainda em Minas Gerais, com 33 anos, posicionando-se como de centro-direita, estava empregada em 2017, mas não como jornalista. Para ela, os fatores apontados no questionário que afetaram em alguma medida sua saída, foram: possibilidade de ascensão, aumento de carga horária, multifuncionalidade e tamanho da equipe. Ela não via o trabalho como fonte de seu estresse, tinha diagnóstico de estresse e de doença mental e tomava antidepressivos. No trabalho ela sentia que seus esforços eram reconhecidos. Ela já tinha presenciado casos de assédio. Já tinha sido demitida uma vez em demissão individual e depois dessa demissão trabalhou em outra empresa de mídia com contrato de trabalho. Ela acrescentou ao fim que não se considera mais jornalista apesar da formação, em 2017 ela estava no mercado publicitário e se reconhecia muito mais.

Minibiografia 81

2012 - Sem registro como jornalista profissional, entre 18 e 22, residindo no Rio Grande do Sul, branca, solteira, com superior em uma instituição federal, trabalhando de 5 a 8 horas e recebendo entre 2 e 3 salários mínimos. Entrou neste emprego em continuação á seu estágio/trainee. Com carteira assinada e sem receber nenhum benefício. A empresa em questão era pequena e privada, lá ela exercia função de repórter, e parecia estar bastante satisfeita. Não assinalou nenhuma alternativa quanto ao posicionamento ideológico. É a favor da exigência do diploma.

2017 - Residindo no Rio Grande do Sul, com 27 anos e em uma união estável ou vivendo junto com o parceiro, ela cursava superior/tecnólogo e continuou a não responder quanto a seu posicionamento ideológico. Estava empregada em 2017, mas não como jornalista. (Não respondeu as outras questões)

Minibiografia 82

2012 - Com registro de jornalista profissional, entre 23 e 30 anos, residindo na Bahia, parda, em uma união estável, cursando mestrado, tendo feito sua graduação em uma universidade federal, trabalhando mais de 12 horas por dia, recebendo entre 4 e 5 salários mínimos

mensalmente. Ela entrou em processo seletivo realizado pelo contratante. Com carteira assinada, ela tem benefícios como plano de saúde, e auxílio transporte e participação nos lucros ou resultados da empresa. A empresa em questão era privada, e de médio/grande porte. Com cargo de editora, ela estava satisfeita. Posicionando-se ideologicamente como de esquerda, e é a favor da exigência do diploma.

2017 - Morando na Bahia, com 32 anos e em uma união estável ou vivendo com o companheiro, mestra, cursando doutorado, posicionando-se ideologicamente como progressista, estava fora do jornalismo em 2017 pois tinha voltado a estudar. Nenhuma das opções indicadas no questionário afetaram em sua saída. Ela não se sentia estressada no trabalho, tinha diagnóstico de estresse, transtorno mental, e sentia que em suma seus esforços eram reconhecidos. Já presenciou cenas de assédio sexual, filiada ao Sindicato dos Jornalistas, em 2017 ela era bolsista e atuava ainda como freelancer.

Minibiografia 83

2012 - Com registro de jornalista profissional, com idade entre 23 e 30 anos, moradora do Rio de Janeiro, branca, casada, com escolaridade a nível de mestrado, graduada em uma universidade estadual, ganhando mais que 5 a 10 salários mínimos, trabalha como prestadora de serviço. A empresa contratante é ligada a um sindicato, lá ela exerce função de repórter e não está nem satisfeita nem insatisfeita. Posicionando-se ideologicamente como de esquerda, ela não tem uma opinião formada quanto ao diploma.

2017 - Morando em São Paulo, com 35 anos, casada, com uma especialização, posicionando-se como de esquerda, estava desempregada em 2017. Todos os itens indicados como possíveis causas para a saída do jornalismo foram assinaladas com a opção “afetou”. (parou de responder)

Minibiografia 84

2012 - Com registro de Jornalista profissional, com idade entre 23 e 30 anos, residindo em Minas Gerais, branca, em uma união estável, com superior obtido em Universidade Privada, ela trabalhava de 5 a 8 horas por dia recebendo uma média de 3 a 4 salários mensalmente. ingressou neste trabalho como convidada. Lá teve sua carteira assinada, e como benefícios

recebia plano de saúde, vale transporte, auxílio alimentação, plano previdenciário, participação nos lucros e incentivo a qualificação. A empresa em questão era privada e de grande porte. Com cargo de produtora, em geral ela estava muito satisfeita, posicionou-se ideologicamente como de centro-direita e é contra a qualquer exigência quanto ao diploma.

2017 - Mudou-se para a Austrália, com 34 anos e solteira, cursando superior/tecnológico, posicionando-se como de esquerda, estava empregada em 2017, mas não como jornalista. Todos os itens oferecidos como possibilidades para saída no jornalismo foram assinalados como motivadores. Sem quaisquer diagnósticos de doenças atribuídas à atividade jornalística, ela sentia que seus esforços eram reconhecidos. Já presenciou e já sofreu assédio no ambiente de trabalho (não presenciou nem sofreu assédio sexual).

Minibiografia 85

2012 - Com registro de jornalista profissional, entre 41 e 50 anos, residindo no Rio de Janeiro, branca, solteira, graduada em universidade privada, trabalhava em 2012 entre 5 e 8 horas por dia, recebendo mais que 3 ou 4 salários mínimos. Ela ingressou neste trabalho por indicação de um amigo/colega. Lá ela tinha carteira assinada, e recebia vale transporte. A empresa em que ela trabalhava era privada e com porte de microempresa. Lá ela exercia função de editora, e em geral não estava nem satisfeita nem insatisfeita. Posiciona-se como de esquerda e é a favor da obrigatoriedade do diploma.

2017 - Residindo Rio de Janeiro, com 50 anos, em uma união estável/ ou vivendo com o parceiro, ela cursava outro curso superior, não identificou seu posicionamento ideológico. Em 2019 estava empregada, mas não como Jornalista. As opções enviadas pouco influenciaram em sua saída, sem diagnósticos relacionados a profissão ela também não tem queixas de assédio.

Minibiografia 86

2012 - Não possuía registro profissional, vivia em São Paulo, branca, solteira, com ensino superior em instituição municipal, trabalhava de 5 a 8 horas. Recebia de 1 a 2 salários mínimos, em uma pequena empresa. Não era sindicalizada e se considerava de centro-direita.

2017 -Com 27 anos, casada, ainda residindo em São Paulo, atua como freelancer, mas não como jornalista. Apresenta sintomas de LER/DORT, não foi demitida no período e diz não ter sofrido nem presenciado nenhum tipo de assédio. Considera que a crise afetou no aumento da jornada de trabalho, multifuncionalidade e tamanho da equipe.

APÊNDICE B

ENTREVISTAS

ENTREVISTA DE GAYLE

Obtida através de videochamada no dia: 16/05/2020

Transcrição Entrevista Gayle

Entrevistadora - Boa tarde!

Gayle - Boa tarde!

Entrevistadora - Primeiramente gostaria de te agradecer por aceitar participar...Eu vou ler contigo, o termo do comitê de ética, pra gente ver se você está de acordo com a dissertação, e daí eu enviei para o seu email ele no formato de Word para você colocar a sua assinatura e enviar após a entrevista...tudo bem?

(Leitura documento TCLE)

Entrevistadora - Eu enviei para o seu email ele certinho, pra você ler, ter em mãos o documento e assinar se concordar e me enviar após a entrevista.

Gayle - Tudo beleza!

Entrevistadora - Então eu vou começar as perguntas, eu estou gravando a tela tanto do notebook como também pelo celular para minha transcrição futura.

1-) Como você imaginou sua carreira quando optou por cursar Jornalismo?

Gayle – Aaaaahhh, eu me imaginei trabalhando com jornal diário. Eee, foi só uma parte dela na verdade. Pelo que eu conhecia na cidade, de jornalismo assim e quem eu tinha de contato, eu achava que eu ia ficar no impresso.

E como que ela acabou sendo?

Gayle - Tudo! haha..Assim que eu me formei, eu fui aprovada naquele...antigo trainee do [nome de empresa jornalística], que agora não existe mais, ééé mas que era algo que eles anunciavam muito ao longo do curso, todo ano ia alguém da [nome de empresa jornalística] lá falar sobre essa oportunidade e eu assistia essas palestras extremamente desinteressada, pois eu achava que era uma coisa mais destinada para a televisão, o que não era o meu foco. No fim das contas eu vi que era algo que poderia me levar para o impresso também por causa da [nome de um jornal] e foi o que acabou acabou acontecendo. O ano seguinte a minha formatura eu tava fazendo o trainee e fiquei basicamente fazendo alguns cursos, é..e trabalhando de graça pra [nome de jornal] por um tempo, foi assim que a minha carreira começou...e daí depois freela, depois várias outras coisas...

Entrevistadora - Você atuou fora do Jornalismo? A carreira de docência apareceu pra você de alguma forma?

Gayle - Apareceu, ééé, enquanto eu tava fazendo freelas pra [nome de jornal], abriu o mestrado em Jornalismo na [nome de universidade pública], e aí como eu já tinha um trabalho um pouco instável onde eu não tinha nenhuma garantia de que no mês seguinte eu ia ter outro freela, eu quis fazer o mestrado pra ter mais uma carta na manga caso eu ficasse desempregada, no caso a docência. Então como eu consegui bolsa no mestrado. Depois que eu terminei o mestrado eu comecei a dar aula no curso de Jornalismo da nome de instituição de ensino privado, fiquei lá por três meses pois eu só tava substituindo uma professora e em 2017 eu dei aula na [nome de instituição de ensino privada] para o curso de Publicidade e Propaganda, já não foi muito em Jornalismo.

Entrevistadora - Às matérias que você dava pra eles...elas conversavam um pouco com Jornalismo?

Gayle - Na publicidade? Lá eu dei aula de Ciência Política, ééé Sociologia da Comunicação, Fotografia e Rádio. Eu consegui conversar bastante sobre a minha trajetória no jornalismo porque algumas coisas se aproximavam pra entender a comunicação como um todo. No caso de Ciência Política eu tive que estudar e levar pra um outro canto assim mas no fim das contas isso acabou me ajudando muito como experiência docente, e conhecer outras coisas da

comunicação poderiam agregar na minha formação como jornalista também e como professora.

2-) Na ocasião de nossa entrevista você não trabalhava como jornalista. Depois disso você voltou a trabalhar como jornalista? Se sim o que a fez voltar, se não o que a fez não voltar?

Gayle - Então, até anotei a minha trajetória aqui porque eu rodei tanto já que as vezes eu esqueço o que eu tava fazendo em determinado ano. Em 2017 eu fiquei desempregada um tempo e daí em Junho eu entrei na [nome de empresa de comunicação], como assistente de produção, não era produtora, minha assinatura na carteira era como assistente de produção, mas era um trabalho de produtor de tv. Ééé, logo em seguida apareceu o trabalho na [nome de instituição de ensino privada], então eu fiquei por um ano como assistente de produção ai como eu ganhava pouco as aulas a noite me ajudavam a dar uma incrementada na renda, mas era em publicidade também, aaahhh depois eu passei no teste seletivo da [orgão do governo do estado] que é do governo do Estado, então em 2018, junho de 2018 comecei a trabalhar como jornalista para o governo do Estado e tô nesse emprego até agora, então desde que eu me formei, eu encerrei o curso em 2011, em 2018 foi a primeira vez que eu tive registro em carteira como jornalista. O meu cargo neste concurso, nesse teste seletivo, é como jornalista.

3-) Como você avalia as mudanças tecnológicas pelos quais o jornalismo passou nos últimos anos? Elas afetaram sua trajetória profissional de alguma forma? ...Então teve algumas mudanças na redação, na forma como a gente apura pauta, como que isso torna a gente mais multidisciplinar e muda a gente como jornalista pelos aparatos tecnológicos. Elas afetaram a sua trajetória profissional de alguma forma? Ou elas marcaram essa trajetória profissional de alguma forma? O que mudou desde que você se formou?

Gayle - Olha, nas funções que eu passei, eu não tive muita dificuldade assim, ou não sentia que tinha alguma inovação muito louca acontecendo que eu não estava conseguindo acompanhar, é mais uma questão...principalmente agora, o que eu to sentindo de verdade, é que as chefias as outras pessoas que trabalham com os jornalistas estão cobrando dos jornalistas coisas que não cobravam antes, por exemplo design gráfico, diagramação, é a questão do audiovisual assim, é uma coisa que é muito comum, cobrado da gente, mesmo que meu cargo...Meu cargo é de jornalista né, eu produzo a minha função se você for ver na verdade..ééé..No concurso mesmo, no edital é produção de releases, eventualmente fazer

outra coisa, fotografia e tal, em nenhum momento fala por exemplo de fazer artes para as redes sociais ou de fazer vídeo, e eu to tendo que fazer agora porque não tem profissionais fazendo essas coisas, e é tipo “a menina da comunicação lá” faz um banner aqui pro meu instagram.

4-) Como a crise econômica/financeira e midiática afeta o trabalho dos jornalistas e em específico, o seu trabalho como jornalista. (Visualizou profissionais precarizados, que tiveram que ir para outros rumos, como marketing, na área de comunicação mais ampla)

Gayle - Bom, na verdade assim.. É, o que eu tenho visto assim desde que eu me formei, tem colegas que jamais trabalharam como jornalistas, que foram fazer outra graduação, tem alguns que foram trabalhar com marketing, alguns que foram trabalhar com...umm deixa eu pensar, teve alguns que justamente por estarem desempregados acabaram vendo em pós graduação, mestrado e na carreira docente uma outra opção também, e é muito jornalista desempregado. Esse ano, por exemplo, a [nome de empresa de comunicação] tinha um programa muito forte que era um programa ligado ao agronegócio. E esse ano esse programa foi instinto, não existe mais, então foram mais alguns jornalistas que foram demitidos assim. Demissão de jornalistas é uma coisa que eu vejo desde que eu me formei assim, na [nome de jornal] por eu ter entrado em 2012 que é a época que o jornal começou a enxugar eu tava ali na redação, eu já era freela, então já era tipo um sintoma de precarização, aí começaram a cortar gastos com táxi, com café, quando a gente viu a redação tava pela metade assim, então..é a profissão de jornalista e crises financeiras, crises de emprego é uma coisa que veio junto assim...

Em alguma dessas ocasiões você presenciou demissões por passarálhos?

Gayle - Sim, quando eu tava na [nome de jornal], em 2000 e...2014, se não me engano, 12 ou 14, fazendo freela, era meu primeiro dia que eu tinha retornado a redação, pra ficar dois meses em um caderno sobre educação, e naquela segunda-feira algumas pessoas chegaram para trabalhar, e de repente elas sumiam da redação e voltavam chorando, recolhendo as coisas da mesa, porque tava rolando um passarálho, foi a primeira vez que eu vi isso acontecer assim dentro de uma redação e desde então só piorou.

Nesse movimento, você percebia se as empresas midiáticas estavam dando preferência aos profissionais homens frente às mulheres?

Gayle - Nessa situação específica, pelo que eu pude entender ali no contexto, eles tavam tentando segurar na redação quem tinha filho, por exemplo, ou eles tavam optando por demitir pessoas que eles sabiam que tinham um outro emprego, e que era uma coisa muito comum..Na época tinha pelo menos uns dois jornalistas que eu vi ali na [nome de um jornal] que de dia eles tavam ali na redação e a noite eles tavam dando aula. Então essas pessoas que tavam dando aula foram em alguns casos as primeiras a serem demitidas porque entendiam que a pessoa tem uma outra fonte de renda e a gente vai segurar quem depende só disso, depois tanto fazia, mas não via tanta diferença assim entre homens e mulheres, na época não percebi.

Quantitativamente, você via diferença entre homens e mulheres dentro da redação?

Gayle - Eu, olha, na [nome de jornal] era praticamente dividido e tinha muita mulher na chefia lá também, eu não achava assim, tão..não achava que tinha tanta disparidade. Na [nome de empresa de comunicação] eu já via que por exemplo, eu trabalhava em um programa que era mais para o público feminino, mas...exclusivamente a gente ali era mulher e no programa principal aí só tinha uma mulher na produção, o resto era todos homens, e no [nome de jornal e portal de notícias] que eu fiz freela por um tempo também, eu fiquei um ano como freela, contando vezes que fui voltei fui voltei, vários trabalhos, jamais tive a carteira assinada, todos os jornalistas eram homens, esses sim tinham as carteiras assinadas, essa foi uma redação que eu nunca vi outra mulher, eu só fiquei um tempo lá como freela.

5-) Você acha que por ser mulher existe uma maior dificuldade em permanecer no Jornalismo? Sim ou não. Justifique sua resposta.

Gayle - (Suspiro profundo) É muito difícil essa pergunta..

Talvez observando colegas que se formaram contigo, ou colegas que você dividiu estes empregos...Você consegue observar uma dificuldade maior das mulheres permanecerem no jornalismo ou não?

Gayle - Eu acho que é uma profissão para nós um pouco mais difícil. Não que...como é que eu vou dizer...é como se a gente se sentisse insegura no trabalho o tempo inteiro, é assim, em uma eminência de uma demissão acontecer a qualquer momento sabe. É, por exemplo eu já

vi, em redação que eu trabalhei, a minha chefe ficar grávida e os superiores começarem a perguntar, mas você volta? Depois você volta? Como se a vida dela profissional tivesse acabado ali sabe, e como se a volta dela fosse uma incógnita...Éééé, fazer as mesmas coisas que profissionais homens e ganhar menos também é uma coisa que eu acho que acontece muito, então como você não se sente valorizado, você tá sempre procurando outra coisa e tá sempre pegando freela e querendo dar aula porque você se sente sempre muito mais dispensável. Eu acho que é isso, na [nome de empresa de comunicação] por exemplo eu era contratada como assistente de produção e ganhava 1300,00 reais, e eu trabalhava a mesma quantidade de horas por dia e fazia o mesmo tipo de trabalho, mesmo serviço que os meninos, que os homens que eram contratados como produtores, mas com essa diferença na hora do registro éééé eu ganhava muito menos. Então, se procurava dar aulas, se procurava fazer outros freelas, e é isso, é a insegurança constante.

E como você percebe estas oportunidades sendo distribuídas entre homens e mulheres...

6-) Ao longo de sua carreira, homens e mulheres sempre tiveram as mesmas oportunidades? Na hora da distribuição, o que pesa para a empresa?

Gayle - Bom, é, se você ver no mercado, mesmo entre profissionais mulheres, as mulheres que tem filhos eu acho que elas são negligenciadas em algumas coisas, ééé, por exemplo, como o caso da mulher que precisa faltar, que a criança ficou doente, eu vejo que é uma profissional que ela já é vista com desconfiança, dentro de uma redação por exemplo. Não sei se é um problema do jornalismo ou se é um problema do mercado de trabalho de maneira geral também, éééé...a distribuição de pautas dependendo da empresa que você trabalha você vai ficar com coisas entre aspas mais fáceis, com determinado tipo de assunto pra se tratar, e tem uma resistência em colocar você em determinadas editorias, por mais que você se saia bem, eu acho que tem um tipo de distribuição de oportunidade neste sentido assim, e acho que tem uma coisa de que na verdade você não precisa ganhar tanto, porque sei lá, sempre vai ter um chefe da família e você tá complementando a renda, de alguém que não tá se virando sozinha né, tem essa visão de um acessório, seu salário é um acessório pra outra coisa assim, não precisa se bancar sozinha, você não tem uma vida, é muito diferente nisso.

8-) As mulheres normalmente vivenciam jornadas duplas e até mesmo triplas. Como a vida familiar afetou e afeta a sua profissão?

Gayle - Olha..A vida familiar afeta? Eu acho que não afeta no meu caso assim, não tenho filhos...Na verdade a profissão afeta a minha vida familiar porque esse meu primeiro emprego como jornalista, pela primeira vez depois de tantos anos estou ganhando o piso de jornalista e é em Curitiba, e o meu namorado está em Ponta Grossa, a minha família está em Ponta Grossa, e eu precisei me afastar pra conseguir uma oportunidade melhor porque a minha cidade não me deu. Eu acho que tem isso daí, se eu tivesse filhos eu não sei se estaria no jornalismo mais por exemplo, isso consome demais a minha rotina.

9-) Você já foi discriminada, assediada, ou sofreu algum tipo de constrangimento (como não ser promovida) devido a sua cor, condição social, sexualidade ou por ser mulher? Se você se sentir confortável relate-nos***

Gayle - Bom, eu acho que no jornalismo..como eu sempre vi muita mulher na redação ééé, talvez os nossos colegas não sejam tanto um problema, apesar de eu já ter visto vários relatos aí de mulheres que passaram por algum tipo de constrangimento. Eu acho que o mais pesado na verdade é lidar com as fontes, dependendo da empresa que você trabalha, ééé eu via muito os meus, minhas colegas de televisão por exemplo, elas tinham que ir pra rua mesmo, não vejo isso como natural, mas é que já virou em alguns casos rotineiro assim. Pra mim, eu não tenho muitas lembranças, é mais pra lidar com fonte porque agora eu sou jornalista do Estado na [em secretaria de estado], que é um setor no Paraná que têm, eu vejo..no ambiente que eu convivo, é extremamente masculino. Então com fontes é um tipo de vivência mais tenso eu diria assim, mas que eu não me sinto assim também extremamente fragilizada. Por a gente ter uma formação e tal, e por eu ter convivido também com essas discussões de gênero a gente acaba aprendendo a como lidar com isso e tal.

10-) Você já passou por situação de demissão devido a necessidade da empresa em reduzir custos, ou de não perceber avanços possíveis na carreira? Ao ser substituída, a empresa optou por um perfil de recém formados ou trabalhadores de custo mais baixo?

Gayle - Bom, não passei..na verdade ahhh..deixa eu pensar. A demissão que eu sofri, foi na minha primeira vez como professora na [nome de instituição de ensino privado], que eu fiquei 3 meses mas é que, porque eu tava assim substituindo uma professora que tava de licença, então entrou essa professora e não entrou mais ninguém no meu lugar, e na [nome de jornal]

eu nunca fui contratada então...tanto que eu sequer fui demitida, os freelas simplesmente pararam de acontecer eee, também não via outros jornalistas entrando no lugar, a redação tava enxugando de vez então não tinha muito isso assim.

11-) Como você avalia a precarização do trabalho de jornalistas e como isso impactou na sua saída da profissão?

Gayle - Eu não sei, eu acho que pesa muito...o jornalismo assim, tem uma coisa que foi uma grande frustração pra mim depois que eu me formei que foi que eu vi que a tendência era ser freela. Eu achava que eu logo ia ter um emprego, que ia ter carteira assinada, e isso demorou muito pra acontecer então, ééé...a precarização do jornalismo me afetou em termos de eu tentar me manter por freela durante muitos anos porque o mercado não tem oportunidades muito fixas pra todo mundo assim. E é bem desesperador na verdade ver quantos jornalistas estão se formando a todo ano e como essas pessoas vão ter que batalhar por freela durante muito tempo, e às vezes viver só disso, sem jamais ter a carteira assinada como jornalista. Éééé.. e é isso que eu falei também.. você vai indo pra um outro tipo de trabalho, pra assessoria de imprensa, mesmo esse meu trabalho de produção na tv já era precarizado porque eu ganhava muito pouco apesar de trabalhar muito. Ééé, que mais, e também isso que eu falei de você sempre estar querendo uma carta na manga, precisando preencher sua rotina com outros trabalhos pra conseguir sobreviver e ter uma vida um pouco mais confortável.

E nessa posição de precarizado, você considera mais fácil ou mais difícil, de alguma forma pra mulher pra se colocar nessa condição de freela, pra avaliar se mesmo como precarizada ela é preterida no lugar de um homem?

Gayle - Nos freelas eu acho que não. Apesar de ser um sistema de trabalho precarizado, ééé eu acho que ele é um pouco mais aberto, do que as vagas em si, pois a empresa não tá se comprometendo com nada né, em termos assim, quanto menos contato, quanto menos vínculo parecer que você tem é melhor. Apesar da situação o espaço do freela ele é mais democratizado assim, entre homens e mulheres e também porque às vezes ele permite que trabalhe em casa e pra quem no caso que tem filhos eu acho que isso até ajuda né.

Por fim eu gostaria de saber se você teria algo a adicionar a nossa conversa..e gostaria de saber por curiosidade se você ainda trabalha com docência, é, se você pretende continuar o caminho da docência e como que isso surgiu na sua vida.

Gayle - Ahh eu pretendo continuar sim com a docência, não sei em que momento, mas agora eu tô fazendo doutorado também, ééé, quando eu me formei a carreira acadêmica ela não era uma opção. Mas quando eu saí da universidade e vi como o mercado era eu optei por buscar um pouco mais de segurança e foi por isso que eu entrei no mestrado. Na verdade é o motivo errado assim, eu não entrei com aquela gana de ser pesquisadora, isso apareceu depois, apareceu durante o mestrado mas depois foi algo que ficou muito marcante pra mim assim, e só que não me vejo em nenhum destes momentos no período que eu dei aula, não por um tempo eu fiquei só dando aula, o resto eu sempre tava numa redação e dando aula a noite porque eu não me sentia segura pra ficar com uma coisa só, e até hoje eu penso assim. Não me vejo exclusivamente na carreira docente mas é algo que eu quero, e a pesquisa em comunicação, em jornalismo, é uma coisa que eu gostaria de manter na minha vida. É uma área assim que eu gosto muito.

Você gostaria de adicionar um fechamento a nossa conversa?

Querida. Então, eu anotei aqui pra lembrar de falar sobre o [nome de um projeto independente de jornalismo], que era aquele site que eu criei com colegas, outras jornalistas mulheres, também em 2015 que era uma época em que tava fervilhando muito no Brasil a história do jornalismo independente, Agência Pública tava crescendo muito e com a precarização das redações isso começou a aumentar, todas nós estávamos desempregadas na época, acho que só a Mariana não estava desempregada, e a gente tinha visto na possibilidade de um site próprio uma maneira de ganhar...em um sonho muito surreal, mas na época parecia ser possível..da gente começar a ganhar dinheiro com isso, olhe só. O negócio começou a crescer mas nunca virou algo remunerado, acho que eu gostaria de adicionar isso como uma grande frustração também da profissão, a gente ter caído entre 2015 e 2017 na ilusão do jornalismo independente. Como se isso pudesse trazer algum tipo de vida confortável pra gente, já que o mercado não era tão aberto pras mulheres, já que a gente só vivia de freela e esse dinheiro nunca veio, jamais veio, acho que isso me incomoda um pouco porque isso começou a se espalhar de “ai não tem espaço no mercado, a gente tem que criar as nossas próprias coisas”. Você conseguir ser um jornalista empreendedor, no Brasil, e pior ainda numa cidade do

interior, fora das capitais, é praticamente impossível assim, é um negócio pra poucos mesmo, eu falo isso com firmeza porque a gente foi muito atrás de patrocínio assim, muito atrás nessas bolsas em fundação de direitos humanos, essas coisas, mas fora das capitais é muito difícil. Claro que foi uma experiência maravilhosa pra nós, é em termos de conhecimento, em reportagens que a gente não teve a chance de fazer na redação assim, mas como caminho profissional mesmo é tão precário quanto uma redação.

Alguma de suas parceiras neste projeto se voltou pra uma iniciativa independente depois disso ou não?

Gayle - Só a [nome de amiga jornalista], que agora tá em São Paulo, capital..Só que trabalhando com produção de conteúdo pras redes sociais, já não é mais na área de cidadania voltado pra mulheres como a gente tinha começado no [nome de um projeto independente de jornalismo], ela foi pra área de moda e sustentabilidade, e eu não sei se ela é remunerada exclusivamente com isso, acho que não, mas ela conseguiu fazer isso se reverter em dinheiro, ela realmente foi empreendedora nesse caso, mas as outras meninas nenhuma assim, nenhuma.

E você acredita que elas têm o mesmo discurso seu, de que talvez foi uma ilusão ali...

Gayle - Eu acho que sim, principalmente a [nome de amiga jornalista] que foi quem encabeçou isso comigo no começo, é claro que é uma coisa que a gente conta com muito orgulho, com muita felicidade, a gente ganhou prêmios. Na época fomos chamadas pra fazer palestra sobre isso, eu consegui depois escrever artigo sobre junto com a [nome de amiga jornalista], trouxe um arcabouço pra gente assim de produção jornalística que nenhum curso e nenhuma redação daria, mas eu acredito que todos concordam que fora das capitais é muito difícil fazer algo sem o dinheiro inicial também, sem patrocínio e principalmente acho que no meu caso e no da [nome de amiga jornalista] a gente ficou trabalhando em elaboração de projetos, pra concorrer a editais, a gente viu como esse caminho é extremamente, haannn, excludente também sabe. São dois trabalhos, um é você fazer seu jornalismo ali e o outro é você se especializar em editais, então assim...não dá.

Poder vivenciar a autonomia que vocês tiveram neste projeto independente, juntando as outras experiências que você teve em empresas midiáticas, é muito diferente a questão da autonomia, de trazer pautas sobre gênero...

Gayle - Era muito gostoso assim, eu acho que principalmente o tempo que a gente se dava pra fazer, produzir as coisas, que é muito diferente do jornalismo diário que você já tem que entregar aquilo imediatamente, eee, acho que a principal diferença era a gente se permitir, fazer as coisas com tempo, com dedicação, eee... os prazos que a gente se estabelecia eram mais assim “ ahhh essa matéria tem que sair no dia da mulher”, então esse era o nosso prazo. E pensar que a gente chegou a viajar, ficar três dias fora fazendo matéria, quando a gente fez sobre os estudantes lá de universidades. A gente foi pra Maringá, pra Londrina com o carro da [nome da amiga], tipo sem se preocupar com tempo e com escrever aquilo com calma e fazer uma série. Isso em jornalismo impresso..não que não aconteça, não acontecesse na [nome de jornal impresso], mas era pra poucos, era pra quem já tivesse muito tempo de redação, já tivesse a confiança do chefe claro, em partes até é compreensível, alguém que tivesse a confiança de que ia entregar depois, pois tava valendo dinheiro. Como a gente não ia ganhar nenhum dinheiro com aquilo mesmo, tanto fazia se ia entregar em um prazo ou em quantidade também. Éééé, mas como a gente não ia ganhar nenhum dinheiro com aquilo mesmo. Mas é algo que todo mundo acabou levando consigo também, depois quando eu fui pra [nome de empresa de comunicação], e era um programa voltado para mulheres eu tava assim (acena mais ou menos com a cabeça), infectada por aquela ideia de “vamos entrevistar essa mulher aqui”, vamo da uma valorizada em um trabalho daquela mulher, daquela outra mulher lá, então teve várias pautas que eu acho que consegui colocar por ter um pouco dessa vivência assim, sempre tive muita abertura, acho que pelo público e pela cabeça da chefia, já tinha uma visão assim mais de abertura pros direitos da mulher mesmo.

ENTREVISTA DE *JUDITH*

Obtida através de videochamada no dia: 19/05/2020

Transcrição Judith

Entrevistadora - Boa tarde!

Judith - Boa tarde!

Entrevistadora - Primeiramente gostaria de te agradecer por aceitar participar...Eu vou ler contigo, o termo do comitê de ética, pra gente ver se você está de acordo com a dissertação, e daí eu enviei para o seu email ele no formato de Word para você colocar a sua assinatura e enviar após a entrevista...tudo bem?

(Leitura documento TCLE)

1-) Como você imaginou sua carreira quando optou por cursar Jornalismo?

Judith - Bom, como eu..já faz um tempinho..eu acho que eu tinha aquela visão do Jornalismo mais, clássica, como todo mundo fala..ai televisão, vai ser a nova Fátima Bernardes, isso fica um pouco no nosso inconsciente, mas eu não tinha tanto essa visão, eu tinha mais a visão do Jornalismo Impresso, eu não tinha muitos planos assim...eu acho que era mais isso assim, era um desejo de conhecer muitas coisas e o trabalho de redação, acho que também tem um pouco daquele sonho de estar em uma redação super movimentada, cobrir protesto, cobrir política, cobrir esses assuntos mais quentes, acho que essa era a minha maior vontade assim..de estar em uma redação super movimentada, entrevistando pessoas, não era nada muito fantasioso assim não..

Entrevistadora - Você imaginava que na sua trajetória o Jornalismo poderia mudar toda a sua vida, de te mandar para um lugar diferente, recomeçar a vida em um lugar diferente, as expectativas também quanto a salário. Como que foi isso?

Judith - A expectativa de salário desde que a gente decide entrar na faculdade de comunicação assim ela é meio baixa, pelo o que as pessoas falam e até pelo que a gente vai vendo assim conforme vai fazendo estágio e tudo mais, então assim nunca foi meu plano assim, ahh vou ser uma jornalista de televisão super rica de uma revista muito famosa, não tenho esse tipo de plano, mas aos poucos eu sempre imaginei que eu pudesse me especializar, assim eu comecei a gostar muito do jornalismo de revista e questões relacionadas ao meio ambiente e educação, tanto que depois eu fui fazer um projeto de extensão na [universidade pública] , que era de educomunicação e aí isso começou a me atrair bastante, a possibilidade de unir o Jornalismo à um projeto social, estar mais dentro de comunidades, então isso eu

comecei a imaginar que poderia evoluir para ai, sendo que a questão de dinheiro ia ficar ainda mais complicada, redação já é um salário baixo mas coisas alternativas são ainda mais baixas assim né.

2-) Na ocasião de nossa entrevista você não trabalhava como jornalista. Depois disso você voltou a trabalhar como jornalista? Se sim o que a fez voltar, se não o que a fez não voltar?

Judith - Então, acho que...deixa eu lembrar...2017 eu já tava trabalhando com agência e foi ai que mudou, foi quando eu comecei a ver o mercado muito mais aberto e muito mais precisando de profissionais ligados a produção de conteúdo do que o próprio “jornalista” formal. O que me fez não voltar pra função de Jornalista foram principalmente essas duas questões. Primeiro que, de o mercado ter mais oportunidades, mais vagas relacionadas a marketing, a publicidade de um modo geral e também a questão de salário, pois o que eu comecei a ganhar como redatora, é...eu só ganharia isso no Jornalismo já sendo editora. Então assim, o salário de um editor...é difícil de você chegar em uma redação e algum veículo já como redatora, eu até procurei alguns...alguns trabalhos que eram mais parecidos com Jornalismo que era na edição de revistas, né então era uma editora que fazia revistas para empresas que..e aí eu me apliquei para algumas vagas como editora e tudo mais, mas elas eram difíceis e a questão do salário é o que eu ganhava como redatora. Então eu vi “ah está bom por aqui”, por eu ter entrado em uma agência eu vi que era um diferencial bem bom para eu continuar sendo redatora né, passar por uma agência é importante.

Entrevistadora - E essa ruptura no seu psicológico como foi? A sua identidade estava atrelada ao profissional Jornalista? Como foi essa transição? Ou não estava...

Judith - Estava e eu acho que ainda está. Quando me perguntam profissão eu respondo Jornalista. Eu não falo redatora, eu não falo nem Marketing assim porque é o que eu me formei, é o que eu sou né. Eu sou Jornalista, mas eu trabalho como redatora, então pra mim são perguntas diferentes. Assim, qual é a sua profissão e qual é o seu trabalho. Minha profissão sempre vai ser Jornalista, ééé e eu sempre gostei muito assim, acho que trago muito isso em mim logo depois que eu saí da redação que foi no fim de 2014, e em 2015 eu tentei assim com mais um amigo meu emplacar um projeto de site, então era um site que era meio que uma revista eletrônica de moda, eu apurava os conteúdos, eu fazia os textos, então assim a gente tentou manter esse projeto e aí ele não deu certo e ainda em 2015 eu fui pra um site

também como editora de um portal, então ainda tinha essa questão do Jornalismo, a gente tratava de notícias que eram quentes, notícias do dia, tinha que editar a home do portal e aí foi muito aos poucos esse meu afastamento assim, aí eu ainda trabalhei 3 meses em uma assessoria de comunicação né, também tá mais ligada a Jornalismo mas não é redação, depois fui consultora de comunicação, acho que ele foi ampliando assim eu era Jornalista mas na comunicação, aí foi muito aos pouquinhos...o que foi mais essa ruptura mesmo foi a oportunidade de trabalhar na agência e foi um misto de sentimentos, eu pensei poxa vou abandonar os ideais do que eu acho legal no Jornalismo e vou me vender né! (risos). Tô trabalhando em uma agência de publicidade, a gente sempre pensa nisso. Então, teve esse aspecto de ser um pouco, um pouquinho frustrante, mas tanto nessa agência - de todos os outros lugares - eu sempre reforço, acho que eu coloquei em outro lugar assim, eu vejo o Jornalismo como meu mindset de trabalho assim, que é sempre estar perguntando, pois vc precisa entrevistar, precisa apurar, precisa falar com as pessoas, você precisa entender do que você está falando, nem que seja pra você escrever uma coisa muito curta né na publicidade então assim, nos trabalhos que eu tenho eu sempre tento valorizar meu *background* de jornalista pois ele faz parte do meu processo de texto assim né, ainda acompanho muitos amigos jornalistas mas sinceramente acho que essa separação já foi quase definitiva assim é, mas foi bem gradual, teve uma certa frustração mas teve um entendimento de mercado mesmo, que com veículos fechando com muita coisa ficando cada vez mais difícil ter esse trabalho, então teve uma frustração no começo mas depois eu aceitei.

3-) Como você avalia as mudanças tecnológicas pelos quais o jornalismo passou nos últimos anos? Elas afetaram sua trajetória profissional de alguma forma?

Judith - Bom, isso pra mim, eu já percebia mesmo antes da internet, assim. Primeiro na minha formação acadêmica é lógico que já faz bastante tempo né, eu me formei em 2008 mas a gente não tinha essa questão de internet, de site, era mais abordado como um gênero textual do que de fato uma produção jornalística assim, na universidade a gente já não teve isso e aí eu fui começar a ter contato na redação, porque na redação da [nome de empresa jornalística] era justamente essa transição de ahh, precisamos ter um site, o que vai ter nesse site...diferente do impresso e tudo mais. Então em texto, formato de apresentação, uma questão da própria tecnologia pra você postar, enfim...eu sempre gostei mesmo na redação, não gostava muito dessa coisa de entrevista por telefone. Quando possível eu gostava de conhecer a pessoa, ou fazer a entrevista pessoalmente, acompanhar o fotógrafo mesmo que eu tivesse feito a

apuração por telefone quando o fotógrafo ia eu gostava de ir também, então. Acho que isso sempre foi uma das coisas que eu mais valorizei no Jornalismo assim, ver ao vivo a pessoa pra ter uma conversa mais sincera, enfim o telefone eu sempre achei burocrático e sempre detestei muito a relação das assessorias de imprensa no telefone. Eu ainda lembro que pô, meu telefone não parava de tocar, era um saco assim sabe eu não gostava. Logo que eu saí da redação eu acabei não tendo muito contato com isso, acho que a coisa mais digital diferente que eu fiz foi fazer um lance a lance do futebol sabe e que era no site da [nome de empresa jornalística]. Eu sempre tive muitas dificuldades nisso, e eu sempre também comecei a usar os apps que foram surgindo com essa mentalidade. Quando surgiu o Snapchat que era o formato de stories que a gente tem de Instagram hoje, po eu sempre vi um super potencial naquilo, você consegue contar uma notícia em cinco fases, em cinco stories, isso sempre me agradou essa possibilidade mesmo nunca trabalhando de fato com esse tipo de ferramenta. Eu gostava muito da tecnologia de *parallax* nos sites, quando você vai rolando o scroll e daí vai meio um por cima do outro, aí abre um vídeo que é o tab da UOL, acho fantástico, acho aquilo muito maravilhoso, mas não tive a oportunidade de trabalhar com isso. Pra você ver, eu sai da redação em 2014, não é tanto tempo assim e a gente ainda não fazia. Sempre achei muito legal você misturar texto com uma foto com infográfico, com um pedaço de vídeo, eu fiz isso uma vez quando eu trabalhei no Portal Pop, a gente tentou fazer essas reportagens especiais, não era eu que produzia né...eu tava já na edição, então de falar e editar um pouco o info... “isso vem antes, isso vai depois”, enfim...mas foi bem pouco, e sendo bastante sincera eu não acredito que as rotinas nas redações tenham mudado tanto. Eu acho que é mais um formato de entrega, o jeito que você entrega teu conteúdo do que de fato a maneira com que você faz o teu trabalho assim.

Entrevistadora - Eu gostaria de voltar a umas perguntas básicas, em um contexto bem inicial de sua carreira e pedir para você rememorar seus passos até chegar na redação (trabalho como redatora) e pensar ainda se profissionais da área de desenvolvimento começaram a interferir de alguma forma no trabalho jornalístico.

Judith - Bom, eu fiz alguns estágios na universidade que não tinham muito a ver com comunicação, meu primeiro contato com estágio foi na agência júnior de comunicação da federal, então a gente fazia algumas coisas, pautas, entrevistas, jornalzinho, foi uma coisa mais suave, depois eu trabalhei com produção executiva de eventos culturais, então eu ajudava mesmo a fazer orçamentos, assinar contratos, fazer umas coisas assim que tinha a ver

com Jornalismo e ai depois do estágio que eu considero o mais legal foi na secretaria estadual do meio ambiente, que era em assessoria de imprensa e aí tinha toda aquela rotina mais básica assim; era tipo clipping (aaah e isso deve ter mudado bastante né, o clipping não é mais em jornal hoje), nessa época que eu fazia o estágio ainda era de recortar e colar a notícia numa sulfite, depois tirar cópia... Todo dia a gente tinha aviso de pauta, tipo “ahhh o secretário vai estar não sei aonde, fazendo não sei o que”, ai a gente fazia umas reportagens assim, esse foi o estágio que pra mim tá, é isso que é Jornalismo...é assessoria né mas isso é Jornalismo. E aí depois, eu comecei o programa de trainee da [nome de empresa jornalística] em 2010, aaah mas antes eu fui para Araucária, trabalhei em um jornal em Araucária, que na época se chamava [nome de jornal impresso] e lá era legal puxa, lá era muito legal, tinha muito a questão de apuração assim, a gente pegava um carrinho muito podre e eu ia lá no bairro sem asfalto, com goteira, sem água. Eu ia lá e batia na portinha (barulho de palmas) falava assim: Oii, você pode falar comigo? Tipo isso foi muito legal mesmo, foi o jornalismo raiz assim, e aí eu gostava. Também tinha um pouco de política, tinha várias coisas, era um jornal inteiro, eu ajudava nas coisas todas ali, também comecei a ajudar na edição, no fechamento, quando a gente fazia o fechamento eu sempre gostava de dar uma olhadinha e tal, sempre senti muita falta da relação com os diagramadores assim, eu acho que eles tinham uma resistência muito grande pra gente interferir no trabalho, então era muito uma demanda assim, tipo ah só coube isso aqui se vira fecha...Mas de fato eu só fui ter contato com programação, com tecnologia, saber como um site é feito, como um título aparece, como é a foto, como rola, como clica, na agência, acho que isso foi uma das coisas que putz, o mais legal de trabalhar lá na [nome de agência] assim. Eu tava fazendo basicamente *copys* pra sites então, como que eu faço aqui...aqui vai ser um carrossel...aqui vai ser um dropdown, então é clicar e abrir o modal então fecha...Essa interação, do site, do meio mesmo, com o conteúdo eu só tive na agência, essa coisa mais um pouquinho tecnológica, o que eu sempre vi é que era muito separado assim, trabalho do jornalista era escrever, você dá na mão de alguém e a pessoa coloca no ar, na revista, coloca do jeito que ela quiser e aí na agência eu comecei a entender um pouquinho mais dessas características de *front-end*, de informação e poxa adorei, fiquei encantada mesmo com essa parte de programação. Em redação eu acho que as coisas são muito compartimentadas ainda sim.

Entrevistadora - Quanto a distribuição dos cargos, entre homens e mulheres, era equilibrada? Suas equipes eram majoritariamente de mulheres, homem, como era essa distribuição de forma quantitativa?

Judith - Eu acho que dependeu bastante do lugar. Quando eu tava na secretaria do meio ambiente, a minha chefe era uma mulher, tinha duas chefes, a chefona e a editora, então a gente tava eu de mulher, mas aí tinha o fotógrafo, a gente tava bem equilibrado. Quando eu passei pro [nome de jornal impresso], talvez por ser um pouco mais interior, meus chefes eram homens, mas também de certa forma equilibrada. Na redação da Gazeta, como eu comecei e passei por basicamente todo o tempo que eu fiquei lá na editoria do [nome da editoria], que eles chamam de estilo de vida, tinha a revista de saúde, tudo mais..é tinha muito mais mulheres apesar de o meu chefe ser um homem. Então era assim todas as equipes de mulheres com chefes homens..

Entrevistadora - E na divisão entre hard e soft news...

Judith - Eu acho que no soft, ali no núcleo que daí era o [nome da editoria] e o [caderno], tinha muito mais mulheres..maaas ..no hard de política, economia, jornal diário também tinha mulheres. Eu acho que era dividido, a [colega em posição de chefia] era a chefe do abre né, então ela era chefe de redação, era equilibrado no hard mas no soft eram mais mulheres, e aí algum dia se vocês forem falar sobre assédio eu posso falar desse meu chefe aí, não tenho boas lembranças dele infelizmente. Então as equipes eram basicamente de mulheres mas os chefes eram homens, nesse caso a gente tinha alguns conflitos enfim, ai quando eu fui pro pop (?) fui pra outros lugares na assessoria de comunicação a maioria era muito mais mulheres, assim ééé..de uma forma bem generalista se eu fosse dizer...as mulheres ficam na redação e os homens ocupam outros cargos assim..como fotógrafos, diagramadores, editores..chefes..enfim. E as mulheres ficam mais no atendimento, na apuração, na revisão, nos follow ups, enfim eu acho que é mais...existe um equilíbrio quantitativo, mas não necessariamente no cargo que as mulheres ocupam. Na agência de publicidade era também bastante equilibrado e querendo ou não os times de marketing eu acho que tem mais mulheres do que homens também. Aí hoje mesmo eu não estando mais no Jornalismo eu também acho que existem mais mulheres no marketing.

Entrevistadora - No seu emprego atual existem outras jornalistas?

Judith - Existem, a minha chefe era Jornalista que é a Milena, trabalhou no Ebanx, ela dá aula, dá cursos e tudo mais... aí ela era chefe do branding né e já saiu, mas hoje eu tenho uma

colega que também é Jornalista mas que também tá no marketing mas que acaba ficando com a parte mais jornalismo, ela faz a comunicação institucional, ela faz ainda muito review de release pra imprensa, fala com os assessores, com os veículos, ela ainda ta muito nessa vendendo a empresa pra imprensa. Ela também é jornalista, está no marketing mas ela faz esse trabalho ai que lida mais com jornalismo.

4-) Como a crise econômica/financeira e midiática afeta o trabalho dos jornalistas e em específico, o seu trabalho como jornalista.

Judith - Acho que foi uma grande loucura assim, ninguém sabia do que tava acontecendo... Era, ahh a gente precisa colocar mais gente no online, a gente precisa fazer um site melhor, desenvolver sites melhores..e aos poucos vem a crise do impresso né, isso foi bem evidente, um deus nos acuda sim, mas acho que no aspecto geral a crise econômica não me afetou tanto. O que aconteceu aí foi a partir de 2013, talvez a série de cortes de pessoal né, que aí todo mês começavam a ser demitida as pessoas e aí por N motivos, “ahhh essa editoria ta fechando, ou essa revista a gente não vai fazer mais”. Aí se a pessoa tá a muito tempo no cargo então ela ganha muito, então por n critérios, começou acho que em 2013 se agravando até 2014 ali começou essa onda de demissões.

Entrevistadora - Nesse contexto de cortes, você acha que as mulheres enfrentavam uma maior dificuldade para permanecer no Jornalismo?

Judith - Eu nunca ouvi essas coisas de falar...eu tendo a acreditar que sim, que assim que era mais fácil mulheres serem demitidas. Que até numa proporção...éé, é que aí justificando-se de várias maneiras...baixo rendimento, baixo comprometimento. A mulher é quem faz menos hora extra, falam coisas do tipo. Também acho que falam das mulheres serem “insubordinadas”, serem mais questionadoras, então eu acredito que sim..nunca ouvi nenhum motivo, nunca tive nada de escutar de fato..mas acho que nessa retrospectiva eram mais mulheres sim que foram demitidas, mandadas embora.

5-) Ao longo de sua carreira, homens e mulheres sempre tiveram as mesmas oportunidades?

Judith - Não!!! Eu acho que assim, talvez não seja uma grande maldade, acho que as vezes a gente fica pensando assim, o que é proposital e o que que não é proposital. Talvez não fosse

algo proposital, mas o que eu vejo é que é muito mais fácil os holofotes, né? Tipo pô, esse cara fez uma puta cobertura, o cara conseguiu falar com não sei quem. Pô olha o furo que o cara deu, olha a rapidez, olha o que ele descobriu..E quando uma mulher faz a mesma coisa parece que ela não fez mais do que a obrigação, eu não sei...não sei se é inconsciente, involuntário, o homem se valoriza muito, a mulher ainda fica mais com a síndrome da impostora, a gente mesma talvez esteja desacostumada a valorizar o próprio trabalho, Mas a impressão que eu tenho é que o homem está sempre mais no holofote, aí talvez seja mais fácil de ele ser promovido, de ele pegar as melhores pautas, várias coisas...

7-) As mulheres normalmente vivenciam jornadas duplas e até mesmo triplas. Como a vida familiar afetou e afeta a sua profissão?

Judith - Olha, eu acho que nesse ponto eu não tenho tanto a contribuir porque eu não tive grandes mudanças assim na minha vida pessoal. Nunca fui casada, não tive filhos, então assim tenho uma vida bem solteira padrão, nesse caso não me influenciou muito. Nesse ponto até existia uma facilidade sabe, por a jornada ser de 6 horas, então uma facilidade maior assim do ahh vou chegar...só consigo chegar às onze pq meu filho não sei o que...(suposição) “ahhhh ai eu fico até mais tarde, sair às cinco nanana pra pegar meu filho”, então eu acho que o próprio horário, o fato de ser um horário reduzido, então você tinha mais essa flexibilidade entendeu. Tive muitas colegas que, mães enfim, essa facilidade do horário proporcionava essa flexibilidade e eu nunca precisei, nunca achei que minha vida influenciou de alguma forma assim. mesmo por todo mundo ter que fazer plantão também, ter filho não tirava ninguém do plantão..O que eu achava foda era que como a gente trabalhava no [nome da editoria] a gente tinha mais, muito evento, muito coquetel, muito sei lá o que...a gente tinha que ir, não sei o que...e eu achava essa parte um saco, então assim, quando era horário a noite, ou fora, provavelmente seria eu exatamente por não ter uma família, a Judith Butler é solteirona, a Judith Butler precisa sair à noite precisa não sei que lá, aah manda a Judith Butler. Talvez nesse sentido tinha um pouco, por justamente eu não ter esses impeditivos.

8-) Você já foi discriminada, assediada, ou sofreu algum tipo de constrangimento (como não ser promovida) devido a sua cor, condição social, sexualidade ou por ser mulher? Se você se sentir confortável relate-nos***

Judith - Bom deixa eu pensar... como a gente tá falando mais no contexto de Jornalismo eu to pensando bastante nos meus 5 anos de redação da [nome de empresa jornalística] né. Eu acho que, bom tem a questão de mulheres entendem mais de moda, ou de elas tem mais jeito pra falar disso, dessas coisas né...então isso explica o porquê na soft news tem mais mulheres. A questão do chefe né, do chefe ser um homem, eu acho que existe ou existia eu não sei essa ideia de que o homem ele é mais rígido, ele é mais rigoroso, ele é mais criterioso, ele edita melhor, tem uma visão mais crítica, gosta de política. está mais alinhado ao negócio..tipo ahh ele não tá escrevendo o que ele quer por estar mais aliada à diretoria, aos negócios, aos objetivos então tinha um pouco isso, quando eu fui realocada eu sai de férias, eu vi várias movimentações e aí me ligaram que eu iria pro esportes. E assim eu já fazia esportes, meu plantão no [nome da editoria] era nos esportes e eu tive uma afinidade com essa área. Eu gosto bastante de futebol, acompanho, já tinha uma afinidade até com a equipe e aí fui pros esportes, aí show de horror né, a equipe totalmente masculina, tinha eu e mais uma repórter só contra dez homens, todos os editores homens. Enfim, aí acho que sempre tinha um piadinha, eu ficava com as matérias mais simples, tipo ahhhh o atleta da natação...olimpíada sei lá da onde, eu não de fato falava do futebol tinha um pouco isso, é tinha muito uma questão de piadinha, do tipo vc precisa de ajuda, precisa de alguma coisa, saber nome de fulano...ahh a Judith Butler nem sabe o que que é, e uma coisa que me marcou muito foi quando eu saí, quando eu saí da [nome de empresa jornalística]eu tava no esportes e um dos chefes lá que depois virou super chefe e agora nem ta mais lá, o Léo, ele era bem de tirar sarro assim dessas piadinhas sabe, eu lembro que quando a gente foi se despedir do pessoal ele olhou pra mim e falou bem assim - Foi difícil né? - algo do tipo “eu sabia que você não ia dar conta né?”, sabia que você ia pedir pra sair, tipo ah foi difícil né, “ah eu sei que foi difícil pra você Judith Butler mas bola pra frente a gente se vê em outra, eu fiquei muito com essa sensação de que ele estava reforçando que eu pedi pra sair por o esportes ter sido demais sabe? Ou que ficar no meio de um monte de homem me tinha sido um pouco demais, e isso foi nos esportes, quando eu ainda tava no [nome da editoria] eu tinha muita piadinha desse meu chefe por ser solteira. Eu era a solteirona, então assim aí, tinha alguma matéria que era sobre o comportamento de casais, sexo, qualquer coisa do tipo já não era pra mim por eu ser a solteirona. Quando era alguma coisa de moda, meu chefe falava assim: vai lá, vai..”vai nesse evento pra ver se você encontrar alguém”, vai lá dar uma voltinha no shopping ver se você se sente melhor pra desencalhar, tinha essas piadas com “ser encalhada”, e acho que só acho que em outros lugares eu realmente não vi tanto, e agora pensando em retrospectiva eu fiquei pensando, será que a redação é um ambiente hostil pra se trabalhar? Especificamente a

redação sabe, eu acho que sim e aí é muito doido pensar que não tem motivo pra isso né? Mas assim, foram esses casos, não sei se eu respondi.

Entrevistadora - Pela sua fala eu interpreto assim: o Jornalismo está ainda muito ancorado na estrutura patriarcal, então é como se fosse a casa de uma família tradicional na distribuição ali dos afazeres.

Judith - Sim, eu acho que sim por me parecer que os homens ganham mais confiança, os homens são mais confiados do que as mulheres, então. projetos maiores, pautas de investigação, algo um pouco mais sigiloso, até questões um pouco mais perigosas, essas coisas são mais confiadas aos homens. Então eu acho que existe um pouco de que a mulher é muito sensível, fica muito abalada, ela não vai conseguir escrever, não sei muito ao certo. Me parece que de certa forma os homens inspiram mais confiança nessas coisas mais delicadas.

9-) Você já passou por situação de demissão devido a necessidade da empresa em reduzir custos, ou de não perceber avanços possíveis na carreira? Ao ser substituída, a empresa optou por um perfil de recém formados ou trabalhadores de custo mais baixo?

Judith - Então, é meio delicado, eu não sei nem como falar..a minha saída da redação ela pode ser meio polêmica, meio sei lá...Como todos os meses tinha uma leva de demissões na [nome de empresa jornalística]e isso era assim, todo mês, e todo começo de mês a gente sabia que ia sair alguém.e eu já estava na [nome de empresa jornalística]já há 4 anos, então foi meu primeiro super trabalho depois que eu me formei, eu comecei a repensar, “poxa vale a pena estar aqui no esporte, fazendo lance a lance, fazendo essas matérias tão sem graça, sendo que po eu sou tão nova, sou tão capaz, e aí eu tomei a decisão de falar com o meu chefe e eu falei [jornalista em posição de chefia neste caso], seguinte, se no próximo mês vai mais uma leva de demissão, você precisar escolher alguém, ééé...e tenha que escolher a fulana e po, tem filhos ou fulano que tem um tempão de casa, pode me colocar na lista, eu acho que eu gostaria de já sair, é meu momento de sair da redação, se você precisar escolher alguém pode me escolher, pode me mandar embora, então foi meio um pedido acordo assim né. Demorou ainda uns três meses depois dessa conversa e aí eu fui desligada.

Entrevistadora - Nesse tempo você desenvolveu características de ansiedade? De saber que o momento estava chegando e não chegava, e você tendo se colocado na linha de frente em uma posição mais vulnerável. Esse tempo de espera teve algum reflexo na sua saúde?

Judith - Eu não consigo me lembrar exatamente, mas eu fiquei muito ansiosa. Justamente por ter demorado uns três meses toda hora eu pensava assim: é agora! quando tinha uma reunião eu ficava, ai meu deus é agora! E daí não era e não era, eu tava esperando ser demitida, era uma coisa muito complicada eu não sabia se ia rolar, que dia que era, como ia ser, foi meio doida assim. E no dia que eu saí de fato eu tava fazendo um projeto super legal de vídeo, queria finalizar alguns trabalhos e o [jornalista em posição de chefia neste caso] falou Judith Butler não precisa terminar você pode sair, eu fiquei meio...por mais que eu tivesse pedido para sair eu fiquei super abalada assim. Tipo sério? Eu nunca mais vou voltar pra cá? Foi uma situação bem doida. Como demorou um pouquinho de quando eu pedi pra quando eu fui demitida eu fiquei nessa ansiedade sim de quando seria, tipo será que vai rolar? será que eu pergunto, será que não vai dar certo? Será que viram com maus olhos e vão me demitir por justa causa? Não vão me dar meu dinheiro, não sei assim, várias coisas passaram pela minha cabeça.

De saúde exatamente não vou saber te dizer, isso tem a ver com a saúde né! hahaha.

Entrevistadora - Antes mesmo de você realizar o pedido. Durante todo seu período de redação, o cotidiano daquele ambiente teve alguma influência sobre a sua saúde mental?

Judith - Eu acho que foi o período mais ansioso da minha vida talvez. Uma coisa que me deixava ansiosa era o turno de seis horas. Eu ficava ansiosa com o que eu podia fazer e o que deixaria de fazer, era um editorial de moda e a gente ficava trabalhando das oito às oito e assim eu tinha que falar com muitas pessoas, eu não podia dar prejuízo, as coisas eram emprestadas então se tivesse prejuízo teria que pagar e quem que ia pagar, eu ia levar um pito, mil cenários na cabeça, ia ser demitida por estragar um vestido de não sei daonde, foi uma coisa bem ansiosa, eu lembro que o plantão era um saco, era uma coisa assim que me desgastou, eu ia morrendo pro plantão. Já fiz plantão em esportes, já cheguei a sair quase uma hora da manhã da redação, o plantão pra mim era algo bem estressante assim. Ah, a não ser um dia que eu fiz um plantão no domingo de eleições assim e foi bem legal, era uma coisa assim extremamente cansativa e foi um dos períodos mais ansiosos da minha vida. Mas ao mesmo tempo teve várias coisas legais assim, eu andava mais de bike por ser no centro, seis

horas é uma coisa que da pra dar uma relaxada, apesar da ansiedade, mas nossa era bastante corrido, muita pauta, muito deadline, ou vamos ter que ficar aqui até mais tarde por a pauta não ter fechado ainda, tem que revisar, revisar aquilo, fecha aquilo, muita coisa acontecendo ao mesmo tempo, mas de outras questões não assim, eu lembro de ficar muito triste quando tinha essas piadas assim do meu chefe, me deixavam bastante abalada, mas nada assim muito grave digamos assim.

Entrevistadora - Qual era o tipo de profissional de que substituía essas levas que iam saindo, era um perfil de profissionais mais jovens, recém formados..freela, alguém mais informal?

Judith - Eu acabei não acompanhando muito isso pois acredito que muitas das vagas de pessoas que foram demitidas não houve substituição. Realmente foi o corte de pessoal, e sim as pessoas eram mais novas quando entravam porque ainda existia o programa de trainee e aí o programa de trainee meio que acabou, tinha vários estagiárias depois que eu saí da redação, agora eu não lembro em que ano, foi 2017, 18, eu fiz freelas né pro [caderno], então eu voltei pra redação como freelancer e era muito doido, tinha muitas pessoas assim, era um freela que dava nota mas que você tava lá na redação. Então assim, eu tinha uma mesa, eu chegava todo dia no mesmo horário, eu fazia produção de fotos, saía com o carro para fazer entrevista mas era pj. Então eu acho que foi um pouco dessas coisas assim, pessoas mais jovens que tinham ainda desse programa de trainee, aí eu vi muitos estagiários e muitos pjs.

10-) Como você avalia a precarização do trabalho de jornalistas e como isso impactou na sua saída da profissão?

Judith - Eu acho que é muito, incomodava uma pressão pelo lucro, tipo a gente precisa ter uma ideia mirabolante pq a gente precisa de dinheiro, o jornal precisa, e muito da..que eu vi na fase que eu fiquei de freela lá, que é mais atual, é muita questão do clique. E aí eu falei, não mereço isso! Nem no marketing você tem uma pressão tão grande, tinha painel em tempo real pra ver qual era a matéria mais acessada, quantos cliques, quantas pessoas, você precisava fazer um chamariz, tinha que fazer um título apelativo, tinha a questão dos anúncios, começou a história do branded content, foi se intensificando essa visão de negócio. Tipo, não interessa mais se a pessoa leu, interessa se ela entrou na página e isso vai se intensificando.

Entrevistadora - Eu vou adicionar uma pergunta sobre o que você me contou lá no início, que junto com um amigo seu vocês desenvolveram um site...você poderia me contar mais sobre como foi isso? **Pergunta original - Em algum momento de sua trajetória, empreender ou participar de uma iniciativa pessoal fez parte do processo? Se sim, como foi sua experiência e o que você acha deste direcionamento de carreira?**

Judith - Não teve retorno financeiro, então contextualizando..ah a ideia era uma revista online de moda e comportamento, a gente fazia muito editorial e aí ela tava vinculada a uma agência de modelo, então quem assim..pagou meu salário durante alguns meses foi essa agência. Mas a gente não conseguiu patrocinar o site, patrocinar o site, patrocinar a iniciativa e eu acho que infelizmente muito disso foi por falta de capacidade minha e do meu amigo. Eu não conhecia um décimo das coisas que eu conheço hoje, então era basicamente um blog e aí ok né! blog eu sei fazer, eu apuro, subo aqui subo a foto e vai..mas a gente não conseguia vender assim, como que alguém vai botar dinheiro aqui, como que a gente vai botar anúncio, sabe, como que isso vai virar dinheiro? Então faltou muito essa noção de negócio, além de conhecimentos técnicos: como você faz um bom site? como você faz um bom blog? Tipo de linkagem, tipo de menu, tipo de home, qualquer coisa que do tipo. Então teve o retorno financeiro, tanto que a gente tentou por uns 4, 5 meses, talvez 6..mas aí já não deu certo, como a gente não tinha conseguido virar a agência falou pois olha não tem mais como eu pagar vocês e puxa, hoje eu olho com muita pena, eu acho que hoje eu encararia sabe. Eu acho que é uma possibilidade de carreira muito interessante, é lógico que você tem que ter muitos conhecimentos, porque assim por exemplo..o plural, o plural era um negócio que a gente sempre brincava, todo mundo que saía, todo mês, que essas pessoas saíam da [nome de empresa jornalística]a gente falava, temos que abrir um negócio, nossa..ali todo mundo era muito qualificado, muito experiente, e nossa..se juntar todo mundo da uma puta redação, mas não necessariamente a mesma coisa que o plural assim, eu faria coisas que aí precisam mais de tecnologia mesmo né, uma revista que não fosse só o pdf que você faz no flip, digo uma revista interativa, que você clica e abre e aparece um vídeo, uma evolução do tab assim (tab uol) po seria muito legal se eu tivesse tempo, dinheiro, contatos, influência, enfim...eu acho que é uma oportunidade de carreira bem legal. Eu li algumas coisas quando eu pensei, “poxa a Universidade, faculdade de Jornalismo hoje deve ser muito diferente da minha”, se ela não é ela deveria ser. E nisso eu li algumas coisas sobre repensar o produto, não é só assim “ai como eu tenho um site legal, um aplicativo, como eu faço um rádio legal é alguma coisa que não existe”, talvez po, um aplicativo algo que envolva gameficação, muita imagem, muito vídeo e

interação, mas que ao mesmo tempo conte com apuração e cuidado naquilo, seria muito legal e eu acho que algumas universidades tem esse tipo de disciplina, de pensamento de novos produtos. Eu acho que isso seria muito interessante assim, se desvincular de formatos bem tradicionais assim, pensar um novo produto jornalístico seria muito legal assim, eu acho que seria bem massa, to quase com vontade de começar (risos). Quando eu voltei pra [nome de empresa jornalística] em 2018 eu comecei a falar mais com o pessoal de design, “qual o software que vocês usam, como vocês constroem a home, como que muda isso aqui, e aquela cor? Eu comecei a me interessar muito mais por estes aspectos de interação do que só pelo texto”.

12-) Para você que não está mais no Jornalismo, houve melhorias na sua carreira? Atualmente você se sente mais prestigiada, segura, livre de assédio? Compare a sua atual carreira sua vivência no Jornalismo.

Judith - Acho que a resposta é sim pra tudo, tenho mais oportunidades de trabalho, eu acho que eu ganho melhor do que se eu tivesse em uma redação, tenho mais benefícios fora o limite das seis horas né, acho que isso é a coisa mais maravilhosa em ser jornalista, me sinto mais prestigiada, evoluí muito na minha carreira pelos cursos que eu fiz, pelos lugares que eu já estive, pelas coisas que eu aprendi, eu agreguei muito a minha formação de conteudista, então assim se eu pego um colega meu que tá agora com mais de dez anos de redação eu provavelmente to mais atualizada do que ele sabe, consigo falar de UX, sites, interação, tecnologia, várias coisas assim, eu acho que o jornalismo tem essa dificuldade de se atualizar. Eu acho que o assédio e a discriminação vão ainda acontecer em vários momentos, ontem eu comentei com a minha colega pois teve algumas movimentações na empresa e aí mudaram alguns líderes e enfim a coisa ficou meio clube da bolinha sabe; homens para um lado mulheres para o outro, tipo assim...eu não posso liderar um homem. Acho que isso sempre vai existir, de uma forma velada, não tão clara quanto em uma redação, mas assim os projetos mais desafiadores vão para os homens e isso não muda muito apesar de acreditar que a questão salarial é mais nivelada, não tem uma grande diferença assim de salário. Eu me sinto mais valorizada até porque quando se é uma pessoa...eu já trabalhei até com nome de consultoria de conteúdo né, e então assim, você acaba se tornando uma referência, às vezes eu bato muito o pé na questão de que eu não sou uma revisora porque se não as pessoas acham que tudo tem que passar por mim “ai a Judith Butler é a pessoa de conteúdo então vou mandar isso aqui pra ela revisar” ai eu falo “gente eu não to aqui como uma revisora, to aqui pra

ajudar vocês a construírem toda a lógica de conteúdo...tipo o que, quem, em qual canal, qual que é o objetivo, essas perguntas que eu tenho que fazer, não venha com conteúdo pra eu revisar, assim eu fico puta ta ligado”, e isso é uma coisa que eu consigo achar o meu espaço, “ah a gente quer fazer um fluxo aqui de comunicação com o cliente, vamos incluir a Judith Butler que daí eu pergunto qual que vai ser a ferramenta, qual que vai ser o gatilho, porque eu entendo dessas outras coisas”, eu não entendo só de texto, eu me sinto mais valorizada por estar onde eu estou no marketing mas acho que principalmente por eu ter expandido os meus conhecimentos, por eu sempre trazer coisas novas e me aventurar nestes projetos. Então tem coisas que eu sei porque eu já fiz, não por ter feito um curso em Inbound Mkt, não fiz.. mas eu sei. Mas o que eu sempre falo que eu sinto falta do jornalismo é o tempo, é a gente tinha tempo pra cumprir uma pauta, você tem uma semana pra escrever uma matéria, é maravilhoso, digamos 3 dias, é maravilhoso também, po eu vou poder ligar pras pessoas vou poder apurar, escrever bem, editar legal, vou poder fazer uma coisa interessante que chame as pessoas e trabalhar bem no texto, isso é uma coisa que não tenho hoje. Quando eu escrevo, quando eu produzo textos pra blog, é uma apuração muito genérica da internet né, eu não de fato agilizo isso, eu não tenho tanto tempo pra escrever e eu não me sinto tão original. Ah mas tem uma coisa que eu faço que eu gosto muito que é quando eu entevisto os clientes, então eu faço os cases de clientes aí eu pego e ligo pra ele e falo oi seu Sebastião (nome hipotético) (risos) podemos falar? Aí eu fico meia hora no telefone, perguntando tudo! Aí eu sento e pááá, fico o dia inteiro escrevendo um texto enorme que ninguém vai ler mas eu falo puta que massa, eu tento trazer essas coisas que me trazem a sensação do Jornalismo sabe, de conversar com alguém, de apurar, fazer pergunta e de escrever um bom texto, me sinto mais valorizada por ter acabado virando essa referência da pessoa de conteúdo mas também não gosto de ser essa referência se ela ta só nessa de revisão. Eu gosto de participar da construção de um conteúdo que não é só a construção de um texto.

Entrevistadora - Como que o seu investimento acadêmico foi mudando conforme a sua mudança profissional? Você fez alguma pós, mba. como isso foi te guiando pro seu atual cargo?

Judith - Eu já fiz tanto curso que eu nem me lembro...mas assim, logo depois que eu me formei eu fui fazer uma pós na tuiuti que era uma especialização em linguística, uma especialização em língua portuguesa e literatura né, eu quase desisti do Jornalismo pra fazer letras, assim eu fiz muitas matérias optativas lá na reitoria em Letras e me apaixonei demais e

aí eu fui fazer essa pós em linguística na tuiuti, não mudei muito de assunto da minha monografia, hoje eu acho que foi um pouco de desperdício do meu tempo mais tudo bem né, as coisas acontecem porque tem que acontecer. Depois eu fiz um curso livre que era um curso de facilitação, então quando você conduz boas reuniões, boas dinâmicas de grupo já entra um pouco em liderança, como é que você faz essa questão das facilitações porque daí já tinha muito a ver com educomunicação, que aí eu também não fiz nenhum curso de educomunicação, foi um curso de extensão logo que eu me formei e aí dei oficina lá no Festival de Antonina, enfim gostava muito dessa parte de estudar Jornalismo, estive em sala de aula no médio fazendo essas oficinas, gostei muito mas não foi uma “formação”. Aí depois eu fui fazer coisas que eu sempre gostei que não estão necessariamente ligadas ao Jornalismo. Fui fazer um curso de coolhunting, um curso que é de análise de tendências que tinha um pouco a ver com a moda né, eu ainda tinha esse pézinho mais na moda né então eu fui fazer esse de tendências, fui fazer um de antropologia do consumidor e de arquétipos, que foram cursos de extensão na [instituição de ensino privado], que é o que eu gosto muito e também tava ligado a consumo, a moda, mas essa coisa da psicologia sempre gostei muito, gosto muito do Jung essas coisas..não é específico mas vai me agregando sabe? Depois eu fui fazer um curso na [instituição de ensino privado] lá em São Paulo, era um curso de planejamento estratégico, eu me arrependi um pouco desse curso pois achei que seria um planejamento voltado mais para a comunicação e ele era um planejamento estratégico de empresa que acabou sendo muito legal porque me deu essa noção de análise de macro e micro ambientes, de concorrência, análise de viabilidade, me deu um pouco essa noção de Gestão de Projetos, como você pode fazer algo maior então foi bem legal. Depois eu fiz um curso de UX Writing em São Paulo também e foi muito legal pois tem a ver com escrita de blog, você fala das camadas de conteúdo, a chamada que ta na home, se a pessoa cai direto aqui, se ela cai direto ali, um pouco de arquitetura da informação pra você fazer um bom menu, e essas questões eu uso agora e gosto bastante e daí agora eu comecei a fazer letras de volta. Tô fazendo graduação em EAD. Então não teve nada específico, sabe, mas por ter tanta coisa misturada elas acabam contribuindo sabe, e os cursos principalmente o de antropologia do consumidor, de análise de tendências foram importantes pra eu entrar na agência que pra mim a minha função na agência foi o que mudou sabe. Eu ainda tava aqui em assessoria de comunicação, aí eu fui pra agência e aí eu virei redatora.

Entrevistadora - Eu tenho uma última questão pra fazer, eu queria voltar a um tópico que a gente falou lá no começo, que você comentou que poderia explicar um pouquinho mais que é

quanto à questão de assédio. Seu caso de assédio moral na redação. Se você puder passar bem brevemente por ele...

Judith - Assim, não foi nada suuuuuper grave...do tipo meu deus vou processar essa pessoa, mas eu saí chorando da redação algumas vezes..me sentia muito triste pois era um assédio na forma de me menosprezar sabe, de sempre dizer que eu não era capaz..então assim, tinha muito essa questão da solteirona, meu chefe implicava muito, fazia muita piadinha com o fato de eu ser solteira..era tipo “ai você tem que ir nessa festa, você tem que ir nesse coquetel..leva a Judith, leva a Judith”. Como eu trabalhava com a questão de moda, mas eu mesma nunca fui rica, nem patricinha, nem blogueirinha nem nada, meu chefe várias vezes me dava uma cutucada de que eu não entendia de moda, “aí vai dar uma voltinha no shopping ver se você aprende um pouco, sabe esse tipo de comentário, era mais nesses dois sentidos, que eu não me vestia bem como eu deveria me vestir, porque afinal eu fazia editoriais de moda e o solteirona, sim isso era bem explícito e muitas vezes na questão mais técnica de trabalho, depois e hoje eu já superei bastante isso, mas principalmente no começo quando assim..ele simplesmente deletava parágrafos inteiros do meu texto, sem nem perguntar, sem nem dizer nada, e às vezes ele chamava a gente, ela falava “vem aqui, vem aqui, vem aqui”..ele tava editando meu texto e aí ele começava a deletar, ele começava a mudar tudo e aí o texto ficava totalmente com a cara dele sabe, cheio de clichês, cheio de palavras que todo mundo usa, eu olhava aquilo e eu não acreditava mas ao mesmo tempo eu não tinha coragem de falar nada assim. Saí chateada, saí triste, saí chorando. Eram três aspectos: não concordar com uma correção muito rasa; a questão do solteirona e a questão do não entender de moda. E isso é muito engraçado, eu acho que vai muito da pessoa, querendo ou não eu acho que eu sofri mais assédio moral com esse meu editor do que quando eu estava no esporte. No esporte eu encarava mais como uma piada, eu sei que não se deve encarar dessa forma mas é um pouco mais comum, realmente tem mulheres que não gostam de futebol, não entendem..não tem a memória de jogos e jogadores, o lance, a questão meio técnica e pra mim tudo bem eu não via realmente aquilo como um assédio. Quando falaram: aí você não deu conta né! Pra mim isso foi muito menos grave do que essas que eram pessoais.

13-) Em 2017 você acrescentou, ao fim do questionário, o seguinte comentário: “Acredito que atualmente seja bastante difícil delimitar o que é o "trabalho como jornalista". Mesmo atuando como redatora em agências de publicidade ou como freelancer de produção de conteúdo, acredito que não deixo de exercer as funções jornalísticas de apuração e cuidado

com o texto. Digo que ser jornalista atualmente é um mindset e não mais uma função”. Atualmente seu comentário se mantêm? Disserte sobre como isso se aplica, ou se aplicou, à seu contexto.

Judith - Eu, é sei lá. As vezes isso parece meu pitch de emprego sabe, porque pra mim o mindset do Jornalismo ele tem a ver com a pergunta. Pra mim sempre foi muito pergunta e foi por isso que eu escolhi o Jornalismo, quando eu era criança, adolescente, eu sempre fui a criança que não parava de perguntar porque, e eu acho que essa é a nossa função assim, tipo..qual é o objetivo do que você vai falar? Pra quem, em qual canal, ééé usando um pouquinho das teorias assim né. É um e-mail? É um sms? Isso vai estar no site? Isso é o pitch de alguém que vai falar no telefone? O que que você de fato vai falar? Será que essa palavra não é melhor do que a outra? Onde você foi atrás dessa informação? Vamos colocar a fonte junto pra não termos esse problema? Pra pessoa se quiser pesquisar sozinha..Edição também..O texto sempre pode ser mais curto, pode ser mais claro, vamos usar uma palavra mais representativa, as forma de operar o texto assim, mas acho que principalmente as perguntas, qual é o objetivo disso né? Da onde que vem, da onde que surgiu essa ideia, será que essa de fato é a melhor solução para aquilo? Então assim, é do universo das perguntas. E de muita pesquisa, muuuuuuuta pesquisa, tipo muito site, você vai olhar poxa vou abrir pelo menos uns dez sites antes de escrever um texto. Acho que é a questão da pesquisa justamente pra você entender o que foi feito, o que foi falado, essa ideia é boa, então tem a ver com pesquisa, pergunta e operação com o texto.

ENTREVISTA DE *SIMONE*

Obtida por troca de emails: 07/06/2020 (cola do documento recebido)

1-) Como você imaginou sua carreira quando optou por cursar Jornalismo?

A carreira imaginada foi, por uma conjunção de fatores, a carreira que eu acabei realizando. Ascendi, ocupei uma série de cargos importantes, fiz trabalhos dos quais me orgulho muito, conheci (e entrevistei) gente que admirava. E em determinado momento, como eu também havia imaginado, achei que era o momento de mudar.

Explicando: desde meu início de carreira sempre me chamou a atenção o fato de praticamente não haver jornalistas mais velhos nas redações. Eles eram poucos (e hoje são

menos ainda...), ocupavam os poucos cargos elevados existentes (colunistas, diretores de redação, etc); ou (o mais triste e que me chamava mais atenção) tinham funções menores (e salários baixos), como por exemplo os plantões da madrugada ou (uma coisa que existia antigamente, hoje não há mais) a rádio escuta (uma sala fechada, com um rádio que seguia a frequência das comunicações policiais; o pobre do jornalista mais velho passava o dia ouvindo aquilo para informar à chefia onde havia alguma ocorrência policial digna de registro).

Então, desde cedo, tinha em mente que seria preciso um plano B para quando ficasse mais velha (os bons cargos, como já disse, eram poucos, e não podia contar que um deles fosse meu no futuro). Uma das coisas que me interessava era o direito. Tinha muitas fontes na área e via que, ao contrário do que acontece com jornalistas, advogados mais velhos são bastante respeitados.

Fiz então o curso de Direito (já tenho 11 anos de formada). E enquanto estive em redação, ser advogada foi excelente para minha atuação como jornalista e como chefe de equipe (sempre dizia para meus repórteres que o meu lado jornalista cobrava apuração, correção, isenção, etc.; e que meu lado advogado evitava que eles fossem processados...)

Em 2016, depois de 31 anos na redação, eu tinha um bom cargo, ganhava um bom salário, mas estava cansada daquela vida. Os cortes generalizados, as equipes extremamente reduzidas, faziam com que aqueles que ainda estavam em redação tivessem que trabalhar muito mais, em jornadas insanas. Foi nesse momento que decidi que estava na hora de virar advogada. Esperei realizar um dos meus sonhos de jornalista -- cobrir uma Olimpíada! Logo depois da Rio 2016, sai e abri meu escritório.

Então, posso dizer que minha carreira no jornalismo foi como eu imaginei. Sei que sou uma das poucas da minha geração que pode dizer isso. Muitos amigos estão desempregados ou ocupando funções bem abaixo do que têm capacidade (e com salários muito baixos).

2-) Na ocasião de nossa entrevista você não trabalhava como jornalista. Depois disso você voltou a trabalhar como jornalista? Se sim o que a fez voltar, se não o que a fez não voltar?

Encontrei um nicho interessante de trabalho: tenho atuado como consultora, reunindo minha experiência como jornalista e como advogada. Assim, tenho trabalhado muito com gestão de crise, compliance e proteção de dados para grandes empresas. Descobri que

existem poucas pessoas no mercado com essa dupla expertise.

3-) Como você avalia as mudanças tecnológicas pelas quais o jornalismo passou nos últimos anos? Elas afetaram sua trajetória profissional de alguma forma?

Afetam na medida em que temos que nos atualizar o tempo todo. Agora, por exemplo. Em tempos de pandemia, tive que aprender a lidar com novas tecnologias, como Zoom, e reorganizar minha vida doméstica para transformar o escritório de casa em uma espécie de central multimídia, com iluminação adequada para reuniões online, dois computadores ligados, material de escritório organizado, etc. Eu, que sempre fui uma pessoa discreta (não gosto de postar em redes sociais, por exemplo), às vezes me sinto como um youtuber, com tanta parafernália instalada em casa para atender os novos tempos...

4-) Como a crise econômica/financeira e midiática afeta o trabalho dos jornalistas e em específico, o seu trabalho como jornalista.

A crise financeira soma-se à crise do modelo de negócios (com tantas fontes de informação e, principalmente, de desinformação) fazendo com que as redações fiquem cada vez menores. Isso sobrecarrega aqueles que se mantiveram empregados e torna cada vez mais difícil fazer um trabalho mais pensado, melhor apurado. Sem falar no achatamento salarial. Quando eu comecei na profissão, tinha um bom salário que me permitiu juntar dinheiro e comprar um pequeno apartamento. Conheço muitos jovens jornalistas e o que vejo é um desânimo com relação às perspectivas financeiras da profissão. Muitos, ex-alunos de faculdades particulares, pagavam mais de mensalidade para sua formação do que recebem atualmente de salário.

No meu caso, como já contei acima, a crise me empurrou para tomar mais rapidamente uma decisão que eu já vinha planejando (trocar de profissão), mas quatro anos depois concluo que, de fato, essa crise me levou não a fazer uma troca, mas a juntar duas profissões e me transformar numa profissional diferente, que nem é totalmente jornalista, nem totalmente advogada.

5-) Você acha que por ser mulher existe uma maior dificuldade em permanecer no Jornalismo? Sim ou não. Justifique sua resposta.

Sim e não! Não é possível uma única resposta. Sob a ótica da vida particular, depende de seu projeto de vida. Se a intenção é formar uma família, ter filhos, etc, pode ser mais difícil, mas não é impossível. Eu casei, tive filho e isso não “atrapalhou” minha carreira, mas eu sempre tive uma estrutura de apoio que me permitia, por exemplo, viajar de um dia para o outro porque contava com meus pais para cuidar do meu filho quando eu estava fora. Se não tivesse esse apoio, com certeza seria mais difícil. Mas se o projeto de vida não é esse, manter-se na carreira é menos complicado.

Sob o ponto de vista profissional, a questão é: o achatamento de bons cargos na evolução da carreira, fato já citado acima, é ainda mais cruel com as mulheres. Se for feita uma análise de quem ocupa os cargos mais importantes nos principais veículos, é fácil constatar que a participação feminina é baixa (o que acontece não só no jornalismo, mas em praticamente todas as áreas de trabalho no país). Portanto, neste caso, é mais difícil manter-se no jornalismo.

6-) Ao longo de sua carreira, homens e mulheres sempre tiveram as mesmas oportunidades?

Não, como já expliquei acima. No início da carreira, as oportunidades são iguais. Nesta fase, nunca senti diferença e achava engraçado quando as pessoas me perguntavam se havia discriminação. Mas na medida em que fui crescendo, percebi a dificuldade. Exemplo: no último cargo que ocupei em redação, o grupo de executivos tinha oito pessoas. Eu era a única mulher, e durante muitos anos não houve nenhuma.

7-) Como foi ser uma mulher em cargo de chefia? Algum comportamento de um homem te incomodava de alguma forma? Explique

Já tive algumas dificuldades com subordinados e com superiores, sem dúvida, mas a maioria dos casos foi bem resolvido. Alguns subordinados, homens, me “testavam” assim que eu assumia o cargo --como fazem as crianças com seus pais! Acho que nesses casos a experiência de mãe foi útil....Hoje posso dizer que 90% dos que me testaram viraram amigos.

Com superiores, às vezes é mais complicado. Reuniões com vários homens, por exemplo. O manerrupting (homens interrompendo mulheres que estão falando) existe de fato. Já tomei atitudes “drásticas”, mas sempre com muita educação, como começar a arrumar minhas

coisas de forma discreta para sair de uma reunião até que um superior me perguntou o motivo de eu estar saindo. Respondi bem naturalmente que, se não conseguia falar, preferia resolver outros assuntos pendentes.

8-) As mulheres normalmente vivenciam jornadas duplas e até mesmo triplas. Como a vida familiar afetou e afeta a sua profissão?

Acho que isso já está respondido na pergunta 5.

9-) Você já foi discriminada, assediada, ou sofreu algum tipo de constrangimento (como não ser promovida) devido a sua cor, condição social, sexualidade ou por ser mulher? Se você se sentir confortável relate-nos***

Assédio sim, moral e sexual. Alguns exemplos:

- já casada e com filho pequeno, um superior tinha o hábito de se aproximar como se estivesse tratando de algum assunto de trabalho e dizer barbaridades. Aguentei a situação por alguns meses até que um dia perdi a linha e comecei a gritar com ele no meio da redação. Juntou gente, o “chefe dos chefes” saiu de sua sala e perguntou o que estava acontecendo. Conteí. O agressor foi proibido de se aproximar de mim. O pior, nesse caso, foi a reação de algumas mulheres, que ficaram contra mim. Diziam que ele só fazia isso de brincadeira, que eu não deveria ter feito escândalo, e que eu tinha prejudicado a carreira dele.
- Em um evento da empresa (aqueles em que se reúnem personalidades, anunciantes, etc; não a famosa festa da firma), um diretor se aproximou, disse que eu estava bonita e pediu para eu dar uma voltinha. Respondi que estava à disposição para qualquer coisa de trabalho que ele precisasse, mas não para dar voltinha.
- Perdi a conta das vezes em que, em reuniões de chefes, todas as vezes em que aparecia algum tema ligado à gastronomia, beleza, moda, etc, eu era a pessoa apontada para cuidar do assunto. Perdi a conta das vezes em que tive que explicar que o fato de ser mulher não me tornava expert nesses temas.

10-) Você já passou por situação de demissão devido a necessidade da empresa em reduzir custos, ou de não perceber avanços possíveis na carreira? Ao ser substituída, a empresa optou por um perfil de recém formados ou trabalhadores de custo mais baixo?

Não. Fui demitida uma vez por um novo chefe com quem não tinha afinidade. Ele trouxe outra pessoa, com quem costumava trabalhar, e imagino que tenha sido na mesma faixa salarial.

11-) Como você avalia a precarização do trabalho de jornalistas e como isso impactou na sua saída da profissão?

Acho que já expliquei isso nas respostas acima. Se surgir alguma dúvida ou quiserem mais explicações, me avisem.

12-) Em algum momento de sua trajetória, empreender ou participar de uma iniciativa pessoal fez parte do processo? Se sim, como foi sua experiência e o que você acha deste direcionamento de carreira?

Acho que também já respondi acima, quando falei da minha decisão de estudar Direito.

13-) Para você que não está mais no Jornalismo, houve melhorias na sua carreira? Atualmente você se sente mais prestigiada, segura, livre de assédio?

Compare a sua atual carreira sua vivência no Jornalismo. Sim, houve melhorias, mas elas não foram imediatas. Tenho mais tempo, organizo melhor meus horários, me livrei dos pescoções e das madrugadas em claro por causa de alguma emergência. Mas é claro que também houve, nesse início, perda salarial, incertezas profissionais, dificuldades de adaptação à nova vida. Passados quatro anos, acho que a troca foi proveitosa. Muitos amigos perguntam se eu não tenho vontade de voltar para uma redação, e digo que não com muita tranquilidade e certeza. Fui muito feliz nos 32 anos que passei em redações, mas é um ciclo encerrado na minha vida.

14-) Em 2017 você acrescentou, ao fim do questionário, o seguinte comentário: “Seria interessante pesquisar como o grande contingente de jornalistas desempregados está se recolocando no mercado de trabalho. Eu sou advogada também e abri um escritório, mas sei que sou um caso raro de alguém que tinha plano B. A maioria dos meus amigos está enfrentando grandes dificuldades”. Desde este comentário, como você observou suas amigas

mulheres reestruturando a vida profissional (ou não) após tantas mudanças no mercado de trabalho deste campo?

Vejo muitas amigas passando por dificuldades profissionais, aceitando empregos dos quais não gostam e que pagam pouco. Poucas conseguiram dar uma virada profissional mais significativa -- um dos raros casos é o de uma amiga que fez formação psicanalítica e atualmente tem seu consultório.

ENTREVISTA DE *CAROLE*

Obtida por troca de e-mails: 16/06/2020

1-) Como você imaginou sua carreira quando optou por cursar Jornalismo?

Carole: Meu sonho sempre foi trabalhar como repórter de TV, desde criança. Eu lia jornais desde muito pequena; depois meu pai assinou uma revista e era eu quem lia a edição, toda semana. Mas eu era apaixonada pelo Globo Repórter. Eu queria muito viajar pelo mundo como repórter. Então, quando entrei para a faculdade, tinha esse propósito: trabalhar na TV.

2-) Na ocasião de nossa entrevista você não trabalhava como jornalista. Depois disso você voltou a trabalhar como jornalista? Se sim o que a fez voltar, se não o que a fez não voltar?

Carole: Em janeiro de 2017 eu pedi demissão do jornal impresso no qual eu trabalhava havia seis anos para poder fazer o Mestrado em Jornalismo. Como o horário das aulas coincidiam com meu horário de expediente, precisei fazer essa difícil escolha. Eu não estava mais tão contente no jornal, devido à falta de um plano de carreira e outros benefícios, ou seja, foram seis anos ganhando o piso da categoria. Ao mesmo tempo, tinha um bebê, na época, com oito meses, e uma filha de dois anos. Eu quis fazer o Mestrado para abrir um pouco mais o “leque” de possibilidades, ou seja, incrementar meu currículo para futuras oportunidades em meios de comunicação e também estar apta à vida docente. Concluí o Mestrado em fevereiro de 2019 e, logo em seguida, eu e uma amiga jornalista criamos uma empresa de assessoria de comunicação. No entanto, as coisas não “fluíram” como gostaríamos. Pegamos poucos trabalhos, com remuneração insuficiente para uma pessoa, imagina para duas! E os trabalhos que pegamos, na época, eram mais da área de marketing, administração de redes sociais...

coisas de que eu não manjava muito e, na verdade, não gostava também. Não sou da área da publicidade; meu negócio é jornalismo. Passados três meses, decidi sair da sociedade e fui procurar emprego novamente nos meios de comunicação. Em junho de 2019, fui chamada para cobrir férias no jornal do qual eu havia pedido demissão dois anos antes e, no mês seguinte, cobri as férias de um produtor de uma emissora de TV. Depois disso, fiz algumas entrevistas de emprego, mas, infelizmente, não consegui retornar ao mercado de trabalho. Então, só não voltei porque realmente o mercado fechou as portas.

3-) Como você avalia as mudanças tecnológicas pelos quais o jornalismo passou +nos últimos anos? Elas afetaram sua trajetória profissional de alguma forma?

Carole: Eu comecei a trabalhar em 2005...lá se vão 15 anos. Era uma época em que tinha coisa que a gente pedia por fax! (rs). A gente falava com as fontes por telefone ou pessoalmente. Comparando com hoje, acho que o trabalho de jornalista era mais “braçal”. Ou você tinha aproximação com a fonte ou estava ferrado...Depois, vieram as redes sociais e o WhatsApp. Este sim, na minha opinião, a grande revolução das redações. Você entra nos grupos e fica sabendo de tudo lá. Por exemplo, se você cobre política, tem lá um grupo que reúne jornalistas de Política. E as fontes então? Antes, elas precisavam recorrer aos jornalistas para ter alguma visibilidade. Hoje, elas fazem as “lives” e declarações nas redes e tá pronto. Outra mudança importante foi o jornalista multitarefa. Quando comecei, eu escrevia as matérias para o jornal impresso, escolhia as fotos, passava o material para a diagramação e ia embora. Já em junho de 2019, quando trabalhei cobrindo férias no impresso, eu tinha que escrever as matérias, escolher as fotos e, eventualmente, vídeo, colocar todo esse material no site e nas redes sociais do jornal, para só depois ir embora. No início da minha carreira, eu também só me preocupava com o impresso; nos anos seguintes, era frequente a necessidade de escrever um texto às pressas para colocar no site e nas redes sociais. Na época dessas transformações, eu relutei. Achava que tinha sido contratada para trabalhar apenas no impresso e eu entendia que o site era outro meio de comunicação. Mas, hoje, vejo que isso não tem sentido. As coisas mudam e a gente precisa se adaptar. O mais importante é exercer o jornalismo de forma correta e de credibilidade.

4-) Como a crise econômica/financeira e midiática afeta o trabalho dos jornalistas e em específico, o seu trabalho como jornalista.

Carole: Talvez eu seja um exemplo da crise. Mesmo com alguns anos de carreira e de

estudo, infelizmente, me afastei da carreira no jornalismo. A gente sabe que alguns colegas, principalmente os recém-formados, aceitam trabalhar por menos que o piso. Eu recebi, em dezembro de 2019, uma proposta de trabalho em assessoria de comunicação para receber menos da metade do piso! Eu recusei, mas, certamente, a vaga foi preenchida. Quero frisar que não estou, de maneira alguma, questionando a qualidade do trabalho dos colegas.

5-) Você acha que por ser mulher existe uma maior dificuldade em permanecer no Jornalismo? Sim ou não. Justifique sua resposta.

Carole: Na minha experiência, nunca tive problemas por ser mulher, mesmo sendo mãe de duas crianças. Acho que o gênero nunca interferiu na minha carreira. Porém, um emprego que recusei no ano passado por pagar menos da metade do piso, o horário era bem complicado. Começaria às 10h, teria uma hora de intervalo para o almoço, e ficaria até umas 18h, 19h. Meu esposo trabalha diariamente das 8 às 11h30 e das 13h30 às 17h30. Então, eu fico em casa de manhã com as crianças. Se tivesse aceitado o emprego, teria que deixá-las com alguém de manhã, já que a aula deles começa às 13h30. Talvez eu ficaria com aquele aperto no peito de não passar mais tempo com eles. Se o salário compensasse, com certeza eu aceitaria a oferta.

6-) Ao longo de sua carreira, homens e mulheres sempre tiveram as mesmas oportunidades?

Carole: Felizmente, nos locais em que eu trabalhei, sim.

7-) Você já foi discriminada, assediada, ou sofreu algum tipo de constrangimento (como não ser promovida) devido a sua cor, condição social, sexualidade ou por ser mulher? Se você se sentir confortável relate-nos***

Carole: Dentro do ambiente de trabalho, nunca fui discriminada. Mas assédio eu já sofri sim, por diversas vezes, inclusive no ambiente de trabalho. Lembro de ter trabalhado num jornal em que o editor costumava “esculachar” reportagens minhas e dos colegas durante a reunião de pauta. Eu considero isso assédio moral. Assédio sexual eu sofri também por parte de um editor - mas aí eu demonstrei que não havia gostado, e aquilo aconteceu só uma vez – e também de fontes, com palavras maliciosas ao telefone. Infelizmente, são

situações bem comuns.

8-) Você já passou por situação de demissão devido a necessidade da empresa em reduzir custos, ou de não perceber avanços possíveis na carreira? Ao ser substituída, a empresa optou por um perfil de recém formados ou trabalhadores de custo mais baixo?

Carole: Na minha carreira, eu fui demitida apenas duas vezes. Na primeira, eu trabalhava na assessoria de comunicação de uma prefeitura. Acho que me exoneraram para colocar alguém ligado ao prefeito no meu lugar. A segunda vez fui demitida de um jornal impresso no qual eu trabalhei por um ano. Nunca justificaram minha saída, mas acho que foi porque eu “batia de frente” com o editor (aquele mesmo que esculachava a gente na reunião de pauta) e, eventualmente, com o dono do jornal.

9-) Como você avalia a precarização do trabalho de jornalistas e como isso impactou na sua saída da profissão?

Carole: Infelizmente, o jornalista que não for “multitarefa” não tem mais espaço. E o pior são colegas aceitarem trabalhar muito e receberem menos que o piso.

10-) As mulheres normalmente vivenciam jornadas duplas e até mesmo triplas. Como a vida familiar afetou e afeta e molda seu dia a dia na profissão?

Carole: Posso relatar como foram minhas experiências. Quando tive minha primeira filha e voltei a trabalhar depois da licença, eu a matriculei numa creche meio-período, já que meu expediente era à tarde e início da noite. Depois da segunda licença maternidade, minha filha mais velha ia para a escola à tarde e meu bebê, na época, passava as tardes com a minha sogra. Em 2019, nas duas experiências que tive de retorno ao mercado, ambos iam para a escola regular e, no caso de não ter aula, ficavam na minha sogra. A carga horária de jornalista, de cinco horas por dia, é bem administrável. Dificilmente você leva trabalho para casa e também deve se recusar a fazer isso, caso não receba extra. Eu tinha uma diarista que vinha a cada 15 dias e me ajudava no serviço mais pesado. Mas, todos os dias, eu fazia almoço e me ocupava de outras tarefas domésticas, como lavar louça, lavar e passar roupa, etc.

11-) Como foi voltar a estudar? Que contexto propiciou que isso acontecesse e quais eram (são) as expectativas em relação à vida acadêmica (ex: propiciar uma melhor rotina de trabalho, trabalhar com docência, expectativas financeiras...)

Carole: Eu gostei muito de voltar a estudar. Me senti muito realizada fazendo o Mestrado, atualizando meus conhecimentos. Com certeza hoje eu enxergo o jornalismo com outros olhos em comparação àqueles com os quais eu comecei o curso. Eu fiz o Mestrado por sugestão de uma colega de trabalho que também cursou. Ela, porém, não precisou sair do emprego porque como ela começou um ano antes o Mestrado, pôde mudar o horário de expediente sem dificuldade. Eu não pude fazer o mesmo porque precisavam de uma quantidade maior de repórteres à tarde, então não tinha como deixar nós duas de manhã. Minha expectativa era dar um “up” no meu currículo e ampliar as possibilidades na carreira, tanto no mercado de trabalho como em alguma faculdade, na área docente.

12-) A maternidade aparece na sua vida quando você já era Jornalista? Como a maternidade influencia na vivência da profissão?

Carole: Sim. Quando a gente se torna mãe, acho que muita coisa muda. Você entra para trabalhar, mas a cabeça está volta e meia pensando se as crianças estão bem. E quando acontece alguma coisa na escola, para quem eles ligam? Para a mãe, na maioria absoluta das vezes. Você se preocupa mais em cumprir certinho a jornada para apanhar os filhos na escola, então, aquela pauta que chegou um pouco antes do fim do seu expediente fica para outro dia ou passa para outra pessoa.

13-) Em nosso último contato (questionário) você afirmou sentir-se estressada e com diagnóstico de estresse. Conte-nos, se a vontade, a descrever as influências da rotina da profissão que podem contribuir para este diagnóstico.

Carole: Eu sou uma pessoa muito ansiosa. Por várias vezes acordava de madrugada pensando se eu tinha escrito tal palavra corretamente, se tinha apurado certinho a informação, se aquela chamada de capa condizia com a realidade. Como eu cobri por muitos anos a área policial, vi muita gente morta (seja por assassinatos ou acidentes), então, isso também me abalava demais. Visitar presídios, ver a miséria humana nas periferias... tanta coisa que me fazia sofrer – embora eu gostasse muito de estar nesses locais para cumprir

com meu dever de jornalista. Eu me estressava também quando era pressionada a fazer determinadas reportagens que, na minha avaliação, não tinham potencial jornalístico. Além disso, fazer jornal diário é ter de bater não uma meta mensal (como no jargão do comércio), mas uma meta diária. Então, tinha dias que você tinha que excluir algumas notícias que considerava relevantes para caber tudo (hoje você coloca tudo no site e nada se perde; porém, o trabalho é dobrado porque tem que dar conta de tudo). Noutros, tinha que correr atrás mesmo, fazer pesquisas, ligar para pessoas perguntando se tinham novidades pra contar... Esses eram dias difíceis.

14-) Em algum momento de sua trajetória, empreender ou participar de uma iniciativa pessoal fez parte do processo? Se sim, como foi sua experiência e o que você acha deste direcionamento de carreira? Descreva a iniciativa e seus percursos.

Carole: A única experiência na área do jornalismo empreendedor foi quando abrimos a empresa de assessoria. Hoje essa minha amiga mantém a empresa.

15-) Para você que não está mais no Jornalismo, houve melhorias na sua carreira? Atualmente você se sente mais prestigiada, segura, livre de assédio? Compare a sua atual carreira e sua vivência no Jornalismo.

Carole: Após passar mais de um ano tentando retomar efetivamente a carreira, acabei desistindo. Afinal de contas, os boletos não param de chegar, não é mesmo? O aperto financeiro e a vontade de se sentir mais útil trabalhando “fora” me impulsionaram a buscar outro rumo na minha vida. Há alguns anos, eu e minha família fazemos e vendemos bolachas de Natal. Em março de 2020, eu fiz um curso [nome do curso e área de empreendimento]. Não tem nada a ver com a pandemia, mas minha nova carreira, de [nome de nova função], por coincidência, começou bem nessa época. Eu trabalho em casa e estou iniciando o processo de formalização pelo MEI. Eu faço meus horários, mas procuro manter o regime de expediente que eu tinha no jornal. A diferença financeira ainda é incomparável, já que eu ganho bem menos que como jornalista. Eu gosto do que faço hoje em dia, estou feliz, mas só parti para esse caminho porque não conseguir voltar ao jornalismo.

ANEXO A
PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DOS JORNALISTAS BRASILEIROS: UM ESTUDO QUALITATIVO DE GÊNERO, COR E FAIXA ETÁRIA NO CONTEXTO DE CRISES (2012-2022)

Pesquisador: FELIPE SIMÃO PONTES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 23834919.1.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.695.594

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DOS JORNALISTAS BRASILEIROS: UM ESTUDO QUALITATIVO DE GÊNERO, COR E FAIXA ETÁRIA NO CONTEXTO DE CRISES (2012-2022). Serão entrevistados com questões guia (entrevista aberta) cerca de 100 jornalistas do Brasil, com avaliação de aspectos pertinentes à carreira

profissional. Em específico atentará para as determinantes sociais idade, gênero e cor. Identifica-se os possíveis impactos das crises econômica e

política, bem como das transformações tecnológicas, sobre as carreiras dos entrevistados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros com ênfase em questões de cor, gênero, distribuição geográfica e faixa etária no período de 2012 a 2022

Objetivo Secundário:

- Estudar as trajetórias de jornalistas, oferecendo informações consolidadas sobre perfis de desenvolvimento de carreiras.

- Reconhecer situações nas carreiras em que os jornalistas sofreram preconceito, problemas de

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvarararas, Bloco M, Sala 116-B

Bairro: Uvarararas **CEP:** 84.030-900

UF: PR **Município:** PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3108

E-mail: coep@uepg.br

Continuação do Parecer: 3.695.594

saúde, assédio ou prejuízo financeiro em atividade profissional jornalística devido a seu gênero, cor ou idade.

- Registrar histórias de jornalistas brasileiros para entender como as transformações econômicas, tecnológicas e políticas perpassam suas biografias e a categoria.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os principais riscos estão no sigilo da identidade dos entrevistados, bem como das empresas e pessoas por eles mencionadas. Como o jornalismo é uma atividade pública, em que os indivíduos se conhecem e se reconhecem, torna-se um desafio para a equipe estudar as respostas para que seu uso não prejudique a fonte ou terceiros. Por isso será usado o recurso do anonimato dos entrevistados e dos mencionados pela pesquisa.

Benefícios:

Perceber qualitativamente as características das carreiras e as relações do mercado de trabalho sob a perspectiva dos jornalistas. Trata-se de um registro de histórias de profissionais em um período peculiar para o jornalismo e para o Brasil. Ademais, é possível reconhecer processos de escolhas dos agentes diante das oportunidades e restrições da carreira jornalística, o que pode revelar nuances importantes sobre a (des)profissionalização do jornalismo no país.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este projeto analisa as intensas transformações pelas quais passa o jornalismo contemporâneo. Compreende que um dos mais privilegiados campos de observação destas transformações está nas complexas mudanças que atingem a profissão dos jornalistas. Considera-se que os jornalistas trabalham em um ambiente de flexibilidade e precarização, resultado de transformações econômicas, tecnológicas e políticas que estruturam o campo dos mídia contemporâneo. Tomamos como objeto empírico a realidade dos jornalistas brasileiros, mais especificamente as transformações pelas quais passa a profissão em dez anos (2012-2022). Para o estudo do objeto proposto, adotamos como base temporal os dados sociodemográficos apresentados pela pesquisa "Perfil do Jornalista Brasileiro", um websurvey

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvarararas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvarararas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.695.594

aplicado de setembro a novembro de 2012 e que obteve 4215 respostas válidas, com respondentes de todos os estados e de fora do país, e que consolidou resultados proporcionais a toda categoria com amostra de 2791 jornalistas (MICK; LIMA, 2013). Esta pesquisa pretende levantar informações sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros. Para isso serão realizadas entrevistas com jornalistas que vivenciaram o período, representando as adaptações realizadas em suas carreiras frente às condições de crise pelas quais passa o jornalismo no Brasil. Ao se trabalhar os dados sobre gênero, cor e faixa etária e conceitos subjacentes, pretende-se oferecer substratos em forma de artigos científicos, relatórios, estudos monográficos e livros sobre os jornalistas e sobre a profissão.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em anexo e de acordo com as normas 466/2012 e 510/2016

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1450909.pdf	04/11/2019 22:15:35		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEFINAL.pdf	04/11/2019 22:06:08	FELIPE SIMÃO PONTES	Aceito

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.695.594

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetopesquisaconept.pdf	13/10/2019 16:07:45	FELIPE SIMÃO PONTES	Aceito
Folha de Rosto	CONEPF00.PDF	13/10/2019 16:00:29	FELIPE SIMÃO PONTES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 10 de Novembro de 2019

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvarararas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvarararas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br